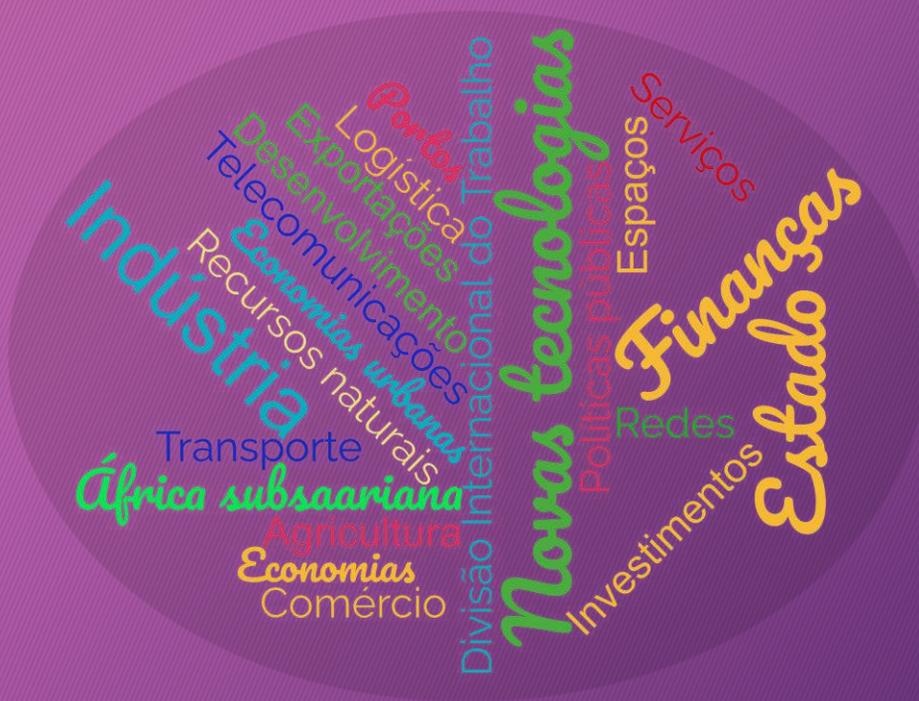


*Boletim  
GeoÁfrica*

Vol. 3. Número 11  
Jul.- Dez. 2024



Dossiê  
Economias e espaços da África  
subsaariana





## **SOBRE A REVISTA**

O *Boletim GeoÁfrica* é uma publicação trimestral, em formato digital, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica). O *Boletim* publica contribuições científicas (de todas as áreas do conhecimento) em português, inglês, francês e espanhol revisadas por pares e agrupadas em dossiês temáticos, assim como entrevistas com especialistas, divulgação de teses e dissertações recentemente defendidas, e resenhas de livros recém-publicados. Abre, também, a possibilidade de publicação de textos de cunho mais jornalístico, assim como comentários livres sobre imagens, exposição de fotografias artísticas, receitas culinárias, escritos literários, desenhos e ilustrações, resenhas e recursos musicais e audiovisuais. As contribuições almejam todas divulgar conhecimento e notícias sobre realidades contemporâneas da África subsaariana.



### **Contato**

GeoÁfrica/Programa de Pós-Graduação em Geografia - Sala I 28  
Instituto de Geociências  
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Av. Athos da Silveira Ramos nº274  
Cidade Universitária, Ilha do Fundão  
CEP 21941-916



### **Editor Chefe**

Frédéric Monié – UFRJ - Brasil

### **Comissão editorial**

Antonio Gomes de Jesus Neto – USP - Brasil  
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique  
José Júlio Júnior Guambe – UPM – Moçambique  
Luana Alves Lessa – UFRJ – Brasil  
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique  
Nelson Cortes Pacheco Junior – UNICAMP – Brasil

### **Conselho Consultivo**

**Alice Freia** (Universidade Rovuma, Moçambique)  
**Albino Eusebio** (Universidade Licungo, Beira, Moçambique)  
**Aziz Abdul Sodoré** (Université Joseph Ki-Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso)  
**Catia Antonia da Silva** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)  
**Colin Darch** (University of Cape Town, South Africa)  
**Damião Ginga** (Academia Diplomática Venâncio de Moura, Luanda, Angola)  
**Elmer Agostinho C. de Matos** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)  
**Gilberto Oliveira** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)  
**Gustavo Sobrinho Dgedge** (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)  
**Inês Macamo Raimundo** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)  
**Joaquim Miranda Maloa** (Universidade Rovuma, Moçambique)  
**José Julião da Silva** (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)  
**João Lima** (Universidade Licungo, Moçambique)  
**Lamine Savané** (Université de Ségou, Mali)

**Liazzat Bonate** (University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad and Tobago)  
**Mônica Arroyo** (Universidade de São Paulo, Brasil)  
**Mônica Lima** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)  
**Nazir Can** (Universitat Autònoma de Barcelona / Serra Húnter Programme)  
**Raimundo Mulhaise** (Universidade de Licungo, Moçambique)  
**Ringo Benjamim Victor** (Universidade Púnguè, Tete, Moçambique)  
**Rogers Hansine** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)  
**Rosemberg Ferracini** (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba)  
**Rui Jacinto** (Universidade de Coimbra, Portugal)  
**Stéphanie Lima** (Université Toulouse Jean Jaurès, France)  
**Tatiana Reis** (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)  
**Vanito Viriato Marcelino Frei** (Universidade Rovuma, Moçambique)  
**Vivian Santos da Silva** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

### **Comitê Científico Júnior**

**Emanuel Rungo** (Universidade Pedagógica, Maputo)  
**Gabrielle Moura** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
**Gustavo Moreira** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
**Leticia Pimentel** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
**Maíra Ludwig** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)



**Volume 3, Número 11, jul. – dez. de 2024**

**Capa desta edição**  
Frédéric Monié

**Organizador do Dossiê Temático**  
Frédéric Monié

**Equipe técnica / Diagramação**  
Antonio Gomes de Jesus Neto; Frédéric Monié; Gustavo Moreira;  
Nelson Cortes Pacheco Junior

Boletim GeoÁfrica/Programa de Pós-graduação em Geografia,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil –  
Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África  
Subsaariana - Vol.3, nº11 (2024)

Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg>  
Trimestral. ISSN: 2764-5851

Palavras-chave. 1. África subsaariana; 2. Economias; 3. Dinâmicas  
espaciais; 4. Impactos ambientais; 5. Desenvolvimento rural; 6.  
Indústrias



**Boletim GeoÁfrica**  
**Volume 3, Número 11, jul. – dez. de 2024**

**SUMÁRIO**



*Editorial. Economias e espaços na África subsaariana: permanências e mutações*  
Por Frédéric Monié

**DOSSIÊ TEMÁTICO:**  
***ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA:***  
***PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES***

**Dossiê temático: Entrevistas**

*Les défis du développement rural au Burkina Faso. Entretien avec Blaise Ouedraogo*  
Intervieweur : Frédéric Monié

*Os desafios do desenvolvimento rural em Burkina Fasso. Entrevista de Blaise Ouedraogo*  
Entrevistador: Frédéric Monié

*Industrialização e Zonas Econômicas Especiais (ZEES) nas formações socioespaciais africanas: situação e debates na contemporaneidade* Entrevista de Kauê Lopes dos Santos  
Entrevistador: Antonio Gomes de Jesus Neto

**Dossiê temático: Artigos**

*Por um direito ao território: uma proposta de desenvolvimento sustentável para os atingidos pelos “projetos de desenvolvimento”*  
Por Elmer Agostinho Carlos de Matos

*Contributo dos projectos de construção da paz e coesão social para a promoção do desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado: o caso do Coeso I no Distrito de Metuge (2019– 2023) (Moçambique)*  
Por Aly Caetano Juma Hassane & Dilia Vaz Miguel

*Impactos socioambientais da produção industrial: caso da empresa cervejas de Moçambique-Marracuene*

Por Abel Benjamin Mindo, Almeida Pascoal Cossa, Mércia Yolanda Mondlhane, & Mussá Abdul Remane

*Avaliação das condições agroclimáticas da cultura de batata-reno no distrito de Tsangano, Província de Tete em Moçambique*

Por Mateus José Andir & Manuel Chichano Eduardo Augusto

### ***VARIA***

*Implicações socioambientais dos assentamentos informais em Nacala (Moçambique): uma análise do bairro Mocone*

Por Neovaldo Tomás Moisés

*Avaliação da qualidade ambiental urbana do bairro Eduardo Mondlane no município da cidade de Maxixe (Moçambique)*

Por Joaquim Gomes André Chitata & Fernando Joaquim Mandima

*Avaliação da sustentabilidade da área territorial dos municípios de Maputo e Matola (Moçambique)*

Por Miguel Muguio, Euclides Matule & André Moiane

*Factores inibidores ao acesso da rapariga no ensino superior: uma análise no distrito de Nacala-Moçambique*

Por Flora Gonçalves Chele, Sanito Joaquim Marques Alfredo & Frango José Gonçalves Quembo

### ***ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO***

*Entrevista com o Doutor Mussá Abdul Remane*

**GeoÁfrica divulga....**



**Boletim GeoÁfrica**  
**Volume 3, Número 11, jul. – dez. de 2024**

***EDITORIAL. ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA:  
PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES***



*Por Frédéric Monié*

1

*Frédéric Monié*

Departamento de Geografia e Programa de Pós-  
Graduação em Geografia (PPGG), Universidade  
Federal do Rio de Janeiro  
Coordenador GeoÁfrica  
orcid.org/0000-0002-8738-3301  
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, Frédéric. Editorial. Economias e  
espaços na África subsaariana: permeências  
mutações. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 11,  
p.1-9, jul.-dez. 2024

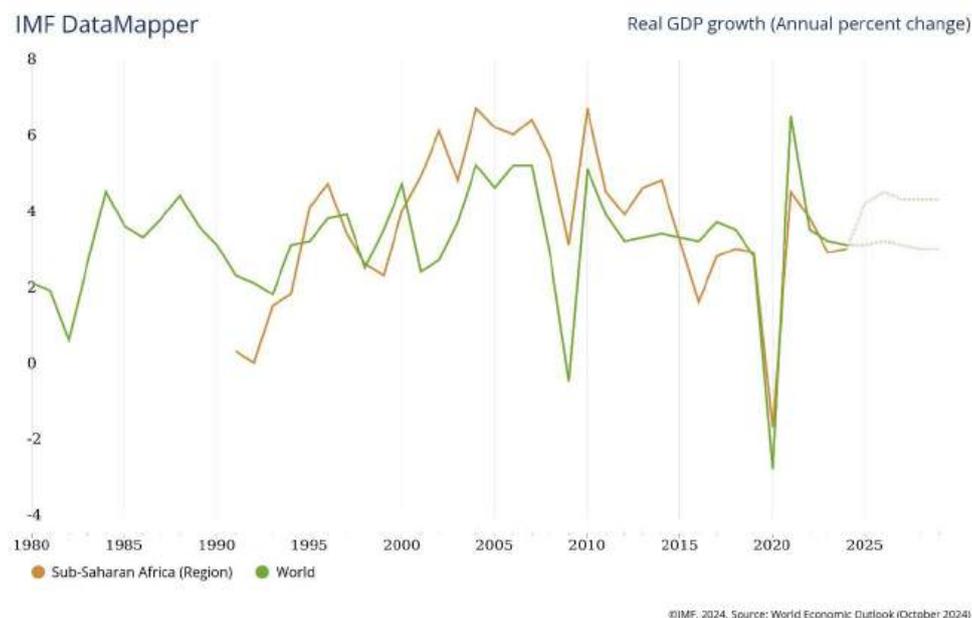


**EDITORIAL. ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA:  
PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES**

Neste Século XXI, as economias e os espaços da África subsaariana se deparam com desafios complexos, herdados das trajetórias históricas do subdesenvolvimento e dos impactos das conjunturas macroeconômicas em níveis nacionais, regionais e globais. O Dossiê Temático do décimo primeiro número do *Boletim GeoÁfrica* propõe uma reflexão sobre alguns aspectos das atuais dinâmicas econômicas e espaciais na África. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, desde os meados da década de 1990, a região subsaariana é caracterizada por um crescimento de seu Produto Interior Bruto (PIB) real superior globalmente superior à média mundial (Figura 1).

Figura 1

Evolução anual do PIB real da África subsaariana e do Mundo



Fonte: FMI



No período 2000-2014, as economias nacionais africanas cresceram em média de 5,6% por ano. Essa expansão foi alimentada por um conjunto de mudanças produtivas, comerciais e tecnológicas que beneficiaram globalmente os países dos Sul, num espaço econômico mundial em transformação. A África se beneficiou, em particular, do forte aumento do preço de bens primários (petróleo, gás natural, minérios, produtos agrícolas etc.) no âmbito do *super ciclo das commodities* global, sustentado pelo crescimento da demanda dos países ditos emergentes, principalmente da Ásia oriental e na América latina. Observou-se, concomitantemente, um forte acréscimo dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE), principalmente direcionados para as infraestruturas técnicas (transportes terrestres, portos, aeroportos, energia), o setor terciário (telecomunicações, finanças, turismo), as atividades extrativistas e a compra de terras (*land grabbing*).

No entanto, desde os meados da década passada, a conjuntura econômica mundial enfrentou uma pandemia de alcance global, uma crescente instabilidade geopolítica, uma agravamento dos conflitos comerciais, oscilações do preço das matérias primas e os impactos severos das mudanças climáticas. Esses fenômenos desenham um contexto inquietante para o continente africano. Mesmo se o crescimento da taxa de crescimento do PIB regional permanece superior à média mundial, a ausência de mudanças estruturais explica que os avanços registrados no início do século XXI em termos de diminuição de pobreza, da mortalidade infantil, dos óbitos provocados pela malária ou a AIDS, assim como o aumento da esperança de vida e do acesso à educação pública sejam doravante fragilizados por uma conjuntura econômica menos favorável. Inflação, peso considerável do serviço da dívida, instabilidade monetária, queda das receitas exportações, déficits orçamentários, morosidade dos mercados de consumo influenciam negativamente as dinâmicas macroeconômicas na “última fronteira do capitalismo” (Wapmuk, Akinkwotu, 2017).

Nesse contexto economias e espaços econômicos africanos se deparam com desafios de diversas ordens (Sarr, 2019). O primeiro consiste em transformar o crescimento do PIB em desenvolvimento social e territorial, garantindo progressos perenes em termos de saúde, educação, renda, mas também direitos básicos (segurança dos cidadãos, liberdade de expressão, de informação, de mobilidade espacial e religiosa, demografia escolhida, promoção da igualdade de gênero, respeito das minorias etc.) em ambientes políticos democráticos. No entanto, o bem viver das populações africanas supõe uma ruptura radical com estruturas de poder que garantem historicamente os interesses dos “parceiros” comerciais (antigos e novos, estatais e privados) e das



elites econômicas e políticas nacionais. Num continente onde prevalecem economias de renda centradas em ilhas de modernidade extrativistas e receitas de exportação que alimentam aparelhos de Estado de natureza neo-patrimonial, as perspectivas de bifurcação são, ainda, limitadas (Monié, 2023).

Além da problemática política institucional, a África subsaariana pós-colonial é submetida à importação de paradigmas, modelos e narrativas desenvolvimentistas de diversas matizes ideológicas. Teoria da modernização “rostowiana”, políticas de substituição das importações via industrialização industrializadora, estatização dos meios de produção, neoliberalismo através da imposição de Planos de Ajustes Estruturais (PAS), desenvolvimentismo “singapuriano” etc. impõem sua visão normativa e linear da história econômica aos atores da decisão política. Mesmo se recentemente, alguns países como Ruanda, Gana ou Etiópia conseguiram diversificar sua base econômica, a dependência das exportações de produtos primários, ou pouco processados, explica o baixo grau de complexidade de economias nacionais. Podemos, também, nos questionar a respeito da atual onda de renegociação dos códigos de mineração e dos setores extrativistas em geral, que não garantem uma redistribuição mais equitativa da renda das exportações de *commodities* (Bassey, 2015).

Por sua parte, a questão do regionalismo apresenta uma trajetória mais complexa (Makiadi, 2018), num contexto internacional marcado por uma onda de nacionalismo *a priori* pouco favorável ao abandono voluntária de parte da soberania que implica todo processo de integração regional. Além disso, a baixa complementariedade produtiva entre os países do continente africano prejudica a integração comercial em todas as escalas. Na atualidade, a Comunidade da África do Leste apresenta uma dinâmica mais favorável graças ao relativo equilíbrio de poder entre os países membros e sua conexão logística privilegiada com os oceanos Índico e Pacífico. No entanto, a integração regional idealizada pelos diversos blocos, pelo Banco Africano de Desenvolvimento ou pela União Africana estimula orientações macroeconômicas que promovem *grosso modo* as receitas elaboradas pelo Banco Mundial...

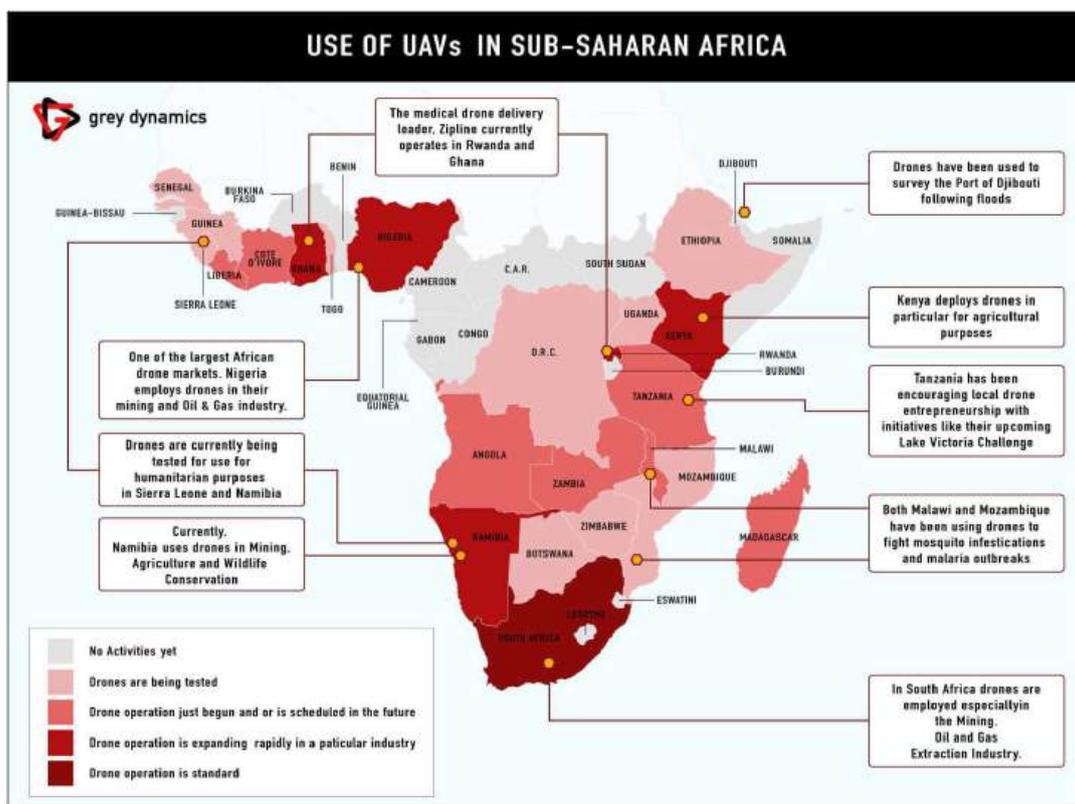
As novas tecnologias constituíram, por seu lado, ferramentas de base para a fronteira do desenvolvimento do capitalismo 2.0 *Made in Africa*. Democratização inegável do acesso à Internet e expansão do mercado dos telefones moveis estimulam a multiplicação de aplicativos cujos usos são múltiplos: transações bancárias e financeiras, informações meteorológicas e comerciais destinadas a comunidades camponesas, reforço escolar, comunicações multiplataformas,



autentificação de remédios, comércio *online*, simplificação das formalidades administrativas etc. Apesar da oligopolização da operação telefônica e informática por grandes corporações, as Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) estimulam o micro empreendedorismo, a circulação das ideias e, como foi observado durante a pandemia de Covid 19, a integração da pesquisa científica em nível continental. No campo da gestão do território e dos serviços de uso coletivo (em particular a saúde pública), os drones de uso civil têm se revelado ferramentas uteis para o envio de pequenos pacotes para regiões remotas, onde a malha viária é precária e pouco densa (Ersozoglu, 2021). O Ruanda foi, por exemplo, pioneiro na remessa de bolsas de sangue para centros de saúde distantes da capital, onde observou-se uma diminuição da mortalidade materna.

Figura 2

Uso dos drones (VANTs) na África subsaariana (2021)



Fonte: Grey Dynamics



Entre os outros desafios que se impõem as economias e aos espaços econômicos subsaarianos figuram os impactos locais das mudanças climáticas globais. Apesar de ser a região do Mundo historicamente menos emissiva em gases de efeito estufa, a África subsaariana sofre de forma desproporcionado dos efeitos dessas mudanças e do elevado custo de adaptação num contexto de adensamento demográfico, de urbanização acelerada e de regulação precária das atividades poluidoras que exercem uma pressão suplementar sobre o meio ambiente (Bassey, 2015). Na atualidade, observa-se uma multiplicação das secas prolongadas (Sahel, África do Nordeste), das ondas de calor e dos desastres “ambientais” de forte intensidade, das inundações e enchentes que impactam espaços rurais e urbanos, um aumento do nível do mar e um acréscimo das temperaturas superior à média mundial (Monié, 2022). Os impactos humanos (vítimas de eventos extremos, da desertificação, da insegurança alimentar etc.) e sobre a biodiversidade devem aumentar nas próximas décadas. Os efeitos das alterações climáticas globais são também econômicos. Os custos da adaptação crescerão consideravelmente no futuro. Estima-se que os governos já perdem 2 a 3% do PIB anual e consagram 9% de seu orçamento para gerar os extremos climáticos (WMO, 2024). As iniciativas de luta contra a pobreza, a insegurança alimentar, a desertificação, a erosão costeira, de previsão dos eventos climáticos, entre outros, devem, por sua parte, impactar negativamente o crescimento econômico. Por isso, o desenho de uma arquitetura financeira internacional e a transferência de tecnologias destinadas a transição ecológica revelam-se prioritários para o futuro do continente africano.

6

### **Referências**

- BASSEY, N. **Aprendendo com a África. A extração destrutiva e a crise climática.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- ERSOZOGLU, E. **Drones in Africa: Potential for Life and Death.** April 15, 2021. <https://greynomics.com/drones-in-africa-potential-for-life-and-death/>
- MAKIADI, S.L. L'intégration régionale en Afrique: Un processus déjà ancien... pour quels résultats?», **Mulemba** [Online], vol. (12), 2016, posto online no dia 30 setembro 2018, consultado 07/01/2025. DOI: <https://doi.org/10.4000/mulemba.738>
- MONIÉ, F. Editorial. A África subsaariana frente às mudanças climáticas: perspectivas e desafios. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 1, p.6-15, jan-mar. 2022



MONIÉ, F. Editorial. Quais recursos para que modelos de desenvolvimento na África subsaariana?

**Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p.1-9, jul-set. 2023.

SARR, F. **Afrotopia**. São Paulo: N-1 Edições, 2019

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO). **State of the Climate in Africa 2023**. Genebra: WMO, 2024. <https://library.wmo.int/idurl/4/69098>

WAPMUK, S; AKINKWOTU, O. As dinâmicas da África nas relações mundiais: do afro-pessimismo para o afro-otimismo? **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. v. 2, n. 4, 2017, p.11-31.



No artigo que abre nosso dossiê temático, Elmer Agostinho Carlos de Matos propõe uma reflexão sobre o papel e a importância do território nas trajetórias “desenvolvimentistas” africanas e moçambicana no contexto de primazia do neoliberalismo econômico. O texto, intitulado *Por um direito ao território: uma proposta de desenvolvimento sustentável para os atingidos pelos “projetos de desenvolvimento”*, analisa mais especificamente o caso dos chamados grandes projetos industriais frequentemente acompanhados por remoções forçadas de populações locais que negam o direito dos habitantes ao território. Em *Contributo dos projectos de construção da paz e coesão social para a promoção do desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado: o caso do Coeso I no Distrito de Metuge (2019– 2023) (Moçambique)*, Aly Caetano Juma Hassane e Dilia Vaz Miguel estudam o projeto de construção de paz e coesão social “Coeso I” para promoção do desenvolvimento socioeconómico localizado na província de Cabo Delgado. Os/as autores evidenciam que, apesar da instabilidade geopolítica e da pressão crescente sobre os serviços e equipamentos coletivos consequente do afluxo de refugiados, a iniciativa Coeso 1 contribuiu para diminuir as tensões locais e oferecer oportunidades para os habitantes. Os impactos socioambientais de uma cervejaria recém-instalada a proximidade de Maputo são apresentados por Abel Benjamim Mindo, Almeida Pascoal Cossa, Mércia Yolanda Mondlhane e Mussá Abdul Remane no artigo *Impactos socioambientais da produção industrial: caso da empresa cervejas de Moçambique- Marracuene*. As observações em campo e as entrevistas realizadas pelos autores, assim como o estudo dos relatórios da empresa e das autoridades, colocam em evidência um cenário de tensões que requer uma governança inovadora. Por seu lado, Mateus José Andir e Manuel Chichano Eduardo Augusto tentam identificar áreas favoráveis a produção de batata-reno



no Distrito de Tsangano, localizado na província moçambicana de Tete. O texto *Avaliação das condições agroclimáticas da cultura de batata-reno no distrito de Tsangano, Província de Tete em Moçambique* revela-se de grande interesse na medida em que a produtividade da agricultura continua sendo um desafio maior nos espaços rurais do continente. Os autores recorrem as geotecnologias para, através do cruzamento de diferentes variáveis, propor áreas de intervenção.

Ainda no nosso dossiê temático, Blaise Ouedraogo concedeu uma entrevista ao *Boletim GeoÁfrica*. O professor e investigador burquinabê apresenta os desafios do desenvolvimento rural no seu país onde as comunidades camponesas e as autoridades se deparam com a tradicional baixa produtividade dos cultivos num contexto de mudanças climáticas severas e de forte instabilidade geopolítica. Enfim, na entrevista concedida a nossa revista, o professor Kauê Lopes dos Santos (UNICAMP, Brasil), apresenta suas reflexões sobre o processo de industrialização das economias africanas. Ele destaca como, depois do fracasso das políticas de substituição das importações e das orientações macroeconômicas neoliberais, as Zonas Econômicas Especiais (ZEES) constituem, hoje, um possível vetor da industrialização em diversos países do continente. As problemáticas da transferência gradual de tecnologias suscetíveis de estruturar cadeias produtivas mais sofisticadas e dos efeitos desencadeadores das ZEEs sobre as economias e os espaços locais/regionais representam desafios maiores para a industrialização da África subsaariana.



Abrindo a *Sessão Varia*, o artigo de Neovaldo Tomás Moisés, intitulado *Implicações socioambientais dos assentamentos informais em Nacala (Moçambique): uma análise do bairro Mocone*, versa sobre uma questão muito relevante num continente onde o ritmo do processo de urbanização é acelerado. Ao exemplo do que podemos observar em outras regiões do Mundo, a produção do espaço urbano é caracterizada pela importância do uso informal do solo. O autor aborda aqui algumas das consequências ambientais e sociais da informalidade da urbanização num bairro da cidade moçambicana de Nacala. A qualidade ambiental de um espaço urbano local constitui também o foco do artigo de Joaquim Gomes André Chitata e Fernando Joaquim Mandima. O texto *Avaliação da qualidade ambiental urbana do bairro Eduardo Mondlane no município da cidade de Maxixe (Moçambique)* não é apenas um diagnóstico dos problemas ambientais enfrentados pelos moradores de um bairro da cidade moçambicana de Maxixe. Ele



analisa, também, a mobilização dos habitantes em prol de melhorias da qualidade de vida no lugar. Os autores evocam uma produção social do espaço urbano. A escala local continua privilegiada por Miguel Muguio, Euclides Matule e André Moiane na contribuição intitulada *Avaliação da sustentabilidade da área territorial dos municípios de Maputo e Matola (Moçambique)*. Os autores propõem sua reflexão sobre a gestão do uso do solo urbano que deve combinar variáveis como crescimento populacional, área disponível e densidade demográfica. Encerrando a sessão *Varia*, Flora Gonçalves Chele, Sanito Joaquim Marques Alfredo e Frango José Gonçalves Quembo exploram os obstáculos enfrentados por mulheres jovens no acesso as instituições de ensino superior. Autoras e autores do artigo *Factores inibidores ao acesso da rapariga no ensino superior: uma análise no distrito de Nacala-Moçambique* evidenciam que fatores sociais, culturais, econômicos e psicológicos se articulam de maneira complexa para limitar o ingresso das *raparigas* nas universidades e outros estabelecimentos de ensino superior.



9

A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Mussá Abdul Remane, pesquisador convidado neste número, desenvolveu uma pesquisa de Doutorado intitulada “Perigo, Vulnerabilidade e Risco de Desastre na Cidade da Beira: Os Casos dos Ciclones Tropicais Idai e Eloise”. A tese foi defendida em 2024 na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da, Universidade Pedagógica de Maputo (Moçambique).

Boa leitura!!!



## DOSSIER THÉMATIQUE

### ECONOMIES ET ESPACES EN AFRIQUE SUBSAHARIENNE : PERMANENCES ET MUTATIONS

#### Entretien



#### *Défis du développement rural au Burkina Faso. Entretien avec Blaise Ouedraogo*

*Par Blaise Ouedraogo & Frédéric Monié*

*Ouedraogo, Blaise,*  
Université J. Ki Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso ; Institut de l'Environnement et de Recherches Agricoles (INERA) du Centre National de la Recherche Scientifique et Technologique (CNRST)  
Contact: [blaise.ouedraogo@inera.bf](mailto:blaise.ouedraogo@inera.bf)

*Frédéric Monié*  
Professeur du Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro; Coordinateur du GeoÁfrica; Editeur du Boletim GeoÁfrica  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/794911137775985>  
[orcid.org/0000-0002-8738-3301](https://orcid.org/0000-0002-8738-3301)  
Contact: [fredericmonie@igeo.ufrj.br](mailto:fredericmonie@igeo.ufrj.br)

**Biographie:** Blaise Ouedraogo est géographe. Actuellement Directeur de Institut de l'Environnement et de Recherches Agricoles (INERA). Ses recherches portent sur la sur la gestion des ressources naturelles, les stratégies d'adaptation des populations au changement climatique et sur les problèmes environnementaux de développement. Ces activités ont abouti à une thèse de Doctorat Unique, à des publications scientifiques, et à des publications de vulgarisation.



Como citar:  
OUEDRAOGO, B; MONIÉ, F. Les défis du développement rural au Burkina Faso. Entretien avec Blaise Ouedraogo. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p. 10-16, jul.-dez. 2024



## Entretien avec Blaise Ouedraogo<sup>1</sup>

*Boletim GeoÁfrica. Pourriez-vous, Monsieur Ouedraogo, présenter à nos lecteurs votre itinéraire scientifique et professionnel de chercheur principalement la problématique du développement rural ?*

Je remercie Boletim GeoAfrica pour cette opportunité qui m'est offerte pour partager mon expérience dans le domaine de la recherche agricole.

Pour paraphraser Jim McCloskey (2020) la recherche est un processus qui consiste à rassembler différents éléments d'information pour trouver des modèles, des corrélations et des connexions. L'objet de la recherche agricole en effet, est de trouver des solutions adaptées aux problèmes liés à la production agricole et à la gestion des ressources naturelles. Au Burkina Faso, l'agriculture reste un domaine prioritaire et la place de la recherche agricole est fondamentale surtout dans le contexte de la variabilité et du changement climatique. L'institut de l'Environnement et de recherche agricole (INERA) dont je suis un des chercheurs est une institution publique chargée de promouvoir de nouvelles technologies agricoles en vue d'accroître la productivité et adapter les cycles culturaux avec de nouvelles semences. Les semences de variétés améliorées contribuent pour environ 40% à la productivité agricole et jouent de ce fait un rôle primordial dans la compétitivité des produits sur le marché. Il s'agit aussi pour l'institut de proposer au monde rural de systèmes de productions agricoles pour une meilleure gestion des ressources naturelles et améliorer la productivité agricole.

11

*Boletim GeoÁfrica: Quelles sont les caractéristiques générales de l'agriculture et de l'élevage au Burkina Faso ? Ces caractéristiques présentent-elles des similitudes avec celles des pays voisins du Sahel central ?*

Le Burkina Faso est un pays enclavé, c'est-à-dire sans accès à la mer et s'étend sur une superficie de 274 200 km<sup>2</sup>. Du fait de sa situation géographique au cœur du Sahel, il a un profil écologique fragile et ayant deux saisons contrastées ; une saison sèche d'octobre à mai et une saison pluvieuse de juin à septembre. Les sous-secteurs agro-sylvo-pastoral et halieutique demeurent la locomotive de l'économie Burkinabè, contribuant pour 20,5% au produit intérieur brut (PIB) et occupant plus de 70% de la population active. Cependant, ces sous-secteurs font

---

<sup>1</sup> L'entretien a été réalisé par courriel et en français. Les réponses ont été reçues le 06 octobre 2024



face à de nombreux défis et contraintes parmi lesquels on peut citer les aléas climatiques, la baisse de fertilité des sols, la pression des bioagresseurs, la hausse des prix des intrants agricoles et la faible professionnalisation des filières agricoles. L'insécurité qui sévit dans le pays à travers le terrorisme depuis 2015 a conduit plus de deux (2) millions de déplacés à l'intérieur du pays entraînant l'abandon de plusieurs zones de production agricole et pastorale.

L'agriculture est dominée par de petites exploitations familiales avec une production agricole essentiellement pluviale et vivrière. Les pratiques anthropiques et les conditions climatiques défavorables mettent à rude épreuve les politiques de conservation et de restauration des ressources naturelles.

*Boletim GeoÁfrica: Quels sont les principaux impacts des changements climatiques sur l'agriculture et l'élevage burkinabé ? Des politiques publiques sont-elles mises en œuvre par le gouvernement et/ou la CEDEAO pour atténuer les impacts de ces changements climatiques sur les paysanneries ?*

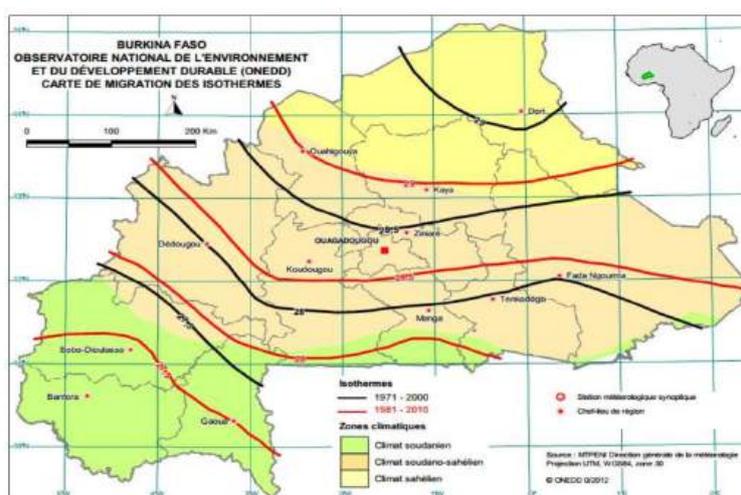
Les changements climatiques sont au centre des préoccupations aussi bien des acteurs scientifiques que des décideurs politiques. Ils constituent de nos jours une menace sans précédent pour la sécurité alimentaire et les moyens d'existence de plusieurs millions de personnes dans le monde. Au Sahel en particulier, la menace du changement climatique est plus préoccupante car la capacité d'adaptation des populations est très faible. Les extrêmes climatiques sont de véritables catalyseurs de la dégradation du milieu biophysique qui se traduit entre autres par la diminution des ressources végétales et l'assèchement des terres cultivables.

Les besoins des sociétés rurales se matérialisent par une utilisation de l'espace et des ressources, selon des techniques et une logique spatiale dépendant d'une organisation sociale plus ou moins complexe. Les pressions exercées sur l'espace déterminent les réponses d'adaptation développées par les populations en vue de maintenir ou d'améliorer la productivité du milieu. Les principaux risques climatiques fréquemment enregistrés au Burkina Faso sont notamment les inondations, les poches de sécheresse, les fortes températures et les vents violents (PNA 2015, CDN 2021). Les impacts du changement climatique sur l'agriculture concernent les systèmes de production agricoles qui sont de types extensifs et dominés par les cultures pluviales. Cette agriculture connaît une baisse de la productivité liée, de la raréfaction de l'eau, la dégradation des terres, l'augmentation des épidémies de ravageurs et de maladies de plantes.



Selon les modèles climatiques sur l'évolution du climat au Burkina Faso (basé sur les scénarii RCP2.6 & RCP6.0), il est à prévoir une augmentation de la Température, une forte variabilité pluviométrique et une intensification des précipitations. Depuis 1971, on constate un glissement des isohyètes du nord vers le Sud avec pour conséquence un recul de la quantité d'eau tombée.

Figure 1. Migration des isothermes



Ces changements en cours entraînent des conséquences diverses sur les productions agrosylvopastorales. Le domaine des productions animales est aussi fortement impacté par les changements climatiques. Les éleveurs sont contraints de faire des déplacements à la recherche de pâturages. Les conditions de déficit fourrager et hydrique exposent plus les ovins et les bovins.

Depuis la conférence de Rio en 1992, le Burkina Faso a fait preuve d'une volonté politique de s'attaquer à la question du développement durable et des changements climatiques. Cela s'est matérialisé dès lors à travers la création d'un ministère plein en charge de l'environnement, devenu en 2016 le ministère de l'Environnement, de l'Économie verte et du Changement climatique. Le gouvernement burkinabè s'inscrit ainsi dans un cadre mondial de lutte contre les Changements climatiques par son adhésion aux conventions et traités internationaux sur les changements climatiques. Le Burkina Faso a rédigé en effet, des plans nationaux d'adaptation (PNA) pour servir de cadre de référence à toutes les interventions d'adaptation face aux changements climatiques à l'horizon 2050.



*Boletim GeoÁfrica : Quels sont les principaux défis auxquels font face les initiatives et politiques publiques de développement rural durable et socialement intégrateur ? Quels sont les principaux acteurs engagés dans ces trajectoires de développement ?*

Depuis une vingtaine d'années, le débat sur le changement climatique a pris de l'ampleur. Le changement climatique est désormais une évidence, le problème est comment promouvoir des stratégies pour s'adapter. La réponse du Burkina Faso face à ce phénomène est guidée entre autres par la Loi d'Orientation sur le Développement Durable de 2014, le Code de l'environnement de 2013 et la Politique nationale du Développement durable de 2013.

Plusieurs études ont montré que les principaux défis climatiques auxquels le pays est exposé sont entre autres : les sécheresses, les inondations, les vents forts, les fortes variations de température. Ces changements climatiques menacent en premier lieu le secteur primaire (l'agriculture, l'élevage, la pêche) et l'exploitation des forêts, tous des secteurs clés pour l'économie du pays. Pour faire face aux défis des changements climatiques, diverses actions ont été initiées par les différents acteurs dans plusieurs secteurs. L'intégration de ces efforts dans une dynamique globale de lutte contre les changements climatiques, avec une feuille de route précise où les priorités sont définies, les synergies et les complémentarités identifiées, s'avère aujourd'hui nécessaire. Ceci justifie l'élaboration de la Politique Nationale sur les Changements Climatiques qui servira de cadre de référence des différentes interventions dans les domaines des changements climatiques au Burkina Faso. L'Etat à travers des projets de développement a mis l'accent sur la promotion des actions de lutte contre le changement climatique. Plusieurs technologies issues de la recherche ont été mises à l'échelle.



Figure 2. Quelques exemples technologies

Technologies	Illustrations
Les diguettes en cordons pierreux	
Les digues filtrantes	
Les bandes enherbées	
Le Zai	
Fauche et conservation de fourrage	

*Boletim GeoÁfrica : Le projet de muraille verte » a-t-il des effets bénéfiques sur le développement rural au Burkina Faso ?*

La grande muraille verte est une initiative conçue en vue de limiter l'expansion du désert du Sahara. Ce projet doit à terme créer une muraille forestière de 7.500 km. Une ceinture verte qui longe le désert du Sahara et qui doit traverser 11 États d'Afrique d'ouest en est, du Sénégal jusqu'à Djibouti. Les actions dans ce grand projet visent 100 millions d'hectares de terres à restaurer, de piéger 250 millions de tonnes de carbone et de créer 10 millions d'emplois. L'intérêt



de ce projet de participer à la lutte contre le changement climatique et d'améliorer la qualité de l'environnement

### Quelques publications de Blaise Ouédraogo...

DAMA-BALIMA, Mariam; OUÉDRAOGO, Blaise; KABORE, Oumar; COMPAORE, Emmanuel. La production maraichère dans l'Oubritenga: facteurs et défis actuels. **Revue de Langues, Lettres, Arts, Sciences humaines et sociales (Wiiré)**, v. 1, n. 11, 2020.

OUEDRAOGO, Blaise; OUEDRAOGO, Lucien; KABORE, Oumar. Fragmentation de l'espace et conflits d'usage au Sahel: cas du bassin versant de Yakouta (Burkina Faso). **International Journal of Biological and Chemical Sciences**, v. 9, n. 6, p. 2727-2739, 2015.

OUÉDRAOGO, Blaise et al. Variabilités climatiques et occupation des sols dans le bassin versant du barrage de Yakouta (Sahel Burkinabè). **International Journal of Innovation and Scientific Research**, v. 49, n.1, p. 25-38, 2020.

OUEDRAOGO, Blaise; KABORE, Oumar; KABORE, Martine. Cartographie quantitative de l'érosion des sols par approche SIG/RUSLE dans la Commune de Karangasso vigué (Burkina Faso). **International Journal of Biological and Chemical Sciences**, v. 13, n. 3, p. 1638-1653, 2019.

OUEDRAOGO, Blaise; KABORE, Oumar; KABORE, Martine. Cartographie quantitative de l'érosion des sols par approche SIG/RUSLE dans la Commune de Karangasso vigué (Burkina Faso). **International Journal of Biological and Chemical Sciences**, v. 13, n. 3, p. 1638-1653, 2019.

OUÉDRAOGO, Blaise *et al.* Vulnérabilité d'un espace sous pression agropastorale dans le bassin versant de Yakouta au Burkina Faso. **Revue de Géographie de l'Université Ouaga I Pr Joseph Ki zerbo**, v. 2, n. 5, p. 1-18, 2016.

SODORE, Abdoul Azise; GANSAONRE, Raogo Noël; OUÉDRAOGO, Blaise; ZOUGNRANA, Tanga Pierre. Les rapports au foncier des populations péri-urbaines de Ouagadougou au Burkina Faso. **Revue de Géographie de l'Université de Ouagadougou**, v. 1, n. 9, p. 1-18, 2020.

YAMEOGO, Augustin; PALE, Sié; OUÉDRAOGO, Blaise; SOMÉ, Yélézouomin Stéphane Corentin; DA DAPOLA, Evariste Constant. Agrobusiness et dynamique du couvert végétal dans la commune de Sapouy (Centre-Ouest, Burkina Faso). **Revue Ivoirienne de Géographie des Savanes**, n. 9, p. 23-37, 2020.



## DOSSIÊ TEMÁTICO:

### *ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES*

#### Entrevista



#### *Os desafios do desenvolvimento rural em Burquina Fasso. Entrevista com Blaise Ouedraogo*

*Por Blaise Ouedraogo & Frédéric Monié*

*Ouedraogo, Blaise,*  
Université J. Ki Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso ; Institut de l'Environnement et de Recherches Agricoles (INERA) du Centre National de la Recherche Scientifique et Technologique (CNRST)  
Contato: [blaise.ouedraogo@inera.bf](mailto:blaise.ouedraogo@inera.bf)

*Frédéric Monié*  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio de Janeiro; Coordenador do GeoÁfrica; Editor do Boletim GeoÁfrica  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/794911137775985>  
[orcid.org/0000-0002-8738-3301](https://orcid.org/0000-0002-8738-3301)  
Contato: [fredericmonie@igeo.ufrj.br](mailto:fredericmonie@igeo.ufrj.br)

**Biografia:** Blaise Ouedraogo é geógrafo. É atualmente Diretor do Instituto de Meio Ambiente e Pesquisa Agrária (INERA). A sua pesquisa centra-se na gestão dos recursos naturais, nas estratégias de adaptação da população às alterações climáticas e nos problemas de desenvolvimento ambiental. Essas atividades resultaram em uma tese de doutorado, diversos artigos científicos e publicações de divulgação.



Como citar:  
OUEDRAOGO, B; MONIÉ, F. Os desafios do desenvolvimento rural em Burquina Faso. Entrevista com Blaise Ouedraogo. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p. 10-16, jul.-dez. 2024



## Entrevista com Blaise Ouedraogo<sup>1</sup>

Boletim GeoÁfrica. *O senhor Ouedraogo poderia apresentar aos nossos leitores um pouco do seu itinerário científico e profissional como pesquisador, destacando em particular suas investigações relativas à problemática do desenvolvimento agrário?*

Agradeço o Boletim GeoAfrica para esta oportunidade que me foi oferecida para partilhar a minha experiência no domínio de investigação do desenvolvimento agrário.

Parafraseando Jim McCloskey (2020), a pesquisa é um processo que consiste a reunir diferentes informações para encontrar padrões, correlações e conexões. O objetivo da investigação agrária, de facto, é encontrar soluções adaptadas aos problemas ligados à produção agrícola e à gestão dos recursos naturais. No Burkina Faso, a agricultura continua sendo uma área prioritária e o papel da investigação agrícola é fundamental, especialmente no contexto da variabilidade e das alterações climáticas. O Instituto de Investigação Ambiental e Agrária (INERA), do qual sou um dos investigadores, é uma instituição pública responsável pela promoção de novas tecnologias agrícolas com vista ao aumento da produtividade e à adaptação dos ciclos das culturas com novas sementes. As sementes de variedades melhoradas já contribuem com cerca de 40% para a produtividade agrícola e, portanto, desempenham um papel vital na competitividade dos produtos no mercado. Para o instituto, trata-se também de oferecer ao mundo rural sistemas de produção agrícola garantindo uma melhor gestão dos recursos naturais e um aumento da produtividade.

Boletim GeoÁfrica: *Quais são as características gerais da agricultura e da pecuária em Burkina Faso? Estas características apresentam semelhanças com as dos países vizinhos do Sahel central?*

O Burkina Faso é um país sem litoral, ou seja, sem acesso direto ao mar, e abrange uma área de 274.200 km<sup>2</sup>. Devido à sua localização geográfica no coração do Sahel, apresenta um perfil ecológico frágil com duas estações contrastantes: uma estação seca de outubro a maio e uma estação chuvosa de junho a setembro. Os subsectores agro-silvo-pastoril e pesqueiro continuam sendo a força motriz da economia burquinense, contribuindo para 20,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e ocupando mais de 70% da população economicamente ativa. No entanto, estes subsectores enfrentam numerosos desafios e restrições, incluindo riscos climáticos, declínio da fertilidade do

---

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada por e-mail e em francês. As respostas, recebidas no dia 06 outubro 2024, foram traduzidas por Frédéric Monié.



solo, pressão de pragas, aumento dos preços dos fatores de produção agrícolas e a baixa profissionalização dos setores agrícolas. Desde 2015, a insegurança que assola Burkina Faso, devido, em particular, ao terrorismo, provocou o deslocamento de mais de dois (2) milhões de pessoas dentro do país, levando ao abandono de várias áreas de produção agrícola e pastoril.

A agricultura é dominada por pequenas explorações familiares com produção agrícola principalmente de sequeiro e de subsistência. As práticas antropogênicas e as condições climáticas desfavoráveis colocam à prova as políticas de conservação e restauração dos recursos naturais.

*Boletim GeoÁfrica: Quais são os principais impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura e a pecuária de Burkina Faso? Há políticas públicas implementadas pelo governo e/ou pela CEDEAO para mitigar os efeitos destas alterações climáticas sobre a agricultura?*

As mudanças climáticas estão no centro das preocupações tanto dos intervenientes científicos como dos decisores políticos. Hoje, elas representam uma ameaça sem precedente à segurança alimentar e aos meios de subsistência de milhões de pessoas em todo o mundo. No Sahel, em particular, a ameaça das alterações climáticas é mais preocupante porque a capacidade de adaptação das populações é muito baixa. Os extremos climáticos são verdadeiros catalisadores da degradação do ambiente biofísico que resulta, entre outras coisas, na redução dos recursos vegetais e na secagem das terras aráveis.

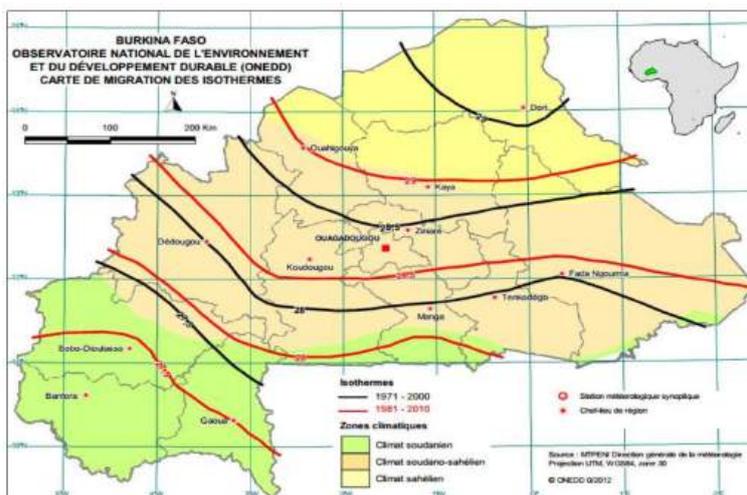
As necessidades das sociedades rurais materializam-se na utilização do espaço e dos recursos, segundo técnicas e uma lógica espacial dependentes de uma organização social mais ou menos complexa. As pressões exercidas sobre o espaço determinam as respostas de adaptação desenvolvidas pelas populações com vista a manter, ou melhorar, a produtividade do ambiente. Os principais riscos climáticos frequentemente registrados no Burkina Faso incluem inundações, bolsões de seca, altas temperaturas e ventos violentos (PNA 2015, CDN 2021). Os impactos das alterações climáticas sobre a agricultura se exercem sobre sistemas de produção agrícola que são extensivos e dominados por culturas de sequeiro. Este tipo de agricultura registra um declínio na produtividade ligado à escassez de água, à degradação dos solos e ao aumento de epidemias de pragas e doenças de plantas.

De acordo com os modelos climáticos sobre a evolução do clima em Burkina Faso (baseados nos cenários RCP2.6 e RCP6.0), espera-se um aumento da temperatura, uma elevada



variabilidade pluviométrica e uma intensificação das precipitações. Desde 1971, tem havido uma mudança nas isoietas de norte para o sul, resultando num declínio na quantidade de água que caiu.

Figura 1. Migração dos isotermos



13

As mudanças em curso têm diversas consequências na atividade agro-silvo-pastoril. O campo da produção animal é também fortemente impactado pelas alterações climáticas. Os pecuaristas são obrigados a migrar em busca de pastagens. A qualidade de forragem e o déficit hídrico colocam os ovinos e bovinos em risco.

Desde a Conferência do Rio em 1992, Burkina Faso tem demonstrado vontade política para enfrentar a questão do desenvolvimento sustentável e das mudanças climáticas. Isto materializou-se através da criação de um ministério integrado responsável pelo meio ambiente, que, em 2016, se tornou o Ministério do Ambiente, da Economia Verde e das Mudanças Climáticas. O governo do Burkina Faso faz, portanto, parte de um quadro global de combate às alterações climáticas através da sua adesão às convenções e tratados internacionais sobre esta questão. De fato, o Burkina Faso elaborou planos nacionais de adaptação (PNA) que servem de quadros de referência para todas as intervenções de adaptação face às mudanças climáticas até 2050.

*Boletim GeoÁfrica: Quais são os principais desafios enfrentados pelas iniciativas e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e socialmente inclusivo? Quem são os principais atores envolvidos nestas trajetórias de desenvolvimento?*



Depuis une vingtaine d'années, le débat sur le changement climatique a pris de l'ampleur. Le changement climatique est désormais une évidence, le problème est comment promouvoir des stratégies pour s'adapter. La réponse du Burkina Faso face à ce phénomène est guidée entre autres par la Loi d'Orientation sur le Développement Durable de 2014, le Code de l'environnement de 2013 et la Politique nationale du Développement durable de 2013.

Plusieurs études ont montré que les principaux défis climatiques auxquels le pays est exposé sont entre autres : les sécheresses, les inondations, les vents forts, les fortes variations de température. Ces changements climatiques menacent en premier lieu le secteur primaire (l'agriculture, l'élevage, la pêche) et l'exploitation des forêts, tous des secteurs clés pour l'économie du pays. Pour faire face aux défis des changements climatiques, diverses actions ont été initiées par les différents acteurs dans plusieurs secteurs. L'intégration de ces efforts dans une dynamique globale de lutte contre les changements climatiques, avec une feuille de route précise où les priorités sont définies, les synergies et les complémentarités identifiées, s'avère aujourd'hui nécessaire. Ceci justifie l'élaboration de la Politique Nationale sur les Changements Climatiques qui servira de cadre de référence des différentes interventions dans les domaines des changements climatiques au Burkina Faso. L'Etat à travers des projets de développement a mis l'accent sur la promotion des actions de lutte contre le changement climatique.

Plusieurs technologies issues de la recherche ont été mises à l'échelle.



Figura 2. Alguns exemplos de tecnologias

Tecnologias	Ilustrações
<b>Pequenos diques de pedra</b>	
<b>Diques filtrantes</b>	
<b>Faixas de ervas</b>	
<b>O Zai</b>	
<b>Corte e armazenamento de forragem</b>	

*Boletim GeoÁfrica: O projeto de « muralha verde » tem tido efeitos benéficos sobre o desenvolvimento rural em Burquina Faso?*

A Grande Muralha Verde é uma iniciativa destinada a limitar a expansão do deserto do Saara em direção ao sul. Este projeto deve eventualmente criar um muro florestal de 7.500 km. Trata-se de um cinturão verde que corre ao longo do Saara e deve cruzar 11 países africanos de oeste a leste, do Senegal ao Djibuti. As ações deste grande projeto visam restaurar 100 milhões de



hectares de terra, sequestrar 250 milhões de toneladas de carbono e criar 10 milhões de empregos. O interesse deste projeto é participar na luta contra as alterações climáticas e melhorar a qualidade do ambiente

### Algumas publicações de Blaise Ouedraogo...

DAMA-BALIMA, Mariam; OUÉDRAOGO, Blaise; KABORE, Oumar; COMPAORE, Emmanuel. La production maraichère dans l'Oubritenga: facteurs et défis actuels. **Revue de Langues, Lettres, Arts, Sciences humaines et sociales (Wiiré)**, v. 1, n. 11, 2020.

OUÉDRAOGO, Blaise; OUÉDRAOGO, Lucien; KABORE, Oumar. Fragmentation de l'espace et conflits d'usage au Sahel: cas du bassin versant de Yakouta (Burkina Faso). **International Journal of Biological and Chemical Sciences**, v. 9, n. 6, p. 2727-2739, 2015.

OUÉDRAOGO, Blaise et al. Variabilités climatiques et occupation des sols dans le bassin versant du barrage de Yakouta (Sahel Burkinabè). **International Journal of Innovation and Scientific Research**, v. 49, n.1, p. 25-38, 2020.

OUÉDRAOGO, Blaise; KABORE, Oumar; KABORE, Martine. Cartographie quantitative de l'érosion des sols par approche SIG/RUSLE dans la Commune de Karangasso vigué (Burkina Faso). **International Journal of Biological and Chemical Sciences**, v. 13, n. 3, p. 1638-1653, 2019.

OUÉDRAOGO, Blaise; KABORE, Oumar; KABORE, Martine. Cartographie quantitative de l'érosion des sols par approche SIG/RUSLE dans la Commune de Karangasso vigué (Burkina Faso). **International Journal of Biological and Chemical Sciences**, v. 13, n. 3, p. 1638-1653, 2019.

OUÉDRAOGO, Blaise et al. Vulnérabilité d'un espace sous pression agropastorale dans le bassin versant de Yakouta au Burkina Faso. **Revue de Géographie de l'Université Ouaga I Pr Joseph Ki zerbo**, v. 2, n. 5, p. 1-18, 2016.

SODORE, Abdoul Azise; GANSAONRE, Raogo Noël; OUÉDRAOGO, Blaise; ZOUGNRANA, Tanga Pierre. Les rapports au foncier des populations péri-urbaines de Ouagadougou au Burkina Faso. **Revue de Géographie de l'Université de Ouagadougou**, v. 1, n. 9, p. 1-18, 2020.

YAMEOGO, Augustin; PALE, Sié; OUÉDRAOGO, Blaise; SOMÉ, Yélézouomin Stéphane Corentin; DA DAPOLA, Evariste Constant. Agrobusiness et dynamique du couvert végétal dans la commune de Sapouy (Centre-Ouest, Burkina Faso). **Revue Ivoirienne de Géographie des Savanes**, n. 9, p. 23-37, 2020.



## DOSSIÊ TEMÁTICO:

### ***ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES***

#### Entrevista



### **Industrialização e Zonas Econômicas Especiais (ZEES) nas formações socioespaciais africanas: situação e debates na contemporaneidade**

*Por Kauê Lopes dos Santos & Antonio Gomes de Jesus Neto*

17

*Kauê Lopes dos Santos*

Professor Doutor do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-UNICAMP)

Contato: kauels@unicamp.br

*Antonio Gomes de Jesus Neto*

Doutorando em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP); Pesquisador do GeoÁfrica

Contato: antonio.gomes.neto@usp.br

#### **Citação**

Lopes dos Santos, K; Gomes de Jesus Neto, A. Industrialização e Zonas Econômicas Especiais (ZEES) nas formações socioespaciais africanas: situação e debates na contemporaneidade. Entrevista com Kauê Lopes dos Santos. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p. 17-21, jul.-dez. 2024



**Quem é Kauê Lopes dos Santos?** Kauê Lopes dos Santos é Professor Doutor do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-UNICAMP) e Pesquisador Visitante do Latin American and Caribbean Centre da London School of Economics and Political Science (LACC-LSE). Realiza pesquisas sobre questões políticas, econômicas, urbanas e ambientais relacionadas aos territórios do Sul Global, especialmente na África e na América Latina.



## Entrevista com Kauê Lopes dos Santos <sup>1</sup>

Boletim GeoÁfrica. *O continente africano e suas 54 formações socioespaciais são geralmente lembrados (pela mídia, mas também pela academia) apenas pela pilhagem de seus recursos naturais por agentes externos – historicamente europeus, mas agora também incluindo potências emergentes do Sul do mundo. Ainda que o extrativismo continue fundamental para se explicar as formações socioespaciais africanas atualmente, não é verdade que não haja industrialização no continente hoje, com diferentes características. Você poderia falar um pouco sobre esse processo? Quais são as formações socioespaciais com maior grau de industrialização no continente atualmente, e que tipo de manufaturas elas estão produzindo? Essa produção é para o mercado interno, para o mercado regional/continental, ou para outros mercados internacionais?*

As atividades que se vinculam a produção de *commodities* – agrícolas ou minerais – ainda possuem grande peso na estrutura econômica de todos os países africanos. Esse peso é uma das muitas heranças do período colonial que atravessaram as formações socioespaciais do continente por toda a segunda metade do século XX. A produção de *commodities* foi, inclusive, um elemento fundamental para compreender o financiamento das políticas de industrialização por substituição de importações criadas pelos diversos chefes de Estados africanos nas décadas de 1960 e 1970.

Sabemos que essas políticas foram relativamente bem-sucedidas logo nos primeiros anos de sua implementação. Contudo, diante do cenário recessivo da economia planetária nos anos 1980 e da implementação dos Planos de Ajuste Estrutural (PAE) - de caráter neoliberal - nos anos 1990, elas foram gradualmente abandonadas. Com a adoção dos PAE, observou-se uma notória desindustrialização do continente no final do século XX e nos primeiros anos do século XXI. Os países que conseguiram sustentar um parque industrial relativamente diversificado foram a África do Sul, o Egito, a Argélia e a Nigéria. As mercadorias produzidas por esses países geralmente atendem aos seus respectivos mercados nacionais, mas eventualmente aos mercados regionais e, no caso sul-africano, ao mercado continental.

Deve-se destacar que, no entanto, após o período de crescimento econômico observado na primeira década do século XXI, esse cenário de desindustrialização começou a se transformar: nos últimos anos começou a ser construída uma nova rodada de industrialização no continente, rodada essa que, diferente das políticas de substituição de importações do século passado, possui a

---

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada por e-mail. As respostas foram recebidas em 22 de outubro de 2024.



implementação de zonas econômicas especiais como instrumento indutor primordial de desenvolvimento da indústria.

*Boletim GeoÁfrica. O tema das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) é muito pouco estudado no Brasil hoje, incluindo a Geografia. Se as ZEEs não se restringem apenas ao setor industrial, é, porém, neste setor que se encontra o maior potencial de transformação da economia das formações socioespaciais que a adotam. O que são as ZEEs? Qual é a situação das ZEEs no continente africano hoje? Quais formações socioespaciais africanas elegeram-nas como instrumento de desenvolvimento econômico nacional, e visando quais setores? Há diferenças entre as diferentes experiências nacionais africanas para essas iniciativas?*

Pois bem, realmente trata-se de um tema que foi pouco abordado na literatura da Geografia brasileira. Atualmente, os geógrafos e economistas que atuam em instituições britânicas – com destaque para a LSE (London School of Economics) – tem uma rica produção e um rico debate sobre a atuação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Conforme mencionei há pouco, as ZEE figuram como um dos principais instrumentos de industrialização dos países do continente africano no início do século XXI. Embora já houvesse algumas poucas ZEEs no continente na década de 1990, há uma significativa expansão das mesmas a partir da década de 2010, quando surge a maior parte das legislações nacionais que regulam a implementação dessas zonas. Em linhas gerais, as ZEE são áreas nas quais empresas são beneficiadas pelo acesso exclusivo à determinadas legislações e infraestruturas estratégicas que não se encontram difundidas na totalidade do território nacional. Por isso há ideia de elas funcionem como uma espécie de enclave normativo e técnico nos territórios. De modo geral, o que me parece importante de ser dito é que as lideranças africanas, diante de uma memória recente de recessão econômica dos anos 80 e 90, vem buscando uma diversificação e modernização das forças produtivas, o que pode ser traduzido por meio de políticas de industrialização via desenvolvimento de ZEE. Em grande medida essas zonas tendem absorver atividades de diferentes segmentos da indústria, mas sobretudo as atividades da indústria de bens de consumo não duráveis, como alimentícia, têxtil, dentre outras.

*Boletim GeoÁfrica. É muito comum, na literatura sobre as ZEEs, associá-las à China, pelo papel que tiveram no desenvolvimento recente da economia chinesa. Em que medida as ZEEs africanas são influenciadas pela China? A China é apenas um modelo, ou também investe nessas iniciativas na África? É possível pensar as relações entre a China e as formações socioespaciais africanas para além do maniqueísmo entre um suposto “neocolonialismo” e uma Cooperação Sul-Sul completamente “desinteressada”?*



A China tornou-se um exemplo bem-sucedido de implementação de Zonas Econômicas Especiais no Sul Global. Contudo, são poucos países nessa macrorregião que possuem forças produtivas e relações de produção em estágio semelhante ao chinês. De todo modo, pode-se observar estratégias de adoção de ZEE semelhantes às que os chineses construíram em países como a Etiópia, por exemplo, que traz a questão da absorção de tecnologia como algo central de sua política de industrialização: ou seja, não é “industrializar para substituir importações” ou exportar produtos de maior valor agregado, que me parece uma estratégia de curto e médio prazo, mas sim industrializar para incorporar tecnologia dentro das forças produtivas, o que me parece uma estratégia de médio e longo prazo.

Retomando a questão da China: ela não atua de forma desinteressada, assim como nenhum país no planeta atua internacionalmente de forma desinteressada. Mas existe a China atuando e existe o que os países do Ocidente dizem sobre a forma como a China atua. As instituições ocidentais já se mostraram excessivamente sinofóbicas na forma como interpretam e comunicam a atuação chinesa no mundo, dificultando muito a nossa interpretação aqui do Brasil, já que nos nutrimos excessivamente de fontes produzidas no Ocidente. É importante reforçar, contudo que isso não significa que não devemos ser críticos à China, mas sim que devemos ser críticos também às fontes secundárias que nos alimentam.

*Boletim GeoÁfrica. Outro debate comum sobre as ZEEs, e especialmente nas formações socioespaciais africanas, é sobre a chamada “economia de enclave”. Pelo que você já estudou sobre o assunto, as ZEEs africanas são apenas enclaves desconectados do resto da formação socioespacial, ou existem formas de integração com o território nacional e as populações locais? Que tipos de conflitos existem nesse processo, e quais as possibilidades que você enxerga para as formações socioespaciais africanas que adotaram as ZEEs?*

Não existe uma resposta fechada para esta pergunta. Nos últimos meses, eu venho investigando algumas ZEE que operam em diferentes países do continente africano. Minha preocupação gira em torno justamente das relações que essas zonas estabelecem com os territórios onde estão localizadas. De todo modo, me arrisco a dizer que é praticamente impossível para uma zona econômica especial não possuir integração ao território nacional. A questão é: o que estamos chamando de integração com o território nacional? A integração que gostaríamos que existisse? Ou a integração que existe?



Mesmo às zonas que aparentam possuir uma menor vinculação ao território acabam por empregar trabalhadores locais, a utilizar recursos naturais e energéticos locais e a induzir o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas próximas (geralmente atividades de serviços dos mais diversos, desde comércio até transporte). Mas existem também zonas econômicas especiais que se vinculam de maneira direta a determinadas etapas de cadeias produtivas que estão territorializadas nos países africanos, tornando-as, desse modo, etapas de cadeias de valor global. O projeto de pesquisa que venho desenvolvendo ainda está em fase inicial, de modo que esperamos comunicar em breve, e com melhor detalhamento, como essas zonas econômicas especiais se articula aos territórios onde estão inseridas, em especial às atividades econômicas menos capitalizadas.



## DOSSIÊ TEMÁTICO:

### *ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES*

#### ARTIGO



### **POR UM DIREITO AO TERRITÓRIO: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA OS ATINGIDOS PELOS "PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO"**

*FOR A RIGHT TO TERRITORY: A PROPOSAL FOR SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT FOR THOSE AFFECTED BY "DEVELOPMENT PROJECTS"*

*POR EL DERECHO AL TERRITORIO: UNA PROPUESTA DE DESARROLLO  
SOSTENIBLE PARA LOS AFECTADOS POR LOS "PROYECTOS DE  
DESARROLLO"*

*Por Elmer Agostinho Carlos de Matos*

*Elmer Agostinho Carlos de Matos*  
Pesquisador do Núcleo de Estudos  
Sócioterritoriais (NES) do Departamento de  
Geografia da Universidade Eduardo  
Mondlane  
Contato: [elmermats@yahoo.com.br](mailto:elmermats@yahoo.com.br)  
ORCID: 0000-0002-5586-3554

Como citar:  
AGOSTINHO CARLOS DE MATOS, E. Por um  
direito ao território: uma proposta de  
desenvolvimento sustentável para os atingidos  
pelos "projetos de desenvolvimento". **Boletim  
GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p. 22-37, jul.-dez. 2024.

Recebido: 27/07/2024  
Aceite: 04/09/2024



## RESUMO

O artigo é uma reflexão apresentada numa palestra proferida no dia 11 de outubro de 2024, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. A reflexão procura trazer ao debate a importância do território nos processos de desenvolvimento, principalmente os de viés neoliberal, que são implementados em vários países africanos, com destaque para Moçambique. Com base em reflexões realizadas pelo autor em suas publicações, o artigo mostra que a legislação moçambicana garante o direito à terra aos atingidos pelos chamados projetos de desenvolvimento, mas não o direito ao território, que seria o mais importante direito para todas as famílias que são compulsoriamente deslocados dos seus territórios. A reflexão termina convidando os pesquisadores e a sociedade civil a se juntarem a “Campanha Território”, à semelhança da “Campanha Terra”, que massificou a divulgação dos direitos à terra conquistadas pela Lei de Terras de Moçambique de 1997.

**Palavras-chave:** Território. Desenvolvimento. Rural. Moçambique.

## ABSTRACT

The article is a reflection presented in a lecture given on October 11, 2024, at the Faculty of Arts and Social Sciences of the Eduardo Mondlane University, Mozambique. The reflection seeks to bring to debate the importance of territory in development processes, especially those along neoliberal bias, which are implemented in several African countries, with emphasis on Mozambique. Based on reflections made by the author in his publications, the article shows that Mozambique legislation guarantees those affected by so-called development projects the right to land, but not the right to territory, which would be the most important right for all families who are compulsory displaced from their territories. The reflection ends by inviting researchers and civil society to join the “Territory Campaign”, like the “Land Campaign”, which widespread dissemination of land rights achieved by the Mozambican Land Law of 1997.

**Keywords:** Territory. Development. Rural. Mozambique.

## RESUMEN

El artículo es una reflexión presentada en una conferencia impartida el 11 de octubre de 2024, en la Facultad de Artes y Ciencias Sociales de la Universidad Eduardo Mondlane, Mozambique. La reflexión busca poner en debate la importancia del territorio en los procesos de desarrollo, especialmente aquellos que siguen vías neoliberales, que se implementan en varios países africanos, con énfasis en Mozambique. A partir de reflexiones realizadas por el autor en sus publicaciones, el artículo muestra que la legislación mozambiqueña garantiza a los afectados por los llamados proyectos de desarrollo el derecho a la tierra, pero no el derecho al territorio más importante para todas las familias que son desplazados forzosamente de sus territorios. La reflexión finaliza invitando a investigadores y a la sociedad civil a unirse a la “Campaña del Territorio”, similar a la “Campaña de la Tierra”, que amplía la difusión de los derechos sobre la tierra lograda por la Ley de Tierras de Mozambique de 1997.

**Palabras clave:** Territorio. Desarrollo. Rural. Mozambique.



*“Terra qualquer um pode ter, mas território não”.*  
Don Porfirio Angulo, residente em Tumaco,  
Colômbia, em 1998<sup>1</sup>;

*“Para nós, o território é o direito mais importante  
que temos como um povo; mais importante que o  
direito a educação, a saúde, ... porque nenhum  
desses direitos tem sentido se não respeitarem o  
direito ao nosso território”.* Marcos Pastrana,  
dirigente da Diaguita Calchaqui, Argentina, em  
2007<sup>2</sup>;

*“Quem arranca a terra, arranca tudo: a nossa vida,  
o nosso futuro e dos nossos filhos. Já não iremos ter  
acesso às nossas mangas, bananas, capim para  
cobrir as nossas casas”.* Membro da Comunidade de  
Micopo, em Niassa, Moçambique, em 2011<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Escobar (2010, p. 66).

<sup>2</sup> Aráoz (2010, p. 19).

<sup>3</sup> Justiça Ambiental; UNAC (2011, p. 6).



## INTRODUÇÃO

As três falas citadas mostram a importância do território para as famílias, principalmente para aquelas que são forçadas a abandonar os seus territórios para dar lugar a implantação dos chamados projetos de desenvolvimento. Os três discursos estão a abordar o território como um produto histórico que contém as marcas das práticas acumuladas, ou seja, estão a tratar da dimensão sociocultural do território.

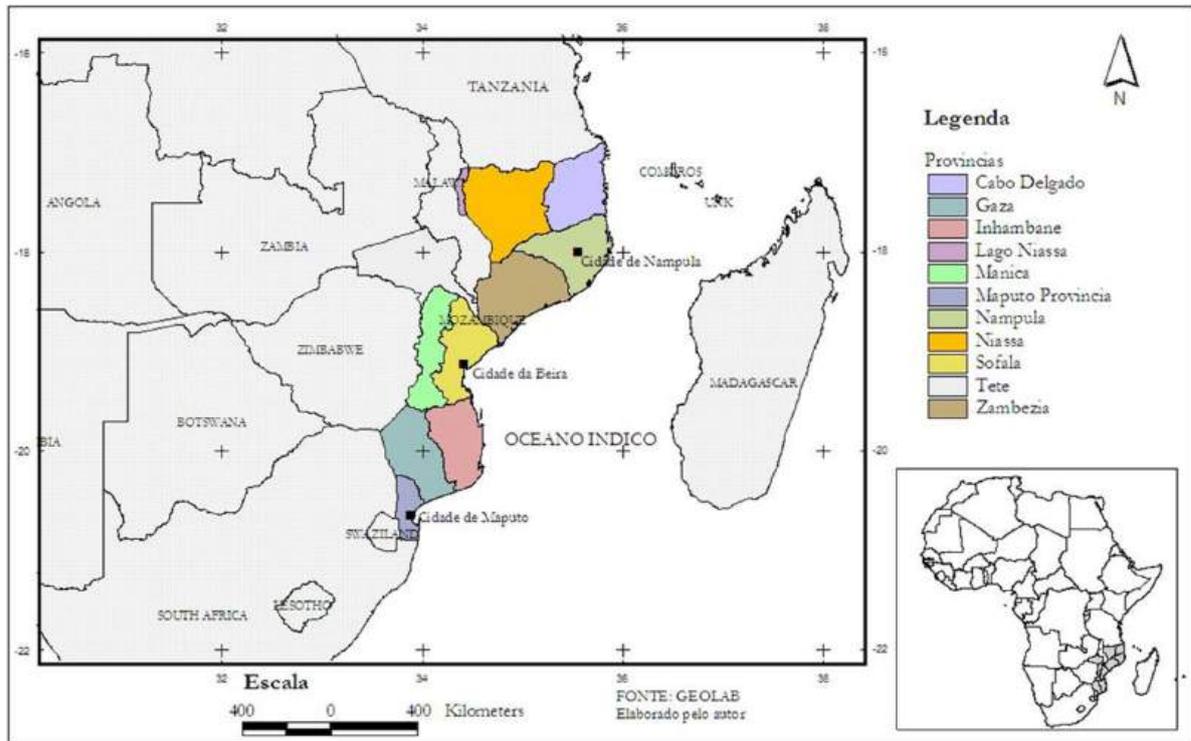
As preocupações representadas nas falas dos três (3) entrevistados não se distanciam das preocupações das famílias moçambicanas, que são “forçadas” a abandonarem as suas áreas de residência para ceder a implantações de infraestruturas importantes à economia nacional, como também para a implantação das indústrias extrativas. São preocupações, que para o nosso contexto, têm sido representadas pela luta à terra. Se analisada profundamente, constata-se que apesar das famílias afetadas representarem as suas lutas com base na terra, o centro das suas reivindicações está nos conteúdos da terra, ou seja, lutam pela história ou mesmo pelas rugosidades que a sua terra carrega, como se pode ver na terceira fala anteriormente citada.

O debate sobre a importância da terra na família rural não é novo no país, tendo se consolidado na década de 90, com a “revolução constitucional” e a revisão da Lei de Terras, que iniciou com a aprovação da Política Nacional de Terras, em 1995. Na altura, a grande preocupação, como destaca Negrão (2008), centrava-se em garantir que a implementação das políticas neoliberais no país não gerasse “Sem terra”, já que a corrida à terra estaria escancarada ao apetite do capital internacional e nacional. Nesse debate, e avizinando a introdução de uma nova abordagem de desenvolvimento rural, embasada no Manejo Comunitários dos Recursos Naturais (MCRN), é introduzido o conceito de “comunidade”, que viabilizaria a nova abordagem de desenvolvimento rural.

O conceito de comunidade, segundo Keppe (1998), deve incluir três (3) dimensões principais, nomeadamente a unidade espacial, a unidade económica e a unidade de interação social, que inclui o sistema de parentesco social e relações sociais. A definição de comunidade local, que aparece pioneiramente na Lei de Terras de 1997, incorpora as sugestões de Keppe (1998), tornando-se numa inovação para a defesa dos “interesses” das famílias rurais moçambicanas.



Figura 1. Localização geográfica de Moçambique



Fonte: GEOLAB. Elaboração: autor

O conceito de comunidade local passou a ser a base de intervenção nas áreas rurais, tendo se projetado, igualmente, em legislações produzidas na sequência, com destaque para a Lei de Florestas e Fauna Bravia que materializava o projeto de desenvolvimento rural, calcado no MCRN. Porém, mesmo com essa “moda”, Negrão preferiu trabalhar com o conceito de família rural e não o de comunidade local (Negrão, 2008). Apesar das críticas que se fazem à operacionalização do conceito de comunidade (Negrão, 2008; Feijó, 2020), conseguimos perceber que o conceito de comunidade local está mais próximo do conceito de território, que é a base da nossa reflexão<sup>4</sup>.

Discutir a importância do território para a família rural é transportar o debate para um campo teórico e empírico mais amplo. É não centrar o debate na questão da terra, como erroneamente foi sendo conduzido ao longo do tempo, muito em função da não percepção (ou propositadamente ignorado) do significado que a terra tinha para a família rural ou para a comunidade local.

<sup>4</sup> Leia Matos (2011) para aprofundar o debate.



## O CONCEITO DE TERRITÓRIO E SUAS DINÂMICAS

O geógrafo Rogério Haesbaert (2012) identifica três (3) dimensões do território, sendo: (i) *a política ou jurídico-política* que geralmente está relacionada ao poder político do Estado. Aqui encontramos o território dos Estados-Nação, bem como as suas subunidades, como províncias, distritos, cidades, etc.; (ii) *a cultural ou simbólico-cultural*, usualmente compreendida como um produto da apropriação/valorização de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Estou a pensar nos territórios dos regulados ou mesmo das comunidades locais, com suas lógicas de domínio dos objetos e ações que se vão (re)produzindo ao longo do tempo. Para salvaguardar o direito desses territórios, foi introduzido o conceito de comunidade local no quadro legal moçambicano; e (iii) *a económica* que enfatiza o território como fonte de recursos contendo o valor de troca. É, o território flexível, em que o detentor do poder apenas o ocupa em função da mais-valia que o mesmo oferece. Estou a pensar no território da empresa *Vale Moçambique* ou mesmo da empresa *Montepuez Ruby Mine* ou da *MOZAL*, cujo uso do espaço lhe foi concedido a partir de um contrato com o Estado. Em todas essas dimensões apresentadas, constata-se que estão presentes as relações de poder, mediadas pelo espaço, como nos ensina o geógrafo Marcelo de Souza (2007), que são responsáveis por estabelecer os limites de cada um dos territórios.

Bernardo Mançano Fernandes (2008) discute as dimensões do território tendo como ponto de partida a ideia de que existe o território de governança, que é o território político administrativo e o mais difundido. É o território do Estado-Nação ou das suas subunidades. Porém, tem o cuidado de ressaltar que apesar desse território ser considerado como *uno*, ele não exclui a presença de outros territórios, que se formam no seu interior, numa luta constante entre as dimensões económicas e as simbólico-cultural. É justamente a pretensão de ser um território *uno* que se ignoram a multiescalaridade e a multidimensionalidade do território. O território *uno* vai sendo o responsável por definir qual e quando os outros territórios podem (ou devem) se (re)produzir no seu interior.

São essas visões diferenciadas de produzir e compreender o território que permitem o seu movimento, ou seja, a materialização do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Este movimento acontece no território, em função



dos mais diversos interesses, principalmente quando este é percebido e produzido como um espaço de recurso, embutidos do valor de troca.

Matos (2017, p. 122) considera que o território “... é produzido na história, num processo relacional, onde os atores o vão construindo, num movimento dialético, em que as marcas dos atores vão sendo inscritas no espaço, ao mesmo tempo que este deixa, também, as suas nos produtores”. Este processo carrega consigo os elementos de identidade e de pertencimento, num processo em que a terra se torna extensão do homem e da comunidade local, tornando-se violenta a sua separação.

Se compreendermos o território na aceção colocada anteriormente e, ancorando na abordagem de Maria Laura Silveira (2011), passaremos a ter um território quando a terra se torna extensão dos que ocupam, num processo de construção de identidade e enraizamento. Estes seriam os elementos necessários para a produção do território, pois teríamos a sua apropriação<sup>5</sup>. Se por um lado temos os territórios que resultam da apropriação, por outro teríamos os territórios que resultam da dominação<sup>6</sup>, próprio da dimensão económica, que se sustentaria enquanto os recursos continuarem a providenciar a mais-valia. Assim sendo, e nesta perspetiva, o território será mais um espaço, em que se ignoram as rugosidades e está pronto para ser transformado numa “fábrica”. Para Silveira (2011, p. 52) “... existe o sentido de posse, mas não o sentido de pertencimento e de enraizamento, pois a capacidade de sair do lugar é evidente”. Nesse debate e embate de visões, teríamos a dimensão simbólico-cultural como produtora de territórios, contendo as etiquetas dos seus atores (Medeiros, 2006). A dimensão económica estaria relacionada com um espaço, liso e pronto a acolher os objetos e as ações necessárias à produção do lucro.

---

<sup>5</sup> “Apropriação não arrasa, mas transforma a natureza – o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados – em bens humanos. A apropriação é a meta, o sentido e a finalidade da vida social” (Lefebvre, 1978, p. 164).

<sup>6</sup> “A dominação sobre a natureza material, resulta de operações técnicas, arrasa esta natureza permitindo as sociedades substituí-las por seus produtos” (Lefebvre, 1978, p. 164).



## A IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO NOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO

Ingressado num mundo globalizado, onde os ditames do neoliberalismo se impõem em todos os cantos do mundo, tornando os territórios de governança mais “sensíveis, nervosos e objetos de numerosas mudanças de conteúdos” (Santos; Silveira, 2003, p. 302), os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização passam a ser a regra e não a exceção. São processos que permitem a produção do território económico, ou seja, o território do capital, às custas do território simbólico-cultural. A desterritorialização que é responsável pela reterritorialização acontece, tanto no mesmo espaço como fora dele. A desterritorialização e reterritorialização no mesmo espaço ocorre quando os atores que dominam o espaço impõem uma nova racionalidade dos objetos e das ações que ocorrem no território, sem implicar no deslocamento físico dos antigos ocupantes. A desterritorialização e reterritorialização num outro espaço ocorre quando os novos usos do território, principalmente com a introdução de novos objetos e novas ações, implicam num deslocamento compulsório para outras áreas, para que o espaço atenda aos interesses do capital. Independentemente do tipo de desterritorialização, o facto é que o comando do território passa para outros atores e, com isso, novas racionalidades no uso do território.

A implementação do projeto desenvolvimentista, principalmente nos espaços rurais, tem sido marcado por processos de desterritorialização. Se pensarmos que os modelos de desenvolvimento implantados no país sempre transportaram consigo os processos de desterritorialização e reterritorialização, então compreenderemos que sempre entregamos os territórios ao apetite do capital (ou de outros atores que concebiam os usos do território de forma diferente dos respectivos “donos”). Se num momento o desenvolvimento rural, embasado na ideia de colocar as comunidades como atores importantes, a partir da cedência dos seus recursos para o capital, proporcionou a desterritorialização no local, num momento seguinte, a estratégia foi entregar ao capital a possibilidade de implantar novos objetos, que excluem os usos anteriores e (re)produzem novas ações. Ou seja, há uma transição das questões centrais do chamado desenvolvimento, saindo do modelo de participação das comunidades nas parcerias, para modelos de compensação, indemnização e processos de reassentamento. É neste



modelo de desenvolvimento que os reassentamentos<sup>7</sup> surgem como possibilidade de melhoria das condições de vida dos atingidos, já que o capital, ao se apossar dos territórios, transforma-os em espaços, com usos excludentes.

Os chamados projetos de desenvolvimento, que são responsáveis por gerar usos excludentes, proporcionam processos de reterritorialização em espaços virgens de narrativas ou sem tempo condensado. Como nos ensina Haesbaert (2012; 2007), todo o processo de desterritorialização leva consigo uma reterritorialização, mesmo que ela seja precária. Ou seja, não existe desterritorialização sem reterritorialização. É sobre o processo de reterritorialização que o nosso enfoque se detém, com o principal propósito de oferecer uma reterritorialização mais justa e mais humana.

Figura 2. Áreas de Reassentamento em Moatize (Tete) e Tenga (Maputo Província)



Fonte: O autor.

Os diversos estudos realizados no país, sobre a implantação dos chamados projetos de desenvolvimento (Justiça Ambiental; UNAC, 2011; Matos, 2011; 2016; Mosca; Selemane, 2011; Langa; Souza; Hespanhol, 2013; Eusébio, 2016; Frei, 2017; Osório; Cruz e Silva, 2018; Matos; Matsinhe, 2020) têm evidenciado que a reterritorialização tem sido precária. Compreendemos que a precarização dos processos está relacionada com o facto de não se garantir o Direito ao Território, mas sim o Direito à Terra.

<sup>7</sup> O Decreto 31/2012 de 8 de agosto – Regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de atividades económicas – defende que o principal objetivo do processo de reassentamento é “impulsionar o desenvolvimento socioeconómico do país e garantir que a população afetada tenha uma maior qualidade de vida, equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspetos físicos, ambientais, sociais e económicos” (MOÇAMBIQUE, 2012, p. 234).



Todo o quadro legal preparado para embasar os projetos desenvolvimentistas surgidos a partir da década de 90 centraram-se em garantir terra à família rural. Tanto a Lei de Terras, que supostamente veio a proteger a família rural (contraditoriamente coloca na terra o valor de troca<sup>8</sup>), assim como as legislações que fomentam a exploração dos recursos naturais, lutaram para garantir o direito à terra. Porém, a dinâmica do capital veio a mostrar que esse direito não era suficiente para proporcionar uma melhoria das condições de vida, já que olham para a terra apenas como espaço de produção e não como espaços de vida.

Me parece que o debate da década de 90 (e nos anos seguintes) estava em garantir que o país não gerasse processos que criariam os “Sem terra”. Assim, todo o esforço foi para garantir que todo o investimento que consome espaço não culminasse com famílias “Sem terra”. Esses alertas eram dados por vários estudiosos, incluindo os trabalhos desenvolvidos pelo Professor José Negrão, que resgatavam e valorizavam a importância da terra para a família rural. Negrão (2008) defendia que o acesso a terra era indispensável à família rural. Mas, era também importante compreender o papel que a terra desempenhava na família rural, a partir de três (3) funções principais, nomeadamente: (i) consumo; (ii) produção; e (iii) distribuição. É bem provável que não entendemos perfeitamente o contributo de Negrão, quando falava da indispensável terra para a família rural africana. Entendo que Negrão, apesar de centrar o seu argumento no conceito/categoria de terra, percebe-se claramente, em várias das suas reflexões, que ele estava falando de território, como sendo indispensável, pois compreendia a terra não apenas como um meio e lugar de produção, mas como um espaço de vida, um espaço onde se condensa a história da família e onde o espaço é parte da família. Ao trabalhar sobre as funções de consumo, produção e distribuição, Negrão está ingressando na ideia de defender que o desenvolvimento de Moçambique passa por garantir o território, como indispensável à família rural.

Chegados a esta fase, parece-me que concordamos que não precisamos garantir apenas espaço para a família rural, mas sim território. Espaço é desprovido de tempo condensado, logo, para o nosso exercício, espaço é terra, que está disponível para ser

---

<sup>8</sup> No regulamento da Lei de Terras de 1997, aprovado em 1998, destaca a necessidade de “simplificar os procedimentos administrativos e facilitar, deste modo, o acesso a terra por parte dos investidores nacionais e estrangeiros” (MADER; FAO, 2001, p. 26). Ou seja, a terra passa para o jogo do mercado.



moldada. Se o território é um produto histórico, se são as rugosidades, então como garantir esse direito aos atingidos pelos chamados projetos de desenvolvimento, já que o seu deslocamento é inevitável, inadiável e irrecusável?

O desenvolvimento é um conceito mágico, bonito, inquestionável, desejado. No actual sistema político-económico em que nos encontramos, dominado pelo neoliberalismo, é um sacrilégio recusar o desenvolvimento, como também pensar em alternativas que fogem do controle do desenvolvimento (que se transformou num projeto mais político e imperial). Nesse caso, como garantiríamos um direito ao território?

Como afirmamos anteriormente, os processos de desterritorialização-reterritorialização<sup>9</sup> não são uma exceção, mas a regra. Este facto nos coloca na situação de pensar que os territórios das comunidades locais, mais cedo ou mais tarde, serão alvo do capital, transformando territórios em espaços. O nosso objetivo deve ser garantir que a destruição dos territórios seja substituída por territórios (ou seja, com oportunidades de estes produzirem territórios). Para que isso se concretize é preciso pensar em espaços que contemplem as três funções defendidas por Negrão (consumo, produção e distribuição).

Figura 3. Algumas dificuldades dos reassentados no acesso à água potável e campos de cultivo inadequados para a prática agrícola



Fonte: O autor.

É preciso entender, como nos ensina Matos (2017), que o território da comunidade não se limita apenas à terra agrícola utilizada, é preciso incluir a terra em pousio, a terra que pode ser utilizada como “moeda” de transação para a obtenção de outros bens

<sup>9</sup> Reassentamento que é a separação violenta entre a terra e a cultura ou entre o homem e a sua terra.



importantes à família e terra para os seus descendentes. É preciso entender que o mato existente não é apenas um espaço sagrado (bastante importante para as comunidades), mas também é uma fonte de serviços fundamentais à sobrevivência das famílias, espaços que podem ser a salvação em épocas de crise. É preciso entender que a localização da *machamba* próxima de um curso de água não é apenas um capricho do processo de irrigação, mas também um elemento que influencia nas decisões de divisão do trabalho familiar, tomadas pelo chefe da família. É preciso entender que as indenizações e a incorporação dos reassentados nos novos postos de trabalho não implicarão na abdicação da prática da agricultura, visto que esta é sempre fundamental, como refere Negrão (2008).

Compreender essa complexidade de dimensões que a terra apresenta é transportar o debate para o território. É resgatar a história do território calcada no espaço, reprodutora de uma relação afetiva da comunidade com o seu espaço, produzindo um espaço vivido, uma identidade. É também chamar ao debate o regulamento sobre o processo de reassentamento que se limita em providenciar habitação e terra para as atividades de subsistência, negligenciando os vários serviços que só o território pode oferecer (Matos; Matsinhe, 2020).

Estes alertas aos processos de desterritorialização e reterritorialização são importantes, pois como refere Araújo (2011) a implementação das políticas neoliberais têm gerado processos de expropriação: (i) *de carácter geográfico* (quando se usurpa a terra da família rural para a implantação dos chamados projetos de desenvolvimento), (ii) *de carácter económico* (destruindo as bases socioeconómicas locais e a inclusão, mesmo que precária, dessas famílias em atividades económicas que têm outras lógicas e fogem do controle da família rural); (iii) e *de carácter ecológico* (quando, para além de perderem o seu território, também se vêm prejudicados ambientalmente pelo desenvolvimento da nova atividade).

## PARA NÃO CONCLUIR

O que estamos propondo é que a reterritorialização esteja embasada numa abordagem territorial. A perda de território pelos atingidos nunca será compensada com território, pois este é resultado de um processo de construção contínuo e de sacralização



das suas referências no espaço. Para Matos e Matsinhe (2020), lutar pelo território das comunidades locais significa lutar por um processo que proporcione o acesso ao território, a vivência do território, a construção de um território mais justo e humano. Não seria apenas uma luta para estar fisicamente no local, mas para ser parte desse processo, ser o alicerce da sua (re)construção, ter a oportunidade de reconstruir o seu sonho, ter a garantia de que os processos de reterritorialização serão os mais justos, transparentes e inclusivos. Esse é o direito que deveria ser garantido às famílias reassentadas.

Gostaria de terminar este chamamento para a “Campanha Território”, com uma frase do Professor Milton Santos (2009, p.40) *“nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isto é importante porque só assim poderemos escapar ao dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro”*.

## REFERÊNCIAS

- ARÁOZ, H. M. El auge de la minería transnacional en América Latina: de la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo. In ALIMONDA, Héctor (coord). **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLASCO, 2011. p.135-179.
- ARÁOZ, H. M. Territorios, colonialismo y minería transnacional. Una hermenéutica crítica de las nuevas cartografías del imperio. In: **III Jornadas del Doctorado en Geografía**. Desafios teóricos y compromiso social en la Argentina de Hoy. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de la Plata. 29 y 30 de septiembre de 2010. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgglefndmkaj/https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.1489/ev.1489.pdf](chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgglefndmkaj/https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.1489/ev.1489.pdf). Acesso em: 1 de out. 2024.
- ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. Colombia: Enció Editores, 2010.
- EUSÉBIO, A. J. “Cancope” a comunidade onde nutre a esperança: transformações sociais na vida cotidiana de uma comunidade rural do distrito de Moatize, província de Tete, Moçambique”. In: **Revista Visagem - Antropologia Visual e da Imagem**. Belém. Vol. 2, n.2. 2016. p.354-371. Disponível em:



[https://grupovisagem.org/revista/edicao\\_v2\\_n2/experiencia-etnografica/cancope/](https://grupovisagem.org/revista/edicao_v2_n2/experiencia-etnografica/cancope/).

Acesso em: 1 de out. 2024.

FEIJÓ, J. **Questionando o conceito de comunidades**. Observatório do Meio Rural.

Destaque Rural, nº 98. Setembro de 2020. Disponível em: chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://omrmz.org/wp-

content/uploads/DR-98-Questionado-o-conceito-de-comunidades.pdf. Acesso em: 1 de out. 2024.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp. 273-302.

FREI, Vanito V. M. **No país do mano Muça, eu sou carvão: implicações socioterritoriais dos megaprojectos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula**. (2017). Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Socioambientais – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R. “Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão”. In: CASTRO, Iná E. de et al. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007. p. 165-205.

JUSTIÇA AMBIENTAL; UNAC. **Os senhores da terra: análise preliminar do fenómeno de usurpação de terras em Moçambique - casos de estudo**. Maputo, 2011.

KEPPE, T. Os problemas de definição do termo “comunidade”: os desafios do programa de reforma da terra nas zonas rurais de África do Sul. In: KLOECK-JENSON, Scott e WATERHOUSE, Rachel. **Seminário sobre o conceito das comunidades locais em relação à gestão de recursos naturais**. Maputo: Briefing Book, 1998. p. 8-17.

LANGA, J. M. do R.; SOUZA, J. G.; HESPANHOL, R. A. de M. A produção de alternativas agroenergéticas e a questão da terra em Moçambique: a província de Manica. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, v.8, n. 15, 2013, p. 1-31.

Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19768>. Acesso em: 1 de out. 2024.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4ª ed. Barcelona: Península, 1978.



MADER; FAO. **Lei de terras 19/97 e seus regulamentos**: português - xisena. Maputo, 2001.

MATOS, E. A. C. de. A importância do território para a família rural moçambicana. In: CATSOSSA, Lucas A.; MORETTI, Edvaldo C. (Orgs.). **Processos e dinâmicas no Moçambique contemporâneo**. Porto Alegre, RS: Totalbooks, 2023, p.62-84

MATOS, E. A. C. de. O direito ao território: ensaio sobre a problematização na exploração dos recursos naturais em Moçambique. In: **IBEROGRAFIAS** – revista de estudos ibéricos. Ano XIII, nº 13, 2017. p. 119-136. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/367244804/Iberografias-n%C2%BA13>. Acesso em: 1 de out. 2024.

MATOS, E. A. C. de. **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique**. 2016. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MATOS, E. A. C. de. **A nova abordagem de gestão das áreas de conservação e suas implicações socioespaciais**: o caso de Chimanimani no centro de Moçambique. 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MATOS, E. A. C. de; MATSINHE, A. Desterritorialização provocada por grandes projectos: o caso da ponte Maputo-Katembe, Moçambique. In: ALMEIDA, Jalcione (Org.). **Pesquisa em desenvolvimento, ambiente e conflitos**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020, p.101-117.

MATOS, E. A. C. de; MEDEIROS, R. M. V. Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo. In: **Revista NERA**. Ano 20, nº 38. Edição especial, 2017. p. 280-315. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5301>. Acesso em: 1 de out. 2024.

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, cultura e Inovação. In LEMOS, Amália I. G. de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria L. (Org). **América Latina**: cidade, campo e turismo. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO/ São Paulo: Universidade São Paulo, 2006. p. 281-293.



MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 31/2012 de 8 de Agosto**. Regulamento sobre o processo de reassentamento resultante de actividades económicas. Maputo: Boletim da República, 2012.p. 323-328.

MOSCA, J.; SELEMANE. T. **El Dorado Tete**: os mega projetos de mineração. Maputo: CIP, 2011.

NEGRÃO, J. **Repensando a terra e as modas do desenvolvimento rural**. Maputo: Texto Editores, 2008.

OSÓRIO, C.; CRUZ E SILVA, T. **Silenciando a discriminação**: conflitos entre fontes de poder e os direitos humanos das mulheres em Pemba. WLSA Moçambique: Maputo, 2018.

SANTOS, M. **Repensando o espaço do homem**. 5ª ed., 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5ª Edição. Rio de Janeiro, 2003.

SILVEIRA, M. L. Novos aconteceres, novas territorialidades. In: DIAS, Leila C.; FERRARI, Maristela (Org). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular. 2011. p. 39-62

SOUZA, M. L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de *et al.* **Geografia**: conceitos e temas. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77-116.



## DOSSIÊ TEMÁTICO:

### *ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES*

#### Artigo



#### **CONTRIBUTO DOS PROJECTOS DE CONSTRUÇÃO DA PAZ E COESÃO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DE CABO DELGADO: O CASO DO COESO I NO DISTRITO DE METUGE (MOÇAMBIQUE)**

***CONTRIBUTION OF PEACE-BUILDING AND SOCIAL COHESION PROJECTS  
TO PROMOTING THE SOCIO-ECONOMIC DEVELOPMENT OF CABO  
DELGADO: THE CASE OF COESO I IN THE DISTRICT OF METUGE  
(MOZAMBIQUE)***

***CONTRIBUCIÓN DE LOS PROYECTOS DE CONSTRUCCIÓN DE PAZ Y  
COHESIÓN SOCIAL A LA IMPULSIÓN DEL DESARROLLO  
SOCIOECONÓMICO DE CABO DELGADO: EL CASO DE COESO I EN EL  
DISTRITO DE METUGE (MOZAMBIQUE)***

*Por Aly Caetano Juma Hassane & Dília Vaz Miguel*

#### **ALY CAETANO JUMA HASSANE**

Mestre em Desenvolvimento Económico Regional e Local pela Universidade Católica de Moçambique; Coordenador de projetos de desenvolvimento na Fundação Azul, consultor de facilitação em matérias de direitos humanos, paz, coesão social, democracia  
Contato: alycaetano7@gmail.com

#### **DÍLIA VAZ MIGUEL**

Professora Doutora, em Humanidades; Docente na Universidade Católica de Moçambique  
Contato: dmiguel@ucm.ac.mz

#### Como citar:

HASSANE, C. A. J.; VAZ MIGUEL, D. Contributo dos projetos de construção da paz e coesão social para a promoção do desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado: o caso do Coeso I no Distrito de Metuge (Moçambique). **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p. 38-61, jul.-dez. 2024.

Recebido: 27/07/2024

Aceite: 04/08/2024



## RESUMO

O artigo versa sobre o contributo dos projetos de construção da paz e coesão social para a promoção do desenvolvimento socioeconómico na província de Cabo Delgado: o caso do “COESO I” no distrito de Metuge (2019/2022). Nestes termos, o objetivo é compreender o contributo do projeto de construção de paz e coesão social, “coeso I” para promoção do desenvolvimento socioeconómico no distrito. Quanto a metodologia, sob ponto de vista de abordagem do problema é uma pesquisa qualitativa e quanto aos objetivos de pesquisa é exploratória. E quanto aos procedimentos usados, é um estudo de caso. Adotou-se técnicas de pesquisa como entrevistas semiestruturadas, observação não participativa, análise bibliográfica e análise documental. Durante a pesquisa, foi possível perceber mudanças significativas no contexto socioeconómico do distrito de Metuge devido a chegada de deslocados, destacando a pressão sobre os serviços públicos e conflitos étnicos nos centros de reassentamento. Por outro lado, durante a delimitação temporal da pesquisa destacam-se dois projetos de paz e coesão social implementados no distrito; Projeto de Recuperação da Crise do Norte (NCRP) e o COESO I. O foco da pesquisa é o COESO I, pois que contribuiu para a promoção do desenvolvimento socioeconómico do distrito apoiando a promoção de direitos fundamentais e liberdades dos cidadãos, a promoção de pequenas oportunidades locais económicas bem como construído e influenciado a edificação de infraestruturas locais.

**Palavras-chave:** Projeto Social. Paz. Coesão social. Desenvolvimento Socioeconómico. Distrito de Metuge.

## ABSTRACT

This article is about the contribution of peacebuilding and social cohesion projects to promoting socioeconomic development in the province of Cabo Delgado: the case of “COESO I” in the district of Metuge (2019 – 2022). Therefore, the objective is to understand the contribution of the peace-building and social cohesion project, “COESO I” to promoting socioeconomic development in the district of Metuge. Methodologically, from the point of view of approaching the problem, it is qualitative research and in terms of research objectives, it is exploratory. And in terms of procedures used, it is a case study. To convey out this research, research techniques such as semi-structured interviews, non-participatory observation, bibliographic analysis and document analysis were adopted. Throughout the research, it was possible to notice that there were changes in the socioeconomic context of the Metuge district due to the arrival of displaced people, highlighting the pressure on public services and ethnic conflicts in the resettlement centers. On the other hand, during the temporal delimitation of the research they highlight two peace and social cohesion projects implemented in Metuge district: Northern Crisis Recovery Project (NCRP) and “COESO I”. For this research the focus is the “COESO I” project, because it contributed to the promotion of the socioeconomic development of the district, supporting the promotion of fundamental rights and freedoms of citizens, promotion of small local economic opportunities as well as built and influenced the construction of local infrastructures.

**Keywords:** Social Project. Peace. Social Cohesion. Socioeconomic Development. Spatial Clipping. Metuge’s District

## RESUMEN

Este artículo trata sobre la contribución de los proyectos de construcción de paz y cohesión social a la promoción del desarrollo socioeconómico en la provincia de Cabo Delgado: el caso de “COESO I” en el distrito de Metuge (2019 – 2022). Se pretende comprender la contribución del proyecto de construcción de paz y cohesión social “Cohesivo I” a la promoción del desarrollo socioeconómico en el distrito de Metuge. En cuanto a la metodología, desde el punto de vista del abordaje del problema, esta investigación es una investigación cualitativa, es una investigación exploratoria y desde el punto de vista de los procedimientos utilizados, es un estudio de caso. Para realizar esta investigación se adoptaron técnicas de investigación como entrevistas semiestruturadas, observación participativa y análisis de documentos. Durante la investigación se pudo notar que hubo cambios significativos en el contexto socioeconómico del distrito debido a la llegada de personas desplazadas, destacando la presión sobre los servicios públicos y los conflictos étnicos en los centros de reasentamiento, por otro lado, durante En la delimitación temporal destacan dos proyectos de paz y cohesión social en el distrito de Metuge, a saber, el Proyecto de Recuperación de la Crisis del Norte (NCRP) y COESO I. La investigación mostró que el proyecto COESO I contribuyó a la promoción de la situación socioeconómica. desarrollo en el distrito de Metuge apoyando la promoción de derechos y libertades, la promoción de pequeñas oportunidades económicas locales, así como la construcción e influencia en la construcción de infraestructuras locales.

**Palabras clave:** Proyecto Social. Paz. Desarrollo Socioeconómico. Recorte espacial. Distrito de Metuge



## INTRODUÇÃO

Este artigo é produto de uma pesquisa sobre o contributo dos Projetos de Construção da Paz e Coesão Social para a Promoção do Desenvolvimento Socioeconómico de Cabo Delgado: O Caso do Coeso I no Distrito de Metuge (2019 – 2023) em Moçambique, que surge no contexto dos ataques terroristas que vem assolando a província de Cabo Delgado desde 2017. De referir que, tais ataques vêm se intensificando nos últimos anos, com incidência direta nos distritos de Macomia, Palma, Mocímboa da Praia, Nanguade, Muidumbe, Quissanga e Metuge. Segundo o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado-PRCDPRCD (2021) estima-se que o terrorismo tenha afetado cerca de 1.000.000 de pessoas dos distritos de Mocímboa da Praia, Palma, Muidumbe, Nanguade, Macomia, Quissanga, Ibo, Meluco e Mueda, dos quais cerca de 786.520 são deslocados. Inúmeras pessoas perderam seus pertences e seus meios de subsistência (PRCD, 2021). Além disso, infraestruturas foram destruídas.

No distrito de Metuge, a Organização das Nações Unidas para Migração- OIM (2022), reportou entre 70.000 e 150.000 deslocados. Este cenário, fez com que diversas organizações internacionais e nacionais, especificamente as organizações não-governamentais, começassem a implementar projetos com vista a aliviar o sofrimento da população e apoiar o governo que não apresentava capacidade de resposta. O artigo ressalta também a ação do governo que aprovou vários planos e programas para Cabo Delgado, mas ainda carece de iniciativas em termos de promoção de paz e coesão social. No, a pesquisa que sustenta o artigo reflete sobre as condições sociais na província, que constituem um elemento central para a construção da paz, da estabilidade e do desenvolvimento num cenário de respeito dos direitos humanos.

## Problematização

Em contexto de conflitos promovidos por grupos terroristas, iniciativas são implementadas com vista a apoiar as comunidades afetadas. Segundo o Centro para Democracia e Desenvolvimento-CDD (2021), organizações governamentais e não-governamentais, instituições académicas, sociedade civil e medias atuando na província de Cabo Delgado têm implementado projetos em diferentes áreas com vista a promoção da coesão social, um ambiente de paz, a harmonia, o crescimento económico inclusivo e uma governação cada vez mais participativa. Riddihough (2023) defende que a



promoção da paz e coesão social são algumas das formas através das quais o Governo de Moçambique e os seus parceiros ajudam as comunidades a melhor integrarem-se e a adaptarem-se à sua nova realidade – como forma de recuperar da insurgência violenta que tem afetado a região Norte desde 2017, impulsionando significativamente o desenvolvimento económico da província. Em 2022, foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique, que tem como primeiro pilar, o estabelecimento e consolidação da paz e segurança (Conselho de Ministros, 2022). Diversos autores acreditam que os projetos de construção da paz são preponderantes para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades. Contudo, várias vozes defendem que, em contexto de conflito, o foco dos projetos sociais, deve ser a construção de infraestruturas, o provimento de meios de subsistência, o bom funcionamento de serviços públicos, a formação técnico-profissional para os jovens etc. O *Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI* (2022) explica que a construção da paz é um processo complexo com vários entendimentos, que permanecem elusivos e, portanto, difíceis de verificar. Essas complexidades resultam na falta de um padrão para a medição do alcance da paz, o que complica os esforços para avaliar o progresso geral da paz. Este cenário faz com que seja também difícil perceber o contributo que a paz e coesão social trazem para o desenvolvimento socioeconómico das comunidades. Todavia, o projeto COESO I, implementado pela Fundação Aga Khan e Fundação MASC, tem em vista reforçar a coesão social e resiliência à radicalização em Cabo Delgado. Por isso, convém se questionar sobre qual é a contribuição do projeto de construção da paz e coesão social COESO I, à promoção do desenvolvimento socioeconómico no distrito de Metuge?

### **Metodologia**

O estudo pautou por uma pesquisa qualitativa, esta é adequada para analisar os projetos de construção da paz e coesão social e do desenvolvimento socioeconómico do distrito de Metuge. A pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo (Bodgam e Biklen, 2023 citado em Oliveira (2011, p.45). Considera-se uma pesquisa exploratória, pois segundo Gil (1999) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas precisos ou hipóteses



pesquisáveis por estudos posteriores. Segundo o autor, estes tipos de pesquisas apresentam menor rigidez no planeamento, pois são planejadas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Quanto ao método, subsidiou-se a partir de Marconi e Lakatos (2003), o método histórico, consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram a sua forma atual através de mudanças influenciadas pelo contexto cultural de cada época. Assim sendo, o presente método ajuda a fazer uma descrição histórica sobre o conflito e situação humanitária com base na intervenção dos projetos de construção da paz e coesão social em Cabo Delgado. Incluiu-se os procedimentos técnicos: o documental que para Severino (2007), esta técnica é um registo sistematizado de dados, informações, colocando-se em condições de análise por parte do pesquisador. Essa técnica é importante pois permite buscar os documentos relacionados com os acordos, políticas, decretos, instrumentos e relatórios relacionados com projeto e iniciativas de paz e coesão social implementados em Cabo Delgado, especificamente no distrito de Metuge.

A técnica bibliográfica, permite usar a informação produzida por especialistas na matéria que é analisada com base num suporte teórico propiciando raciocínio próprio. A técnica de recolha de dados usada foi a entrevista semiestruturada, que para Duarte e Barro (2006) consiste em elaborar um roteiro de perguntas semi-abertas, que permitem captar as perceções com profundidade e explorar cada pergunta, podendo no decorrer das entrevistas as questões serem adaptadas e alteradas. No estudo de caso em tela, a entrevista semi-estruturada permite entrar em contacto com diferentes atores, entre eles entidades governamentais, ONGs, beneficiários dos projetos sociais e todas as partes interessadas na paz e na coesão social. Referir que a entrevista aos beneficiários privilegia o método de grupos focais, que permite ter uma interação aberta e descontraída, criando um espaço seguro para os entrevistados partilharem as suas ideias e opiniões.

A observação participante a observação não participante é uma técnica de pesquisa utilizada em diversas áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, psicologia e ciências sociais em geral, na perspetiva de Rizzi (2023). Trata-se de um método de coleta de dados que envolve a observação de um fenómeno ou comportamento sem a participação direta do pesquisador. Nesse tipo de observação, o mesmo mantém uma postura distante e imparcial, registando e analisando os eventos



observados de forma objetiva. Em relação a questão dos comportamentos, parece se um dos contextos que caracteriza a província de Cabo Delgado, devido ao clima de terror, bem como o nível de desconfiança que existe no seio das comunidades. Em relação ao universo, a pesquisa esteve focada no distrito de Metuge, local de implementação do projeto COESO I, localizado em dois postos administrativos, quatro localidades e 20 comunidades. Mas a pesquisa primou a realização de entrevistas em 2 comunidades (Ngalane e Naminawe), postos das localidades de Metuge-Sede e Mizeze-Sede. Foram entrevistados 20 beneficiários do projeto COESO I. Foram, também, entrevistados 2 chefes dos postos e 9 colaboradores de ONGs. Universo e participantes da pesquisa para Masso (2012) descreve o contexto onde o estudo que será realizado, onde os dados serão coletados, onde estarão os participantes do estudo. É necessário definir o público-alvo, destacando o local de procedência, caracterizar essa população (gênero, grau de escolaridade, faixa etária etc.), entre outros dados relevantes, para justificar o desenvolvimento do trabalho junto a esse grupo.

### Perfil e Características Económicas do Distrito de Metuge

O distrito de Metuge, recorte espacial de nossa pesquisa é situado a 40km a Oeste da Cidade de Pemba, capital da Província de Cabo Delgado em Moçambique, país do continente africano. Sua posição é privilegiada, próximo do principal pólo de desenvolvimento regional, onde se localizam as principais instituições administrativas e as principais infraestruturas sociais e económicas.

Tabela 1. Limites geográficos do distrito de Metuge

Norte	Sul	Este	Oeste
Quissanga	Mecúfi	Pemba	Ancuabe

Fonte: Tabela elaborada pelos autores (2024)

Segundo o Instituto Nacional de Estatística- INE, o distrito de Metuge abrigava em 2021 aproximadamente 90.000 habitantes<sup>1</sup>. De ponto de vista económico, a agricultura é a atividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações

<sup>1</sup>[https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user\\_upload/ipcinfo/docs/IPC\\_Mozambique\\_Acute\\_FoodInsec\\_2021\\_Apr2022Feb\\_Report\\_Portuguese.pdf](https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Mozambique_Acute_FoodInsec_2021_Apr2022Feb_Report_Portuguese.pdf), consultado no dia 22 de maio de 2024



familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. Produz-se, sobretudo a mandioca, consociada com leguminosas de grão, como o feijão *nhemba* e o amendoim (MDA, 2014). Essa produção é destinada ao consumo próprio, não havendo muitos excedentes para colocação nos mercados da região. Em alternativa a prática da agricultura, a população dedica-se, também, a colheita de lenha e fabrico de carvão vegetal, tanto para consumo próprio como para venda (Fundação Azul, 2021).

## REVISÃO DA LITERATURA

Teoricamente embasamos nossa reflexão no chamado “triplo *nexus*” usado para analisar as interligações e sinergias entre ajuda humanitária, desenvolvimento e paz (CDD, 2022). O conceito insere-se na mesma lógica que está na base de “entregar como um só”, “todo o governo”, “Desenvolvimento, Defesa e Diplomacia - 3D” e outras iniciativas políticas destinadas a promover um maior envolvimento integrado em Estados frágeis. Todas partilham o pressuposto de que uma maior coerência e coordenação conduzirá a melhores resultados. Mas, as abordagens conjuntas tendem a funcionar melhor na teoria do que na prática. Cultivar sinergias entre as comunidades humanitárias, de desenvolvimento e de construção da paz já se revela uma tarefa árdua, sobretudo quando os atores - chave pouco dialogam (CDD, 2022).

Sobre este aspecto, existem vozes em Cabo Delgado que reclamam a falta de coordenação de atividades, entre as instituições governamentais, entre as organizações não- governamentais, entre as comunidades, etc. A coordenação sendo um fator chave para o alcance do desenvolvimento económico, acreditamos no papel do governo como regulador e com instituição eficaz para o efeito, como é o caso da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte- ADIN cuja missão é de coordenar as iniciativas de desenvolvimento do Norte. A Cooperação Suíça defende que a abordagem de nexo triplo em Cabo Delgado, pode permitir que se crie um ambiente propício para gerar resiliência, promover o desenvolvimento económico e a coesão social entre as comunidades afetadas pelo conflito armado por meio da melhoria dos serviços essenciais (energia, água); apoio a economia (capacitação, geração de renda); da construção da paz e da mitigação de tensões por meio de atividades de coesão social



entre a população deslocada internamente e as comunidades anfitriãs<sup>2</sup>. Espera-se que com a aplicabilidade do triplo *nexus* na nossa pesquisa, possa estimular a operacionalização da teoria em Cabo Delgado, especificamente no distrito de Metuge. Nguya e Siddiqui (2020) defendem que, para isso, a liderança governamental é um fator crítico de sucesso. Isso implicam que os governos nacionais adotaram leis específicas para lidar com crises humanitárias prolongadas, bem como incluíram crises humanitárias e fatores de conflito no desenvolvimento nacional ou no plano e análise da paz.

Acredita-se que o governo de Moçambique tem tido um papel muito importante, através do estabelecimento de políticas e leis como o Plano de Reconstrução de Cabo Delgado PRCD-2021 e o Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique PREDIN-2022, ou a criação da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte ADIN- 2020. Contudo, a eficácia destas leis e instituições vem sendo debatida. O ativista social Abudo Gafur Manana diz que não vê grandes contribuições da ADIN, principalmente em Cabo Delgado (Abudo Gafur Manana (2022). Segundo ele, a ação robusta é pouco robusta e a ADIN revelou-se um fracasso. O facto é que as realizações não são visíveis, principalmente na questão da reconstrução de Cabo Delgado<sup>3</sup>.

## ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

### Terrorismo

O debate sobre terrorismo é quase que inevitável devido a importância que tem no recorte espacial da pesquisa onde os projetos de construção da paz e coesão são implementados em resposta aos ataques terroristas que a província vem enfrentado. Se epistemologicamente a tarefa é simples, o ato terrorista podendo ser visto como ato de criar pavor ou pânico, conceptualmente esta tarefa é mais intrincada, pois é um conceito que sofre vício da politização. O fato é que grande parte da literatura explica que o terrorismo é o nome que se dá a atos violentos que atingem pessoas inocentes, com o

<sup>2</sup><https://www.eda.admin.ch/deza/en/home/countries/mozambique.html/content/dezaprojects/SDC/en/2014/7F09215/phase1?oldPagePath=/content/deza/en/home/laender/mosambik.html>

<sup>3</sup> <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-doadores-abandonaram-a-adin/a-63109915>, consultado no dia 15 de Julho



objetivo de intimidar cidadãos ou um governo por conta de uma determinada causa, seja política, econômica ou religiosa<sup>4</sup>.

O terrorismo em Moçambique tem causas diversas. Em escala global, a atividade terrorista se expande territorialmente, com atores cada vez mais dinâmicos, com objetivos diversos, meios mais sofisticados e mais recursos, não obstante esforços globais para o seu combate. Localmente, não se pode negar que o mesmo precisa de um “terreno fértil” para se instalar. Portanto, a marginalização étnica e religiosa, a pobreza, o desemprego, a baixa escolaridade, sentimento de privação e abandono estimulam o terrorismo, numa região rica em recursos naturais (Albano; Batone; Caetano, 2022).

Por causa do terrorismo em Moçambique, organizações não governamentais, nacionais e internacionais, começaram a implementar projeto de apoio humanitário, em resposta a crise humanitária em curso, principalmente por causa dos ataques(terrorismo) as sedes distritais de Quissanga (2020), Macomia (2021), Nangade (2020) e Muidumbe (2020). Esta intervenção das ONGs complementa a ideia de *triplo nexus*, teoria aplicada para apoiar na análise do tema em discussão.

Tabela 2. Apresenta a aplicabilidade do *triplo nexus* no contexto de Cabo Delgado

Pilares do <i>triplo nexus</i>	Ações
Paz	Intervenção militar e entrada de forças estrangeiras
Ajuda humanitária	Intervenção de organizações não governamentais na área de alimentação, saúde, abrigo, água e saneamento, proteção, violência baseada no género, terra etc.
Desenvolvimento	Reconstrução de infraestruturas, criação de instituições (ADIN), provisão de serviços, promoção e defesa de direitos humanos

Fonte: Tabela elaborada pelos autores (2024)

A partir da percepção de Sen (2000), citado por Albano *et. al.* (2022), entende-se que o terrorismo em Cabo Delgado afeta diretamente nas capacidades necessárias para alcançar um nível adequado de rendimento, de boa saúde e educação, de segurança, de autoconfiança e de liberdade de expressão, que são determinantes para a obtenção do desenvolvimento., Escolas, hospitais pararam de funcionar, a imprensa não tem direito de aceder as zonas afetadas pelo conflito etc. Os entrevistados, especificamente os chefes das localidades, confirmaram que havia toque de recolher limitando por exemplo

<sup>4</sup> <https://brasilecola.uol.com.br/historia/terrorismo.htm>, consultado do dia 1 de julho



a livre circulação. Importa destacar que Moçambique nunca decretou o Estado de guerra, prerrogativa constitucional que permite o Estado limitar algumas liberdades.

### Projetos Sociais

A construção da paz implica, também, iniciativas e projetos sociais. No geral, o projecto é um plano para a realização de um acto e pode significar desígnio, intenção, esboço. Pode ser a redação provisória de uma medida que vai ser realizada no futuro (Flasco, 2016). Em relação aos projetos sociais, Flasco (2016) explica que o plano, ou um esforço solidário, tem como objetivo melhorar um ou mais aspetos de uma sociedade. Estas iniciativas potenciam a cidadania e consciência social dos indivíduos, envolvendo-os na construção de um futuro melhor.

Nos tempos hodiernos têm surgido projetos implementados por atores não estatais, porque entende-se que os Estados não têm capacidade de resolver todos os problemas. Essas ações são mais vistas em países em via de desenvolvimento e são implementadas por ONGs internacionais e nacionais. Duas categorias de projetos são relevantes para nosso debate por serem implementadas no contexto de Cabo Delgado: a) projetos humanitários; b) projetos de desenvolvimento.

Em relação aos projetos humanitários, Hunt e Pringle (2015) explicam que consistem numa prestação ativa de ajuda destinada a salvar vidas, aliviar o sofrimento, restaurar, promover a dignidade humana após desastres e durante emergências de grande escala. A ação baseia-se em princípios humanitários, nomeadamente: imparcialidade, neutralidade e independência. Em sua forma atual, a ação humanitária está consagrada no direito humanitário internacional e é fornecida por organizações inter-governamentais e ONGs internacionais. No caso de Cabo Delgado, a ajuda humanitária consiste principalmente no apoio aos deslocados, em “coordenação” com o Estado.

Se os projetos sociais são em grande parte emergenciais e de curto prazo, os projetos de desenvolvimento visam, por sua parte, apoiar as comunidades com iniciativas mais duradoras, capacitando e imponderando-as para garantir a sustentabilidade das suas ações. Estes projetos dotam as comunidades de meios de subsistência para que elas mesmas possam caminhar por si só. Em Cabo Delgado, as formações técnico-profissionais, o apoio técnico e material a agricultura e pesca, se encaixam nesta dimensão de projetos de desenvolvimento. Com a melhoria da



segurança, o governo de Moçambique tem incentivado parceiros a optar por projetos desenvolvimentistas pois os humanitários perdem parte de sua relevância.

### **Paz e coesão social**

A ideia da paz principalmente em Moçambique é debatida desde o nascimento do Estado em 1975. Desde então, ciclos de conflitos fazem com que a paz seja um interesse vital para o Estado. Para entender o que é paz, Cunha e Silva (2021), a definem como ausência de guerra ou de conflitos violentos, mas, também, como construção multidimensional de condições de segurança, acesso a recursos de vida, de garantias e usufruto dos direitos humanos e da participação democrática livres de violência, na sociedade onde se escolhe viver. Essa definição traz uma perspectiva relevante para debater as atividades de construção da paz ou *peacebuilding*, conceito muitas das vezes usado pelas ONGs. Para Calvalcante (2010), o termo *peacebuilding* entrou no vocabulário da ONU (Organizações das Nações unidas) em 1992, quando o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali publicou um relatório intitulado *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping*. No documento, ele definia “*post-conflict peacebuilding*” (reconstrução pos-conflito) como *[an] action to identify and support structures which will tend to strengthen and solidify peace to avoid a relapse into conflict*” (Calvalcante 2010). Ou seja, a ideia consiste em construir a paz, e não apenas mantê-la ou preservá-la, de forma a se evitar a recorrência de novos conflitos após o término de um conflito armado (Calvalcante, 2010). *Peacebuilding* é um mecanismo para se chegar a uma forma de paz sustentável e a uma estrutura auto-sustentável, e não apenas a uma situação de não-guerra.

Por sua parte, a *Inter-Agency Network for Education in Emergencies* -INEE (2013) explica que a construção da paz é um conjunto de medidas concebidas para: 1) promover relações pacíficas; 2) consolidar instituições políticas, socio-económicas e culturais viáveis capazes de lidarem com os conflitos; e 3) consolidar outros mecanismos que vão criar ou apoiar as condições necessárias para uma paz sustentada. Atividades que visam explicitamente abordar as causas primordiais dos conflitos e que contribuem para a paz de modo geral procurando reduzir os fatores que levam ao conflito violento e contribuindo para o nível mais amplo da paz na sociedade.

No que diz respeito a coesão social, para Gattiker (2023) ela pode abranger muitos aspetos e, às vezes, é usada para substituir a paz em contextos em que a paz é



delicada demais para ser discutida. A coesão social funciona como uma cola que une diferentes pessoas em uma sociedade. Ela reflete a qualidade dos relacionamentos entre indivíduos e grupos em uma sociedade, bem como entre pessoas e instituições. De acordo com a *Search for Common Ground*, em uma sociedade coesa, as relações sociais são baseadas na confiança e no respeito mútuo, na igualdade, na equidade. Todos os grupos se sentem reconhecidos e participam da formação de seu ambiente<sup>5</sup>.

Segundo o Instituto de Estudos Sociais e Económicos -IESE (2023), a coesão social remete ao grau de confiança no governo e no seio da sociedade, bem como a vontade de participar coletivamente a visão partilhada de paz sustentável e objetivos comuns de desenvolvimento. Duas dimensões são analisadas: a coesão horizontal, entre cidadãos e a coesão vertical, que considera as interações entre as instituições e cidadãos. A partir dessas duas dimensões, consideramos aqui seis indicadores, nomeadamente: inclusão, segurança e proteção, confiança nos outros, confiança nas instituições, representação e engajamento cívico. Forquilha (2024) defende que existem ainda desafios para promoção da coesão social em Cabo Delgado: a) fraco sentimento de representação, refletindo na baixa confiança nas instituições políticas; b) pouco envolvimento de mulheres e jovens nos processos de tomada de decisões; c) forte sentimento de que o Governo não trata todos os cidadãos da mesma forma; d) desconfiança das comunidades locais em relação aos deslocados. Por isso, os projetos de construção da paz e coesão social, devem-se entender como ações planificadas por organizações governamentais e não governamentais com vista a promover uma paz autossustentável em um clima onde existe confiança a nível horizontal e vertical. Para o caso de Cabo Delgado, a deslocação forçada que iniciou em 2017, alterou totalmente as relações sociais.

<sup>5</sup> <https://www.sfcg.org/report/polarization-social-cohesion-and-atrocities-approaches-for-a-safer-world/>, consultado no dia 22 de novembro de 2023



## O PROJETO COESO I

Desde os ataques terroristas de 2017, constatou-se que coesão social e a resiliência das comunidades à radicalização está fragilizada e tenderia a agravar-se com o aumento de número de famílias deslocadas que afluem particularmente a Pemba e Metuge vindos dos distritos da zona sul de Cabo Delgado onde a situação de instabilidade é particularmente grave (Cossa; Langa; Rafael, 2021). Nesse contexto, a Fundação Aga Khan e a Fundação MASC, implementaram entre 2019 e 2021, o projeto COESO I. A iniciativa financiada pela União Europeia tinha um orçamento de 1.500.000 Euros (Fundação Aga Khan, 2020). O projeto foi implementado em 20 comunidades do distrito de Metuge, em dois postos administrativos e em quatro localidades comunidades (Cossa; Sixpense; Cumbe; Alfane, 2022).

50

Tabela 3. Regiões de implementação do projeto COESO I

Nome do posto	Localidade	Comunidades
Metuge Sede	Nacuta	Taratara, Milamba, Mueve, Nanjua
	Metuge Sede	25 de Junho, 3 de Fevereiro, Bandar, Manono, Namuapala, Nangua, Ngalane
Mieze	Mieze-sede	Naminawe, Mieze, Muepane
	Nanlia	Nacopo, Namiruha, Mpire, Nanlia, Nicavaco, Nancaramo.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores (2024)

O projeto tinha como objetivo central construir resiliência contra a radicalização em Metuge. Tendo desta forma, 3 objetivos específicos: a) Fortalecer o CDA (Comité de Desenvolvimento da Aldeia) para iniciativas de desenvolvimento local mais inclusivas e responsivas aos jovens; b) Aumentar a conscientização sobre narrativas alternativas baseadas em evidências para jovens que combatem o conteúdo extremista; c) Melhorar a confiança, a cooperação e a tomada de decisão participativa entre os diferentes atores que trabalham para abordar os motores da radicalização (Fundação Aga Khan, 2022). A iniciativa tinha como Beneficiários primários (diretos): 1.120 jovens principalmente fora da escola e jovens desempregados (50% mulheres; 50% homens) e Beneficiários primários (indiretos): 9.000 jovens (60% mulheres; 40%



homens) serão alcançados por meio de campanhas na mídia de massa (Cossa; Sixpense; Cumbe; Alfane, 2022).

O projeto entende ser ativo na resolução de problemas observados nas comunidades: inclusão, oportunidades dos jovens e confiança entre diferentes intervenientes. Essas questões ainda não são devidamente levadas em consideração, e pouco tem sido feito para desconstruir narrativas dominantes a favor do terrorismo nos jovens (Cossa;Sixpense; Cumbe; Alfane, 2022). Inclusão, acesso a oportunidades e confiança fazem parte da coesão vertical e constituem pilares importantes do desenvolvimento socioeconómico.

### Desenvolvimento Socioeconómico

O debate sobre desenvolvimento não pode se limitar a aspetos económicos financeiros, ou outros aspetos materiais. Além disso, é errôneo afirmar que desenvolvimento é sinónimo de crescimento económico. Segundo Bravo (1987), citado por Hassane:

O desenvolvimento socioeconómico é um processo ligado ao bem-estar de uma sociedade, com o melhoramento qualitativo e subjetivo e por esse facto, é de difícil medição. Este processo pressupõe que haja ajustes institucionais, fiscais, jurídicos, incentivos para inovações e investimentos, assim como fornecer condições para uma produção eficiente e uma distribuição de bens e serviços à população (p.65).

Nino (2016)<sup>6</sup> defende, por seu lado, que o desenvolvimento socioeconómico tem sido conceituado como sendo parte de um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que obtenham capacidades e oportunidades de ser o que desejam ser. Considera, em primeiro lugar, o aumento da produtividade, a acumulação, o capital, a renda real *per capita*, sua estrutura operacional e a distribuição de seus custos e benefícios entre agentes desse processo.

No que diz respeito aos projetos de paz, coesão social e desenvolvimento socioeconómico em Cabo Delgado, mencionamos, em primeiro lugar, o Projeto intitulado Promoção da Paz, Coesão Social e Prevenção de Conflitos implementado pelos Governos de Moçambique, do Japão e o PNUD entre 2020-2021. O processo foi coordenado pelo PNUD, em parceria com o Ministério da Administração Interna, a Polícia de Moçambique, o Ministério da Administração Estatal e Função Pública, com

<sup>6</sup> <https://www.redalyc.org/journal/5863/586364182004/html/>, consultado no dia 8 de fevereiro



uma importante contribuição financeira do governo japonês (PNUD, 2019). No relatório final, são reportados os seguintes resultados: a) cerca de 700 famílias melhoraram os seus meios de subsistência e têm melhores condições para gerar rendimentos sustentáveis; b) as comunidades ganharam espaços renovados para aceder a serviços básicos e promover o diálogo com a construção ou reabilitação de infra-estruturas comunitárias, incluindo estradas, escolas, alpendres e mercados; c) mais de 12.000 pessoas adquiriram conhecimentos sobre a importância de promover e defender a coesão social no contexto de deslocação na Província de Cabo Delgado (PNUD, 2021). Um aspeto que merece destaque é o facto do PNUD ser uma entidade que vem implementado projetos de coesão social em países africanos, o que mostra certa experiência. O segundo aspeto é o facto de as ações de coesão social serem de certo modo holísticas, envolvendo questões de participação, empoderamento económico, governação e direitos. Esta abordagem holística mostra a aplicabilidade da teoria do “*triplo nexus*”.

O projeto implementado nos distritos de Pemba e Mecúfi pelo PNUD transmite a ideia da relevância da promoção de liberdades e direitos no processo de desenvolvimento socioeconómico através das ações de paz e coesão social. Os espaços de diálogo promovem uma interação entre comunidades e entidades governamentais locais isto é a participação cívica. Sendo que o desenvolvimento socioeconómico é um direito humano, e promove a participação cívica. Portanto, o barómetro de coesão social feito em Chiúre e Montepuez pelo IESE (2023) entende que as autoridades locais parecem ter um défice no que respeita ao envolvimento das comunidades em espaços e processos decisórios nos processos decisórios. Por exemplo em Chiúre e Montepuez, os dados sugerem que grande parte da população pensa que o governo não trata as pessoas de forma igual com base na etnia, religião, origem ou filiação partidária. Em Chiúre, 38% dos inquiridos consideram que existe uma discriminação persistente em razão da etnia, 45% em razão da religião, 43% em razão da “origem” e 40% em razão da filiação partidária. Em Montepuez, os números são 34% para a etnia e a religião, 33% para a origem e 37% para a filiação partidária.



## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As categorias elaboradas permitem explorar conteúdos obtidos através de entrevistas com os participantes devidamente codificados, por questões éticas descritos na metodologia do trabalho. As categorias são as seguintes: a) contexto socioeconómico do distrito de Metuge no âmbito de implementação dos projetos de paz e coesão social; b) projetos de paz e coesão implementados no distrito de Metuge; e c) impacto do projeto COESO I na promoção do desenvolvimento socioeconómico do distrito.

### **Categoria A: Contexto socioeconómico do distrito de Metuge no âmbito de implementação dos projetos de paz e coesão social**

As entrevistas evidenciaram que o distrito de Metuge não estava preparado para receber aproximadamente 90.000 deslocados INE- (fazendo uma projeção da população para 2021). A falta de infraestruturas, associada a baixa capacidade de provisão de serviços, afetou bastante a capacidade de resposta face a crise humanitária. A carência era generalizada nas comunidades onde fizemos as entrevistas: estradas, escolas, hospital, eletricidade, água e outro. Com a chegada dos deslocados começaram, também, a emergir conflitos étnicos. Os chefes das localidades foram unânimes em explicar que os serviços públicos sofreram muito, porque os governos não estavam preparados para receber tanta população. Esta visão é consolidada pelos relatórios da Fundação Azul (2021) que explicam que o aumento populacional, impactou a oferta de bens e subcarregou os serviços públicos básicos, como acesso a água, alimentos, terras férteis para cultivo, infraestruturas públicas, e etc. Os chefes das localidades entrevistados também destacaram que o distrito de Metuge já enfrentava dificuldades para prover este tipo de serviços mesmo antes da chegada dos deslocados. A situação só fez piorar.

Observou-se algumas tensões entre as diferentes comunidades de deslocados. Tensões atribuídas a diversos fatores (Fundação Azul, 2021):

- Terras agrícolas das comunidades de acolhimento, têm sido parceladas e gradualmente atribuídas aos deslocados. Em muitos casos os antigos proprietários arrancam-nas aos deslocados depois destes iniciarem a limpeza das terras;



- O acesso a recursos naturais como a lenha para fabrico de carvão tem sido vedado aos deslocados pelas comunidades de acolhimento. Esta situação revoltou os deslocados e degradou as relações entre as comunidades;
- Há um sentimento de perda de poder por parte dos líderes das comunidades anfitriãs, no sentido em que hoje o número de deslocados e seus respetivos líderes são hoje superiores em relação a comunidade de acolhimento;
- O tribalismo é uma realidade que afetou negativamente a convivência entre as comunidades. Qualquer iniciativa que não considere a integração de membros de todas as etnias é vista como uma intenção deliberada de privilegiar um grupo em detrimento de outros e gera tensões às vezes violentas;
- Há uma falta de confiança das comunidades em relação aos seus líderes tanto nas comunidades de acolhimento como nos de deslocados. Eles são vistos como indivíduos que se aproveitam da sua posição privilegiada para benefício próprio e de seus próximos;
- A maioria dos projetos focaliza-se no apoio aos deslocados deixando de lado as comunidades anfitriãs e isto gera revolta indignação.

Apesar de não mencionado pelos entrevistados, precisamos destacar que os desafios vividos pelas raparigas e mulheres, em função da vulnerabilidade deste grupo. Com efeito nota-se o “aproveitamento de mulheres vulneráveis para a satisfação de necessidades lascivas”.

O distrito de Metuge, que já se deparava com problemas de diversas ordens, passou a enfrentar novos desafios com o forte acréscimo de habitantes desde a provisão de serviços, conflitos étnicos, conflitos entre nativos e deslocados, segurança alimentar. Esse cenário revela a importância da implementação de projetos ligados a paz e coesão social, que ajudam a estabelecer a confiança entre a comunidade e a comunidade e entidades locais, além de promover iniciativas de desenvolvimento económico local.

### **Categoria B: Projetos de paz e coesão social implementados no distrito de Metuge**

Em relação a categoria b, existe um entendimento que os projetos de paz e coesão social podem promover o desenvolvimento bem como promovem maior confiança dentro da comunidade e diminuem as desigualdades económicas e sociais,



dando assim acesso a recursos. Por isso, projetos de paz e coesão social, devem sempre comportar uma componente de empoderamento económico.

Com base na interpretação dos dados colhidos durante as entrevistas, os desafios na implementação dos projetos de construção da paz e coesão social COESO I e NCRP estão ligados a questões como: a) Gestão expectativas; b) Desconfiança do governo; c) Sustentabilidade; d) Duplicação de oportunidade; e) Medir o impacto; f) Abordagem de implementação; g) Generalização de abordagem. Por seu lado, a problemática da insegurança impacta na execução das atividades. Por exemplo, em Setembro de 2022, um grupo armado ligado ao Estado Islâmico, abriu fogo contra a aldeia Pulo, no distrito de Metuge, onde decapitou três pessoas e raptou uma mulher<sup>7</sup>.

Pessoas entrevistadas destacaram também que trazer paz e coesão social, precisam ter condições mínimas, acesso a alimentação, saúde, abrigo, e outras necessidades básicas. Os projetos precisam assim resolver necessidades básicas para diminuir a vulnerabilidade das comunidades. Outro desafio está ligado a coordenação de atividades. Apesar de progressos na gestão humanitária, nas ações de desenvolvimento e manutenção da paz em Cabo Delgado, ainda há falta de coordenação, coerência e complementaridade na resposta ao conflito na província (CDD, 2022). A existência de planos de nível central, provincial e distrital, gera certo desalinhamento. Na conferência “Multi-interessados” sobre o fortalecimento da coesão social” organizada pelo projeto COESO I, Joana Martins (2022)<sup>8</sup> sublinhou que as vezes agendas concorrem entre elas. Em relação as lições aprendidas, grande parte são respostas aos desafios identificados. Uma melhor coordenação passa por maior protagonismo prático do governo. A ADIN e os projetos estatais (PRCD e PREDIN) ainda não são capazes de orientar as intervenções de construção da paz e coesão social.

Um outro aspeto levantado durante as entrevistas é o necessário envolvimento das comunidades para garantir maior dialogo e acesso as oportunidades económicas. Por fim, importa destacar que a o envolvimento supõe também a inclusão das comunidades em espaços de tomada de decisão, o que promoveria uma coesão vertical, melhorando a

<sup>7</sup> [https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2022/09/onda-de-ataques-no-distrito-de-metuge.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2022/09/onda-de-ataques-no-distrito-de-metuge.html), consultado no dia 10 de junho de 2024

<sup>8</sup> AKF & MASC (2022): conferência multi-interessados sobre o fortalecimento da coesão social em comunidades afetadas por conflitos em cabo delgado, acesso em <https://web.facebook.com/cabodelgadocoheso/videos/739780254107578>



confiança entre a comunidade e governo, desafio identificado pelo IESE (2022) no seu barómetro de coesão social.

### **Categoria C: Contributo do projeto COESO I na promoção do desenvolvimento socioeconómico do distrito de Metuge**

Em primeiro lugar, importa referir que existe um consenso tanto da literatura, como nas entrevistas que a paz precisa de desenvolvimento e o desenvolvimento precisa de paz. Este facto corresponde ao conceito básico da relação entre desenvolvimento e paz (Wolff *et. al.*, 2022). O governo de Moçambique entende a importância da paz e coesão social para o desenvolvimento. Eldevina Materula Ministra da Cultura e Turismo, referiu que a paz, a coesão social, a estabilidade política e económica são instrumentos valiosos, necessários e, acima de tudo, indispensáveis para assegurar o desenvolvimento socioeconómico<sup>9</sup>. “De um modo geral, o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria da segurança social podem legitimar e estabilizar a paz em contextos frágeis (Wolff *et al.*, 2022). Se consideramos questões como a construção de infraestruturas ou o aos serviços públicos, um ambiente de paz é necessário. Da mesma forma, a promoção de liberdades e direitos é prejudicada por um cenário de conflito. Em Cabo Delgado infraestruturas foram destruídas, e a insurgência armada afetou os direitos e liberdades das pessoas. Esta ideia confirma a fala de entrevistadores apontando que os projetos de construção da paz e coesão social deveriam melhorar a prestação pelo governo de serviços básicos promoveria maior confiança. estabilidade e respeito aos direitos básicos.

Em relação ao contributo do COESO I no desenvolvimento do distrito de Metuge, os entrevistados ressaltam que o projeto promoveu desenvolvimento socioeconómico. A Tabela 3 sintetiza ações voltadas para: a) Promoção de liberdades e direitos; b) Construção de infraestruturas e acesso a oportunidades económicas.

<sup>9</sup> <https://opais.co.mz/coesao-social-e-indispensavel-para-assegurar-desenvolvimento-sustentavel-da-sadc/>, consultado no dia 28 de abril de 2024

Tabela 4. Pilares do desenvolvimento socioeconómico do projeto COESOI

Pilares de desenvolvimento socioeconómico	Descrição das ações
Promoção de liberdades e direitos	a) <b>Criação de CDA:</b> plataforma inclusiva de participação da comunidade que discute e defende seus interesses;
	b) <b>Encontros com autoridades:</b> aproximação com as estruturas locais que dá acesso a espaços de tomada de decisão de modo a influenciarem agendas, exercendo por outro lado o seu direito de liberdade de expressão.
Construção de infraestruturas e acesso a oportunidades económicas	a) <b>Advocacia social:</b> CDAs possibilitam um processo de advocacia para a construção de infraestruturas sociais através dos parceiros do governo, com destaque para UNOPS em benefício da comunidade (furos de água, hospitais e escolas)
	b) <b>Financiamento a iniciativas locais:</b> Grupos locais, como foco nos jovens, que financiam pequenas iniciativas locais, em grande parte na horticultura e na criação de aves.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores (2024)

Essas ações se inspiram das três vertentes (desenvolvimento, ajuda humanitária e paz) da teoria do triplo *nexus*. Os entrevistados mencionam que com a chegada dos deslocados eles tinham a missão de identificar espaços para machamba e habitação e que os CDAs tinham a missão de disseminar mensagens positivas para garantir que os jovens não se filiassem aos grupos terroristas.

Em relação as infraestruturas, os membros dos CDAs entrevistados sinalizam que os mapas de sonhos desenhados no âmbito da implementação do projeto serviram como instrumentos de advocacia para garantir que as infraestruturas desenhadas fossem construídas. Tanto na comunidade de Naminawe como a de Ngalane, estes entendem que as infraestruturas construídas pela UNOPS no âmbito do projeto NCRP, surgem também pela advocacia feita através dos mapas de sonho<sup>10</sup>. Frase como: “essas obras são o sonho que desenhamos no mapa” eram frequentemente ouvidas durante as entrevistas. Apesar deste cenário aparentemente positivo, nas entrevistas foi possível perceber que ainda exista um sentimento de dependência por parte dos CDAs.

<sup>10</sup> Desenho elaborado pelos membros do CDA que demonstram a geografia da sua comunidade e quais infraestruturas gostavam de ver construídas, este serve como instrumento de advocacia para influenciar o governo e parceiros a construir as infraestruturas desenhadas no mapa



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito em Cabo Delgado que teve início em 2017, teve um grande impacto no processo de desenvolvimento socioeconómico da Província. Vários distritos sofreram com a deslocação de mais de 1.000.000 de pessoas entre 2019 a 2023. Nosso texto demonstra que o afluxo de deslocados fez dobrar a população do distrito de Metuge, exercendo uma pressão sobre os serviços públicos (escolas, hospital etc.) e provocando tensões dentro das comunidades.

Sobre o contributo dos projetos de construção da paz e coesão social no desenvolvimento socioeconómico, foi possível perceber que estes conciliados com atividades de empoderamento económico podem dar as comunidades a possibilidade de melhorar suas condições de vida, aumentar o nível de confiança interna e entre a comunidade e as autoridades. Por sua parte, o desenvolvimento está assente em dois pilares importantes: por um lado, a promoção de direitos e liberdades, por outro lado, a provisão de serviços e a construção de infraestruturas. Esta ação surge a partir da advocacia feita pelos CDAs junto dos parceiros e governos locais. Importa destacar que o projeto também permitiu uma maior aproximação entre as comunidades e o governo distrital, promovendo assim a participação da comunidade em espaços de tomada de decisão.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, J.; CAETANO, K.; BATONE, D. **Ataques Terroristas em Cabo Delgado e suas Implicações para o Desenvolvimento Económico de Moçambique**, publicação livre. Maputo, Moçambique, 2022.

CALVALCANTE, F. **As origens conceituais da construção da paz das Nações Unidas**, Univ. Rel. Int., Brasília, v. 8, n. 2, p. 2010.1-22

CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA [CIP] **Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2700% em dois anos**, Maputo, Moçambique. 2020.

CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO (CDD). **Entre Agências, Políticas, Estratégias Planos e a Realidade: que Implicações para a Reconstrução de Cabo Delgado?** 2021, **Boletim Vozes do Norte**, Ano 1, n.º 10, Maputo, Moçambique, 2021.



CENTRO PARA DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO (CDD). Boletim informativa. Construindo a Coesão Social em Cabo Delgado, **Boletim Vozes do Norte**, I Ano 2, n.º 11, Cabo Delgado, Moçambique, 2022.

CONSELHO DE MINISTROS. **Programa de Resiliência e Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique**, Boletim da Republica, Resolução n.º 31/2022 de 3 de Agosto, Maputo- Moçambique, 2022.

COSSA, A. A.; LANGA, M.; RAFAEL, N. **Relatório-Linha de Base do Projeto de fortalecimento da Coesão Social e Resiliência à Radicalização em Cabo Delgado**, Cabo Delgado – Moçambique, 2021.

COSSA, A. A., SIXPENCE, A., CUMBE, C. ALFANE, J. **Estudo Final do Projeto de Fortalecimento da Coesão Social e Resiliência à Radicalização em Cabo Delgado**, Moçambique, 2022

CUNHA, T. E SILVA, T. **Estudo sobre a Construção da Paz e a Coesão Social em Cabo Delgado-** Para a Fundação MASC – Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil, 2021, Maputo, Fundação MASC, 1-80, 2021.

DUARTE, J.; BARROS, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**, 2 edição Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FLACSO. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. **Elaboração de projetos sociais**. Projecto de Formação de Gestores Públicos, Brasil, 2016.

FORQUILHA, S. **Histórias de Sucesso” Revisitada – Dinâmicas de Violência e Desafios da Paz e Desenvolvimento** - Workshop regional sobre intervenções de paz e prevenção contra o Extremismo Violento (PCVE) no contexto do conflito armado em Cabo Delgado, 14 de junho, Cabo Delgado: Moçambique, 2024.

FUNDAÇÃO AZUL. **Rapid needs assessment Report- Metuge**, Relatório de levantamento de necessidades Cabo Delgado-Moçambique, 2021.

FUNDAÇÃO AGA KHAN. **Apresentação do Projecto “ Fortalecimento da Coesão Social e Resiliência a Radicalização em Cabo Delgado”**– COHESO. Cabo Delgado, Moçambique, 2020.

GATTIKE, R. **Reflection Paper On Culture And Sustaining Peace** (Draft), Peace, Governance and Equality, SCD Thematic Network, Switzerland, 2021

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, C. I. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo** - Sentido e formas de uso, Princípio (1ª. ed.). Estoril, Portugal, 2006.



HUNT, M. R.; PRINGLE, J. D. **Humanitarian Action**, *Encyclopedia of Global Bioethic*. DOI: 10.1007/978-3-319-05544-2\_235-1, 2015. Pdf. disponível em [http://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007%2F978-3-319-05544-2\\_235-1#](http://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007%2F978-3-319-05544-2_235-1#) acesso em em 20. Out. 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS [IESE]: **Barómetro de Coesão Social 2022** - Distrito de Montepuez, Mocambique, 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL [MADER] . **Northern Crisis Recovery**, Mozambique, 2021.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisas, Elaboração e Interpretação de Dados**. 3.ed. São Paulo: Brasil, Atlas, 1996.

MASSO, M. C. S. DEL- **Metodologia do Trabalho Científico**. Universidade Estadual Paulista, Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 72 p. – (Educação especial na perspectiva da educação inclusiva) - volume 6, 2012.

NGUYA, G.; SIDDIQUI, N. **O Triple Nexus (HDP) e as implicações para soluções duradouras para o deslocamento interno**, *Refugee Survey Quarterly*, Volume 39, Issue 4, December 2020, Pages 466–480, 2020.

NINO, M. **Desenvolvimento socioeconômico sustentável da transferência de renda às ações e iniciativas geradoras de renda e riqueza**, *Mises: Revista Interdisciplinar de filosofia, Direito e Economia*, Vol. 4, N° 2, Edição 8, Junho-Dezembro: 353-376, 2016.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**, Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão: UFG, 2011. 72 p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES. **Displacement tracking matrix** – Mozambique ETT Report: no. 190 / 21 - 27 December, EMERGENCY TRACKING TOOL (ETT) - Cabo Delgado, Moçambique, 2022.

PNUD **Project Promoting Peace, Social Cohesion and Conflict Prevention in Cabo Delgado**. UNDP, Final Report, Cabo Delgado-Moçambique, 2021.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Plano de Reconstrução de Cabo Delgado** [PRCD], Conselho de Ministros, Maputo-Moçambique, 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1ª Edição, São Paulo, Cortez Editora, Brasil, 2007.



STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE [SIPRI]

**Measuring Peace Impact Challenge and Solutions**, SE-169 70 Solna, Sweden, 2022.

WOLFF, J. ET AL., **Peace and development- An Analysis of Recent Experiences and Finding**, Peace Research Institute Frankfurt, 2020.

### Consultas online

[https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user\\_upload/ipcinfo/docs/IPC\\_Mozambique\\_Acute\\_FoodInsec\\_2021Apr2022Feb\\_Report\\_Portuguese.pdf](https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Mozambique_Acute_FoodInsec_2021Apr2022Feb_Report_Portuguese.pdf),

consultado no dia 22 de maio de 2024.

<https://www.eda.admin.ch/deza/en/home/countries/mozambique.html/content/dezaprojects/SDC/en/2014/7F09215/phase1?oldPagePath=/content/deza/en/home/laender/mosambik.html>

consultado no dia 22 de maio de 2024.

<https://brasilecola.uol.com.br/historia/terrorismo.html/> , consultado do dia 1 de julho.

<https://www.sfcg.org/report/polarization-social-cohesion-and-atrocities-approaches-for-a-safer-world/> , consultado no dia 22 de novembro de 2023.

<https://www.suno.com.br/artigos/desenvolvimento-economico/> , consultado no dia 11 de novembro de 2023.

<https://www.redalyc.org/journal/5863/586364182004/html/> , consultado no dia 8 de fevereiro.

[https://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2022/09/onda-de-ataques-no-distrito-de-metuge.html](https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2022/09/onda-de-ataques-no-distrito-de-metuge.html), consultado no dia 10 de junho de 2024.

AKF & MASC (2022): conferência multi-interessados sobre o fortalecimento da coesão social em comunidades afetadas por conflitos em cabo delgado, consultado em <https://web.facebook.com/cabodelgadocoheso/videos/739780254107578>.

<https://opais.co.mz/coesao-social-e-indispensavel-para-assegurar-desenvolvimento-sustentavel-da-sadc/>, consultado no dia 28 de abril de 2024.

<https://blogs.worldbank.org/pt/africacan/construcao-da-paz-e-desenvolvimento-no-norte-de-mocambique-uma-historia-de-esperanca>, 11 de novembro de 2023

RIZZI, R. O que é observação não participante, 2023. disponível em: <https://www.psicologaritarizzi.com.br/glossario/o-que-e-observacao-nao-participante/>



## DOSSIÊ TEMÁTICO:

### *ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES*

#### Artigo



### **IMPACTOS SOCIOEMBIENTAIS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL: CASO DA EMPRESA CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE- MARRACUENE**

#### *SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS OF INDUSTRIAL PRODUCTION: CASE OF THE COMPANY CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE-MARRACUENE*

#### *IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES DE LA PRODUCCIÓN INDUSTRIAL: CASO DE LA EMPRESA CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE-MARRACUENE*

*Por Abel Benjamim Mindo, Almeida Pascoal Cossa, Mércia Yolanda Mondlhane, & Mussá  
Abdul Remane*

*Abel Benjamim Mindo*

Estudante de graduação em Ensino de História com Habilitações em Geografia, Universidade Pedagógica de Maputo.  
Contacto: abelmindo2@gmail.com

*Almeida Pascoal Cossa*

Estudante de graduação em Ensino de História com Habilitações em Geografia, Universidade Pedagógica de Maputo.  
Contacto: almeidapascoal@gmail.com

*Mércia Yolanda Mondlhane*

Estudante de graduação em Ensino de História com Habilitações em Geografia, Universidade Pedagógica de Maputo.  
Contacto: mondlhanemarcy771@gmail.com

*Mussá Abdul Remane*

Docente na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique; pesquisador dos Grupos GeoÁfrica e GeoRiscos  
<http://lattes.cnpq.br/1457858453205999>  
Contato: mareman2@gmail.com

Como citar:

MINDO, A. B; COSSA, A. P; MONDLANE, M. Y; REMANE, M. A. Impactos socioambientais da produção industrial: caso da empresa cervejas de Moçambique- Marracuene. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p. 62-75, jul.-dez. 2024.

Recebido: 30/09/2024  
Aceite: 15/11/2024



## RESUMO

O presente artigo analisa os impactos socioambientais derivados da produção industrial, tendo como caso de estudo, a indústria Cervejas de Moçambique, localizada no distrito de Marracuene, província de Maputo. Para a análise, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, observação directa, entrevista semiestruturada, descrição e cruzamento de dados. Os resultados obtidos mostram que fenómenos como inundação, erosão e mau cheiro, estão presentes no bairro Samora Machel, ao redor da fábrica, desde a sua instalação. A ocorrência destes fenómenos gera conflitos entre a comunidade do bairro e a empresa Cervejas de Moçambique, que se expressa pelas reclamações da comunidade junto à empresa e ao governo local. Diante desta conflitualidade, foram realizados encontros de auscultação e arbitragem com vista ao seu tratamento e resolução. Entretanto, os relatórios dos mesmos mostram que a empresa não é responsável pela ocorrência dos fenómenos incluindo as fissuras e rachas nas casas, atribuindo a responsabilidade aos residentes que construíram casas que bloqueiam o escoamento normal das águas pluviais. Estes resultados que desfavorecem a comunidade geraram insatisfação no seu seio e aumentaram as tensões entre a comunidade e empresa. Dai que há necessidade de uma mediação séria e adopção de medidas de redução dos impactos socioambientais no local.

**Palavras-chave:** Produção industrial. Impacto ambiental. Cervejas de Moçambique. Comunidade.

## ABSTRACT

This article analyzes the socio-environmental impacts derived from industrial production, taking as a case study the Cervejas de Moçambique industry, located in the district of Marracuene, province of Maputo. For the analysis, bibliographical research, direct observation, semi-structured interviews, description and data crossing were used. The results obtained show that phenomena such as flooding, erosion and bad smells have been present in the Samora Machel neighborhood, around the factory, since its installation. The occurrence of these phenomena generates conflicts between the neighborhood community and the company Cervejas de Moçambique, which is expressed through the community's complaints to the company and the local government. Faced with this conflict, consultation and arbitration meetings were held with a view to its treatment and resolution. However, their reports show that the company is not responsible for the occurrence of phenomena including cracks and cracks in houses, attributing responsibility to residents who built houses that block the normal flow of rainwater. These results that disadvantage the community generated dissatisfaction within it and increased tensions between the community and the company. Hence there is a need for serious mediation and the adoption of measures to reduce socio-environmental impacts on the site.

**Keywords:** Industrial production. Environmental impact. Cervejas de Moçambique. Community.

## RESUMEN

Este artículo analiza los impactos socioambientales derivados de la producción industrial, tomando como caso de estudio la industria de Cervejas de Moçambique, ubicada en el distrito de Marracuene, provincia de Maputo. Para el análisis se utilizó investigación bibliográfica, observación directa, entrevistas semiestructuradas, descripción y cruce de datos. Los resultados obtenidos muestran que fenómenos como inundaciones, erosión y malos olores se han hecho presentes en el barrio Samora Machel, alrededor de la fábrica, desde su instalación. La ocurrencia de estos fenómenos genera conflictos entre la comunidad de vecinos y la empresa Cervejas de Moçambique, que se expresa a través de quejas de la comunidad a la empresa y al gobierno local. Ante este conflicto se realizaron reuniones de consulta y arbitraje con miras a su tratamiento y resolución. Sin embargo, sus informes muestran que la empresa no es responsable de la aparición de fenómenos como grietas y grietas en las casas, atribuyendo la responsabilidad a los residentes que construyeron casas que bloquean el flujo normal del agua de lluvia. Estos resultados que desfavorecen a la comunidad generaron insatisfacción al interior de la misma y aumentaron las tensiones entre la comunidad y la empresa. De ahí la necesidad de una mediación seria y la adopción de medidas para reducir los impactos socioambientales en el sitio.

**Palabras clave:** Producción industrial. Impacto ambiental. Cervejas de Moçambique. Comunidad.



## INTRODUÇÃO

A industrialização é frequentemente considerada um motor de desenvolvimento económico e social, especialmente em regiões que enfrentam desafios económicos. A instalação de indústrias em áreas habitadas pode trazer uma série de benefícios tangíveis à comunidade, como a criação de emprego, o aumento da infra-estrutura e o desenvolvimento local. Infra-estruturas educacionais, desportivas, de saúde e até melhorias em serviços essenciais, como água e energia, são exemplos de vantagens que podem surgir com a presença industrial. No entanto, o impacto da instalação de uma indústria em comunidades locais é um tema que desperta tantas preocupações, principalmente quando se trata das consequências ambientais e sociais envolvidas.

É notável que a industrialização, ao mesmo tempo que oferece oportunidades, também pode ser uma fonte significativa de problemas. A relação entre a indústria e a comunidade nem sempre é pacífica, já que muitas vezes a população local associa a instalação de fábricas à degradação ambiental e à deterioração da qualidade de vida. De acordo com Méndez & Caravaca (1996), a produção industrial pode ser responsável pela emissão de poluentes e alterações nos ecossistemas e paisagens. Essas mudanças podem causar conflitos com os moradores, especialmente em áreas onde a protecção ambiental é considerada uma prioridade. Além disso, a instalação de indústrias pode alterar o equilíbrio socioeconómico, criando tensões relacionadas à ocupação territorial, uso dos recursos naturais e a interacção entre a empresa e os moradores.

Este trabalho objectiva analisar os impactos socioambientais gerados pela produção industrial, tendo como caso de estudo a empresa Cervejas de Moçambique (2M), S.A, localizada no distrito de Marracuene, Província de Maputo, em Moçambique. Trata-se de uma empresa cujo lançamento da primeira pedra para a construção da fábrica deu-se em 2018 e a inauguração oficial foi em Abril de 2020. No contexto da inauguração, a fábrica tinha a capacidade inicial de produção de aproximadamente 2 milhões de hectolitros.



**Figura 1.** Fábrica Cervejas de Moçambique



Fonte: Autores (2024).

65

Buscar entender as medidas adoptadas pelos actores de produção e os afectados pelos impactos da indústria constitui, igualmente, o propósito da presente pesquisa. As medidas permitem reduzir os impactos socioambientais e criar condições para a promoção de um desenvolvimento sustentável. Desta forma, espera-se contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas que envolvem a industrialização em áreas habitadas e as possibilidades de mitigação dos impactos negativos, especialmente no que se refere à poluição ambiental e à gestão de conflitos socioambientais.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa. Para o efeito, a pesquisa abrangeu moradores e trabalhadores da fábrica Cerveja de Moçambique pessoas, seleccionados por conveniência ou acessibilidade e a colecta de dados foi feita recorrendo à observação e à entrevista semiestruturada. Sinteticamente, para o alcance dos objectivos traçados, a metodologia proposta na realização desta pesquisa, compreendeu três etapas, a saber:

- 1ª Etapa – Revisão bibliográfica: nesta etapa foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, no intuito de obter informações através de livros físicos e digitais, dissertações, artigos científicos e relatórios.
- 2ª Etapa – Trabalho de campo: esta foi caracterizada por uma saída de campo que permitiu a colecta de dados através da observação da área de estudo e a realização de entrevistas a dois (2) funcionários, seis (6) moradores circunvizinhos da fábrica e um (2) operadores de maquinas



- 3ª Etapa – Processamento de dados: nesta, foram processados os dados obtidos recorrendo ao método descritivo, apresentação das imagens fotográficas extraídas, dos depoimentos dos entrevistados e da informação obtida através dos documentos oficiais. Toda informação apresentada foi, posteriormente, cruzada com a informação obtida através da revisão bibliográfica e daí se produziu a síntese.

## REVISÃO DE LITERATURA

A produção industrial, como um conjunto de operações empregues que permitem a transformação de produtos brutos ou semiacabados em produtos acabados e prontos para o consumo (Chiavenato, 2005; Heizer et. al. 2015), impacta de diversas formas sobre o ambiente. Os impactos ambientais de qualquer acção humana podem ser directas ou indirectas e podem afectar (CONAMA, 1986 apud Silva, 2011):

- A saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- As actividades sociais e económicas;
- As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- A qualidade dos recursos ambientais.

Os impactos ambientais podem ser caracterizados segundo a sua ordem, seu carácter espacial e temporal. Em função da ordem, eles podem ser (Silva, 2011):

- Directos: quando resulta de uma simples relação de causa e efeito. Também chamado impacto primário ou de primeira ordem.
- Indirectos: quando é resultado de uma reacção secundária em relação à acção, ou parte de uma cadeia de reacções. Também chamado impacto secundário ou de enésima ordem (segunda, terceira, etc.), de acordo com sua situação na cadeia de reacções.
- 

De acordo com o seu carácter carácter espaciais, os impactos ambientais podem ser (Silva, 2011):

- Locais: quando a acção afecta apenas a própria área, ou sítio onde se realiza e suas imediações.



- Regionais: quando um efeito se propaga por uma área além das imediações do sítio onde se dá a acção.
- Estratégicos: quando é afectado um componente ambiental de importância colectiva ou nacional.
- De grandes proporções: quando afecta uma área além das fronteiras de um país.

Segundo o seu carácter temporal ou dinâmio podem ser (Silva, 2011):

- Imediatos: quando o efeito surge no instante em que se dá a acção;
- De médio prazo: quando o efeito se manifesta depois de decorrido curto tempo após a acção;
- De longo prazo: quando o efeito se manifesta depois de decorrido longo tempo após a acção, no entanto, é possível relacionar o impacto com o evento original.

As causas principais da degradação ambiental estão associadas a três factores básicos (Vilar, sd, p. 23 *apud* Méndez & Caravaca, 1996):

- Exploração excessiva dos recursos ambientais: o que alguns autores denominam como crise ambiental com seu viés de insustentabilidade, no qual não é passível a reposição dos recursos naturais ao longo do tempo.
- Emissão de agentes contaminantes: está directamente associado à utilização de substâncias tóxicas e perigosas em vários níveis.
- Mudanças nas formas de uso e ocupação do solo: podem causar impactos ambientais, territoriais e paisagísticos, a exemplo da implantação ou da realocação de um complexo industrial ou de uma simples fábrica tradicional que não utiliza tecnologia antipolvente ou utiliza de maneira inadequada ou insuficiente.

A poluição ambiental, em particular, é uma das maiores fontes de conflito entre as comunidades e as indústrias. Segundo Vilar (s.d.), os impactos ambientais causados pela produção industrial podem ser classificados de várias formas: desde incómodos leves até danos extremamente perigosos. A complexidade desses impactos ambientais exige uma compreensão detalhada para que se possa buscar soluções adequadas dos problemas.

Os conflitos sociais surgem quando as partes envolvidas têm interesses comuns, mas suas percepções e expectativas são divergentes, o que pode gerar confrontos. A resolução



de conflitos socioambientais é um processo complexo, e na maioria das vezes, a gestão desses conflitos é mais viável do que a sua solução definitiva (Little, 2001).

## RESULTADOS

### Impactos Socioambientais da Produção Industrial na Fábrica Cervejas de Moçambique

Os resultados obtidos da pesquisa de campo mostram que a fábrica de CDM tem impactado sobre o ambiente ao seu redor durante o processo de produção. Foram registados impactos sobre a população que vive na proximidade da fábrica e também os impactos sobre o ambiente natural. O conflito entre a empresa e as comunidades foi destacado no conjunto dos impactos socioambientais registados.

Os conflitos socioambientais podem ser classificados em: (a) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais; (b) conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela acção humana e natural; (c) conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais (Little, 2001). Neste contexto, a classe (b) é a que mais se aproxima do conflito registado na comunidade do bairro Samora Machel, ao redor da fábrica. A profunda tristeza e os desafios enfrentados pela população expressam os conflitos sociais que caracterizam a relação entre as comunidades e a empresa, conforme o depoimento que se segue:

“Esta empresa não nos ajuda em nada, estamos a passar muito mal. Quando o cheiro começa nem dá para ficar aqui lá fora na minha sombra a refrescar, tenho de ficar dentro de casa como se de prisioneiro se tratasse. Ademais esta fábrica foi construída nos locais de curso de água, agora quando chove as águas invadem as nossas casas e inundam nossas machambas e bloqueiam os nossos caminhos” (Felipe, cp., 2024).

A imagem da figura 2 ilustra um quintal inundado de um dos moradores do bairro Samora Machel como resultado da presença da fábrica na área.

Figura 2. Quintal inundado no bairro Samora Machel



Fonte: Autores (2024).

As empresas tem certas responsabilidades sociais locais, sobretudo relacionadas aos impactos ambientais. De acordo Mathombe (cp., 2024):

“A nível local não temos visto nenhum trabalho de responsabilidade social, mesmo os nossos jovens não foram contratados para lá trabalhar sob pretexto de mobilidade da fábrica de Jardim para cá, alegando que já dispõem de pessoal suficiente”.

A comunidade do bairro que sempre sofre efeitos ambientais derivados da produção industrial da CDM tem apresentado suas reclamações inerentes a inundações à direcção. Entretanto, o relatório da CDM reporta a partilha de responsabilidades quanto as causas e efeitos das inundações no bairro dado que durante o projecto de construção nenhuma casa existia. A construção das casas foi uma das causas do bloqueio do escoamento normal das águas. O relatório mostra também que a CDM e a comunidade sugeriram como solução alternativa, a abertura de um canal de escoamento próximo a Estrada Nacional Número 1 (EN1) e a elevação da cota da terra como forma de reduzir a entrada de água no canal a ser aberto (CDM, 2021). Sobre o relatório, Sebastião (cp., 2024) afirmou que “a empresa não tem nem dez anos, esta fábrica é de hoje. Antes mesmo de ela ser implantada já existia casas arredores do espaço onde hoje foi construída a fábrica”. Com esta afirmação contrária do que o relatório apresenta, percebe-se da existência de conflito socioambiental devido a presença da fábrica no bairro. Diante dos conflitos socioambientais, o tratamento dos mesmos tem sido a expressão mais usada como forma de sua redução. Neste contexto, destacam-se cinco tipos de tratamento de conflitos socioambientais (Little, 2001):



- Confrontação: ocorre como resposta de um dos lados quando o conflito está causando danos muito fortes a um ou mais dos grupos sociais envolvidos;
- Repressão: são respostas ao conflito iniciado. Existem diferentes formas de reprimir um conflito como acção policial ou imposição estatal por exemplo;
- Manipulação política: é o tratamento que pode envolver relações clientelistas, bem como suborno e outras formas de cooptação de certos grupos sociais;
- Negociação/mediação: busca de meios formais para conciliação dos lados geralmente ocorrendo após algum outro tratamento já adoptado;
- Diálogo/cooperação: este tratamento é o que mais se aproxima com uma solução, pois implica participação voluntária e colaborativa de todas partes envolvidas.

A forma como a empresa e a comunidade, com a mediação do governo local, vem tratando o conflito, permite considerar que adoptam a forma mista de tratamento do conflito, ou seja, existe uma confrontação e ao mesmo tempo há uma negociação que corre desde 2021. Os impactos socioambientais no bairro também podem ser evidenciados a partir do depoimento de Libinga (cp., 2024) que refere que:

“Logo no início da construção da fábrica os meus vizinhos viram as suas casas saindo rachas devido as vibrações das máquinas que compactavam a área. Fomos ter com a direcção da fábrica, mas disseram nos que não podiam intervir enquanto decorriam as obras”

Face a esta questão, o Serviço Distrital de Planeamento e Infra-Estruturas (SDPI, 2020) refere, no Relatório de levantamento de dados sobre inquietações de alguns residentes nas proximidades da fábrica Cervejas de Moçambique, que em todas as casas:

“(…) nota-se alguma falta de rigor na observância das normas técnicas durante a sua execução: as fissuras que apresentam não constituem nenhum alarme (...). (...) Não se consociam as vibrações pelas compactações durante a execução das obras”.

Uma máquina de compactação pode gerar fissuras se as casas que se situam nas proximidades da construção não tiverem pilares e vigas e podem correr o risco de saírem rachas e desabarem (B, cp., 2024). Para além da inundação, o bairro regista a ocorrência do mau cheiro emitido pela fábrica e a erosão pluvial ao longo da estrada (SDPI, 2021; Carlos, cp., 2024; Figura 4). A intensidade do cheiro e a ocorrência de erosão foram



confirmadas por Carlos (cp., 2024) ao referir que: “O cheiro é bastante incómodo. Esta fábrica tem contribuído para a erosão pluvial ao longo da estrada provocada pelo escoamento das águas pluviais”.

Figura 3: Ocorrência de erosão ao longo da EN1, em frente da CDM



**Fonte:** Autores (2024).

Embora o cheiro emitido pela fábrica constitua um incómodo para os residentes, não foi registado nenhum problema de saúde para os trabalhadores da fábrica, conforme o pode perceber-se do depoimento que se segue:

“O cheiro não é tóxico. Eu trabalhei muito tempo na fábrica e nunca tive nenhum problema por conta disto, ela surge durante o processo de fervura” (Joaquim, cp., 2024).

Portanto, são narrativas diferentes que lentadas por diferentes actores, mas que mostram existencia de impactos ambientais e que acabam gerando relações de divergencia entre a comunidade e a empresa. O relatório do SDPI (2020) mostra também que a CDM possui um centro de tratamento de águas que permite reduzir o risco de contaminação da saúde e do solo. Igualmente, possui valas revestidas a céu aberto que permitem das o escoamento normal das águas. O relatório também mostra que a empresa previa a construção de uma vala de drenagem revestida a céu aberto que poderia estancar a erosão pluvial em frente da fábrica (Figura 3), mas que a obra não havia iniciada dado que se esperava do pronunciamento da Administração Nacional de Estradas (ANE). Sobre o tratamento de água, o depoimento do Moisés (cp., 2024) corrobora com o relatório do SDPI (2020) ao anunciar que:



“A água na CDM passa por várias etapas, primeiro ela sai do furo para laboratório onde é gasificada depois disso ela é conservada em Tanque de Cerveja Brilhante (BBTs) para ser usada no processo de produção de cerveja e então água que sai deste processo é drenada para um tanque onde é tratada e reutilizada para banho, cozinha e até mesmo para a produção”.

## Mecanismos de resolução de conflitos socioambientais

Na matéria de resolução de conflitos ambientais existem alguns mecanismos ou formas fundamentais que devem ser consideradas, tais como: a mediação e a negociação directa. A mediação “é um diálogo que consiste em um método de resolução alternativa de litígios que se destaca pela intervenção de terceiro desinteressado – o mediador – incumbido de auxiliar as partes na resolução do conflito” (Bacellar, 2016, p.128). No contexto ambiental, a mediação pode trazer solução para o conflito abordado e para evitar novos conflitos, na medida em que assume uma posição de prevenção diante de todos os interessados (Caser, 2017). Portanto, na mediação, diferentemente do que acontece no processo judicial, a decisão é construída pelas partes e não imposta. Existe uma grande preocupação na resolução rápida dos conflitos ambientais e por se tratar de um conflito em que não apenas estão envolvidos os interesses pessoais, mas a própria preservação do ambiente.

A negociação directa, como outro mecanismo de resolução de conflitos, constitui “um processo pelo qual as partes em disputa encontram-se com o intuito de chegar a uma resolução mutuamente aceitável. Cada parte representa seus interesses” (Viegas, 2007, p. 25). Pode ser considerada também como uma técnica de resolução de conflitos por meio da qual as partes em litígio buscam a auto-composição, em regra, sem a intermediação de terceiros (Colombo, 2019). Enquanto Tarttuce (2008) diz que apesar da informalidade desta técnica, pode ser considerada uma forma de resolução de conflitos, porque estabelece comunicação entre as duas partes envolvidas no conflito de modo a alcançar um consenso.

No processo de negociação deve existir um agente para arbitrar. Neste contexto, a arbitragem pode ser conduzida “através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes de uma convenção privada, decidindo com base nesta convenção, sem intervenção do Estado (...)” (Carmona, 1933, p. 19). Trata-se de uma alternativa menos formal de ir para o tribunal onde um ente ou júri neutro, e não envolvido no



conflito, encontra-se com as partes em disputas, ouve as apresentações de cada lado e faz uma sentença ou uma decisão cujo objectivo é facilitar o processo da negociação (Viegas, 2007, Pp. 25-26).

Em função das formas ou mecanismos de resolução de conflitos descritos e dos resultados obtidos no local de estudo, pode-se aferir que a forma usada para resolver o conflito entre a empresa CDM e a comunidade foi a arbitragem cuja decisão favoreceu a empresa em detrimento da população. Os relatórios do SDPI (2020) e da CDM (2021) mostram que as inundações, as fissuras e rachaduras nas casas, não foram provocadas pela fábrica durante a sua construção e no processo de produção. Entretanto, a população sente-se injustiçada dado que no início das obras a comunidade apresentou sua reclamação e teve a resposta que o problema seria resolvido.

Diante dos impactos socioambientais registados, é importante que as instituições responsáveis pela mediação ou arbitragens dos conflitos de natureza socioambiental sejam proactivos e se engajem na resolução dos mesmos.

## CONCLUSÃO

Propôs-se, nesta pesquisa, analisar os impactos socioambientais derivados da produção industrial tendo como caso de estudo, a Cervejas de Moçambique, localizada no distrito de Marracuene, província de Maputo. A análise feita aplicando diversos métodos como a pesquisa bibliográfica, a observação, a entrevista semiestruturada, a análise descritiva e o cruzamento dos dados teóricos e do campo, mostra que o bairro Samora Machel, concretamente o quarteirão 1, tem registado inundações, erosão, emissão de cheiro, fissuras e rachadas nas casas, desde que a empresa CDM foi instalada. Estes fenómenos têm sido motivos de geração de conflitos sociais entre a empresa e a comunidade residente no bairro.

Diante das reclamações da comunidade face aos problemas ambientais provocados pela empresa, foram realizados encontros com vista a buscar soluções para sua redução. Os encontros foram arbitrados pelo governo local através dos Serviços de Planeamento e Infra-estruturas. Entretanto, as decisões sempre favoreceram a empresa dado que os relatórios mostraram que a mesma não era responsável pelos impactos ambientais no bairro, mas sim as residências construídas no local bloqueavam os canais que permitiam a circulação normal das águas pluviais.



Desta feita, o relacionamento entre a empresa e a comunidade não tem sido satisfatório, o que demanda medidas integradas e eficazes com vista a reduzir os impactos ambientais no bairro e promover um bom relacionamento entre os actores envolvidos.

## REFERÊNCIAS

### A) Obras publicadas

- BACELLAR, R. P. **Sustentabilidade do Poder Judiciário e a mediação na sociedade brasileira.** In: Santos, L. M. de. *Mediação de conflitos: novo paradigma de acesso à justiça.* Santa Cruz do Sul: Esserenel Mondo. 2015. Pp.79-83.
- CARMONA, C. **A arbitragem no Processo Civil Brasileiro.** São Paulo: Malheiros. 1993.
- CASER, U. *et al.* **Mediação ambiental: um instrumento de apoio a decisão a decisão colaborativo no campo do ordenamento do território.** Finisterra. Revista Geografia. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 2017.
- CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração.** 7ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.
- COLOMBO, S. **A aplicação da Mediação à Resolução de Conflitos Ambientais.** RJLB, Ano 5, nº 2. 2019.
- HEIZER, J. & RENDER, B. **Gestão da produção: administração de bens e serviços.** 11ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de acção política.** In: BURSZTYN, M. **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond. 2001.
- MÉNDEZ, R. & CARAVACA, I. **Organización industrial y territorio.** Madrid: Editorial Síntesis. 1996.
- SILVA, C. A. da. **Estudo de Impactos Ambientais.** Curitiba-Brasil, 2011.
- TARTUCE, F. **Mediação nos conflitos civis.** Rio de Janeiro: Forense. 2008.
- VIEGAS, R. N. **As resoluções de conflito ambiental na esfera pública brasileira: uma análise crítica.** Brasil. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito,* Vol. 9, Nº 2. 2007. Pp. 25-26.
- VIEIRA, E. **Desenvolvimento de um protótipo para o controle do processo de brasagem na fabricação de cerveja artesanal.** Universidade Tecnológica Federal do



Paraná. Departamento de Electrónica. Ponta Grossa, 2017. Disponível em <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/8453/1/PG\\_COELE\\_2017\\_2\\_18.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/8453/1/PG_COELE_2017_2_18.pdf)> Acesso 08 outubro. 2024.

VILAR, J.W.C. **Os impactos ambientais da atividade industrial**. S.d.

## b) Relatórios

CDM. **Reunião inicial do encontro entre as comunidades do bairro Samora Machel e a Cervejas de Moçambique – Fábrica de Marracuene**. 22 de Fevereiro de 2021.

SDPI. **Pedido de apoio técnico**. N/Ref. 371/SDPI/144/ROPIE/211/2021. Governo do Distrito de Marracuene. 26/03/2021;

SDPI. **Relatório de levantamento de dados sobre inquietações de alguns residentes nas proximidades da fábrica Cervejas de Moçambique**. Governo do Distrito de Marracuene. Marracuene. 11 de Maio de 2020.

## c) Fontes orais 2024

Ordem	Nome / Código	Ocupação
1	Carlos Jorge Chabana Libinga	Residente e representante da comissão a nível do bairro que dialoga com CDM;
2	Moisés Bernardo Nhaca	Trabalhador da CDM
3	Felipe Machane	Residente do Bairro Samora Machel
4	Sebastião Mathombe	Chefe do quarteirão do bairro Samora Machel
5	Joaquim Nhachengo	Ex-Trabalhador da CDM
6	B - Anonimato	operador de máquina na empresa CRBC



## DOSSIÊ TEMÁTICO:

### *ECONOMIAS E ESPAÇOS NA ÁFRICA SUBSAARIANA: PERMANÊNCIAS E MUTAÇÕES*

#### Artigo



### **AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AGROCLIMÁTICAS DA CULTURA DE BATATA-RENO NO DISTRITO DE TSANGANO PROVÍNCIA DE TETE EM MOÇAMBIQUE**

#### *EVALUATION OF AGROCLIMATIC CONDITIONS FOR POTATO BATATA- RENO CULTIVATION IN THE TSANGANO DISTRICT, TETE PROVINCE, MOZAMBIQUE*

#### *EVALUACIÓN DE LAS CONDICIONES AGROCLIMÁTICAS PARA EL CULTIVO DE PAPA BATATA-RENO EN EL DISTRITO DE TSANGANO, PROVINCIA DE TETE, MOZAMBIQUE*

*Por Mateus José Andir & Manuel Chichano Eduardo Augusto*

*Mateus José Andir*

Docente da Divisão de Engenharia  
Agropecuária na Universidade Zambeze,  
Faculdade de Ciências Agrária de  
Angónia, Consultor da Geomática  
Soluções e Consultoria Lda.

Contato: mateusjoseandir@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0009-0999-8480>

*Manuel Chichano Eduardo Augusto*

Licenciado em Ensino de Biologia,  
Docente afecto na Escola Secundária 27  
de Agosto - Tsangano

Contato: chichanoaugusto5@gmail.com

Como citar:

ANDIR, M. J; AUGUSTO, M. C. E; F.  
Avaliação das condições agroclimáticas da  
cultura de batata-reno no distrito de  
Tsangano, Província de Tete em  
Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n.  
11, p. 76-96, jul.-dez. 2024.

Recebido: 29/09/2024

Aceite: 03/12/2024



## RESUMO

A presente pesquisa visa analisar em torno do potencial agrário do Distrito de Tsangano, na Província de Tete, Moçambique, no que se refere à produção de batata-reno. O estudo se assenta nos dados cartográficos da região em alusão, considerando que a cartografia digital, quando integrada ao geoprocessamento, permite realizar análises ambientais e agroclimáticas, possibilitando compreender, de forma quantificável, as zonas mais favoráveis à produção dessa cultura. Além disso, será feita uma caracterização geofísica abrangente da região. O foco principal desta pesquisa é a compreensão das condições agroclimáticas para o cultivo da batata-reno no Distrito de Tsangano. Como objetivo específico, busca-se mapear as áreas mais favoráveis à produção dessa cultura e descrever o potencial agrário do distrito. Os procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica e trabalho laboratorial em ambiente de sistemas de informação geográfica (SIG), utilizando técnicas de geoprocessamento. Foram empregues diversos softwares de geotecnologias, como ArcMap 10.3, Surfer 13 e QGIS 3.4.11. Os resultados obtidos ilustram que as condições agroclimáticas no distrito de Tsangano demonstram que as elevações entre 801 e 1.400 metros, aliadas à presença de solos argilosos vermelhos, representam as melhores condições para o cultivo da Batata Reno. Essas áreas favoráveis cobrem 2.529 hectares, correspondendo a 0,69% da área total do distrito, que é de 3.661,12 km<sup>2</sup>.

**Palavras-chave:** Potencial Agrário. Condições Agroclimáticas. Geoprocessamento e Avaliação Ambiental.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the agricultural potential of Tsangano District, located in Tete Province, Mozambique, with a focus on potato (*Solanum tuberosum*) production. The study is based on cartographic data of the region, considering that digital cartography, when integrated with geoprocessing, enables environmental and agroclimatic analyses, allowing for a quantifiable understanding of the most favorable zones for cultivating this crop. Additionally, a comprehensive geophysical characterization of the region will be conducted. The main focus of this research is to understand the agroclimatic conditions for potato cultivation in Tsangano District. Specifically, it seeks to map the areas most favorable for potato production and describe the district's agricultural potential. The methodological procedures include bibliographic research and laboratory work in a geographic information system (GIS) environment, utilizing geoprocessing techniques. Various geotechnology software tools were employed, including ArcMap 10.3, Surfer 13, and QGIS 3.4.11. The results illustrate that the agroclimatic conditions in Tsangano District indicate that elevations between 801 and 1,400 meters, combined with the presence of red clay soils, represent the best conditions for potato cultivation. These favorable areas cover 2,529 hectares, corresponding to 0.69% of the district's total area, which is 3,661.12 km<sup>2</sup>.

**Keywords:** Agricultural Potential. Agroclimatic Conditions. Geoprocessing. Environmental Assessment.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar el potencial agrícola del Distrito de Tsangano, ubicado en la Provincia de Tete, Mozambique, con un enfoque en la producción de papa (*Solanum tuberosum*). El estudio se basa en datos cartográficos de la región, considerando que la cartografía digital, cuando se integra con el geoprosesamiento, permite realizar análisis ambientales y agroclimáticos, proporcionando una comprensión cuantificable de las zonas más favorables para el cultivo de este producto. Además, se llevará a cabo una caracterización geofísica integral de la región. El enfoque principal de esta investigación es comprender las condiciones agroclimáticas para el cultivo de papa en el Distrito de Tsangano. Específicamente, se busca mapear las áreas más favorables para la producción de este cultivo y describir el potencial agrícola del distrito. Los procedimientos metodológicos incluyen investigación bibliográfica y trabajo de laboratorio en un entorno de sistemas de información geográfica (SIG), utilizando técnicas de geoprosesamiento. Se emplearon diversos programas de geotecnología, como ArcMap 10.3, Surfer 13 y QGIS 3.4.11. Los resultados obtenidos muestran que las condiciones agroclimáticas en el Distrito de Tsangano indican que las elevaciones entre 801 y 1,400 metros, junto con la presencia de suelos arcillosos rojos, representan las mejores condiciones para el cultivo de papa. Estas áreas favorables abarcan 2,529 hectáreas, lo que corresponde al 0,69 % del área total del distrito, que es de 3,661.12 km<sup>2</sup>.

**Palabras clave:** Potencial Agrario. Condiciones Agroclimáticas. Geoprosesamiento. Evaluación Ambiental.



## INTRODUÇÃO

O presente artigo de pesquisa tem como objectivo aprofundar a avaliação agroclimática da cultura da batata-reno no Distrito de Tsangano, província de Tete, Moçambique. Esta investigação surge da necessidade urgente de identificar e maximizar as condições ideais para o cultivo dessa cultura, que desempenha um papel crucial tanto na economia local quanto na segurança alimentar. A batata-reno é reconhecida por seu alto valor nutricional e potencial de contribuição significativa na melhoria da dieta alimentar, especialmente em regiões afectadas pela desnutrição crónica, um problema recorrente entre as populações locais e no país como um todo. A preocupação do governo em promover a rentabilidade da batata-reno está alinhada com esforços globais para a segurança alimentar e a redução da pobreza. Estudos recentes apontam que culturas de raízes e tubérculos, como a batata, desempenham um papel crucial no fornecimento de nutrientes essenciais e como fonte de renda para pequenos agricultores (FAO, 2020). A relevância da batata-reno se destaca também no contexto da agricultura sustentável, uma vez que ela pode ser cultivada em uma variedade de climas e solos, desde que as condições agroclimáticas sejam favoráveis.

No entanto, apesar do seu potencial, há uma escassez de estudos que quantifiquem com precisão as áreas que possuem condições agroclimáticas propícias para a batata-reno no Distrito de Tsangano. “O sucesso do cultivo depende não apenas das práticas agrícolas, mas também de uma compreensão aprofundada dos factores climáticos e ambientais, como a temperatura, precipitação, tipo de solo e altitude, que podem influenciar directamente o rendimento das colheitas” (Smit et al., 2021).

“Neste sentido, o uso de tecnologias de geoprocessamento e análise espacial tem se mostrado fundamental em estudos agroclimáticos, permitindo identificar áreas com alto potencial produtivo, otimizar a alocação de recursos e melhorar a tomada de decisões estratégicas para o desenvolvimento agrícola” (Moreno *et al.*, 2019).

As razões que motivaram os autores a desenvolver esta pesquisa, se alocam em preencher a lacuna da inexistência de estudos quantificáveis de áreas propícias ao cultivo da cultura de batata-reno e ainda utilizando uma abordagem científica que combina dados cartográficos, ferramentas de geotecnologia e metodologias de geoprocessamento para mapear e avaliar as regiões de maior potencial agrário no Distrito de Tsangano. Ao fazê-lo, busca-se não só promover a rentabilidade da batata-

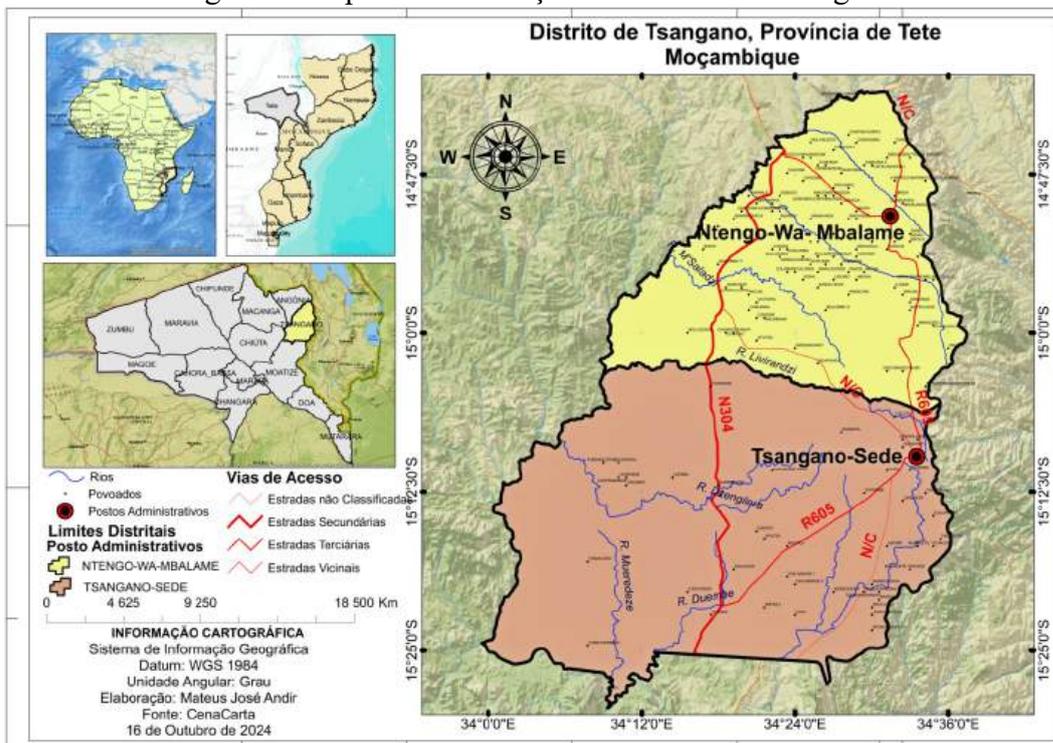
reno, mas também oferecer subsídios para políticas públicas que impulsionem a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da agricultura local.

## MATERIAL E MÉTODOS

### Caracterização da Área de Estudo

O Distrito de Tsangano, localizado na província de Tete, Moçambique, cobre uma área total de 3.675 km<sup>2</sup>. O distrito está subdividido em duas regiões principais: Ntengo-Wa-Mbalame e Tsangano-Sede. A infra-estrutura de Tsangano é composta por estradas importantes, como a N304 e a R605, além de várias vias vicinais e secundárias que interligam as diferentes partes do distrito. Rios (Livirandi, Muerezeze e Duembe) atravessam o distrito, desempenhando um papel crucial tanto na agricultura quanto no abastecimento de água. Dados demográficos do distrito. (INE, 2024). O distrito tem uma população total de 3.171.917 habitantes, resultando em uma densidade populacional de aproximadamente 31,5 habitantes por km<sup>2</sup>. A configuração geográfica, com rios e montanhas, junto com a infra-estrutura rodoviária existente, sugere um território onde a actividade agrícola e o transporte são componentes essenciais para o desenvolvimento local.

Figura 1. Mapa de Localização do Distrito de Tsangano



Fonte: Cena Carta. Elaboração: Andir (2024).



De acordo com os dados obtidos por meio do mapeamento e análise cartográfica, pode-se compreender que o distrito de Tsangano, localizado na província de Tete, Moçambique, é uma região caracterizada por uma diversidade geográfica, cultural e de infra-estrutura. É composto por 6 localidades principais, a saber: Banga, Chivano, Tsangano Sede, Ntengo Wa Mbalame, Chiandame e Maconje. Cada uma dessas localidades desempenha um papel importante na administração e no desenvolvimento social do distrito, fornecendo serviços básicos e sendo centros de organização comunitária. Essas localidades são povoadas por várias comunidades que vivem de actividades agrícolas e pequenos negócios, aproveitando os recursos naturais e as terras férteis do distrito.

No distrito de Tsangano, de acordo com os dados fornecidos pela Unidade de Apoio Técnico Ambiental, (UATA, 2010). No distrito de Tsangano estão registrados 82 povoados, distribuídos de forma abrangente em todo o território. Alguns dos povoados que foram recolhidos os dados; Binon, Chiumira, Chigungulo, Mulomba '1', Bwara/Graca, Canoa/Milile, Theti-Beni, Thawale, Mkphapha, Afutsa, Banga-Sede, Caodza, Mapanje, Livirange, Mphulu, Chigone, Tsangano-Sede, Chilungamo. Esses povoados variam em tamanho e em densidade populacional, mas cada um contribui significativamente para a identidade do distrito. Em muitos casos, essas comunidades se concentram ao redor de fontes de água, áreas de cultivo e estradas, facilitando a movimentação de produtos e serviços. A diversidade cultural presente em Tsangano é evidente nos diferentes grupos linguísticos e tradições que coexistem nessas localidades, fortalecendo a coesão social por meio de festividades e práticas comunitárias.

Em termos de recursos hídricos, o distrito é abastecido por 14 rios que percorrem seu território, sendo vitais para as actividades agrícolas e o abastecimento doméstico das comunidades. Os principais rios são: Muazi, Metaia Necuangua, Maué, Mepassádeze, M'Saladzi, Mecame, Revúboè, Livirandzi, Lumbune, Dzensilera, Mecoredeze, Condedzi, Duembe e Mueredeze, entre outros. Estes rios proporcionam uma fonte constante de água para a irrigação das terras agrícolas, mas também actuam como limites naturais entre as diferentes localidades e povoados. Durante a estação chuvosa, o volume de água aumenta significativamente, o que ajuda a reabastecer os recursos hídricos subterrâneos e os pequenos riachos que cortam a região. No entanto, em períodos de seca, muitas comunidades enfrentam desafios relacionados ao acesso à água potável, o que demanda intervenções para melhorar a gestão dos recursos hídricos.



Além da importância dos rios, as vias de acesso no distrito de Tsangano desempenham um papel fundamental no desenvolvimento económico e social da região. O distrito é atravessado por 4 estradas principais, sendo a N304 a mais importante, conectando Tsangano a outros distritos e regiões vizinhas. A N304 facilita a ligação entre Ulongue e Tsangano, além de ser crucial para o transporte de produtos agrícolas, que são a principal fonte de sustento da população local. A R605 e a R1059 garantem o acesso a povoados mais distantes e também a regiões vizinhas, enquanto a estrada N9 conecta a localidade de Colomue e desempenha um papel essencial no escoamento da produção agrícola para mercados maiores. Essas vias de acesso, vitais para a economia local, necessitam frequentemente de manutenção, especialmente durante a estação das chuvas, quando a erosão e os deslizamentos de terra podem dificultar o tráfego.

### Procedimento Metodológico

81

O estudo começou com uma pesquisa bibliográfica abrangente, utilizando artigos, livros, dissertações e teses relevantes para fundamentar o quadro teórico. De acordo com Creswell (2014), a pesquisa bibliográfica é essencial para a construção do conhecimento científico, pois permite identificar lacunas e oportunidades de investigação. Em seguida, foram aplicadas técnicas de geotecnologia em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando o software ArcGIS 10.3®, versão ARCMAP10.3, para a espacialização de fenómenos naturais e análise agroclimática. Uma imagem orbital da SRTM, com resolução espacial de 30m, foi adquirida no site da USGS. Realizou-se correcção geométrica dessa imagem e a selecção do contorno da área de estudo, criando-se um shapefile (shp) que foi sobreposto ao modelo digital de elevação (MDE), além de análises de declividade e conversão de hillshade. Também foram utilizados dados climáticos do CORDEX (Coordinated Regional Climate Downscaling), abrangendo temperatura e precipitação entre 2010 e 2023, analisando os dados mês a mês. O CORDEX fornece simulações climáticas regionais de alta resolução, (Jacob et al., 2014)

O CORDEX fornece simulações climáticas regionais de alta resolução, que foram integradas ao QGIS para manipulação de dados geoespaciais. Essa análise possibilitou visualizar mudanças climáticas ao longo dos anos, identificar tendências em variáveis como temperatura e precipitação, e relacionar essas variáveis a factores geográficos, como uso do solo e relevo. O processamento de dados resultou em mapas e



relatórios que detalham padrões climáticos e possíveis anomalias ocorridas durante o período estudado. Para produzir um mapa de avaliação das condições agroclimáticas da Batata Reno no ArcGIS, segui uma série de etapas utilizando ferramentas da ArcToolbox. Primeiramente, reuniu-se os dados climáticos (temperatura e precipitação), informações de solo e elevação (hipsometria) da área de interesse, assegurando que todos os dados estivessem no mesmo sistema de coordenadas e projecção para evitar problemas de análise. Como os dados de temperatura e precipitação provinham de estações pontuais, foi necessária a interpolação para criar superfícies contínuas. Para isso, utilizou-se a ferramenta Kriging da ArcToolbox, que gerou camadas raster para cada variável, representando a distribuição espacial da temperatura e precipitação em toda a área (Isaaks & Srivastava, 1989).

Na sequência, reclassificou-se essas camadas climáticas usando a ferramenta *Reclassify*. Com base nos requisitos da Batata Reno, categorizei as áreas em favoráveis, intermediárias e desfavoráveis, atribuindo valores adequados às faixas de temperatura e precipitação que favorecem ou prejudicam o cultivo. Após a importação dos dados de solo, também se reclassificou essas informações, levando em conta factores como textura, profundidade e capacidade de drenagem, fundamentais para identificar áreas com solos adequados ao crescimento da batata.

Para a análise da elevação, utilizei um modelo digital de elevação (DEM), reclassificando os dados novamente com a ferramenta *Reclassify* para determinar as faixas de altitude mais apropriadas para a Batata Reno, ajustando os valores conforme a influência da altitude no desenvolvimento da cultura. Com todas as camadas reclassificadas (temperatura, precipitação, solo e elevação), utilizou-se a ferramenta *Raster Calculator* para combiná-las, atribuindo pesos diferentes a cada variável de acordo com sua importância para o cultivo da Batata Reno. No meu caso, a temperatura e a precipitação receberam maior peso, dado seu impacto directo no desenvolvimento da batata. A expressão no *Raster Calculator* ficou assim:

```
("Temperatura_reclass" * 0.4) + ("Precipitação_reclass" * 0.3) + ("Solo_reclass" * 0.2) + ("Elevação_reclass" * 0.1)
```

Após a combinação das camadas, *realizei* uma reclassificação final para identificar zonas favoráveis, intermediárias e desfavoráveis. Utilizando novamente a ferramenta *Reclassify*, defini categorias de adequação baseadas nos resultados da camada combinada. Com as zonas identificadas, aplicou-se simbologias claras para cada uma (favorável, intermediária e desfavorável) e finalizei o mapa. Na visualização do



*layout*, adicionou-se todos os elementos necessários, como título, legenda e escalas, para garantir que o mapa fosse claro e informativo. Sempre que possível, realiza-se uma verificação comparando os resultados obtidos com dados de produção real de Batata Reno na área, permitindo validar o modelo criado.

### Obtenção de dados Cordex

Primeiramente, acessou-se a plataforma Earth System Grid Federation (ESGF) para baixar os dados climáticos do CORDEX, escolhendo a região de interesse (latitude e longitude) e o período de 2010 a 2023. O foco foi nas variáveis:

- Temperatura média mensal (em °C)
- Precipitação acumulada mensal (em mm)

Após baixar os dados, carregou-se os arquivos no formato netCDF no ArcMap 10.3. Utilizou-se as ferramentas de manipulação raster para preparar as superfícies de temperatura e precipitação (ZHANG *et al.*, 2020).

Interpolação: Para suavizar variações pontuais, usei o método de *Kriging* para interpolar os valores de temperatura e precipitação. Esse método é amplamente utilizado em geostatística para gerar superfícies contínuas a partir de dados pontuais (Isaaks & Srivastava, 1989). Assim, criou-se uma superfície contínua que cobria a área geográfica definida para a Batata Reno. Para identificar as áreas mais favoráveis para o cultivo, aplicou-se uma classificação agroclimática com base em faixas de adequação para a Batata Reno:

#### Temperatura:

- Zonas Favoráveis: 15°C a 20°C
- Zonas Intermediárias: 20°C a 22°C
- Zonas Desfavoráveis: Abaixo de 15°C ou acima de 22°C

#### Precipitação:

- Zonas Favoráveis: Precipitação mensal entre 1100 mm a 1250 mm
- Zonas Intermediárias: Precipitação entre 1000 mm a 1100 mm
- Zonas Desfavoráveis: Abaixo de 1000 mm

Utilizou-se a ferramenta *Reclassify* para agrupar os valores de temperatura e precipitação em categorias de favorabilidade com base nesses intervalos numéricos. Após processar os dados climáticos, incorporou-se os dados de solos da área,



classificando-os de acordo com a textura e capacidade de retenção de água. Segundo (Birkás et al. 2020), a Batata Reno prospera em solos de textura média e boa drenagem.

A classificação dos solos foi a seguinte:

- Solo favorável: Solos argiloarenosos, bem drenados.
- Solo intermediário: Solos arenosos ou argilosos compactados.
- Solo desfavorável: Solos muito argilosos e mal drenados.

Além disso, adicionou-se dado de elevação (hipsometria) e reclassificou-se as altitudes da área. A Batata Reno é geralmente cultivada em altitudes de 800 a 2.000 metros (López et al., 2018). Reclassificou-se os dados de elevação em:

- Zonas favoráveis: Altitudes entre 1.000 e 1.800 metros.
- Zonas intermediárias: 800 a 1.000 metros ou 1.800 a 2.000 metros.
- Zonas desfavoráveis: Abaixo de 800 metros ou acima de 2.000 metros.

Para identificar as zonas de favorabilidade, usou-se o *Raster Calculator* para combinar as camadas reclassificadas de temperatura, precipitação, solo e elevação, atribuindo pesos a cada factor. De acordo com (Miller & Ritchie, 1990), a temperatura e precipitação são factores críticos para o sucesso do cultivo, por isso, deu-se maior peso a essas variáveis: Fórmula utilizada no *Raster Calculator*: ("Temperatura\_reclass" \* 0.4) + ("Precipitação\_reclass" \* 0.4) + ("Solo\_reclass" \* 0.1) + ("Elevação\_reclass" \* 0.1)

O resultado foi uma camada final que identificou as zonas favoráveis, intermediárias e desfavoráveis para a Batata Reno, com base nos dados climáticos e geoespaciais. Finalmente, reclassifiquei a camada resultante para identificar claramente:

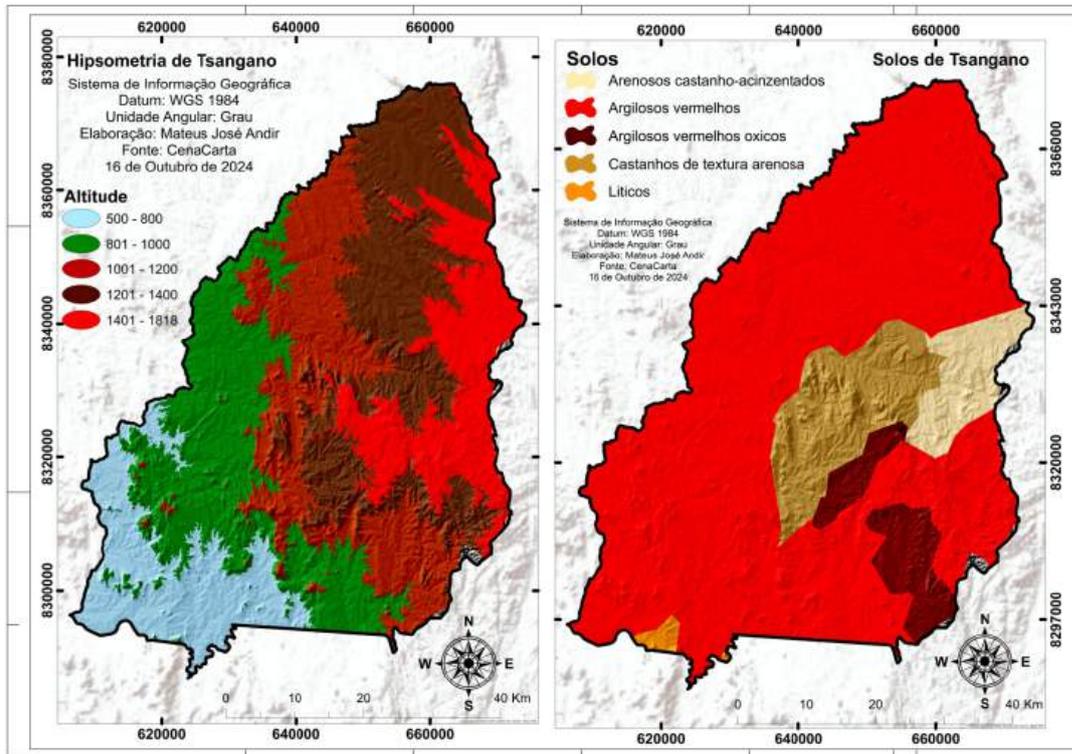
- Zonas favoráveis: Combinando factores ideais de clima, solo e elevação.
- Zonas intermediárias: Áreas com condições parcialmente adequadas.
- Zonas desfavoráveis: Áreas com uma combinação desfavorável de variáveis.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados cartográficos obtidos em ambiente SIG, observa-se que as características geométricas da região, assentam-se entre elevação (hipsometria), temperatura, precipitação e tipos de solos, que forneceram informações cruciais para

avaliar a adequação da área para diferentes cultivos, como a Batata Reno, permitindo uma análise mais técnica e detalhada.

Figura 2. Mapa Hipsométrico e das condições pedológicas



Fonte: Cena Carta. Elaboração: Andir (2024).

No mapa 2 de hipsometria, percebe-se que a área apresenta variações de elevação que vão de 500 a 1.818 metros. Essas faixas de altitude estão divididas por cores que facilitam a interpretação. As áreas mais baixas, entre 500 e 800 metros (representadas em azul-claro), estão concentradas na região sudoeste, ocupando uma menor porção do território. À medida que se move para o centro da área, observa-se um aumento gradual de altitude, com zonas entre 801 e 1.000 metros (em verde), que cobrem uma porção maior do mapa, indicando áreas mais planas e possivelmente propícias para cultivo em grande escala.

Nas faixas entre 1.001 e 1.400 metros (em marrom-claro e marrom-escuro), identificam-se áreas de maior extensão, predominando em todo o centro e norte da região. A altitude nesta faixa é geralmente ideal para cultivos que demandam climas moderados, como a Batata Reno. No entanto, nas áreas mais elevadas, que vão de 1.401 a 1.818 metros (em vermelho-escuro), encontram-se condições topográficas mais desafiadoras, com terrenos acidentados que podem influenciar directamente o tipo de



cultivo e a necessidade de manejos mais técnicos, como sistemas de irrigação e contenção de solo.

Ao observar o mapa de solos, identificam-se cinco classes de solo que dominam a região:

1. Arenosos Castanho-Acinzentados (em amarelo-claro): Solos presentes principalmente na parte centro-sul, com textura arenosa e drenagem rápida, o que pode ser um desafio para cultivos que exigem maior retenção de água. Práticas de irrigação adequada são necessárias para aumentar a viabilidade agrícola nessas áreas.
2. Argilosos Vermelhos (em vermelho): Estes solos, amplamente distribuídos pelo mapa, especialmente no centro e norte, são conhecidos por sua boa capacidade de retenção de água e nutrientes, sendo uma escolha ideal para a Batata Reno. Eles possuem alta fertilidade natural e características físicas que proporcionam um desenvolvimento radicular eficiente.
3. Argilosos Vermelhos Oxícos (em marrom-escuro): Encontrados em pequenas porções, esses solos são mais temperados, com a presença de óxidos de ferro e alumínio, factores que podem limitar sua fertilidade. Aqui, é necessário avaliar o uso de correções de solo, como a aplicação de calcário para reduzir a acidez.
4. Castanhos de Textura Arenosa (em amarelo-escuro): Solos de textura leve e com pouca capacidade de retenção hídrica, localizados no sudeste. Nestes solos, a gestão hídrica será um fator determinante para o sucesso de qualquer cultivo, sendo necessário implementar sistemas de irrigação eficazes.
5. Líticos (em bege-escuro): Solos pouco profundos e de baixa fertilidade, encontrados principalmente no sudeste do mapa. Estas áreas oferecem condições desfavoráveis para a agricultura de subsistência, exigindo maior atenção a práticas de manejo sustentável e, possivelmente, a escolha de culturas menos exigentes em nutrientes.

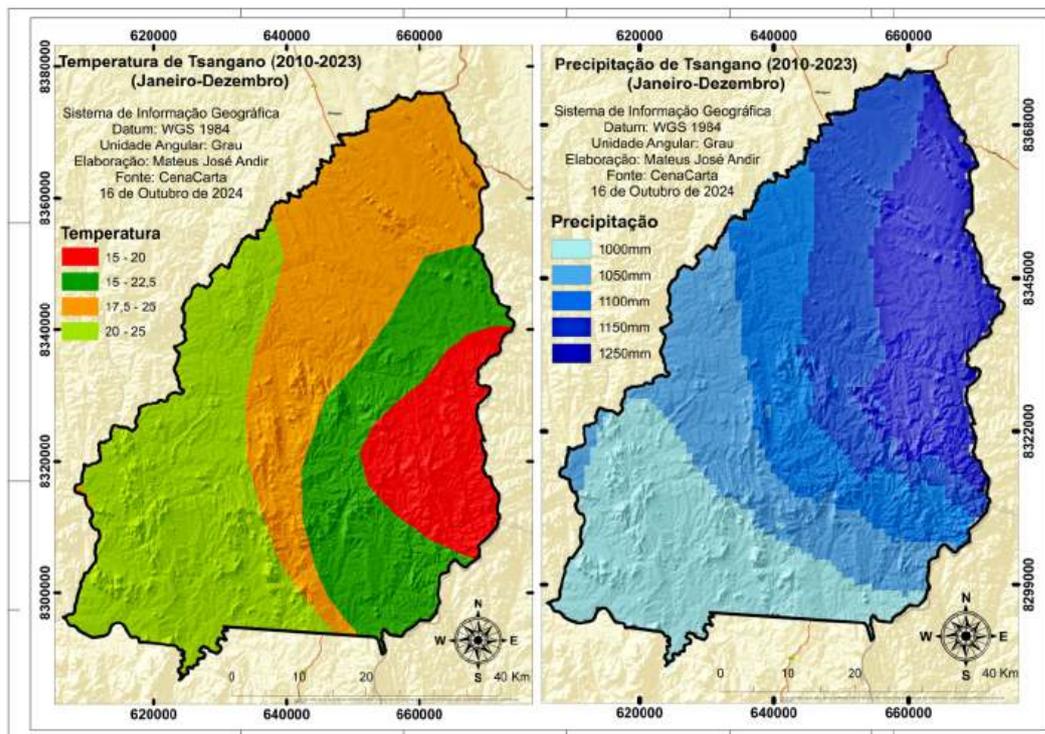
De acordo com as classes de solo acima esmiuçada e os dados adquiridos da elevação do Mapa 2 de Hipsometria e pedológica é possível identificar as áreas mais adequadas para diferentes tipos de cultivo, com destaque para a Batata Reno. As faixas de elevação entre 801 e 1.400 metros, combinadas com os solos argilosos vermelhos, representam as melhores condições para o cultivo, oferecendo um equilíbrio ideal entre clima, retenção hídrica e nutrientes do solo. Nas áreas de maior elevação ou com solos

arenosos e líticos, existem maiores desafios, necessitando de intervenções técnicas para melhorar a viabilidade agrícola.

### Característica Climática

A cultura da Batata Reno é altamente dependente de condições climáticas adequadas, especialmente em termos de temperatura e precipitação, que influenciam directamente o desenvolvimento vegetativo e o rendimento final (Santos e Oliveira, 2020).<sup>1</sup>

Figura 3. Mapa Climático



Fonte: CenaCarta. Elaboração: Andir (2024).

A temperatura ideal para o crescimento da Batata Reno situa-se entre 15°C e 22°C (SILVA e ALMEIDA, 2022). O Mapa de Temperatura (Figura 1) mostra que grande parte da área central de Tsangano apresenta valores médios anuais entre 17,5°C e 22,5°C, o que cria condições favoráveis para essa cultura. Segundo (Alvares *et al.*

<sup>1</sup> O CORDEX foi estabelecido em resposta à crescente necessidade de entender como as mudanças climáticas afetam a agricultura e a segurança alimentar em diferentes regiões do mundo. A ideia surgiu durante a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada em Copenhague em 2009, onde ficou evidente que a variabilidade climática regional precisava ser mais bem compreendida e modelada.



2013), temperaturas nessa faixa garantem um ciclo de desenvolvimento eficiente, reduzindo o risco de estresse térmico e permitindo um bom desenvolvimento dos tubérculos. No entanto, as áreas com temperaturas superiores a 22°C, localizadas na porção leste do território, podem apresentar desafios para o cultivo da batata. Nessas zonas, o calor excessivo pode afetar negativamente o crescimento, comprometendo tanto o tamanho dos tubérculos quanto a qualidade final do produto (FAO, 2018). Assim, nessas áreas, a adoção de práticas mitigadoras, como cultivo em épocas frescas ou em altitudes maiores, pode ser essencial. A Batata-Reno necessita de uma precipitação média anual entre 800 mm e 1.200 mm bem distribuída ao longo do ciclo de cultivo para alcançar produtividade ótima (Pereira *et al.*, 2019). O Mapa de Precipitação indica que a maior parte da região de Tsangano recebe entre 1.050 mm e 1.150 mm de chuva por ano, o que é ideal para o desenvolvimento da cultura sem necessidade de irrigação excessiva.

Por outro lado, nas áreas com chuvas superiores a 1.150 mm, principalmente no leste, o risco de encharcamento pode ser uma preocupação. Solos saturados afetam a aeração radicular, provocando doenças e limitando o crescimento dos tubérculos (Mendonça e Araújo, 2021). Nesses locais, recomenda-se a instalação de sistemas de drenagem para evitar perdas na produção e melhorar o controle hídrico.

Tabela 1. Condições Agroclimáticas e Adequação para a Batata Reno em Tsangano

Parâmetro	Faixa Ideal	Condições Observadas em Tsangano	Implicações para a Cultura
Temperatura (°C)	15 - 22	17,5 - 22,5 (maior parte)	Ideal para o cultivo, promovendo crescimento eficiente.
Precipitação (mm/ano)	800 - 1.200	1.050 - 1.150 (zona central)	Chuvas adequadas para cultivo sem irrigação adicional.
Risco de Encharcamento	< 1.200 mm	> 1.150 mm (no leste)	Necessidade de drenagem para evitar doenças.
Temperaturas Elevadas (>22°C)	Não recomendadas	Presente no leste	Pode prejudicar o desenvolvimento dos tubérculos.

Fonte: Adaptados pelos autores (2024)

No distrito de Tsangano, as condições agroclimáticas foram avaliadas quanto à adequação para o cultivo da batata Reno, como demonstrado na tabela 1, a qual sintetiza os principais parâmetros climáticos observados e suas implicações para a cultura. A



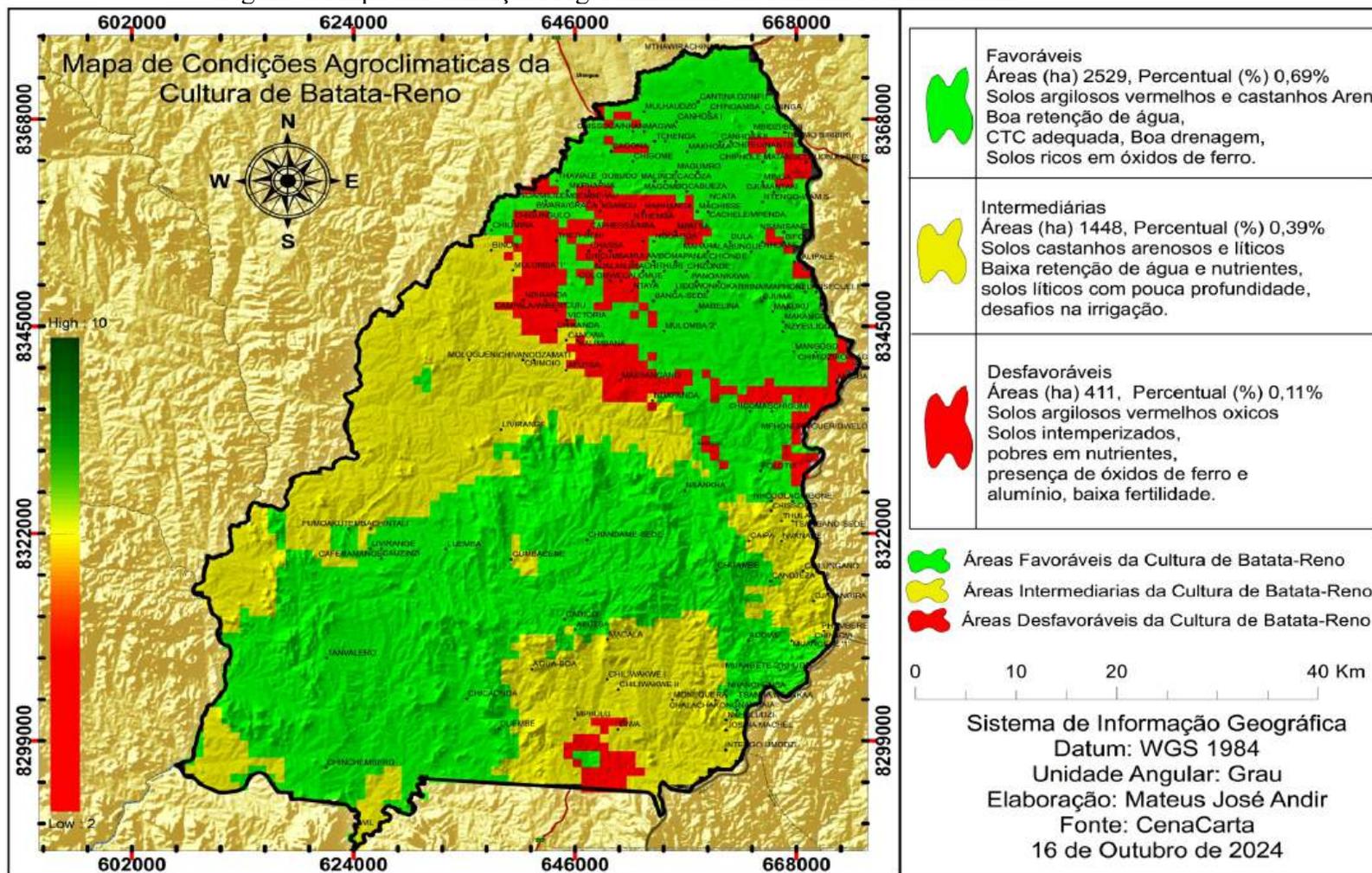
análise das condições agroclimáticas com base em dados do CORDEX e processados pelo ArcMap, demonstra que grande parte do território apresenta condições favoráveis para o cultivo da Batata Reno, especialmente nas áreas centrais, onde as temperaturas são moderadas e as chuvas estão dentro da faixa ideal. No entanto, áreas com maior precipitação ou temperaturas mais elevadas exigem técnicas específicas de manejo, como drenagem eficiente e ajuste no calendário de plantio, para garantir uma produção sustentável. A utilização de ferramentas geoespaciais permite uma avaliação precisa, auxiliando no planejamento e na mitigação de riscos para essa cultura.

## MAPEAMENTO DAS ÁREAS COM CONDIÇÕES AGROCLIMÁTICAS

O sucesso da produção agrícola, especialmente em culturas sensíveis como a Batata Reno, depende de condições adequadas de clima e solo. A avaliação agroclimática para essa cultura no distrito de Tsangano destaca a influência da combinação entre tipo de solo e disponibilidade hídrica. Os dados apresentados a seguir permitem a compreensão da distribuição espacial das áreas favoráveis, intermediárias e desfavoráveis para o cultivo, considerando características edáficas e climáticas com suporte de ferramentas SIG. O distrito de Tsangano cobre uma área total de 3.661,12 km<sup>2</sup>, onde o cultivo da batata Reno é uma actividade agrícola relevante. No mapa das condições agroclimáticas, observa-se a classificação de áreas com diferentes níveis de aptidão para o cultivo, baseada nas propriedades físicas e químicas dos solos:

1. Áreas Favoráveis (2.529 ha): Correspondem a 0,69% da área total. São predominantes no sudoeste e oeste do distrito, com solos argilosos vermelhos e castanhos arenosos. Essas áreas apresentam boa retenção de água e capacidade de troca catiônica (CTC) adequada, além de serem bem drenadas e ricas em óxidos de ferro.
2. Áreas Intermediárias (1.448 ha): Representam 0,39% da área total e encontram-se espalhadas pelo centro e algumas partes do sul. Os solos predominantes são castanhos arenosos e líticos, apresentando baixa retenção de água e nutrientes, além de pouca profundidade, o que dificulta a irrigação eficiente.
3. Áreas Desfavoráveis (411 ha): Essas áreas somam 0,11% da área total e são compostas por solos argilosos vermelhos oxícos. Estão concentradas no nordeste do distrito, apresentando baixa fertilidade, alta presença de óxidos de alumínio e ferro, e são menos propícias para a produção de batata.

Figura 4. Mapa das condições Agroclimáticas da Cultura de Batata Reno



Fonte: Andir (2024).



## Análise Comparativa das Áreas de Aptidão

Na análise comparativa das áreas de aptidão agrícola para o cultivo da batata Reno é feita uma classificação das características edáficas (tipo de solo) e suas propriedades agronômicas, como retenção de água, profundidade e disponibilidade de nutrientes para compreender a distribuição percentual de cada categoria em relação à área total analisada, oferecendo uma visão quantitativa da aptidão agrícola da região. Essa análise é essencial para orientar os agricultores e planejadores no uso sustentável das terras, identificando as áreas com maior potencial produtivo e os desafios a serem superados nas regiões menos favoráveis.

Tabela 2. Calcificação da Aptidão Agrícola da Batata Reno

Classificação	Áreas (ha)	Percentual da área total (%)	Tipo de Solo	Características
Favoráveis	2.529	0,69%	Solos argilosos vermelhos e castanhos arenosos	Boa retenção de água, CTC adequada, boa drenagem, ricos em óxidos de ferro.
Intermediárias	1.448	0,39%	Solos castanhos arenosos e líticos	Baixa retenção de água e nutrientes, solos pouco profundos, desafios na irrigação.
Desfavoráveis	411	0,11%	Solos argilosos vermelhos oxícos	Solos intemperizados, pobres em nutrientes, presença de óxidos de ferro e alumínio.

Fonte: Adaptados pelos autores (2024).

A tabela 2 resume as áreas de aptidão para a cultura da Batata Reno, evidenciando a predominância de áreas favoráveis no oeste e intermediárias na zona central. O mapa agroclimático demonstra que as áreas desfavoráveis estão principalmente concentradas nas porções leste e nordeste.

### Com base nas condições edáficas e climáticas:

- **Áreas Favoráveis:** Com solos bem drenados e capacidade hídrica eficiente, essas áreas oferecem o maior potencial de produtividade. A presença de óxidos de ferro também contribui para a fertilidade natural, favorecendo a produção sustentável.



- Áreas Intermediárias: Nessas áreas, a baixa retenção de água e a pouca profundidade dos solos exigem práticas de manejo específicas, como o uso de irrigação e adubação adequada, para evitar estresse hídrico e melhorar a produtividade.
- Áreas Desfavoráveis: As condições adversas nessas áreas, como solos intemperizados e presença de alumínio, impõem limitações severas para o cultivo da batata. A recomendação para essas regiões é evitar o plantio ou investir em práticas intensivas de recuperação do solo, como correção da acidez e aplicação de fertilizantes.

Os resultados da análise sugerem que a maior concentração de áreas favoráveis no sudoeste do distrito deve ser priorizada para o cultivo da batata Reno. Em contraste, áreas intermediárias exigem maior investimento em irrigação e manejo do solo, enquanto áreas desfavoráveis podem ser mais adequadas para outros cultivos menos exigentes em termos edáficos, como culturas perenes ou pastagens. A avaliação das condições agroclimáticas e edáficas de Tsangano fornece um panorama claro das áreas adequadas e dos desafios para o cultivo da batata Reno. A distribuição espacial das áreas favoráveis e intermediárias, conforme apresentado no mapa, orienta os produtores quanto às melhores práticas e locais para maximizar a produtividade. Além disso, a utilização de tecnologias SIG e dados climáticos permitiu uma análise precisa, contribuindo para o planejamento agrícola eficiente e sustentável no distrito. A avaliação das condições agronômicas da região de Tsangano envolve o uso de diversos parâmetros técnicos, como textura do solo, porosidade, granulometria, temperatura média e precipitação, que influenciam diretamente na fertilidade e adequação do solo para o cultivo da Batata Reno. Os dados de textura do solo foram coletados e analisados utilizando a Método de Sedimentação de Stokes e a Peneiração, conforme descrito por EMBRAPA (1997). Os resultados indicam as seguintes classes de textura na tabela 3:



Tabela 3. Classificação da Textura do Solo

Tipo de Solo	Porcentagem de Areia (%)	Porcentagem de Silte (%)	Porcentagem de Argila (%)	Textura
Argiloso	10	20	70	Argiloso
Argiloso Vermelho	20	25	55	Argiloso
Arenoso	70	10	20	Arenoso
Arenoso Castanho-Acinzentado	60	15	25	Arenoso

Fonte: Adaptados pelos autores (2024)

Os solos argilosos, com alta porcentagem de argila, possuem melhor capacidade de retenção de água, favorecendo a cultura da Batata Reno, que requer humidade constante durante o ciclo de crescimento (Rodrigues et al., 2010). Os resultados indicam que os solos argilosos apresentam uma porosidade média de 50%, enquanto os solos arenosos possuem cerca de 25% de porosidade. A maior porosidade nos solos argilosos contribui para a melhor capacidade de retenção hídrica, sendo crucial para o cultivo da Batata Reno, especialmente em períodos de baixa precipitação. Os dados de temperatura média mensal e precipitação foram obtidos através da plataforma CORDEX e analisados ao longo do ciclo da Batata Reno, que ocorre de outubro a fevereiro. Os resultados são apresentados na tabela 4:

Tabela 4. Temperatura

Mês	Temperatura Média (°C)	Precipitação Acumulada (mm)
Outubro	20	80
Novembro	22	100
Dezembro	24	60
Janeiro	22	90
Fevereiro	21	70

Fonte: Adaptados pelos autores (2024).

Conforme os dados, a temperatura ideal para a Batata Reno varia entre 15°C e 20°C, com uma precipitação mínima de 500 mm ao longo do ciclo. No entanto, a precipitação em dezembro foi baixa, o que pode causar estresse hídrico. A fertilidade dos solos foi avaliada utilizando o Índice de Fertilidade do Solo (IFS), que considera a



presença de nutrientes essenciais, como N, P e K. Os resultados são apresentados na tabela 5:

Tabela 5. Fertilidade dos Solos

Tipo de Solo	N (g/kg)	P (mg/kg)	K (mg/kg)	IFS
Argiloso	2.5	15	100	6.5
Argiloso Vermelho	2.0	20	120	7.0
Arenoso	1.0	10	80	4.0
Arenoso Castanho-Acinzentado	1.5	15	60	5.0

Fonte: Adaptados pelos autores (2024).

Os solos argilosos e argilosos vermelhos apresentam um índice de fertilidade maior, sendo mais adequados para o cultivo da Batata Reno. Com base nas análises realizadas, pode-se concluir que as áreas de altitude média (801 a 1.400 metros) e solos argilosos vermelhos são mais favoráveis ao cultivo da Batata Reno. As práticas de manejo adequado e o monitoramento contínuo das condições climáticas e do solo são fundamentais para garantir a produtividade da cultura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das condições agroclimáticas no distrito de Tsangano demonstra que as elevações entre 801 e 1.400 metros, aliadas à presença de solos argilosos vermelhos, representam as melhores condições para o cultivo da Batata Reno. Essas áreas favoráveis cobrem 2.529 hectares, correspondendo a 0,69% da área total do distrito, que é de 3.661,12 km<sup>2</sup>. Em contraste, as áreas com elevações abaixo de 800 metros e acima de 1.400 metros apresentam desafios significativos para a produção agrícola. As áreas intermediárias, que somam 1.448 hectares (0,39% da área total), têm solos de baixa retenção hídrica e nutrientes, dificultando a irrigação eficiente. As áreas desfavoráveis, com apenas 411 hectares (0,11% da área total), são compostas por solos argilosos vermelhos oxidicos e apresentam baixa fertilidade, alta presença de óxidos de alumínio e ferro, tornando-as menos propensas à produção de batata.

Os dados climáticos obtidos do projeto CORDEX e processados no ArcMap permitiram a identificação clara de zonas favoráveis, intermediárias e desfavoráveis, contribuindo para um planejamento agrícola mais assertivo. Para maximizar a produtividade e garantir a sustentabilidade da cultura da Batata Reno, é crucial



implementar práticas de manejo adaptativas que considerem a variabilidade climática e as características edáficas da região.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GONÇALVES, J. L. M.; SPAROVEK, G. **Mapa de classificação climática de Köppen para o Brasil.** *Meteorologische Zeitschrift*, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013.

BIRKÁS, M., et al. **Ciência do Solo: Fundamentos e Aplicações.** Springer, 2020.

BURROUGH, P. A.; MCDONNELL, R. A. **Princípios de Sistemas de Informação Geográfica.** Oxford University Press, 1998.

CRESWELL, J. W. **Desenho da Pesquisa: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Mistas.** SAGE Publications, 2014.

EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solos.** 2. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 1997.

FAO. **Diretrizes de Zoneamento Agroecológico.** Roma: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2018.

FAO. **O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo.** Roma, 2020.

GARCÍA, A. S.; ZÁRATE, F. **Sistemas de Informação Geográfica na Pesquisa Agrícola: Aplicações e Oportunidades.** Springer, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Censos gerais e dados demográficos.** Maputo: INE, 2024.

IPCC. **Mudança Climática 2021: A Base Científica Física.** Cambridge University Press, 2021.

ISAAKS, E. H.; SRIVASTAVA, R. M. **Uma Introdução à Geoestatística Aplicada.** Oxford University Press, 1989.

JACOB, D., et al. **EURO-CORDEX: Novas projeções de alta resolução sobre mudança climática para a pesquisa de impactos na Europa.** *Regional Environmental Change*, v. 14, n. 2, p. 563-578, 2014.

LIU, Y., et al. **Geração de modelo digital de elevação usando imagens estéreo de satélite.** *Remote Sensing*, v. 11, n. 2, p. 121, 2019.

LÓPEZ, A., et al. **Impacto da Elevação no Rendimento da Cultura da Batata nas Regiões Andinas.** *Agricultural Systems*, v. 165, p. 29-36, 2018.



- MACEACHREN, A. M. **Como os Mapas Funcionam: Representação, Visualização e Design.** Guilford Press, 1995.
- MENDONÇA, J. A.; ARAÚJO, A. L. **Gestão hídrica no contexto da mudança climática.** Brasília: Embrapa, 2021.
- MILLER, J. R.; RITCHIE, J. C. **O papel do clima na avaliação ecológica da gestão da terra.** Land Management in the Pacific Northwest, 1990.
- MORENO, J. A.; SILVA, P. R.; OLIVEIRA, L. C.; SOUZA, R. S. **Aplicações de tecnologias de geoprocessamento em estudos agroclimáticos.** Revista Brasileira de Geografia Agrária, v. 14, n. 3, p. 123-135, 2019.
- PEREIRA, V. M.; DIAS, R. L.; NOGUEIRA, J. S. **A influência das condições climáticas na produtividade agrícola.** São Paulo: USP, 2019.
- RODRIGUES, A. S.; SILVA, L. P.; PEREIRA, M. F. **Propriedades do solo e sua relação com o crescimento de cultivos.** Revista Brasileira de Ciências do Solo, v. 34, n. 2, p. 210-220, 2010.
- SANTOS, R. P.; OLIVEIRA, F. A. **Cultivo sustentável de batata em climas temperados.** Rio de Janeiro: Editora Agroecologia, 2020.
- SILVA, T. H.; ALMEIDA, M. F. **Impactos das variações térmicas na produção de culturas anuais.** Belo Horizonte: UFMG, 2022.
- SMIT, B.; MCNALLY, R.; MCMILLAN, S. **Resiliência Agrícola: Do Clima aos Mercados.** Routledge, 2021.
- SOIL Survey Staff. **Chaves para a Taxonomia do Solo.** USDA Natural Resources Conservation Service, 2014.
- UNIDADE DE APOIO TÉCNICO AMBIENTAL (UATA). **Relatório de dados ambientais e populacionais de Tsangano.** Tsangano: UATA, 2010.
- ZHANG, Y., et al. **A aplicação de sensoriamento remoto em estudos sobre mudança climática: Uma revisão.** *Remote Sensing*, v. 12, n. 3, p. 425, 2020.



VARIA

Artigo



**IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS ASSENTAMENTOS  
INFORMAIS EM NACALA (MOÇAMBIQUE): UMA ANÁLISE DO  
BAIRRO MOCONE**

***SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPLICATIONS OF INFORMAL SETTLEMENTS  
IN NACALA (MOZAMBIQUE): AN ANALYSIS OF THE MOCONE  
NEIGHBORHOOD***

***IMPLICACIONES SOCIOAMBIENTALES DE LOS ASENTAMIENTOS  
INFORMALES EN NACALA (MOZAMBIQUE): UN ANÁLISIS DEL BARRIO DE  
MOCONE***

*Por Neovaldo Tomás Moisés*

*Neovaldo Tomás Moisés*  
Docente da Universidade Rovuma – Instituto  
Superior de Transporte Logística e  
Telecomunicações, Nacala – Nampula,  
Moçambique.  
Contato: moisesneovaldo@gmail.com

Como citar:  
MOISÉS TOMÁS, N. Implicações  
socioambientais dos assentamentos  
informais em Nacala (Moçambique): uma  
análise do bairro Mocone. **Boletim  
GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p. 97-115, jul.-dez.  
2024.

Recebido: 29/08/2024  
Aceite: 04/11/2024



## RESUMO

O tema deste artigo Implicações socioambientais dos assentamentos informais em Nacala, uma análise sobre o bairro Mocone, tem como objectivo geral analisar os problemas socioambientais causados pelos assentamentos informais no bairro Mocone. Os objectivos específicos centram-se em contextualizar os assentamentos informais, suas causas e suas implicações ambientais e sociais, caracterizar o local do estudo e trazer todos aspectos relacionados com os assentamentos informais neste bairro. O estudo feito baseou-se em algumas obras existentes na bibliografia, que tratam dos assentamentos informais. Foram usados os seguintes instrumentos de colecta de dados: a entrevista para o Chefe do bairro e o Secretário do Bairro Mocone e para as autoridades responsáveis pela área da urbanização na autarquia de Nacala; a observação directa para observar in loco as actividades da população e as respectivas infra-estruturas. Após a colecta de dados, os resultados da análise e interpretação de dados indicaram que não há na maior parte do território do bairro Mocone nenhuma regra para construção de habitação para a população. Conclui-se que os assentamentos informais tem acelerado no aumento dos problemas ambientais como a erosão, alteração da topografia e ao nível social urgem problemas como défice do saneamento do meio e difícil acesso a circulação de veículos e vias de acesso.

**Palavras – chaves:** Assentamentos informais. Impactos Ambientais. Impactos Sociais. Nacala.

## ABSTRACT

The theme of this article, Socio-environmental implications of informal settlements in Nacala, an analysis of the Mocone neighborhood, has the general objective of analyzing the socio-environmental problems caused by informal settlements in the Mocone neighborhood. The specific objectives focus on contextualizing the informal settlements, their causes and their environmental and social implications, characterizing the study site and bringing all aspects related to the informal settlements in this neighborhood. The study was based on some existing works in the bibliography, which deal with informal settlements. The following data collection instruments were used: the interview with the Chief of the neighborhood and the Secretary of the Mocone neighborhood and with the authorities responsible for the area of urbanization in the municipality of Nacala; direct observation to observe in loco the activities of the population and their respective infrastructures. After data collection, the results of the analysis and interpretation of data indicated that there are no rules for the construction of housing for the population in most of the territory of the Mocone neighborhood. It is concluded that informal settlements have accelerated the increase in environmental problems such as erosion, changes in topography and, at a social level, urgent problems such as lack of sanitation and difficult access to vehicle circulation and access roads.

**Key words:** Informal settlements. Environmental impacts. Social impacts. Nacala.

## RESUMEN

El tema de este artículo Implicaciones socioambientales de los asentamientos informales en Nacala, un análisis del barrio Mocone, tiene como objetivo general analizar la problemática socioambiental que generan los asentamientos informales en el barrio Mocone. Los objetivos específicos se centran en contextualizar los asentamientos informales, sus causas y sus implicaciones ambientales y sociales, caracterizar el lugar de estudio y reunir todos los aspectos relacionados con los asentamientos informales en este barrio. El estudio realizado se basó en algunos trabajos existentes en la bibliografía, que tratan sobre asentamientos informales. Se utilizaron los siguientes instrumentos de recolección de datos: la entrevista con el Jefe de Barrio y el Secretario del Barrio Mocone y con las autoridades responsables del área de urbanización en el municipio de Nacala; Observación directa para observar in situ las actividades de la población y las respectivas infraestructuras. Luego de la recolección de datos, los resultados del análisis e interpretación de los datos indicaron que en la mayor parte del territorio del barrio Mocone no existen normas para la construcción de viviendas para la población. Se concluye que los asentamientos informales han acelerado el aumento de problemas ambientales como la erosión, cambios de topografía y, a nivel social, problemas urgentes como el mal saneamiento y el difícil acceso a la circulación de vehículos y vías de acceso.

**Palabras clave:** Asentamientos informales. Impactos ambientales. Impactos sociales. Nacalá.



## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento informal de áreas urbanas não é um fenómeno novo. Em cidades com mais de 100 anos, como por exemplo em Maputo, existem bairros como do Maxaquene, em Manica podemos encontrar o bairro da Josina Machel e Nacala – Porto encontramos o bairro Mocone, Ribaué e Triângulo. Normalmente pode - se entender por assentamentos informais como sendo ocupações inseridas em parcelamentos informais ou irregulares, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas, utilizadas predominantemente para fins de moradia. O presente artigo pretende analisar as implicações socioambientais dos assentamentos informais em Moçambique, na Província de Nampula. No Distrito de Nacala – Porto e especificamente no bairro Mocone. Esta pesquisa foi desencadeada entre os períodos de Setembro de 2023 à Maio de 2024. No que concerne ao recorte espacial, deve – se pelo facto do bairro ser dos mais antigos do distrito e este fenómeno deu – se por início e tem ainda crescido de forma desenfreada. No que tange a delimitação temporal, deve – se pelo facto de ser o período em que o Governo da Autarquia de Nacala começou com o processo de requalificação do bairro. Não obstante, justifica-se a escolha do tema por tratar-se de um problema de relevância sob á óptica do desenvolvimento sustentável, da vulnerabilidade social e ambiental pois, de acordo com Silva (2005), o desenvolvimento só se constata a partir do momento em que a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social tornam-se perceptíveis, onde a qualidade sócio - espacial também é levada em conta, priorizando entre outros aspectos ambientais e territoriais.

Como objectivos específicos têm - se os seguintes: abordar sobre o crescimento populacional e os assentos informais, caracterizar o bairro Mocone em termos populacionais e ocupacionais e apontar as causas e consequências socioambientais dos assentamentos informais no bairro. O estudo baseou-se em algumas obras que falam dos assentamentos informais. Foram usados os seguintes instrumentos de colecta de dados: a entrevista para os moradores do bairro e as autoridades responsáveis pela área da urbanização da autarquia de Nacala; a observação directa para observar in loco as actividades da população e as respectivas infra-estruturas. Este estudo tende a responder questões ligadas a ocupação informal, que se tornou um problema difícil de resolver devido a dimensão da sua própria evolução. Contudo é necessário ressaltar ou afirmar que uma das causas deste problema tem sido o crescimento populacional desenfreado



pelo mundo inteiro, principalmente em países em desenvolvimento. Os assentamentos informais podem contribuir para o surgimento de sérios problemas sociais e ambientais urbanos que no desenvolver deste texto serão apontados e analisados.

## **CRESCIMENTO POPULACIONAL URBANO E OS ASSENTAMENTOS INFORMAIS**

De acordo com Forjaz (2004), a formação residencial construída sem autorização legal para utilizar a terra ou habitações localizadas fora de um desenvolvimento urbano é conhecido como um assentamento informal. Na maioria dos casos, a habitação tem sido improvisado e carece de infra-estrutura básica, como saneamento. Segundo Silva (2005), assentamentos informais são áreas residenciais onde:

- (1) Moradores não têm segurança de posse com relação à terra ou moradias que habitam, com modalidades que variam entre ocupações ilegais e locação informal;
- (2) Os bairros geralmente carecem ou estão isolados dos serviços básicos e da infra-estrutura urbana e,
- (3) As habitações podem não cumprir com os regulamentos vigentes de planeamento e construção, e muitas vezes estão situadas em áreas geograficamente e ambientalmente perigosas.

O crescimento urbano intensivo ao longo do século XX provocou profundas mudanças territoriais, sociais e económicas nos países em desenvolvimento, além de transformações culturais e ambientais. A promoção de condições eficientes de gestão urbana comprometida com a consolidação da democracia constitui um enorme desafio a ser enfrentado pelos principais agentes políticos. Independente das diferenças entre os países em desenvolvimento no que se refere a seus tamanhos, povoações, níveis de urbanização, estruturas económicas, intensidade da crise económica, diferenças culturais e modos de vida, um problema comum a praticamente todos são as condições habitacionais extremamente deficientes de grande parte de suas populações. Concordamos com Fortuna (1998) que diz que a maioria das cidades dos países em desenvolvimento tem crescido tão rapidamente que não parecem ter histórias visuais. Em linhas gerais, esses países possuem esta característica comum de expansão rápida



das ocupações informais que, de um certo modo, obrigam transformam a topografia e a paisagem das próprias cidades.

## OS ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM NACALA NO BAIRRO MOCONE

O bairro de Mocone é um pequeno bairro de localização central na cidade de Nacala. Trata-se de um dos bairros onde a ocupação é mais densa. No sentido Este-Oeste tem uma dimensão de 1.800m, apresentando uma forma de funil estreito na sua parte Oeste (200m) e alargado na sua parte Este (1800m). Segundo o Censo de 2017, o bairro possuía cerca de 26.437 habitantes, sendo o segundo bairro mais populoso da Cidade (INE, 2023). O Bairro é atravessado no sentido Este-oeste por uma das picadas mais antigas que liga o centro urbano às zonas verdes, ao longo da qual se organizaram assentamentos consolidados antes e depois da Independência (Bairros Comunais). Ocupações mais recentes ocorreram nas margens Este, Sul e sobretudo Oeste do Bairro, de forma espontânea, constituindo hoje zonas de ocupação densa e bastante precária. (UCDIN, 2023). O Bairro Mocone é estruturado quase na sua totalidade por uma bacia hidrográfica, que desagua num único ponto situado a montante da Cidade baixa e do Porto. Uma linha de água com dois ramais principais constitui a via principal de drenagem da zona. Existem sistemas de ravinas secundárias bastante desenvolvidos em todas as zonas.

A parte mais ao Norte do Bairro Mocone pertence à bacia hidrográfica adjacente ao Bairro Ribaué que contribui para um sistema de ravinas que desagua na linha de água principal da ponte dos cimentos. Grande parte do terreno apresenta pendentes na ordem dos 10%, variando entre as zonas mais planas com 5% e as mais íngremes com 20%. Os solos arenosos com pendentes acima dos 5% são fortemente erodíveis quando submetidos à acção das precipitações intensas que ocorrem entre Dezembro e Março. (INE, 2019). Esta situação é agravada pela destruição da vegetação natural (cajueiros e capins) para a construção de casas, machambas de mandioca e milho e ainda a abertura de caminhos de peões que se tornam a posteriores canais de escoamento para as águas da chuva.

O Bairro Mocone apresenta três tipos de ocupação distintos: Zonas parceladas, de construção tradicional em vias de consolidação, criadas na sua maioria na altura da organização dos Bairros Comunais. São três zonas principais, uma próxima da Escola



Secundária, com cerca de 960 talhões, outra próxima da central das TDM, com cerca de 300 talhões, e a última ao longo da estrada da Praia, com cerca de 530 talhões. (UCDIN, 2023). Estas zonas apresentam um padrão regular de divisão do solo, com arruamentos que dão acesso a quase todos os talhões. Estas zonas foram todas abrangidas pelo programa de regularização de ocupações.

As zonas de ocupação espontânea, com cerca de 2.500 casas (2.000 contadas em 2023) distribuídas por diversas áreas. Nestes pontos do bairro existem caminhos de peões, dos quais apenas alguns têm dimensões superiores a 1,0 m de largura. Não existem estradas acessíveis a viaturas. Nestas zonas o Plano Director preconizava a desocupação e realização de obras de combate a erosão. (UCDIN, 2023). Estas áreas são atravessadas por caminhos de peões. Em resumo, o balanço de áreas no Bairro Mocone é o seguinte: Zonas urbanizadas: 00 ha; semi-urbanizadas: 133 ha não urbanizadas: 71 ha + (falta do outro lado); de protecção ambiental existentes: 62 ha + (falta do outro lado); com equipamentos sociais: 4,5 ha. (UCDIN, 2023).

No tocante as características das habitações, a maior parte delas no Bairro Mocone é de tipo tradicional e tradicional melhorado. Existem casas de alvenaria, sobretudo próximo a Escola Secundária. 17% das casas tinham paredes de bloco de cimento ou tijolo, 60% de blocos de adobe e 21% de pau maticado (pau a pique). Uma contagem do Conselho Municipal de 2007 concluiu que, nas zonas de ocupação espontânea, cerca de 10% das casas eram de alvenaria, 78% em materiais tradicionais com cobertura de capim, e 12% em materiais tradicionais com cobertura de zinco (UCDIN, 2023). Nas zonas semi-urbanizadas, uma contagem Conselho Municipal realizada em 2023 sobre 61% das ocupações, evidenciou que 41% das habitações eram de alvenaria, 13% de materiais tradicionais com cobertura de zinco e 47% de materiais tradicionais com cobertura de capim. Os talhões nas seguiam originalmente o padrão de 18X30 m (Bairros Comuns). Os números não foram atualizados. (UCNDIN, 2023). Em certas áreas, existem talhões mais pequenos, com ocupação consolidada. Nas zonas de ocupação espontânea os terrenos são de forma irregular. Os terrenos são em geral bastante pequenos, existindo, no entanto, alguns terrenos maiores e vedados. As cozinhas, casas de banhos e latrinas (quando existam) são em geral individuais e situadas fora das casas.

Quando as cidades dos países em desenvolvimento começaram a crescer, com centros de produção e intercâmbio progressivamente mais integrados aos mercados



mundiais, os novos bairros, principalmente os construídos pela população de baixa renda, começaram a surgir em terrenos desocupados, próximos aos centros das cidades ou onde havia maiores oportunidades de emprego, como por exemplo, próximo aos portos. Este facto verifica – se também no bairro Mocone, onde a população preferiu instalar – se devido a proximidade de um dos maiores centros comerciais de Nacala – Porto que é a cidade baixa. A localização potencializa o emprego no porto de Nacala que tem se tornado num motor e produtor de divisas do distrito e um dos locais onde alberga um número considerado de trabalhadores. O próprio centro oferece também melhoras condições de vida.

Dados colhidos através do Chefe e do Secretário do bairro evidenciam de que a maior parte da população residente em Mocone é proveniente de outros distritos e até mesmo de outros bairros da cidade. Deve-se, provavelmente, ao facto de se notarem algumas dificuldades no nível de vida e difícil acesso a terra.

As populações mais pobres não tiveram geralmente outra opção, além de ocupar terrenos inadequados e convertê-los em lugares de moradia permanente. Áreas sujeitadas a inundações, como Guayquil, Bombay, Lagos, Maputo e Bangkok; morros sujeitos a deslizamentos, como no Rio de Janeiro, La Paz ou Quito; em leitos de rios secos, como na Cidade do México; em barrancos, como na Cidade da Guatemala e Salvador ou ainda desertos, como em Lima, Khartoum e o Cairo (Raposo, 2005, p.138).

Constata-se então, que o crescimento das cidades é alimentado pelos grupos mais pobres, e ocorre sem planeamento prévio ou apoio governamental. Um processo caracterizado pela fragmentação e crescimento casual das áreas urbanas, onde um bairro é construído sem articular-se adequadamente com os outros. A análise do Bairro Mocone demonstra que foi possível em parte controlar o uso do solo, criando zonas de protecção ambiental, regularizando ocupações em zonas semi-urbanizadas e fiscalizando as zonas desocupadas para evitar novas construções e reocupações. Apesar disso, de acordo com as autoridades responsáveis pela área da urbanização do distrito de Nacala, houve uma densificação de parte dos assentamentos informais do Bairro, e em particular da zona do Comando, tendo como principais motivos:

- A insuficiente fiscalização de novas construções e reconstruções em zonas ocupadas;
- A falta de controlo real das autoridades locais sobre os mecanismos de acesso à terra;
- A falta de alternativas de ocupação até início dos anos 1990;



- O carácter bastante atractivo da zona, situada perto dos centros de actividade económica, equipamentos e serviços;
- A falta de uma implementação coordenada entre autoridades locais e empresas de prestação de serviços, levando a provisão de água e energia à zonas de ocupação não planeada;
- O grande fluxo de imigrantes que se registou durante o tempo da guerra tornou mais difícil a tomada de medidas de controlo.

Neste contexto, a referida análise permite tirar certas conclusões úteis para uma estratégia de redução de assentamentos informais em Nacala, e em certa medida para as outras Cidades do País.

## CAUSAS DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS NO BAIRRO MOCONE

104

De acordo com Amaral (2008), cerca de 1 bilhão de pessoas vive em assentamentos informais ou favelas em todo o mundo. O crescimento dos assentamentos informais está vinculado a inúmeros factores socioeconómicos elencados a seguir.

### Pobreza

Segundo Melo (2008), pobreza e ostracismo social são as principais causas de assentamentos informais na maioria das nações. Governos lidam com deficits fiscais e, portanto, promovem e subsidiam sectores industriais que podem revitalizar a economia e equilibrar os orçamentos públicos. Em Moçambique a questão da a pobreza, muito pesquisa, é evocada nesta pesquisa, pois é uma das causas dos assentamentos informais. A falta de emprego formal e a dificuldade em encontrar fontes de rendimento estáveis estão correlacionadas a pobreza. Nacala continua a ser um pólo de atracção de imigrantes provenientes dos distritos vizinhos mais pobres (Memba, Nacala a Velha, Mossuril, etc.). Assim, as ocupações informais continuam a crescer de uma forma acentuada e rápida. A situação no campo, em distritos com problemas de segurança alimentar e/ou com deficiências na rede comercial e um fraco desenvolvimento de infra-estruturas e



equipamentos, torna a cidade (zona urbana) mais atractiva e causa a deslocação de população jovem a procura de melhores oportunidades.

Lotação de áreas urbanas atraca para baixo, prejudicando assim a capacidade dos governos de enfrentar eficazmente o problema dos assentamentos informais. Em nações de baixa renda crivados de elevada taxa de desemprego, as pessoas lutam para colocar um tecto sobre suas cabeças. Mesmo na Europa Ocidental, seis por cento dos moradores da cidade residem em habitações precárias caracterizadas por condições de vida perigosas. (Guerra, 1994, p.16)

Em Nacala – Porto, acreditava – se que a cidade tinha a capacidade de empregar milhares de jovens, mas o índice de desemprego continua a crescer. Os imigrantes em busca de melhores condições de vida e habitações melhoradas, não têm tido acesso aos locais apropriados para a construção das suas moradias, e optam por se instalar em locais de protecção e de riscos onde constroem habitações e ocupam – se de forma desordenada e informal.

## Urbanização

De acordo com Raposo (2007), um ponto de inflexão mundial foi alcançado quando mais da metade da população da Terra estava residindo em zonas urbanas. Oportunidades de emprego e de ganho material têm alimentado o rápido crescimento das megacidades, as áreas urbanas que suportam uma população de, pelo menos, 10 milhões. (UCDIN, 2023). Por aparentar ser um ponto atractivo para realização de grandes negócios, Nacala – Porto, vai albergando com o andar do tempo um número elevado de população. Os principais motivos do crescimento dos assentamentos informais urbanos e não urbanizados em Nacala – Porto segundo as autoridades responsáveis pela área de urbanização estão associados as seguintes causas:

- Insuficiente provisão de terrenos em zonas de expansão para responder ao afluxo à Cidade no período pós-independência e no tempo de guerra;
- Proximidade do Porto, armazéns e outras zonas de actividades económicas;
- Proximidade dos serviços;
- Existência de aprovisionamento de água mais abundante, incluindo água canalizada e fontes alternativas (grande poço com água todo o ano no meio do Bairro Triângulo);



- Atracção dos imigrantes por serem zonas de maior densidade, onde já residem familiares e conterrâneos e onde o acesso à terra pode ser facilitado (a verificar);
- Carácter informal, alta densidade e poucos acessos favorecem actividades ilegais.

### Políticas ineficazes de Habitação

Embora os governos têm implementado políticas para fornecer habitação para os pobres urbanos, os seus esforços têm-se revelado inúteis. Eles têm despejado pessoas de assentamentos informais, arrasando a habitação e enviando os moradores de volta para o campo. Estas medidas não foram suficientes para conter a onda de migração urbana (Kanashiro, 2004). Em Nacala – Porto, durante os anos 1960 e meados de 1970, são ocupadas principalmente os espaços situados na proximidade do Porto e da Fábrica de Cimentos, e em menor dimensão, a Zona Industrial. Os planos não prevêm a acomodação de trabalhadores e pessoal de serviços em unidades habitacionais específicas. O acesso dos indígenas à cidade é limitado às pessoas directamente empregadas. Iniciam-se então os assentamentos perto das zonas centrais, sem urbanização prévia, na sua maioria em encostas ao pé da Baía. Naquelas zonas eram proibidas as construções em material duradoiro.

O Plano Director preparado pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico e aprovado em 1985 pela Assembleia da Cidade, preconizava uma série de acções para o desenvolvimento físico da Cidade, definia vastas zonas de expansão a serem parceladas e dotadas de infra-estruturas, assentamentos a consolidar nas zonas semi-urbanizadas, e vastas zonas ocupadas por assentamentos informais, onde a ocupação deveria ser desencorajada e as famílias que as ocupavam seriam progressivamente retiradas e transferidas para as novas zonas residenciais. (Raposo, 2007, p.105)

A falta de meios financeiros e materiais e a pressão causada pelo grande afluxo de população em tempo de guerra, não permitiram implementar este programa de forma integrada antes do início dos anos 1990. Começaram-se em 1985 acções que não necessitavam de investimento, tais como a montagem de um sistema de regularização das ocupações em zonas semi-urbanizadas e o registo de ocupações no segundo maior assentamento informal, o do Bairro Mocone, para fins de controlo da ocupação, trabalho apoiado pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico, que disponibilizava a assistência



técnica. Este trabalho serviu de base para o lançamento das intervenções urbanas na década de 1990.

De acordo com Silva (2005), a partir dos anos 1990, foram abertas zonas de expansão com apoio financeiro externo (Cooperação Finlandesa), apresentando condições mínimas de habitabilidade, e um programa de reassentamento da população de áreas mais críticas e onde estavam previstas obras de controlo de erosão. Ao mesmo tempo, continuava o programa de regularização de ocupações em zonas semi urbanizadas e começava-se a executar obras de combate a erosão nas principais bacias hidrográficas.

Todas estas actividades, com excepção do reassentamento de populações, continuam até o presente momento. Nos espaços onde foram retiradas pessoas e nos que ainda não estavam ocupadas, foram constituídas zonas de protecção ambiental, que ainda não são regularmente fiscalizadas. Nelas, independentemente da fiscalização, os ocupantes permanecerão nestes locais. Um dos factos que leva a crer que a fiscalização não tem sido eficiente em Nacala – Porto é o crescimento populacional dessas áreas.

A imagem abaixo ilustra este cenário bastante crítico, onde existe uma residência ao lado de uma placa deixando o aviso: *Zona de protecção, proibido fazer casas e machambas*. Isso confirma a afirmação de Kanashiro (2004), que assevera que por mais que o governo arraste as pessoas para fora destes locais e destrua tudo o que lá existe, não é suficiente para poder conter a ocupação ilegal, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 1. Moradias construídas em locais de total proibição no bairro Mocone



Fonte: Autor, Trabalho de campo, 2024



A análise do Bairro Mocone demonstra que foi possível controlar em parte o uso do solo, criando zonas de protecção ambiental, regularizando ocupações em zonas semi urbanizadas e fiscalizando as zonas desocupadas para evitar novas construções e reocupações. Apesar disso, os responsáveis pela área da urbanização do distrito de Nacala, acreditam que houve ainda uma densificação de parte dos assentamentos informais, em particular da zona sul, tendo como principais motivos:

- A insuficiente fiscalização de novas construções e reconstruções em zonas ocupadas;
- A falta de controlo real das autoridades locais sobre os mecanismos de acesso à terra;
- A falta de alternativas de ocupação até início dos anos 1990;
- O carácter bastante atractivo da zona, situada perto dos centros de actividade económica, equipamentos e serviços;
- A falta de uma implementação coordenada entre autoridades locais e empresas de prestação de serviços, levando a provisão de água e energia à zonas de ocupação não planeada;
- O grande fluxo de imigrantes que se registou durante o tempo da guerra tornou mais difícil a tomada de medidas de controlo.

Neste contexto, a referida análise permite tirar certas conclusões úteis para pensar numa estratégia de redução de assentamentos informais em Nacala, e em certa medida para as outras cidades do país. Enquanto, historicamente, o mercado formal não tem oferecido opções viáveis de acesso ao solo e à moradia para os grupos socioeconómicos mais pobres, ao longo do processo de urbanização os governos também não têm implementado políticas habitacionais suficientes, adequadas e acessíveis. De acordo com Anderson (2000), a cultura jurídica dominante ainda não reconhece plenamente o princípio constitucional das funções sócio - ambientais da propriedade e da cidade, e tende a favorecer uma leitura civilista anacrónica dos direitos individuais de propriedade, reafirmando uma noção patrimonialista da propriedade tão-somente como mercadoria e assim estimulando toda uma série de processos especulativos. Nesta perspetiva histórica, a informalidade passou a ser a única opção de produção da moradia para grande parcela da população urbana. A informalidade tem inegavelmente oferecido mais e melhores opções de acesso ao solo e à moradia nas



109

idades para os pobres do que os mercados formais e os governos juntos. Este não é um aspecto que muitos podem contestar, porque as pesquisas mostra que os habitantes destas regiões (informais) não possuem nenhuma documentação legal da sua ocupação e construção da sua própria habitação. Contudo, deve também ser reconhecido que essa única opção existente, por mais que efectivamente envolva grande dinamismo e criatividade por parte dos moradores, não pode ser considerada não adequada em termos ambientais, urbanísticos, sociais e jurídicos.

Além de viver em condições de grande precariedade urbanística e ambiental, a enorme população dos assentamentos informais não tem segurança jurídica da posse, ficando à mercê de despejos e remoções, pressões de proprietários, políticos, bandidos, traficantes e especuladores (Brush, 2008). Brushi (2008) ressalta um aspecto bastante curioso relacionado a criminalidade no bairro Mocone onde vários anos pessoas de má-fé saíam de uma zona chamada Morocoló para aterrorizar outros locais da cidade de Nacala – Porto. O local este tem vias de acesso difícil de localizar, distinguir e atravessar, facto este que era favorável para os praticantes destas acções criminosas. Um outro dado que também os favorecia é o facto de as moradias estarem próximas umas das outras sem nenhuma estrutura urbana. O normal é encontrar ali um único talhão, ou parcela de terra, cerca sediando cinco casas com famílias diferentes.

Vários indivíduos desta área já foram indiciados e suspeitos de estarem a colaborar no desaparecimento ou no sequestro de Albinos. Mesmo se não ocorre tráfico de drogas, são registados assaltos e roubos a mão armada. Ademais, diferentemente do que muitos pensam, a informalidade não é uma opção barata. Além de pagarem preços abusivos para terem acesso a serviços improvisados, os moradores de assentamentos informais têm pago preços cada vez maiores para viverem em condições precárias.

### **Principais problemas sociais dos assentamentos informais no bairro Mocone**

De acordo com o estudo feito e os dados fornecidos pelos entrevistados especificamente o Chefe e o Secretário do Bairro, os problemas sociais provocados pelos assentamentos informais no Bairro Mocone são:

- Aumento de doenças e surtos, devido a ausência de saneamento do meio condigno;
- Aumento de custos de utilidades públicas;



- Danos a população;
- Distanciamento da população com os cursos de água;
- Dificil acesso a circulação de veículos e vias de acesso;

Em suma estes problemas perfilam como os principais no bairro Mocone, com maior destaque para violência urbana, assalto, roubo e atentados. Os restantes não que não mereçam grande destaque, mas não são de soar os alarmes como os referidos anteriormente.

### **Principais problemas ambientais dos assentamentos informais no bairro Mocone**

De acordo com nosso estudo e os dados providos pelos entrevistados, especificamente os responsáveis pela área da urbanização do distrito de Nacala - Porto, os problemas ambientais provocados pelos assentamentos informais no Bairro Mocone são:

- Alteração da topografia;
- Impermeabilização do solo;
- Diminuição da infiltração;
- Alteração do microclima;
- Diminuição ou perda do habitat natural, terrestres e aquáticos;
- Diminuição ou perda da biodiversidade;
- Alteração do ecossistema natural e,
- Erosão.

Esta área tem sofrido gravemente do problema da erosão, que, apesar de comum em Nacala – Porto, nunca deixou de ser um problema de alto risco nas zonas de ocupação informal como o do Bairro Mocone, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 2. Erosão criada pelos assentamentos informais no bairro Mocone



Fonte: Autor, Trabalho de campo, 2024

Pela ilustração acima pode-se notar consequências serias por parte dos assentamentos informais como a erosão que afecta casas e caminhos e a falta de acessos internos. As autoridades responsáveis pela urbanização no distrito de Nacala – Porto, reiteram que a zona do comando é uma zona de ocupação espontânea, que foi ocupada maioritariamente no período da guerra.

Localizada muito centralmente, perto da Cidade Baixa e da Escola Secundária, esta zona abrigava cerca de 950 casas numa área de cerca de 38 hectares em 2003 (contagem casa a casa - Conselho Municipal). A maior parte do espaço foi sempre proibido para construção, seja no período colonial, quando era impedido construir em duro, seja após a aprovação do Plano Director da Cidade em 1985. (UCDIN, 2023), O número de casas passou de 950 para 1800 na atualidade, número bastante avultado numa área tida como de protecção (INE, 2023). Com o tempo e devido ao ritmo acelerado de ocupação espontânea, as autoridades foram obrigadas a vedar as parcelas de terra como forma de não permitir mais ocupações do género, conforme ilustra a imagem abaixo:

Figura 3: Zona de Protecção vedada pelas autoridades no bairro Mocone



Fonte: Autor, Trabalho de campo, 2024

112

De acordo com relatos do Chefe e Secretário do bairro, nesta área a maior parte das casas foram construídas em terrenos atribuídos pelos Chefes de Quarteirão, muito provavelmente em conexão com os chefes tradicionais. Uma sondagem rápida sobre o processo de acesso à terra sugere que os residentes parecem considerar a sua permanência como bastante segura apesar da proibição, uma vez que não houve pressão directa do Conselho Municipal para a sua remoção. Ao contrário, na zona alta do Bairro houve programas de reassentamento. Um dos maiores motivos pelo qual as autoridades responsáveis pela área de urbanização viram – se obrigados a vedar este espaço é o medo da população ocupar esta área de forma informal e desordenada. Ainda, as autoridades acrescentam que esta área cobre um total de 2 hectares de terra.

## CONCLUSÃO

O número, já elevado, de pessoas vivendo em condições habitacionais precárias em assentos informais vai continuar aumentando no futuro sob o efeito dos fluxos migratórios. A saturação populacional do Bairro Mocone preocupa entidades responsáveis que pensam em vedar certas áreas para que não haja mais ocupações. Não obstante é necessário afirmar que a população deste bairro tem um nível de escolaridade muito baixo, o que gera certa incompreensão relação as medidas legais.



As discrepâncias comunicativas e as dificuldades de diálogo entre a comunidade e o governo levam a crer que esta situação tomará contornos bastante alarmantes com o tempo, devido ao crescimento vegetativo de uma população em sua maioria em idade de procriar. Ou seja, haverá sempre a necessidade de abertura e improvisado de espaços para serem ocupados.

A localização geográfica dos assentos e das habitações dificulta a instalação de serviços básicos e de saneamento do meio condigno para esta comunidade. Importa afirmar que, os desafios ambientais naturais e humanos nestas áreas são imensos: as habitações são precárias e as zonas são propensas a qualquer tipo de risco, como a erosão. Conforme ressaltado, a criminalidade constitui um risco que se consolida desde 2013, em particular na zona do Morocolo do Bairro Mocone. Cólera, diarreia no tempo chuvoso e malária, alimentam, por sua parte, o risco sanitário. Diante desses riscos, a ação governamental enfrenta barreiras, dificuldades e desafios, o que levou as autoridades a interditar ou vedar as áreas prioritárias antes que fossem invadidas no intuito de conter a expansão dos assentamentos informais.

Para complementar, seria necessária, também a nível municipal, a definição de planos de intervenção em áreas informais, para possibilitar uma visão da realidade existente ao nível do território e estabelecer prioridades de intervenção. Tendo em conta as particularidades de intervenção em áreas informais seria recomendável ter em conta a necessidade de ajustar as normas à realidade local, de modo a dar uma resposta adequada sem colidir com a legislação vigente.

Outra questão bastante relevante, é que não estando a terra legalmente sujeita às regras do mercado, e verificando-se a crescente comercialização da mesma, não se considerando como alternativa viável a adopção do mercado de terras. Torna-se, assim, imperioso estabelecer normas de fiscalização que controlem e impeçam que tal aconteça. Seria também ideal que os municípios definissem áreas adequadas à habitação e as munissem de infra-estruturas e equipamentos essenciais, disponibilizando terrenos para concessão nestes locais, o que minimizaria as hipóteses de ocupação ilegal e o conseqüente surgimento de novas áreas de ocupação informal. Estas áreas, que poderiam ser designadas como áreas de expansão, permitiriam também o realojamento de moradores de áreas informais situadas em locais impróprios para a habitação, que seriam reabilitadas para os fins a que melhor se destinassem. Como também foi



evidenciado, todas estas acções deveriam ser garantidas por uma gestão e fiscalização eficiente do território.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, S. **Mapping Land Rights in Mozambique, in: Photogrammetric Engineering & Remote Sensing**. Vol. 66, No. 6, June 2000, pp. 769-775.
- AMARAL, I. **Estudo da geografia urbana**. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 2008.
- BRUSCHI, S. **Planificar as Cidades: Por Que Razão e Para Quem?** Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2008.
- FORJAZ, J. **A Planificação Física em Moçambique Independente**. José Forjaz Arquitectos 2004, in [www.joseforjazarquitectos.com](http://www.joseforjazarquitectos.com), consultado em Agosto 2024.
- FORTUNA, C. **Cidade, cultura e globalização**. Celta Edições, Oeiras 1998, pp. 45 - 65
- GAMEIRO, A. P. **A problemática da habitação em Angola**. Os musseques e a requalificação urbana. Luanda 2001
- GUERRA, I. **As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas**. Revista Sociedade e Território, 20, 1994, pp. 11-16
- Instituto Nacional de Estatística - **Estatísticas do Distrito de Nacala Porto**, 2019 - 2023
- KANASHIRO, M. **Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade**. Desenvolvimento do Meio Ambiente, nº 9; Editora UFPR; Jan/Jun. 2004; pp. 33-37
- MELO, V. **Planeamento e construção sustentáveis n periferia de Maputo**. O Bairro do Mumenho 4 de Outubro em relação à área peri-urbana da capital, dissertação de mestrado defendida na Universidade Lusíada, Lisboa 2008
- RAPOSO, I., SALVADOR, C. **Há diferença, ali é cidade, aqui é subúrbio**. **Urbanidade dos bairros, tipo e estratégias de habitação em Luanda e Maputo**. In Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo, Subúrbios de Luanda e Maputo, Colecção Tempos e Espaços Africanos, Edições Colibri, Lisboa 2007, pp. 105-138
- RAPOSO, I. **Cidades Africanas**. Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, nº5, Lisboa 2005



SILVA, V. **Intervenção inovadora em Manica**. In Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, nº5, Lisboa 2005, pp. 124-133

UN-HABITAT, **Estudo do Perfil Regional do Sector Urbano em Moçambique (RUSPS)**, Fevereiro 2006.

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, **Brochura Distrital e Municipal**, 2023



VARIA

Artigo



**AVALIAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL URBANA DO  
BAIRRO EDUARDO MONDLANE NO MUNICÍPIO DA CIDADE  
DE MAXIXE (MOÇAMBIQUE)**

*EVALUATION OF THE URBAN ENVIRONMENTAL QUALITY OF THE  
EDUARDO MONDLANE NEIGHBORHOOD IN THE MUNICIPALITY OF  
MAXIXE CITY (MOZAMBIQUE)*

*EVALUACIÓN DE LA CALIDAD AMBIENTAL URBANA DEL BARRIO  
EDUARDO MONDLANE EN EL MUNICIPIO DE MAXIXE (MOZAMBIQUE)*

116

*Por Joaquim Gomes André Chitata & Fernando Joaquim Mandima*

*Joaquim Gomes André Chitata*  
Docente e Pesquisador do Programa de  
Graduação da Universidade Save  
(Moçambique).  
Contato: jchitata09@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-3124-7519>

*Fernando Joaquim Mandima*  
Estudante na Universidade Save  
(Moçambique).  
Contato: fmblater01@gmail.com

Como citar:  
CHITATA, J. G. A; MANDIMA, F. J.  
Impactos socioambientais da produção  
industrial: caso da empresa cervejas de  
Moçambique- Marracuene. **Boletim  
GeoÁfrica**, v. 3, n. 11, p. 116-131, jul.-dez.  
2024.

Recebido: 30/11/2024  
Aceite: 15/12/2024



## RESUMO

A questão da avaliação da qualidade ambiental urbana do bairro Eduardo Mondlane no município da cidade de Maxixe, teve como base a percepção subjetiva dos moradores. Do ponto de vista metodológico, optou-se por uma abordagem quanti-qualitativa, observação, inquérito e questionário. A paisagem urbana deste bairro é resultado da intensa relação dos moradores e o meio circundante e suas relações sociais, alterando os elementos físicos, influenciando desta forma na qualidade ambiental. A pesquisa evidencia que os moradores na sua percepção, avaliam negativamente a qualidade ambiental urbana do bairro, devido a degradação das condições de bem-estar e qualidade sadia relacionadas com a sua moradia, saneamento do meio, infraestrutura urbana, serviços públicos urbanos, infraestrutura social e cultural, questões do conforto do ambiente e o exercício de cidadania. Existe ainda um processo de produção social do espaço urbano que os moradores deste bairro ao administrarem o seu território, tem arcado funções inerentes as autoridades municipais, como é o caso da mitigação da erosão, saneamento básico, criação de espaços verdes entre outros aspectos. A partir deste estudo foi possível perceber melhor a complexidade do processo de urbanização versus qualidade ambiental e as estreitas relações entre os moradores.

**Palavras-chave:** Avaliação. Qualidade Ambiental. Qualidade Urbana. Bairro Eduardo Mondlane.

## ABSTRACT

The question of assessing the urban environmental quality of the Eduardo Mondlane neighborhood in the municipality of Maxixe was based on the subjective perception of the residents. From a methodological point of view, we opted for a quantitative and qualitative approach, using observation, surveys and questionnaires. The urban landscape of this neighborhood is the result of the intense relationship between the residents and the surrounding environment and their social relations, altering the physical elements, thus influencing environmental quality. The research shows that the residents' perception of the neighborhood's urban environmental quality is negative, due to the degradation of the conditions of well-being and healthy quality related to their housing, sanitation, urban infrastructure, urban public services, social and cultural infrastructure, environmental comfort issues and the exercise of citizenship. There is also a process of social production of urban space in which the residents of this neighborhood, in managing their territory, have taken on functions inherent to the municipal authorities, such as erosion mitigation, basic sanitation, the creation of green spaces and other aspects. From this study it was possible to better understand the complexity of the urbanization process versus environmental quality and the close relationships between residents.

**Keywords:** Evaluation. Environmental Quality. Urban Quality. Eduardo Mondlane neighborhood.

## RESUMEN

La cuestión de evaluar la calidad ambiental urbana del barrio Eduardo Mondlane, en el municipio de Maxixe, se basó en la percepción subjetiva de los residentes. Desde el punto de vista metodológico, optamos por un enfoque cuantitativo-cualitativo, observación, encuesta y cuestionario. El paisaje urbano de este barrio es el resultado de la intensa relación de los residentes con el entorno y sus relaciones sociales, alterando los elementos físicos e influyendo así en la calidad ambiental. La investigación muestra que la percepción de los residentes sobre la calidad ambiental urbana del barrio es negativa, debido a la degradación de las condiciones de bienestar y calidad saludable relacionadas con su vivienda, saneamiento, infraestructura urbana, servicios públicos urbanos, infraestructura social y cultural, cuestiones de confort ambiental y ejercicio de la ciudadanía. Existe también un proceso de producción social del espacio urbano en el que los residentes de este barrio, en la gestión de su territorio, han asumido funciones inherentes a las autoridades municipales, como la mitigación de la erosión, el saneamiento básico, la creación de espacios verdes y otros aspectos. A partir de este estudio fue posible comprender mejor la complejidad del proceso de urbanización frente a la calidad ambiental y las estrechas relaciones entre los residentes.

**Palabras clave:** Evaluación. Calidad Ambiental. Calidad Urbana. Barrio Eduardo Mondlane.



## INTRODUÇÃO

O processo de urbanização, iniciado na segunda metade do século XX, além da ocupação desordenada dos espaços, gerada pelo êxodo rural. Nos países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, este processo ocorreu de uma forma despreparada ou sucedendo um planeamento urbano ineficiente, contribuindo para o surgimento de problemas sociais, económicos e, principalmente, ambientais (Borja, 2018).

O planeamento urbano no bairro Eduardo Mondlane surge no âmbito de desconcentração da população na cidade, este processo foi desenhado no ano 2000, tendo como foco a retirada da população concentrada no bairro Rumbana (numa área com a designação de “Mafalala”), tida como imprópria para implantação de residências (zona de risco de inundações) e, por essa via, o bairro Eduardo Mondlane criava segurança para que todos os visados fossem lá viver e, para tal, todos foram atribuídos parcelas de terrenos. Tendo em ponderação a influência antrópica no ambiente, se torna, cada vez mais árduo, a definição de qualidade ambiental. No contexto da análise do espaço, principalmente na em áreas urbanas, a definição de viver com qualidade é algo difícil a ter um consenso, devido às questões e necessidades humanas num contexto sociocultural (Benini; Rosin; Jeane, 2017). Porém, a qualidade ambiental urbana pode ser entendida como a combinação entre todos os aspectos físicos, químicos, biológicos, sociais, políticos, económicos e culturais que concedam a promoção equilibrada da vida (Mazzeto, 2000).

Para este estudo realizado no bairro Eduardo Mondlane, caracterizado por intensa intervenção antrópica (submetido a intenso desmatamento face as machambas, construções habitacionais e descarte de resíduos sólidos), resultado do processo de urbanização na área em estudo, iniciado antes das autoridades municipais estarem preparadas para o efeito. Neste contexto, o estudo sobre a avaliação de qualidade ambiental urbana do bairro, remete-nos a um entendimento sobre as condições ambientais da área, baseando-se em indicadores estabelecidos (avaliação objetiva) e com o empenhamento dos residentes abrangidos pela nossa amostra como submetido e não objecto do método de avaliação (avaliação subjetiva).

No contexto geral, as pesquisas de análise ambiental levam em consideração diversos indicadores (Nahas, 2015). Diante do exposto, os indicadores ambientais são



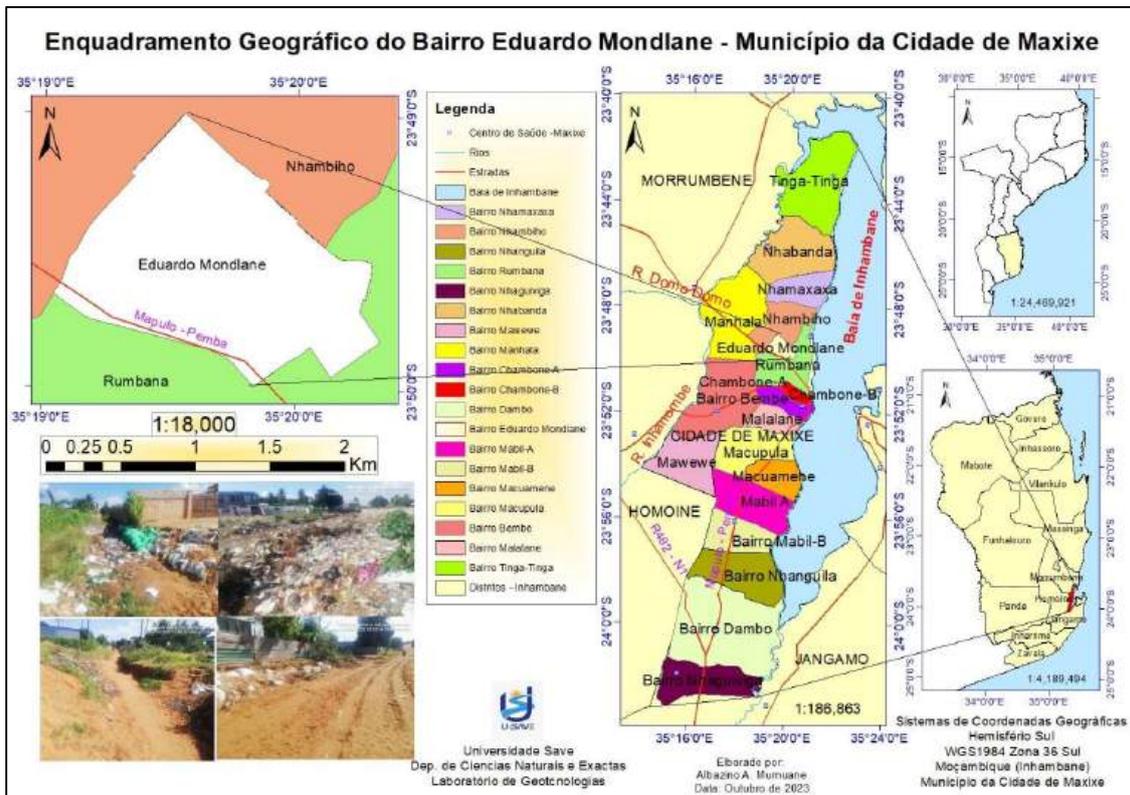
ferramentas usadas para se ter um retrato da qualidade ambiental e dos recursos naturais, determinar processos, além de avaliar as condições e as tendências ambientais rumo ao desenvolvimento sustentável (Kemerich; Ritter; Borba, 2014). Com o processo de urbanização do bairro Eduardo Mondlane, tem se assistido uma crescente procura pela ocupação do espaço habitacional com transformações sócio-ambientais acompanhadas pela história local e políticas públicas.

### **ÁREA DE ESTUDO**

O bairro Eduardo Mondlane ocupa uma superfície de 2216.59 hectares equivalente a 22,17 Km<sup>2</sup> e faz parte do município de Maxixe, localizado na região central, uma das áreas mais privilegiadas em termos urbanização e, encontra-se entre as coordenadas 23° 49'00" e 35° 19' 00" de latitude Sul, e 23° 50' 00" e 35° 20' 30" de longitude Este e, tem como limites, a Norte e a Oeste o bairro Nhambiho e a Sul e a Este o bairro Rumbana (Figura 1). O bairro Eduardo Mondlane compreende uma área que tem vindo, nos últimos tempos, sofrendo alterações devido ao processo de urbanização. Este processo, tem contribuído para a qualidade ambiental urbana face à destruição do ambiente natural em resultado do artificial.



Figura 1. Enquadramento Geográfico do Eduardo Mondlane



Fonte: Autores (2023).

## METODOLOGIA

A pesquisa do ponto de vista de abordagem do problema é pesquisa mista. Baseou-se na abordagem quali-quantitativa, no sentido em que permitiu considerar a existência de uma relação entre o meio ambiente e os moradores do bairro Eduardo Mondlane, socorrendo-se da análise descritiva, relacionando com a percepção do fenómeno por parte dos moradores, traduzir em números as informações e opiniões para analisá-las. Para a avaliação da qualidade ambiental urbana do bairro, foram realizadas observações dirigidas em diferentes pontos do local, acompanhadas de registos fotográficos, aplicação de inquérito dirigidos aos moradores e entrevista aos técnicos do conselho municipal de Maxixe, como forma colher suas percepções sobre o fenómeno, nos meses de Abril a Maio de 2023. Neste contexto, o estudo teve uma amostra de 40 elementos, dos quais, 4 técnicos do Conselho Municipal de Maxixe, dentre eles, 1 técnico do departamento da urbanização e ordenamento territorial, 1 técnico do departamento de infra-estruturas e 2 do departamento de abastecimento de água, saúde, cemitério, saneamento do meio



ambiente e, 35 moradores, sendo que tem idade superior a 18 anos e vivem a mais de 5 anos no bairro.

## ANALISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

### Perfil dos moradores em relação aos aspectos da qualidade ambiental

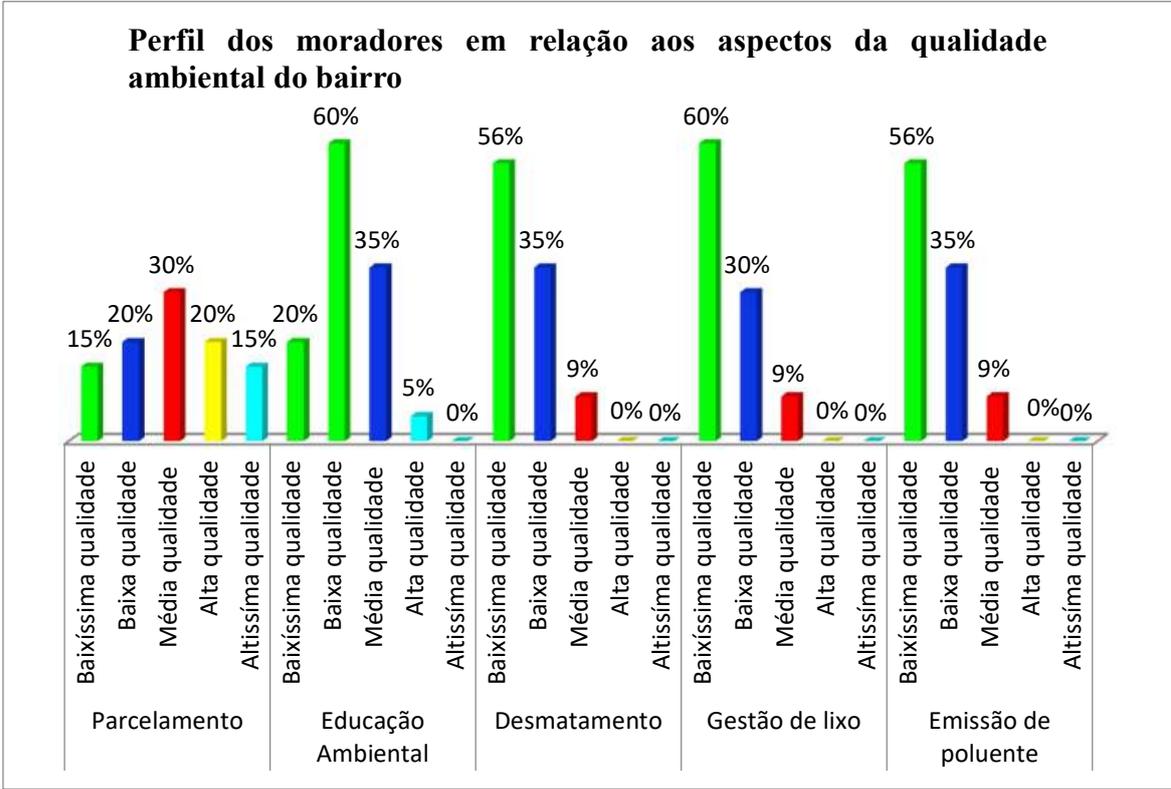
Para uma melhor descrição do perfil dos moradores em relação aos aspectos da qualidade ambiental do bairro Eduardo Mondlane, a que considerar (Brito; Brito; Barros; Silva, 2014), afirma que a ocupação do solo em áreas indevidas é uma prática comum nas cidades, ocasionada principalmente pelo acelerado crescimento populacional e utilização de áreas consideradas impróprias à moradia pelo processo intenso de urbanização, causando desequilíbrio ambiental no espaço urbano, o pensamento respaldado por (Ombe, 1997) que defende que o crescimento populacional que se verifica nas periferias das principais cidades moçambicanas tem contribuído para a ocupação irregular do solo urbano. Esta situação também é influenciada pelas fragilidades das instituições públicas que não tem capacidade humana e técnica para a fiscalização do uso e aproveitamento do solo urbano.

Em função dos dados colhidos na base de inquéritos na área em estudo, referentes ao perfil dos moradores em relação aos aspectos da qualidade ambiental, deu a entender que o crescimento demográfico na sua maioria por jovens e com maior destaque homens, é influenciado pela naturalidade, fonte de recursos e serviços fornecidos no local que por consequente é caracterizado por uso irracional dos recursos naturais de que se dispõe para o seu bem-estar, baseando-se em alguns indicadores (desmatamento da vegetação, descarte e acúmulo dos resíduos sólidos, emissão de poluentes, parcelamento e matérias de educação ambiental), impactando na qualidade ambiental urbana no bairro, destacando-se a educação ambiental (baixa qualidade) e gestão de resíduos (baixíssima qualidade) com 60% no comuto geral de avaliação para cada aspecto (Figura 2).

Um outro dado destacado nos inqueridos, relata-se a situação da elevada emissão de gases para atmosfera com cerca de 56%, visto que o bairro se encontra numa região com três fabricas de produção de óleos, sabões entre outros produtos resultantes do processamento do coco. De salientar que, a situação do parcelamento comparativamente com a realidade de muitos bairros do município é razoável, porém, carece de mais

fiscalização e monitoria no âmbito de implantação de infra-estruturas, principalmente no caso de espaços de residências privadas.

Figura 2. Perfil dos moradores em relação aos aspectos da qualidade ambiental do bairro.



Fonte: Autores (2023).

Fazendo um cruzamento com a informação das entrevistas tidas com os técnicos do Conselho Municipal da Cidade de Maxixe (CMCM), quanto a descrição do perfil dos moradores em relação aos aspectos da qualidade ambiental do bairro, Nhamússua<sup>1</sup> destaca o seguinte:

O bairro Eduardo Mondlane beneficiou de pormenor urbanização com marcos e indicação das vias de acesso, por isso, o município já não faz parcelamento apenas atende a legalização e o licenciamento para transpasse e construções, respectivamente. Estes atractivos para novos moradores sobretudo jovens, definem o crescimento populacional com diferentes interesses de satisfazer as suas necessidades, influenciam a pressão sobre o meio ambiente.

<sup>1</sup> Ernestino Nhamussua, técnico (Topógrafo) do CMCM. Entrevista, 26 de Maio de 2023.



Para Tambanjane<sup>2</sup>, quanto a descrição do perfil dos moradores em relação aos aspectos da qualidade ambiental do bairro, afirma que:

Com o aumento de número de residentes observado no terreno e várias intervenções sobre o meio, desde construções de habitações, infra-estruturas sociais e outras, mas quero assegurar que o licenciamento para construção de habitações é tem sido mais para os jovens. O bairro Eduardo Mondlane tem sido o mais destacável ao nível do CMCM na procura de serviços e, é feito obedecendo o processo de urbanização e ordenamento territorial, provavelmente pode ser o grande atractivo desse crescimento populacional, mas ainda temos desafios com problemas de erosão, proliferação de lixeiras, etc.

As autoridades municipais acreditam que o processo de urbanização no bairro Eduardo Mondlane, obedecem as regras respeitando os planos de estrutura urbana e outros procedimentos no uso e ocupação do solo urbano, mas encontra partida, assiste-se no terreno a falta de fiscalização e orientação no ato de execução das infra-estruturas, o que leva a proliferação de vários problemas ambientais, colocando em causa a qualidade ambiental deste bairro. Das evidências recolhidas no bairro e junto aos residentes (Figura 3), na sua interacção com o meio para a satisfação das suas necessidades diárias, desenvolvem diversas actividades que expressam em aspectos de qualidade ambiental deplorável em alguns quarteirões, devido a proliferação do lixo, destruição da cobertura vegetal, etc.

Figura 3. Aspectos ambientais de alguns quarteirões no bairro Eduardo Mondlane



Fonte: Autores (2023).

### Percepção ambiental dos moradores face aos problemas ambientais do bairro

Para a discussão sobre percepção ambiental dos moradores face aos problemas ambientais do bairro vale ressaltar a Política Nacional do Ambiente (Resolução nº 5/95

<sup>2</sup> Rodolfo Tambajane técnico (vereador de infra-estruturas) no CMCM. Entrevista, 26 de Maio de 2023.



de 3 de Agosto), nos seus objectivos gerais, desmembra que, tem como finalidade, “desenvolver uma consciência ambiental da população, para possibilitar a participação pública na gestão e ambiental” e “assegurar a integração de considerações ambientais na planificação socioeconômica”. Para sustentar estes aspetos sobre a qualidade ambiental urbana, depende muito da forma de ocupação e o grau de preservação de recursos naturais existentes, dependem também da consciencialização ambiental da população local (Bezerra, De Souza, 2021). Mesmo assim, a pressão exercida pela área urbana provoca alteração na paisagem, no solo e na qualidade ambiental.

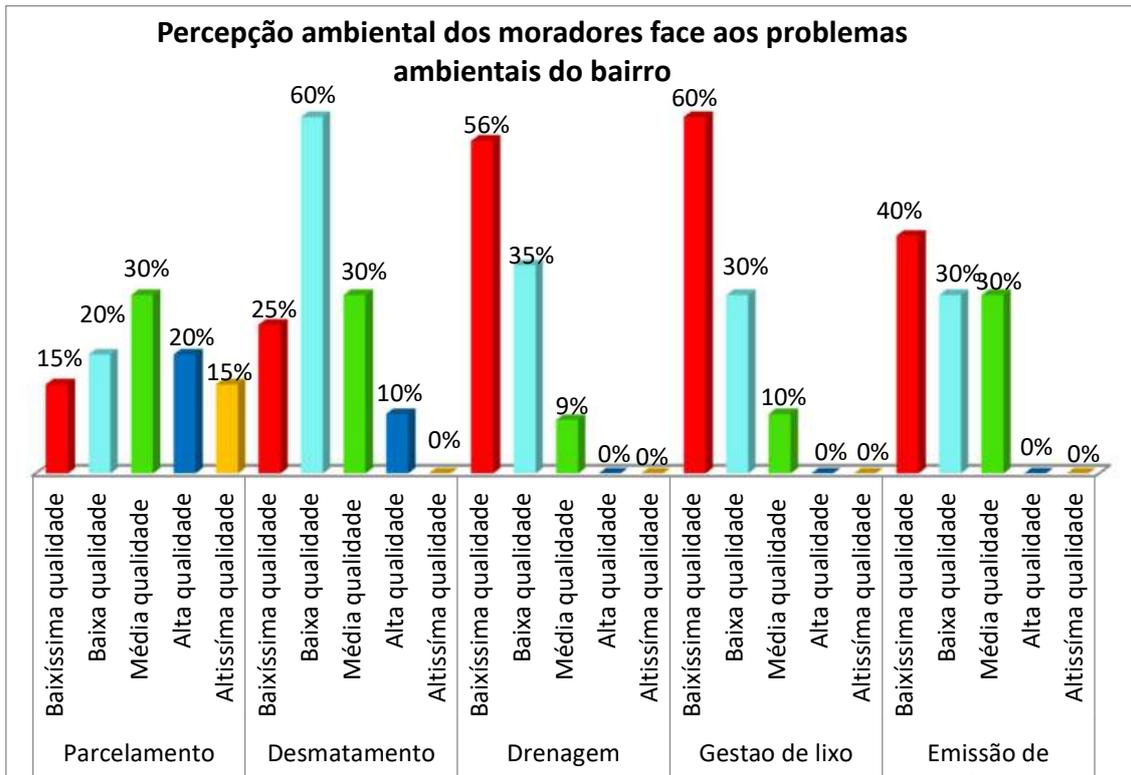
Aqui salientar, a situação da pressão antrópica intensa dado ao acelerado crescimento da urbe, associado a outros factores sociais, económicos e políticos que estão relacionados a serviços oferecidos. Por outro lado, as características físico-geográficas que estão relacionados à sua localização geográfica e hipsometria caracterizada por terrenos ondulados, movimentados e por vezes acidentados, aliado as características geológicas, tornando-os susceptíveis a erosão constante.

Tendo como base indicativa a percepção ambiental dos moradores face aos problemas ambientais do bairro (Figura 4), dos inqueridos apresentam uma tendência percentual preocupante no que concerne a baixa qualidade na cobertura vegetal com 60%, como resultado de desbravamento para dar lugar a infra-estruturas, falta de sistemas de drenagens de águas pluviais na sua maior extensão (baixíssima qualidade 56%). Em relação percepção sobre a gestão dos resíduos ao nível desta área de estudo, lamentavelmente é de baixíssima qualidade, sendo que a maioria dos moradores inqueridos não tem preocupação com este cenário. De louvar que o parcelamento é uma situação que está sendo acatada, visto que, apresenta na maioria dos residentes uma média qualidade (30%).

Nota-se, portanto, que há necessidade de um trabalho profundo de consciencialização e sensibilização em matérias de educação ambiental, gestão de resíduos, poluição ambiental e uso e ocupação do solo urbano.



Figura 4. Percepção ambiental dos moradores face aos problemas ambientais do bairro



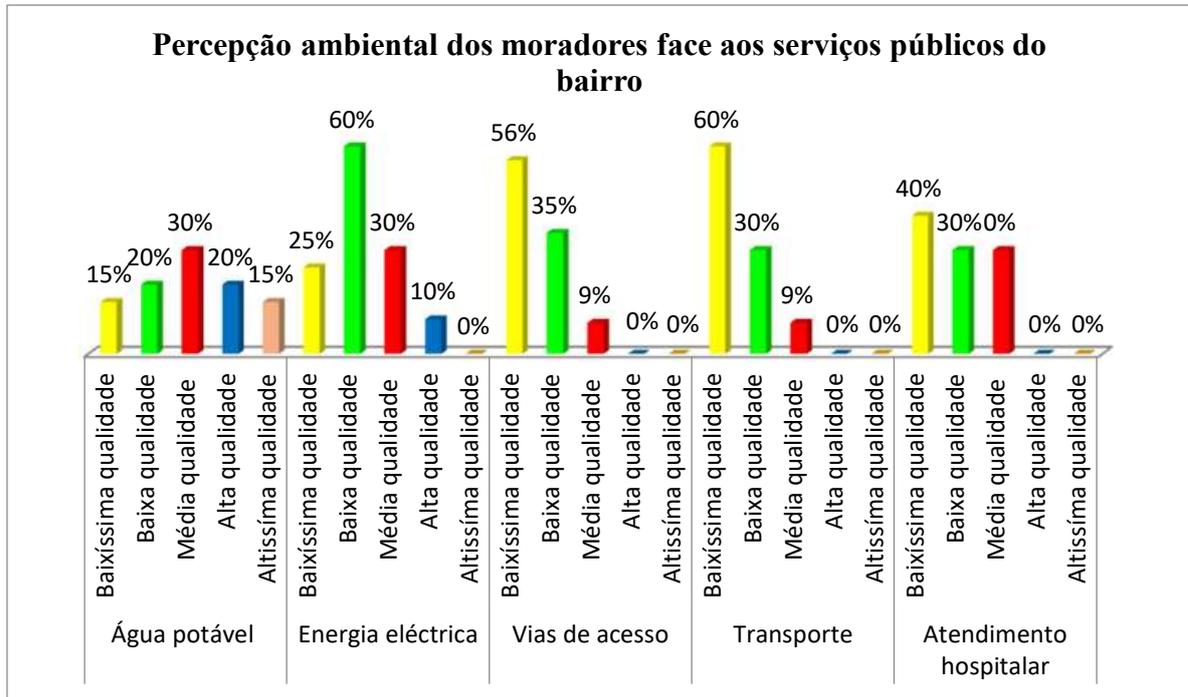
Fonte: Autores (2023).

Esta ineficiência na fiscalização ou materialização do quadro legal (percepção ambiental) como um instrumento que molda o comportamento humano ou da sociedade para a criação da ética e modo de vida na interação com o meio, está a trazer problemas sócio-ambientais que se manifestam pela erosão e degradação dos solos, destruição de ecossistema local e poluição do ar, abate da vegetação, obstrução das vertentes que poderia servir de escoamento superficial das águas pluviais, por descarte de resíduos sólidos e construções de habitações sem cisternas mas, pelo contrário, seria a saída encontrada pelos que residentes para mitigação dos efeitos destes cenário.

Houve necessidade de entender dos moradores, qual era a percepção ambiental face aos serviços de públicos oferecidos em seu bairro, os indicadores apresentam-se com maior percentagem ente baixa e baixíssima qualidade ambiental, excepto o caso do fornecimento da água potável da rede pública ao bairro, que é de cerca de 30%, correspondente a média qualidade (Figura 5).



Figura 5. Percepção ambiental dos moradores face aos serviços públicos do bairro.



Fonte: Autores (2023).

### Ações desenvolvidas pelas autoridades locais e moradores na mitigação dos problemas

Para identificar ações desenvolvidas pelas autoridades locais e moradores na mitigação dos problemas que afectam a qualidade ambiental, importa buscar o pensamento de (Silva, 2010), defende que o processo de urbanização tem gerado enormes problemas, degradando os aspetos ambientais do ambiente urbano, incita a desarrumação social, com necessidade de habitação, aumento do desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico, modificando desta forma a utilização do solo e metamorfoseia a paisagem urbana, onde a solução desses problemas obtém-se pela intervenção do poder público, que procura transformar o meio ambiente e criar novas formas urbanas.

Várias foram as questões colocadas em forma de entrevista aos técnicos do CMCM, na área de urbanização e ordenamento territorial e na área de abastecimento de água, saúde, cemitério, saneamento do meio ambiente, como forma de alcançar um dos objectivos desta pesquisa, onde foram questionados sobre as ações desenvolvidas pelas



autoridades locais e moradores na mitigação dos problemas que afectam a qualidade ambiental do bairro.

Nhamússua, avança o seguinte depoimento:

O município já não faz parcelamento no bairro Eduardo Mondlane, limitando simplesmente no licenciamento do processo de transpasse de espaços que os novos moradores vão adquirindo por concessão com os antigos moradores mediante pagamento de benfeitorias, mas dentro da observância da urbanização e ordenamento territorial feito há alguns anos.

Tambajane destaca que:

Para o licenciamento de uma habitação, o projecto residencial deve integrar cisterna de captação das águas. Actualmente o município está a apostar nas construções de vias de acesso com pavês que incluem valetas para escoar as águas, mas é difícil solucionar num curto prazo o problema de erosão no município de Maxixe e em particular para o bairro Eduardo Mondlane porque drenagens envolvem custos altíssimos que o município só pode depender de financiamento externo que não estamos a conseguir.

RUBY<sup>3</sup>, afirma que:

O CMCM está a trabalhar em coordenação com a representação do Ministério da Terra e Ambiente ao nível provincial para a educação ambiental e aprovação de um instrumento que envolva o nosso departamento de água, saúde, cemitério e saneamento do meio ambiente no licenciamento para construções face a contornar o cenário de ocupação pelas habitações e acumulo de resíduos sólidos nas áreas protegidas e húmidas na urbe da cidade de Maxixe.

O depoimento da Fátima Marrengula<sup>4</sup>, nos remete ao seguinte:

Nós não temos outra solução além de usarmos o lixo para tapar esses buracos, mas isso leva pouco tempo porque basta chover de novo abram-se e todo lixo e removido gostaríamos de usar sacos de com areia, mas não temos como. O combate da erosão com o uso de lixo é mais usual que mesmo o município faz como vê esta rua está a ser aberta por carro deles, trazendo lixo de outros bairros como fizeram atrás da escola e os carros já circulam.

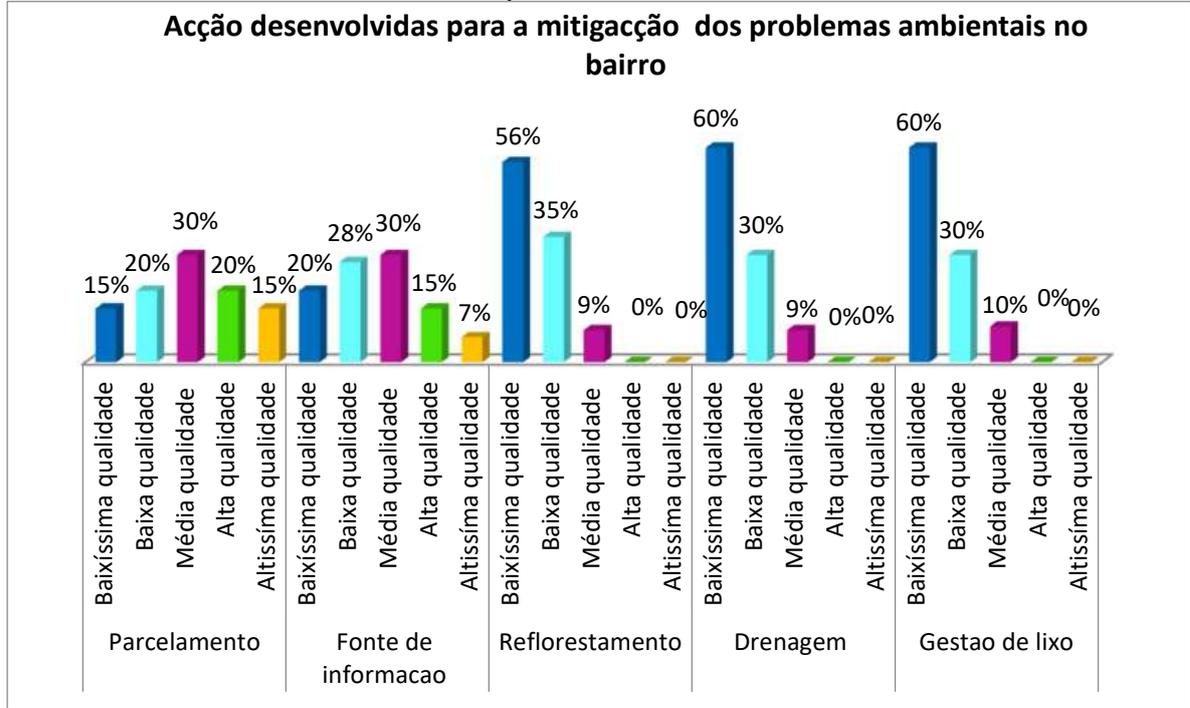
Enquanto o município vai construindo gradualmente vias de acesso com pavês agregando valetas e, em coordenação com a direcção provincial que tutela área do Ambiente, esperando-se que elabore e aprove um instrumento para que envolva o departamento de Água, saúde, cemitério e saneamento do meio ambiente no licenciamento para construções face a contornar o cenário de ocupação pelas habitações e acumulo de resíduos sólidos nas áreas protegidas e húmidas nas urbes da Maxixe, os moradores não tendo informações orientadoras legais, vão apostando em materiais ineficientes como quebra-mares com betão arrumado, sacos com sedimentos, plantio de

<sup>3</sup>Antonio Ruby. técnico (Gestor Ambiental) do CMCM. Entrevista, 26 de Maio de 2023.

<sup>4</sup>Fátima Marrengula. técnica (chefe de departamento abastecimento der água, saúde, cemitério, saneamento do meio ambiente) do CMCM. Entrevista, 26 de Maio de 2023.

relva e uso de resíduos sólidos para combater a erosão, acção esta, compactuada pelas autoridades municipais como ilustra a Figura 6.

Figura 6. Acções desenvolvidas pelas autoridades locais e moradores na mitigação dos problemas



Fonte: Autores (2023).

Para reforçar as informações avançadas nos depoimentos dos técnicos do CMCM e dos moradores, durante as nossas observações no terreno constatou-se vários cenários de colocação de sacos de areia e deposição de resíduos sólidos em ruas, valas, buracos, ravinas, entre outros locais como medidas desesperadoras de mitigação dos problemas ambientais locais, colocando em causa a questão da qualidade ambiental do bairro (Figura 7).



Figura 7. Medidas mitigação dos problemas que afectam a qualidade ambiental do bairro.



Fonte: Autores (2023).

## CONCLUSÃO

O bairro em estudo, faz parte de uma área ocupada por uma população privilegiada ao nível do município da cidade de Maxixe, devido as características sociodemográficas (tipo de infra-estruturas, serviços urbanos, residências de uma qualidade média, etc), associado a localização numa área estratégica e próximo ao centro da cidade, permitindo rápidas conexões com vários cantos da cidade. Diante destes aspectos, a pesquisa teve como principal objectivo a questão de avaliação da qualidade ambiental baseada na percepção dos moradores do bairro Eduardo Mondlane, situação influenciada pela pressão antrópica intensa dado ao acelerado crescimento da urbe, associado a outros factores sociais, econômicos e políticos que estão relacionados a serviços oferecidos. Por outro lado, as características físico-geográficos que estão relacionados à sua localização geográfica e hipsometria caracterizada por terrenos ondulados, movimentados e por vezes acidentados, aliado as características geológicas, tornando-os susceptíveis a erosão constante.

Foi possível perceber que grande parte dos inquiridos afirmam que, a urbanização e assentamento da população no local, não tem sido acompanhado regularmente com a educação ambiental de modo a criar uma postura ética na interação com o meio, ao que se epiloga que o este processo não deu observância às questões ambientais, facto que tornam-se heterogéneo os problemas ambientais que influenciam na qualidade ambiental no local face aos problemas ambientais como ocupação de áreas risco de erosão ou vertentes, degradação do solo, descarte de resíduos sólidos e emissão de gases poluentes.

Reconhecendo a ineficiência de educação ambiental à população do local por parte das autoridades municipais, sugere-se a elaborar de programas de educação



ambiental para o bairro Eduardo Mondlane, com vista criar o modo de vida dos moradores na interação com o meio ambiente de modo a não impactar negativamente a qualidade ambiental. Assegurar também, a gestão correcta dos resíduos sólidos e desencorajar a comunidade na resolução de problemas ambientais por depósito de lixo.

É necessário desenvolver estratégias que permitam a participação dos diferentes actores na gestão ambiental, criação de espaços verdes de a recreação combate a erosão através de auscultação pública no bairro e através dos encontros da assembleia municipal, com envolvimento dos ocupantes do solo urbano.

## REFERÊNCIAS

BENINI, S. M., & DE GODOY ROSIN, J. A. R. Qualidade ambiental urbana. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**. São Paulo, v. 5, n. 11, 2017.

BEZARRA, P. C., & De SOUZA, J. D. Urbanização de tabatinga e impactos ambientais: estudo de caso do igarapé Urumutum. **Revista GeoAmazônia**. v. 9, n. 17, p. 111-125, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12579>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRITO, A. M. *et al.* Efeitos da Ocupação Desordenada do Solo às Margens do Córrego Neblina em Araguaína-To. **Revista Tocantinense de Geografia**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 11–21, 2014.

DOI: 10.20873/rtg.v3n4p11-21.

Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/762>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BORJA, P. C. **Avaliação da Qualidade Ambiental Urbana**: uma contribuição metodológica. UFBA-Brasil. 2018.

Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/25943>. Acesso em: 12 jun. 2023.

DA CUNHA KEMERICH, P. D., RITTER, L. G., & de BORBA, W. F. Indicadores de Sustentabilidade Ambiental: métodos e aplicações. **REMOA** - V. 13, N. 5 (2014): Edição Especial LPMA/UFSM, p. 3723-3736.

NAHAS, M. I. P. **Qualidade de Vida Urbana**: abordagens, indicadores & experiências Internacionais. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

MAZETTO, F. de A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 12, n. 24, 2000.

DOI: 10.14393/SN-v12-2000-28533.

Acesso em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/28533>. Acesso em: 20 mai. 2023.



OMBE, Z. **Factores Socioeconómicos da Erosão do Solo no Sul de Moçambique**. Maputo, CEA, 2001.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Resolução 5/95 de 3 de Agosto. **Aprova a Política Nacional do Ambiente**. Boletim da República série no 49, Maputo, 3 ago. 1995.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 6 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010.



VARIA

Artigo



**AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA ÁREA  
TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DE MAPUTO E MATOLA  
(MOÇAMBIQUE)**

***ASSESSMENT OF THE SUSTAINABILITY OF THE TERRITORIAL AREA OF  
THE MUNICIPALITIES OF MAPUTO AND MATOLA (MOZAMBIQUE)***

***ÉVALUATION DE LA SOUTENABILITE DE L'AIRE TERRITORIALE DES  
MUNICIPALITES DE MAPUTO ET MATOLA (MOZAMBIQUE)***

*Por Miguel Muguio, Euclides Matule & André Moiane*

*Miguel Muguio*

Professor da Faculdade de Ciências da Terra  
e Ambiente da Universidade Pedagógica de  
Maputo

Contato: [mmuguio@up.ac.mz](mailto:mmuguio@up.ac.mz)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3290-834x>

Como citar:

MUGUIO, M.; MATULE, E.; MOIANE, A.  
Avaliação da sustentabilidade da área  
territorial dos municípios de Maputo e  
Matola (Moçambique). **Boletim GeoÁfrica**,  
v. 3, n. 11, p. 132-150, jul.-dez. 2024.

*Euclides Matule*

Professor do Instituto de Formação em  
Administração de Terras e Cartografia

Contato: [deliomatule@gmail.com](mailto:deliomatule@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0660-3537>

*André Moiane*

Professor da Faculdade de Ciências da Terra  
e Ambiente da Universidade Pedagógica de  
Maputo

Contato: [andremoiane16@gmail.com](mailto:andremoiane16@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8242-6264>

Recebido: 28/08/2024

Aceite: 14/11/2024



## RESUMO

A implementação e atribuição de talhões nas áreas de expansão urbana dos Municípios de Maputo e Matola em Moçambique “segue alguma padronização”. Entretanto, nota-se que há uma tendência de aumento do tamanho dos talhões com o passar dos anos de 450m<sup>2</sup> para 800m<sup>2</sup>. As questões socioeconômicas são amplamente tidas como base para este aumento, mas estes, não devem ser únicos, pois, há que considerar e conjugar o espaço disponível, o uso do solo e o crescimento demográfico. Foram usados os Planos de Estrutura Urbana dos municípios e dados de projecções populacionais, assim como a definição de fórmulas matemáticas para estimar o número de famílias e área necessária. Os resultados mostram que com a implementação e atribuição desses talhões, actualmente o Município de Maputo tem o seu espaço urbano e urbanizável esgotado, facto que obriga aos gestores municipais a optarem por pequenos espaços ainda existentes na Ka Tembe e Ka Nhaca ou mesmo espaços de estrutura ecológica, incluindo áreas húmidas, inundáveis e alagáveis. Enquanto para o Município da Matola, analisando o espaço com a mesma categoria, ficou claro que com a implementação e atribuição desses, até ao ano 2040, 60% e 85% de seu território, respectivamente, estará ocupado.

**Palavras-chave:** Crescimento Inteligente. Ordenamento. Maputo. Matola.

## ABSTRACT

The implementation and allocation of plots in the urban expansion areas of the Municipalities of Maputo and Matola “follows some standardization”. However, it is noted that there is a tendency to increase the size of the plots over the years from 450m<sup>2</sup> to 800m<sup>2</sup>. Socio-economic issues for this increase are considered as arguments, but these should not be unique, because it is necessary to consider and combine the available space, land use and demographic growth. The Urban Structure Plans and population projections data, were used, as well as the definition of mathematical formulas to estimate the number of families and area needed. The results show that with the implementation and allocation of these plots, the Municipality of Maputo currently has its urban and urbanizable space exhausted, a fact that forces municipal managers to opt for small spaces that still existing in Ka Tembe and Ka Nhaca or even spaces of ecological structure, including humid and floodable areas. While for the Municipality of Matola, analyzing the space with the same category, it was clear that with the implementation and allocation of these, by the year 2040, 60% and 85% of its territory, respectively, will be occupied.

**Keywords:** Smart Growth. Planning. Maputo. Matola.

## RESUMÉ

L'implémentation et l'attribution des parcelles dans les zones d'expansion urbaine des municipalités de Maputo et Matola « font suite à une certaine standardisation ». Cependant, on constate une tendance à augmenter la taille des parcelles au fil des années de 450m<sup>2</sup> à 800m<sup>2</sup>. Les enjeux socio-économiques de cette augmentation sont considérés comme des arguments, mais ceux-ci ne doivent pas être uniques, car il faut considérer et combiner l'espace disponible, l'occupation du sol et la croissance démographique. Les plans de structure urbaine et les données de projections démographiques ont été utilisés, ainsi que la définition de formules mathématiques pour estimer le nombre de familles et la superficie nécessaire. Les résultats montrent qu'avec l'implémentation et l'attribution de ces parcelles, la municipalité de Maputo voit actuellement son espace urbain et urbanisable épuisé, ce qui oblige les gestionnaires municipaux à opter pour de petits espaces qui existent encore à Ka Tembe et Ka Nhaca ou même des espaces de structure écologique, y compris les zones humides et inondables. Tandis que pour la municipalité de Matola, en analysant l'espace de la même catégorie, il était clair qu'avec l'implémentation et l'attribution de celles-ci, d'ici 2040, 60% et 85% de son territoire, respectivement, seront occupés.

**Mots-clés :** Croissance intelligente. Planification. Maputo. Matola.



## INTRODUÇÃO

Em Moçambique, o regulamento do solo urbano define o solo urbano como sendo, toda área compreendida dentro do perímetro dos municípios, vilas e das povoações legalmente instituídas. Adiante, define o talhão como a última porção indivisível de terreno, definida pelo plano de pormenor. Assim, a implementação e posterior atribuição de talhões para edificação de habitações unifamiliares nas áreas de expansão urbana ao nível dos Municípios de Maputo e Matola “segue alguma padronização” que consta ou não das posturas em vigor nestas unidades territoriais. Entretanto, nota-se que há uma tendência de aumento das dimensões dos talhões com o passar dos anos, de 15m por 30m, por exemplo, para 20m por 40m, acelerando o consumo de espaços disponíveis. Para este aumento das dimensões dos talhões se tem observado não somente para edificação da habitação unifamiliar, mas também, para a necessidade da população mais humilde realizar pequenas actividades agropecuárias (produção de hortícolas e criação de aves, por exemplo) para o sustento familiar. Do mesmo modo, no caso da população com renda mais estável, se tem observado para a necessidade de edificação da habitação unifamiliar, construção de piscina, campo multidesportivo ou sala de jogos e lazer. Porém, estas necessidades socioeconómicas não devem constituir único parâmetro na definição da tipologia dos talhões, pois, existem também questões ligadas à engenharia onde devem ser conjugadas a área territorial disponível, o uso do solo, o crescimento da população, entre outros.

Segundo Tique (2015), o sonho da grande maioria dos jovens é ter uma casa própria e em Moçambique para se ter casa primeiro é preciso ter um talhão, e o 15m por 30m ou 20m por 40m está de certo modo incrustado na consciência do povo e dos gestores do território como a dimensão ideal para uma moradia no espaço urbano. A cidade não pode continuar a ser feita por talhões, mas sim por habitação, que até pode estar no ar, desde que estejam garantidos os serviços para vida condigna (Tique, 2015). A expansão urbana é caracterizada por um desequilíbrio acentuado entre a difusão espacial urbana e o crescimento da população (Bruekner, 2001). O alastramento de assentamentos humanos, tanto em torno de cidades existentes e em áreas rurais, apresenta-se como fator importante nas mudanças no uso e cobertura da terra nos países em desenvolvimento (Gonzalez-Abraham *et al.*, 2007; Batisani; Yarnal, 2009).



Com a criação das autarquias em Moçambique, no ano 1998, partes do território dos distritos e/ou províncias passaram a gestão autárquica (municipal), isto é, as autarquias através da sua estrutura orgânica passaram a gerir administrativamente aquele território e os respectivos habitantes. Uma das atividades desta gestão tem sido prover espaço (talhão) para que cada família possa construir a sua habitação. Esta forma de prover ou ocupar espaço pode ser considerado de *Urban Sprawl* que segundo Kiefer (2003) é um padrão de ocupação urbana dispersa baseado em zonas de baixas densidades, gerando maior ocupação e espalhamento do tecido urbano, sendo principalmente utilizado por edificações habitacionais unifamiliares. Dagger (2003) afirma que a dispersão urbana é resultado das escolhas individuais. Assim, se a demanda é por viver em áreas relativamente próximas aos centros urbanos, mas com proximidade a valores relacionados ao meio ambiente, é natural que a dispersão ocorra, mesmo que coletivamente esse padrão possa não ser adequado. Entre os principais aspetos que são considerados como efeitos negativos nos modelos de urbanização dispersa está o uso intensivo de transporte automotivo, sobretudo o de uso individual e, embora essa característica possa ser atribuída tanto como causa e como consequência, a verdade é que quanto menor a densidade populacional, tende a ser maior o deslocamento espacial da população para as atividades cotidianas. Entretanto, este modelo de expansão urbana ou de construção de cidades pode num futuro muito breve tornar-se impraticável.

Alguns teóricos analisando os aspectos do crescimento desenfreado das grandes metrópoles, como a dispersão urbana, o desperdício dos recursos naturais, insuficiência de infraestrutura e a precariedade da vida humana, concluíram que seria necessário adensar, diversificar e compactar o espaço urbano, propiciando um desenvolvimento sustentável, de forma a concentrar tecnologia e inovação para proporcionar o crescimento inteligente (*Smart Growth*) do território (Leite, 2012). O *Smart Growth* surgiu em meados da década de 1980, sendo popularizado pelos urbanistas Peter Calthorpe e Andrés Duany. O enfoque do *Smart Growth* é direcionado para um desenvolvimento urbano através de políticas sustentáveis e ambientalistas, com premissas de adensamento urbano, alternativas de transporte (Farr, 2007), desenho urbano orientado para o pedestre, adoção de usos mistos, senso de lugar e espírito comunitário, reabilitação de áreas degradadas, busca por qualidade de vida e bem-estar

do usuário e políticas de desenvolvimento económico local (Rio; Rheingantz; Kaiser, 2009).

Atendendo ao que é exposto acima, optou-se por desenvolver esta pesquisa que procura trazer determinados cenários para apoiar na avaliação da sustentabilidade da área territorial dos Municípios de Maputo e Matola, quando são implementados e atribuídos talhões de 15m por 30m e 20m por 40m.

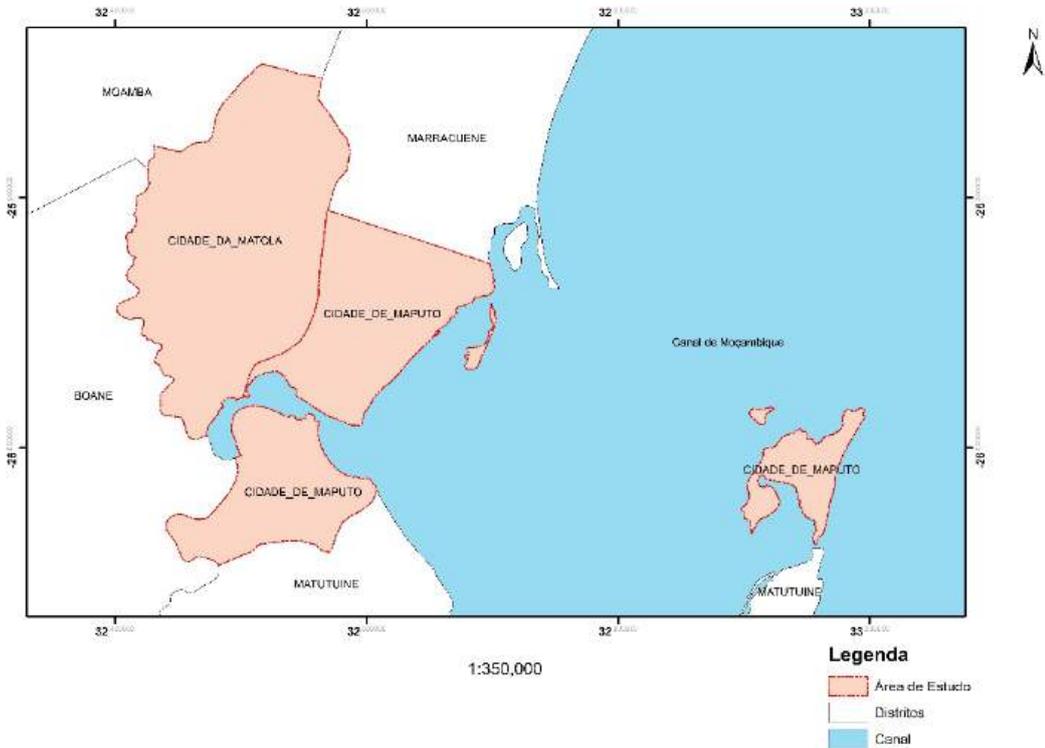
## METODOLOGIA

### Localização das áreas de estudo

Os Municípios de Maputo e Matola, localizam-se na província de Maputo, parte sul de Moçambique (Figura 1).

136

Figura 1. Áreas de Estudo



Elaboração: autores (2024)

O Município da Matola ocupa área de 366,4 km<sup>2</sup>. Situa-se aproximadamente entre os paralelos 25° 41' 36" e 25° 50' 36" de latitude Sul e entre os meridianos 32°



24' 02" e 32° 35' 12" de longitude Leste (CMCM, 2010). É limitado a Noroeste e a Norte pelo Distrito de Moamba; a Oeste e a Sudoeste pelo Distrito de Boane. Ao Sul faz fronteira com a Cidade de Maputo, através do Distrito Municipal da Ka Tembe, separado da Baía de Maputo. A Leste é limitado pela Cidade de Maputo e a Nordeste, faz fronteira com o Distrito de Marracuene (INE, 2009).

O Município de Maputo é o maior de Moçambique. Localiza-se no extremo sul do país, na margem ocidental da Baía de Maputo, à latitude 25°54'55 Sul e longitude 32°34'35" Oeste. Tem limites, a norte com o distrito de Marracuene; a noroeste e oeste com o município da Matola, a oeste também com o distrito de Boane, e a sul com o distrito de Matutuine. O Município de Maputo é composto por três distintas áreas, separadas pela Baía com mesmo nome, que são o Centro do Município com 7 distritos Municipais, a Ka Tembe e a ilha de Ka Nhaca. A sua superfície total corresponde a cerca de 308 Km<sup>2</sup>, sendo a maior área a do Centro do Município com cerca de 167 Km<sup>2</sup> (54%), seguida pela Ka Tembe com 94 Km<sup>2</sup> (31%) e Ka Nhaca com 47 Km<sup>2</sup> (15%) (CMM, 2010).

### Material e método

Para o levantamento de dados foram utilizadas informações da população que constam das “Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, dos Distritos da Província de Maputo compreendida entre os anos 2007 e 2040” publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e que permitiram elaborar a tabela 1.

Tabela 1. Dados da população dos Municípios de Maputo e Matola projectadas por décadas desde 2010 até 2040

Ano	Projeção da população por década	
	Município de Maputo	Município da Matola
2010	951 352	766 070
2020	1 518 868	1 108 789
2030	2 388 611	1 504 395
2040	3 484 518	1 859 014

Fonte: INE (2010)

Do mesmo modo foram usadas informações sobre o uso do solo que constam do Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) e Plano de Estrutura Urbana da Cidade da Matola (PEUCM) (Tabela 2).

Tabela 2. Uso do solo do Município de Maputo incluindo os Distritos Municipais da Ka Tembe e Ka Inhaca e Município da Matola

Categorias	Municípios			
	Maputo		Matola	
	Área (ha)	Área (km <sup>2</sup> )	Área (ha)	Área (km <sup>2</sup> )
Espaço urbano e urbanizável susceptíveis de adensamento	8800	88	30794	307,94
Espaço destinado a actividade industrial, armazenamento ou oficinas/reparação	456	4,56	1811	18,11
Espaço destinado a agricultura ou actividade agrícola	7700	77	1185	11,85
Espaço destinado a estrutura ecológica incluindo áreas húmidas, inundáveis e alagáveis	10300	103	1498	14,98
Espaço destinado a equipamentos sociais, serviços públicos e usos especiais	2510	25,1	1354	13,54
Espaço destinado a parque, jardins e verde arborizado de protecção	782	7,82	-	-
<b>ESPAÇO TOTAL</b>	<b>30548</b>	<b>305,48</b>	<b>36642</b>	<b>366,42</b>

Fonte: CMCM (2010); CMM (2008)

Além das fontes de coleta de dados apresentadas acima, também foram aplicados questionários estruturados e entrevistas a alguns técnicos e responsáveis pelo sector de planificação ao nível dos respectivos municípios, a fim de aferir os critérios na definição da tipologia dos talhões implementados e atribuídos. Estes questionários e entrevistas foram aplicados nos meses de Abril e Maio pelos estudantes que frequentaram no ano 2021 e 2022 a disciplina “Sistemas e Instrumentos de Ordenamento Territorial” do 3º ano do curso de Planeamento e Ordenamento Territorial que decorre na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da Universidade Pedagógica de Maputo.

Para o processamento de dados foi considerado o período de 2010 a 2040, pois o PEUMM é de 2008 e o PEUCM é de 2010 e como forma de harmonização do período inicial optou-se por 2010. O período final de 2040 foi definido para explorar integralmente os dados da população disponíveis nas Projeções Anuais do INE, apesar de se reconhecer que o período de vigência dos Planos de Estrutura Urbana (PEU) é de 10 anos. Entretanto, os vinte anos subsequentes, isto é, de 2020 até 2040 permitem prever como serão os cenários se forem adotados os mesmos modelos ou critérios de expansão urbana.



O cálculo do número de famílias ( $nf$ ) é dado pela equação (1) e teve em consideração que cada família é composta por 5 membros.

$$nf = \frac{\text{número da população}}{5} \quad (1)$$

De acordo com a equação (1), em 2010 o Município de Maputo possuía 190271 habitantes. Este número de habitantes serviu de referência para o cálculo de número de famílias que necessitavam de talhões ( $nfnt$ ) em 2020 e necessitam do mesmo em 2030 e 2040, através da equação (2), onde o índice  $N$  representa o ano final de cada década.

$$nfnt_N = nf_N - nf_{2010} \quad (2)$$

A área necessária para atender as famílias ao longo de cada período teve em consideração a área de cada talhão, que neste caso é de 15m por 30m e o número de famílias que necessitavam de talhões ( $nfnt$ ) em 2020 e necessitam do mesmo em 2030 e 2040, como mostra a equação (3).

$$\text{Área}_N = nfnt_N * 0,00045 \quad (3)$$

Para analisar a implementação e atribuição de talhões de 20m por 40m as equações (1) e (2) prevalecem. Entretanto, há alteração no cálculo da área de cada talhão, pois, neste caso os talhões são de 20m por 40m e no cálculo da área necessária para atender as famílias ao longo de cada período, como mostra a equação (4).

$$\text{Área}_N = nfnt_N * 0,00080 \quad (4)$$

A partir das equações acima apresentadas foram gerados resultados que permitiram uma análise quantitativa, isto é, dados numéricos que a partir de estatísticas descritivas permitiram deduzir informações mensuráveis tais como, a quantidade em termos de área necessária para atender a demanda dos talhões por famílias em caso de implementação e atribuições de tipologias de 15m por 30m e 20m por 40m. Posteriormente a análise quantitativa, seguiu-se a análise qualitativa, isto é, dados não numéricos que permitiram de forma indutiva avaliar a razão das autoridades municipais

destas unidades territoriais estarem a proceder com a atribuição de talhões nas áreas de estrutura ecológica, incluindo áreas húmidas, inundáveis e alagáveis.

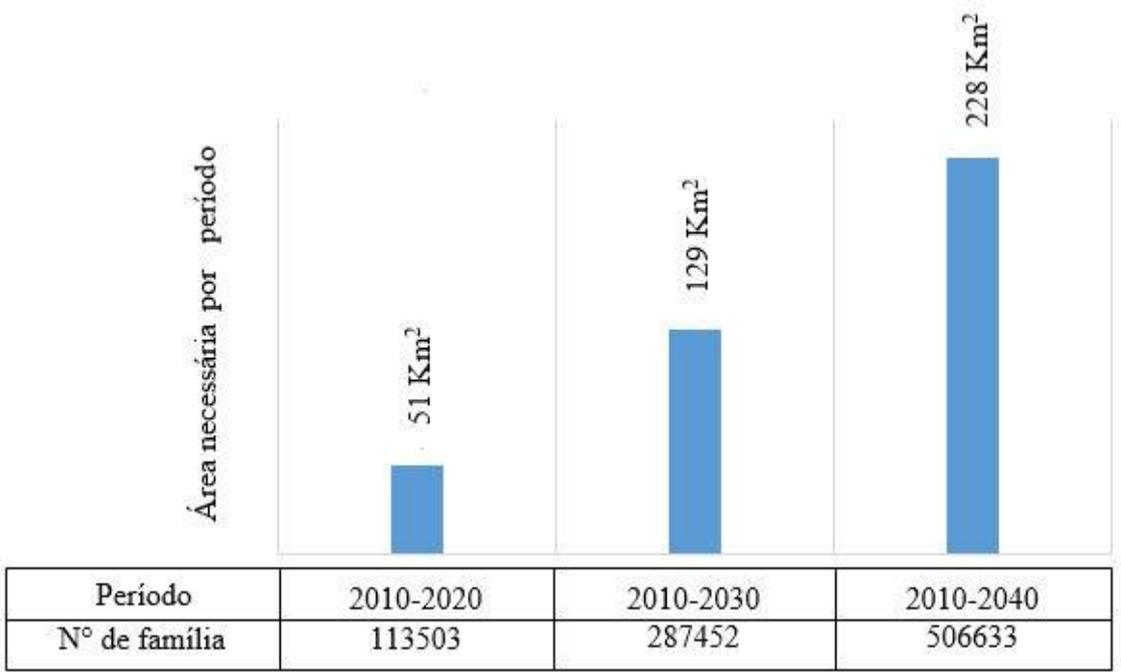
**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

**Município de Maputo**

Segundo PEUMM, dos 305,48 km<sup>2</sup> de área total do Município de Maputo, 8 km<sup>2</sup> representam espaços urbanos e urbanizáveis e 80 km<sup>2</sup> representam áreas susceptíveis de adensamento, totalizando na situação crítica de ocupação em 88 km<sup>2</sup>, cuja predominância é o uso residencial. O gráfico 1 mostra a área necessária (em km<sup>2</sup>) para atender ao crescimento demográfico, por cada período, no caso de se implementar e atribuir talhões com dimensões de 15m por 30m.

140

Gráfico 1. Área necessária para atender as famílias ao longo de cada período considerado em caso da atribuição de talhões de 15m por 30m no Município de Maputo



Elaboração: autores (2024)

Os dados tomados como referência são os de 2010, adquiridos a partir do Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo. Fazendo um balanço estatístico com os dados do INE, 113503 famílias necessitavam de talhões na década 2010-2020, 287452



famílias terão necessidades de talhões até 2030 e 506633 famílias até 2040. Com este balanço estatístico e analisando a situação crítica em que se considera para o uso do solo (tabela 2) a categoria de espaço urbano, urbanizável e susceptíveis de adensamento que totalizam 88 km<sup>2</sup>, se previam para o período 2010-2020 ocupação de 51 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 58%, em caso de implementação e atribuição de talhões 15m por 30m. Tem-se como exemplo do consumo acelerado do espaço no município, o Distrito Municipal da Ka Tembe (Figura 1), que em 2010 a ocupação do espaço estava concentrada nas proximidades do mar e dispersa, e em 2020 já havia uma ocupação generalizado e concentrada, concorrendo para uma densificação do espaço.

Figura 1. Evolução da ocupação do espaço entre 2010 (Esquerda) e 2020 (Direita) no Distrito Municipal da Ka Tembe(parcial)



Fonte: Google Earth (2024)

Mais adiante, observa-se para o período 2010-2030 necessidades maiores, nomeadamente, 129 km<sup>2</sup> representando 147% e 228 km<sup>2</sup> representando 259% para o período 2010-2040, em relação à área disponível que é de 88 km<sup>2</sup> (100%). Estes números mostram claramente a situação que o Município de Maputo se encontra actualmente, implementando e atribuindo talhões em espaços de estrutura ecológica incluindo as áreas húmidas, inundáveis e alagáveis, como são os casos de Mapulene e Chiango no bairro da Costa do Sol (Figura 2).



Figura 2. Talhões alagados em Mapulene no bairro da Costa do Sol

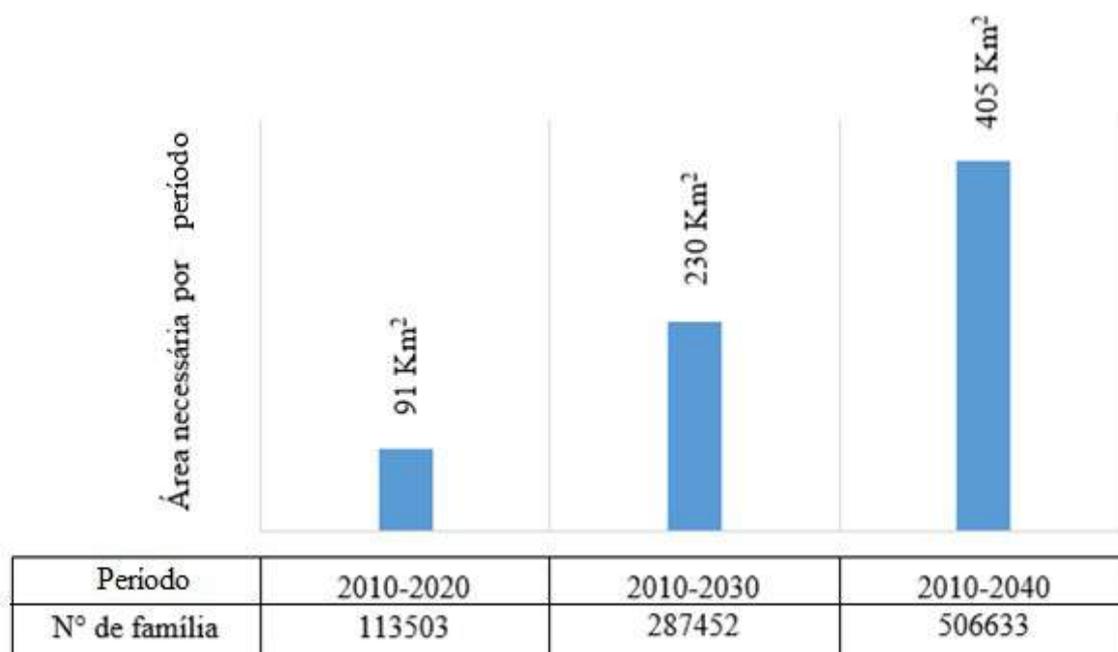


Fonte: <https://opais.co.mz/chuva-cai-destroi-e-destapa-fragilidades-dos-municipios-de-maputo-e-matola/>; acessado em 14/01/2024

Em termos de análise do incremento ao longo de cada período se observa que, de 2010 para 2020 que corresponde à primeira década eram necessários  $51 \text{ km}^2$  para satisfazer a demanda de talhões com a tipologia de 15m por 30m, prevendo que este valor seja incrementado mais do que o dobro ( $129 \text{ km}^2$ ) em duas décadas, nomeadamente, de 2010 até 2030. Em três décadas, isto é, de 2010 até 2040 se prevê incremento quatro vezes maior do que a primeira década. Estes incrementos mostram claramente a tendência da demanda intensa por talhões ao longo das décadas. Implementando e atribuindo talhões de 20m por 40m a situação torna-se muito mais crítica como se pode observar no gráfico 2.



Gráfico 2. Área necessária para atender as famílias ao longo de cada período considerado em caso da atribuição de talhões de 20m por 40m no Município de Maputo



Elaboração: Os autores (2024)

Para satisfazer o mesmo número de famílias, porém, implementando e atribuindo talhões de 20m por 40m, a situação torna-se mais agravante, como se pode observar imediatamente na primeira década (2010-2020), necessidades de área maior (91 km<sup>2</sup>) do que a disponível (88 km<sup>2</sup>). Prevê-se que este cenário se torne muito mais crítico ao fim da segunda década com necessidades de 230 km<sup>2</sup>, valor pouco mais do que o dobro da área necessária ao fim da primeira década. Ao fim da terceira década são necessários 405 km<sup>2</sup>, valor de área pouco mais do que quatro vezes a necessidade da primeira década.

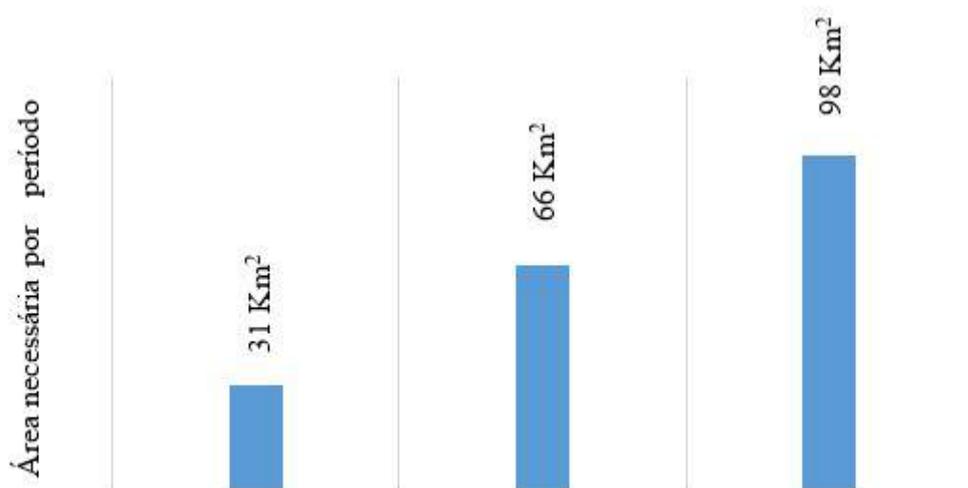
Comparando os dois cenários, isto é, implementando e atribuindo talhões de 15m por 30m e 20m por 40m, no Município de Maputo nota-se que na primeira década houve uma necessidade considerada razoável em termos de área para talhões de 15m por 30m em contraste com a necessidade de área para talhões de 20m por 40m. Nas duas décadas subsequentes as áreas necessárias para atender as possíveis demandas são maiores do que a área disponível, ainda que para talhões com a tipologia de 15m por 30m as áreas necessárias sejam menores.



## Município da Matola

Segundo o PEUCM, dos 366,42 km<sup>2</sup> de área total no Município da Matola, 307,94 km<sup>2</sup> (84%) é destinado á habitação, sendo que até ao ano 2010 estavam ocupados cerca 88,33 km<sup>2</sup> (28,68 %), contra 219,61 km<sup>2</sup> “livres” (71,32 %). O gráfico 3 mostra a área em km<sup>2</sup> para atender ao crescimento demográfico no caso de se implementar e atribuir talhões com dimensões de 15m por 30m. A semelhança dos cálculos realizados para o Município de Maputo, aqui foram consideradas também que cada família é composta por 5 habitantes.

Gráfico 3. Área necessária para atender as famílias ao longo de cada período considerado em caso da atribuição de talhões de 15m por 30m no Município da Matola.



Período	2010-2020	2010-2030	2010-2040
Nº de família	68 544	147 665	218 586

Elaboração: Os autores

Os dados tomados como referência são os de 2010, adquiridos a partir do PEUCM. Se naquele ano a área habitacional ocupada era de 88,33 km<sup>2</sup>, até 2020 se previa um incremento de 31 km<sup>2</sup> (Gráfico 3) para satisfazer a demanda familiar, totalizando 119 km<sup>2</sup>.

A figura 3 mostra como tem sido o consumo de espaço em uma parte do bairro Nwamatibjana, em expansão no Posto Administrativo da Machava, Município da Matola. Percebe-se que até 2010 o bairro apresentava baixa ocupação e dispersa. Com o



passar do tempo, isto é, de 2010 a 2020 a ocupação se tornou mais intensa, densificada e desordenada, contribuindo deste modo para um consumo rápido do espaço.

Figura 3. Evolução da ocupação do espaço entre 2010 (Esquerda) e 2020 (Direita) no bairro Nwamatibjana (parcial)



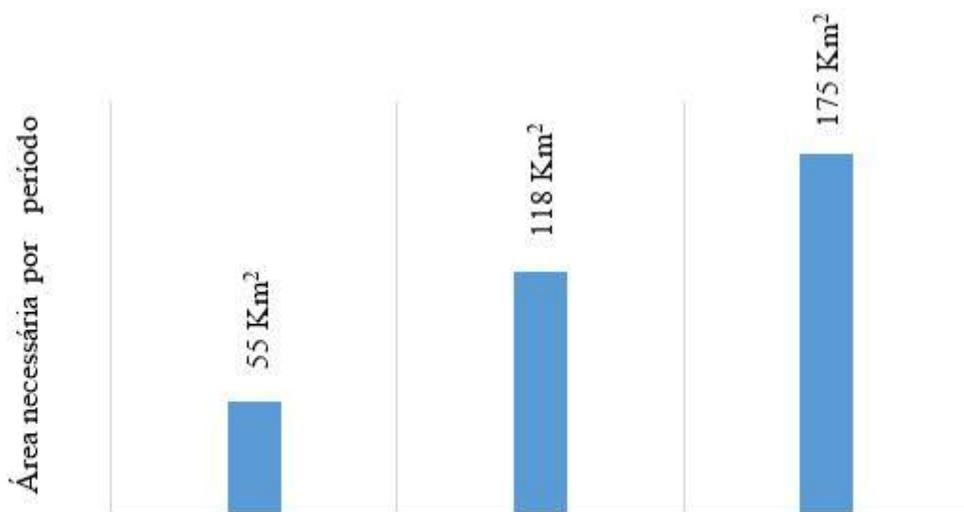
Fonte: Google Earth (2024)

Observam-se igualmente incrementos maiores para os períodos 2010-2030 e 2010-2040, com necessidades de  $66 \text{ km}^2$  (totalizando  $154 \text{ km}^2$  em relação ao ano 2010) e  $98 \text{ km}^2$  (totalizando  $186 \text{ km}^2$  em relação ao ano 2010) em termos áreas, respectivamente. Estes números mostram que até ao ano 2040, em termos de uso do solo (tabela 2), o Município da Matola poderá ter cerca de 60 % de espaço urbano, urbanizável e susceptível de adensamento, ocupado. Outro detalhe que importa analisar é o incremento da área necessária ao longo de cada período ou décadas. Na primeira década, isto é, de 2010 a 2020 a área necessária para atender a demanda de talhões por famílias era  $31 \text{ km}^2$ . Nas duas décadas subsequentes (2010 a 2030) a área necessária ( $66 \text{ km}^2$ ) para atender a demanda de talhões por famílias teve um incremento maior do que o dobro da primeira década. Este cenário se repete em relação às três décadas (2010 a 2040), onde a necessidade ( $98 \text{ km}^2$ ) teve um incremento maior do que o triplo da primeira década. Esta tendência evidencia uma demanda cada vez mais intensa em termos de espaço urbano.

O gráfico 4 apresenta os resultados de cálculos considerando a implementação e atribuição de talhões com dimensões maiores (por exemplo, 20m por 40m) como tem sido comum nos tempos recentes em Moçambique.



Gráfico 4. Área necessária para atender as famílias ao longo de cada período considerado em caso da atribuição de talhões de 20m por 40m no Município da Matola



Período	2010-2020	2010-2030	2010-2040
Nº de família	68 544	147 665	218 586

Elaboração: Os autores (2024)

Do mesmo modo se observa que, para a década 2010-2020 se previa um incremento de 55 km<sup>2</sup> para satisfazer a demanda de talhões (20m por 40m) por famílias, totalizando em 143 km<sup>2</sup> em relação ao ano 2010. Para períodos 2010-2030 e 2010-2040 se prevê incrementos maiores, com necessidades de 118 km<sup>2</sup> (totalizando 206 km<sup>2</sup>) e 175 km<sup>2</sup> (totalizando 263 km<sup>2</sup>), respectivamente. No caso de implementação e atribuição de talhões com dimensões de 20m por 40m, até ao ano 2040 o Município da Matola terá 85% de espaço urbano, urbanizável e susceptível de adensamento, ocupado.

Analisando também o incremento da área necessária por cada período ou década, constata-se que na primeira década, isto é, de 2010 a 2020 a área necessária para atender a demanda de talhões por famílias era 55 km<sup>2</sup>. Nas duas décadas subsequentes (2010 a 2030) a área necessária (118 km<sup>2</sup>) para atender a demanda de talhões por famílias teve um incremento maior do que o dobro da primeira década. Este cenário se repete em relação às três décadas (2010 a 2040), onde a necessidade (175 km<sup>2</sup>) teve um incremento maior do que o triplo da primeira década. Mais uma vez se evidencia a tendência de uma demanda cada vez mais intensa em termos de espaço urbano.

Comparando os dois cenários, nomeadamente, implementação e atribuição de talhões de 15m por 30m e 20m por 40m no Município da Matola, se observa que há um



incremento na ordem de 25% em termos de ocupação da área habitacional em 2040 referentes ao segundo cenário em relação ao primeiro.

Olhando para os cenários apresentados, percebe-se que há um rápido consumo do espaço na implementação ou criação de áreas residenciais de desenvolvimento horizontal, facto que com o tempo se tornará insustentável, contrariando os princípios do *Smart Growth* que são voltados aos interesses de cidades, núcleos e bairros sustentáveis com intuitos de oferecer maior variedade e eficiência de opções de infraestruturas para transportes, habitações, equipamentos urbanos, desenvolvimento económico e social, porém priorizando essas ações em territórios já urbanizados, para o redesenvolvimento ao invés do desenvolvimento de novas terras.

As cidades eficientes e com crescimento inteligente são as que adotam parâmetros equilibrados nos âmbitos ambientais, sociais, económicos e urbanos, buscando o direito da população à cidade, equilibrando a distribuição entre moradia e emprego, reduzindo a necessidade de longos deslocamentos diários, reabilitando suas áreas degradadas e reavivando as regiões centrais obsoletas e subutilizadas, fatos que contrariam as cidades de Maputo e Matola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostra claramente que, em termos de implementação e atribuição de talhões com predominância para o uso residencial no espaço urbano e urbanizável suscetíveis de adensamento no Município de Maputo, está esgotado, de tal modo que atualmente os gestores municipais recorrem a espaços destinados a estrutura ecológica, incluindo áreas húmidas, inundáveis e alagáveis que em caso de não se tomar medidas urgentes continuará a se assistir à degradação ambiental acentuada.

Sobre o espaço com a mesma categoria no Município da Matola, nomeadamente, urbano e urbanizável suscetíveis de adensamento com predominância para o uso residencial é chamada atenção aos gestores municipais para que revejam os modelos de implementação e atribuição, tomando em consideração que ao continuar com talhões de tipologias de 15m por 30m e 20m por 40m para construção de habitações unifamiliar, até ao ano 2040 verão sua unidade territorial com 60% e 85% respectivamente ocupados, sem contar com espaços destinados a equipamentos sociais, serviços públicos, usos especiais e outros.



Os gestores municipais antes da implementação e atribuição de talhões devem tomar em consideração não apenas aspectos socioeconómicos, mas também, a área territorial disponível, o uso do solo e o crescimento da população. Esta análise apesar de ter sido realizada para os Municípios de Maputo e Matola, é também aplicável a outras unidades territoriais. Para os gestores dos Municípios de Maputo, Matola e outros recomenda-se para pequenas áreas ainda existentes, que se adote modelos de implementação e atribuição de talhões para construção de edifícios plurifamiliar “construção na vertical”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKIYAMA, R. S. **Experiência de planeamento e projeção em Caia – Moçambique, 2007**, Dissertação (Mestrado em Programmazione di Ambienti Urbani Sostenibili). Universidade de Ferrara, Ferrara, Itália, 2007.
- ARAÚJO, M. G. M. Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. **Finisterra**, XXXIV (67-68). p. 175-190. 1999.
- ARAÚJO, M. G. M. Ruralidades-urbanidades em Moçambique: Conceitos ou preconceitos?, **Revista da Faculdade de Letras, Geografia I série**, XVII-XVIII, 2001-2002. p. 5-11. 2002.
- ARAÚJO, M. G. M. Os espaços urbanos em Moçambique, **GEOUSP**, Espaço e tempo, nº 14, p. 165-182. 2003.
- ARAÚJO, M. G. M. **Espaço urbano demograficamente multifacetado: As cidades de Maputo e da Matola**. Maputo. 2006.
- Associação Nacional dos Municípios e Moçambique (ANAMM), **Perfil das Primeiras 33 Autarquias de Moçambique**, Maputo, 2009.
- BAÍÁ, A. H. M. **Os conteúdos da urbanização em Moçambique: Considerações a partir da expansão da Cidade de Nampula**. 2009. 159f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BAÍÁ, A. H. M, **Reflexões sobre o espaço urbano: A cidade de Nampula**, Nampula, 2008.
- BANAI, R.; DePRIEST, T, Urban Sprawl: Definitions, Data, Methods of Measurement, and Environmental Consequences, **Journal of Sustainability Education**, v. 7. 2014.



- BATISANI, N.; YARNAL, B. Urban expansion in Centre County, Pennsylvania: Spatial dynamics and landscape transformations, **Applied Geography**, 29(2). p. 235–249. 2009.
- BRUECKNER, J. Urban Sprawl: Lessons from Urban Economics. Unpublished Manuscript. **Department of Economics and Institute of Government and Public Affairs, University of Illinois at Urbana-Champaign, 2000**, p. 65–97, 2001.
- CMCM, **Plano de Estrutura Urbana da Cidade da Matola – 2010**. Maputo, 2010
- CMM, **Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo – 2008**. Matola, 2008
- DNAL, Desenvolvimento Urbano da região de Maputo-Matola, **Folha Informativa**, MAE. Maputo, 1988.
- GONZALEZ-ABRAHAM, *et al.* Building patterns and landscape fragmentation in northern Wisconsin, USA. **Landscape Ecology**, v.22, p. 217–230, 2007.
- LEITE, C.; AWAD J. C. M, **Cidades Sustentáveis Cidades Inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2012.
- GOVERNO de MOÇAMBIQUE, **Decreto nº 23/2008**, de 1 de julho, Aprova o Regulamento da Lei de Ordenamento do Território, Boletim da República. 3.º Suplementos. I Série - Número 26. Maputo. 2008.
- GOVERNO de MOÇAMBIQUE, **Decreto nº 60/2006**, de 26 de dezembro. Aprova o Regulamento do Solo Urbano. Boletim da República. 3.º Suplementos. I Série - Número 51. Maputo. 2006.
- GOVERNO de MOÇAMBIQUE, **Decreto nº 66/98**, de 8 de dezembro. Aprova o Regulamento da Lei de Terras e revoga o Decreto nº 16/87 de 15 de julho. Boletim da República. 3.º Suplementos. I Série - Número 48. Maputo. 1998.
- GOVERNO de MOÇAMBIQUE, **Lei nº 19/97**, de 01 de outubro. Aprova a Lei de Terras. Boletim da República. 3.º Suplementos. I Série - Número 40. Maputo. 1997.
- MUNDAMULE, U, Tipologia dos conflitos sobre ocupação da Terra em Moçambique. **OBSERVADOR RURAL** (Working Paper). Maputo, 2016.
- MUNIZ, G. V. M, A aplicabilidade dos conceitos de crescimento inteligente “smart growth” por meio dos instrumentos de intervenção urbana: piú rio branco. In: **Gestão de projetos sustentáveis 2**. Organizadores Franciele Braga Machado Tullio, Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. p 1-15.
- INE, **2ª Edição do Retrato da Província de Maputo 2009**, Maputo, 2009.



INE, **Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, dos Distritos da Província de Maputo 2007 – 2040**, Maputo, 2010.

RIO, V. D.; RHEINGANTZ, P. A.; KAISER, S, New Urbanism, Smart Growth e LEED-ND: Novos Rumos para o Projeto Urbano nos E.U.A. e possíveis ensinamentos para o Brasil. In: **Projetar 2009: Projeto como investigação**, São Paulo, Projeto como investigação: antologia. São Paulo: Altermarket, 2009. v. 1. p. 1-17.

TIQUE, J, Fórum (i)n(f)ormal sobre o espaço território e ambiente. **A folha**, Maputo, Número 06, ano 1. Edição de 13 de Maio de 2015.



VARIA

Artigo



**FACTORES INIBIDORES AO ACESSO DA RAPARIGA NO  
ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE NO DISTRITO DE NACALA  
– MOÇAMBIQUE**

***FACTORS INHIBITING GIRLS' CESS TO HIGHER EDUCATION: AN  
ANALYSIS IN THE DISTRICT OF NACALA – MOZAMBIQUE***

***FACTORES QUE INHIBEN EL ACCESO DE LAS NIÑAS A LA EDUCACIÓN  
SUPERIOR: UN ANÁLISIS EN EL DISTRITO DE NACALA – MOZAMBIQUE***

*Por Flora Gonçalves Chele, Sanito Joaquim Marques Alfredo & Franco José Gonçalves  
Quembo*

151

*Flora Gonçalves Chele*

Doutorada em Educação Inovativa,  
Professora e pesquisadora em Educação e  
Turismo comunitário no ISTLT,  
Universidade Rovuma de Moçambique  
Contato: cfloragoncalves@gmail.com

*Sanito Joaquim Marques Alfredo*

Mestre em Educação Matemática, Pós-  
Graduado na especialização em Estatística  
aplicada a Ciências de Saúde e Assistente  
Universitário no ISTLT, Universidade  
Rovuma de Moçambique  
Contato: sanialef@gmail.com

Como citar:

GONÇALVES CHELE, F; MARQUES  
ALFREDO, S. J; QUEMBO, F. J F. Factores  
inibidores ao acesso da rapariga no ensino  
superior: uma análise no distrito de Nacala –  
Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 3, n.  
11, p. 151-164, jul.-dez. 2024.

*Franco José Gonçalves Quembo*

Pesquisador nas áreas de Educação e TIC's  
no ISTLT – Universidade Rovuma de  
Moçambique  
Contato: francoquembo22@gmail.com

Recebido: 29/08/2024

Aceite: 08/11/2024



## RESUMO

Esta pesquisa tem como objectivo explorar os factores mais preponderantes que afectam o acesso da rapariga ao ensino superior no distrito de Nacala. O estudo é quantitativo e os dados foram colectados em 6 bairros no distrito de Nacala, a partir de uma técnica de amostragem estratificada, numa amostra de 402 raparigas que terminaram o nível médio com idades entre 17 a 35 anos. Foi feita uma análise factorial exploratória com coeficiente alfa de Crombach igual 0,566, indicando uma confiabilidade moderada nos dados colectados. A análise identificou três componentes principais que influenciam o acesso das raparigas à educação superior: factores socioculturais, psicológicos e económicos. Dentre esses, os factores socioculturais foram considerados os mais determinantes, sugerindo que aspectos como normas sociais, expectativas familiares e pressões culturais desempenham um papel significativo nas barreiras enfrentadas pelas raparigas em busca de educação superior. Os factores psicológicos podem incluir a autoestima e a motivação das raparigas, enquanto os factores económicos estão relacionados às condições financeiras que podem limitar o acesso a oportunidades educacionais. A pesquisa destaca a necessidade de abordar essas questões complexas para promover uma maior inclusão e igualdade de gênero na educação superior, especialmente no contexto específico do distrito de Nacala.

**Palavras-Chave:** Factores inibidores. Rapariga. Ensino superior. Distrito de Nacala.

## ABSTRACT

This research aims to explore the most important factors affecting girls' access to higher education in the district of Nacala. The study is quantitative and data were collected in 6 neighborhoods in the district of Nacala, using a stratified sampling technique, from a sample of 402 girls who finished secondary school and were aged between 17 and 35 years. An exploratory factor analysis was performed with a Cronbach's alpha coefficient of 0.566, indicating moderate reliability of the data collected. The analysis identified three main components that influence girls' access to higher education: sociocultural, psychological and economic factors. Among these, sociocultural factors were considered the most determining, suggesting that aspects such as social norms, family expectations and cultural pressures play a significant role in the barriers faced by girls in seeking higher education. Psychological factors may include girls' self-esteem and motivation, while economic factors are related to financial conditions that may limit access to educational opportunities. The research highlights the need to address these complex issues to promote greater inclusion and gender equality in higher education, especially in the specific context of Nacala district.

**Keywords:** Inhibiting factors. Girl. Higher education. Nacala district.

## RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo explorar los factores más prevalentes que afectan el acceso de las niñas a la educación superior en el distrito de Nacala. El estudio es cuantitativo y se recolectaron datos en 6 barrios del distrito de Nacala, mediante una técnica de muestreo estratificado, en una muestra de 402 niñas que terminaron la escuela secundaria con edades entre 17 y 35 años. Se realizó un análisis factorial exploratorio con el coeficiente alfa de Crombach igual a 0,566, lo que indica una confiabilidad moderada en los datos recolectados. El análisis identificó tres componentes principales que influyen en el acceso de las niñas a la educación superior: factores socioculturales, psicológicos y económicos. Entre ellos, los factores socioculturales se consideraron los más determinantes, lo que sugiere que aspectos como las normas sociales, las expectativas familiares y las presiones culturales desempeñan un papel importante en las barreras que enfrentan las niñas que buscan educación superior. Los factores psicológicos pueden incluir la autoestima y la motivación de las niñas, mientras que los factores económicos se relacionan con condiciones financieras que pueden limitar el acceso a las oportunidades educativas. La investigación destaca la necesidad de abordar estas cuestiones complejas para promover una mayor inclusión e igualdad de género en la educación superior, especialmente en el contexto específico del distrito de Nacala.

**Palabras clave:** Factores inibidores. Chica. Educación superior. Distrito de Nacala.



## INTRODUÇÃO

A abordagem sobre o acesso ao ensino superior tem mostrado avanços significativos em todo o mundo com particular destaque para Moçambique, onde acesso ao ensino superior esta condicionada pela conclusão do nível médio do ensino geral ou técnico profissional. A educação formal e superior da rapariga<sup>1</sup> constitui um instrumento muito importante para o seu desenvolvimento, em termos de empoderamento que a permite participar das tomadas de decisões que envolvem a si, sua comunidade, nação e o mundo. Contrariando a várias percepções que menosprezam este género:

A escassez de recursos financeiros da própria família ou relacionada aos aspectos culturais, sociais, baixa autoestima, falta de preparo para as provas, falta de conhecimento das políticas públicas voltadas para o ingresso na faculdade, estigmatização, escolha do curso superior e sobre o processo de selecção de candidatos entre outros factores influencia diretamente na decisão ao acesso do ensino superior (Muanamoha, 2012, p. 47).

Mário (2007), ressalta factores que determinam que para as mulheres o casamento e mais prestigiado que a educação formal. Esta concepção influencia no entendimento dos pais e encarregados de educação que entendem que a mulher uma vez casada, deixa de pertencer a sua família passando a integrar a família do marido. Estes e outros cenários geram preocupações a vários níveis sobre o acesso do género feminino a educação formal, com destaque para o ensino superior. Esta inquietação é notória em vários organismos nacionais e internacionais como demonstra o relatório apresentado pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI, 2022), que em África, particularmente, aponta um fosso bastante acentuado entre os sexos no concernente ao acesso a educação.

Como estratégia de materializar estas pretensões, o governo de Moçambique legalizou o acesso dos moçambicanos a educação com ênfase na mulher. Este posicionamento encontra-se advogado no artigo 57, número 1 da Constituição da República de Moçambique (CRM, 2004), que defende que: “O estado promove e apoia a emancipação da mulher e incentiva o seu papel crescente na sociedade”. E reforça no seu Art.º 36 (Princípio de Igualdade de Género) que: “o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.”

<sup>1</sup> O termo “rapariga” no contexto Moçambicano refere-se especificamente à uma mulher jovem. É um termo neutro e não carrega conotações negativas e pode ser usado de maneira informal e afectuosa.



Para a operacionalização da Constituição da República de Moçambique (CRM, 2004), o estado concebeu instrumentos legais, com destaque para o Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020 (PEES, 2012-2020, p. 25) que define que qualquer estudante com ensino secundário concluído pode se matricular-se no ensino superior, independentemente do sexo, da capacidade económica da família.

Em termos de acções estratégicas no domínio sociocultural, a Política de Género, Estratégia e da sua Implementação (PGEI, 2018) pretende “Promover o acesso à educação e a alfabetização, formação vocacional, científica e tecnológica” e “Promover o acesso e formação em cursos ou áreas, tradicionalmente frequentados apenas por homens”. Estes esforços podem ser considerados ineficientes se não forem levados em consideração os factores que realmente justificam a inibição da rapariga a formação superior. Diante do esforço feito pelo governo e outros organismos ainda se observam disparidades entre os sexos no concernente ao acesso ao género feminino no ensino superior. A motivou os proponentes a conceberem a presente pesquisa com o intuito de quererem analisar: Quais são as causas mais preponderantes que influenciam as raparigas a não aderirem a formação superior? Definimos como objectivo da nossa investigação: explorar os factores mais preponderantes que afectam o acesso da rapariga ao ensino superior no distrito de Nacala usando a análise factorial exploratória.

Resumidamente, neste artigo pretendemos conceber e elucidar o nosso problema de pesquisa embasado num levantamento geral sobre os possíveis factores, os quais agrupamos em áreas, a destacar: económicos, socioculturais e psicológicos. O levantamento permitiu por um lado definir de forma clara os diferentes intervenientes da pesquisa e por outro lado a metodologia a ser usada.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente artigo, produzido com base nossa pesquisa, por motivos de ordem teórica é descritivo, com abordagem quantitativa e tem como temática de interesse central factores inibidores ao acesso da rapariga no ensino superior no distrito de Nacala. Para sua realização foi aplicado um questionário como o instrumento de recolha de dados compostos por 14 questões, elaboradas pelos pesquisadores, usando uma escala do tipo Likert com 5 categorias:

- 1 = “Discordo Completamente”,
- 2 = “Discordo”,



3 = “Não concordo e nem discordo”,

4 = “Concordo” e

5 = “Concordo Completamente”.

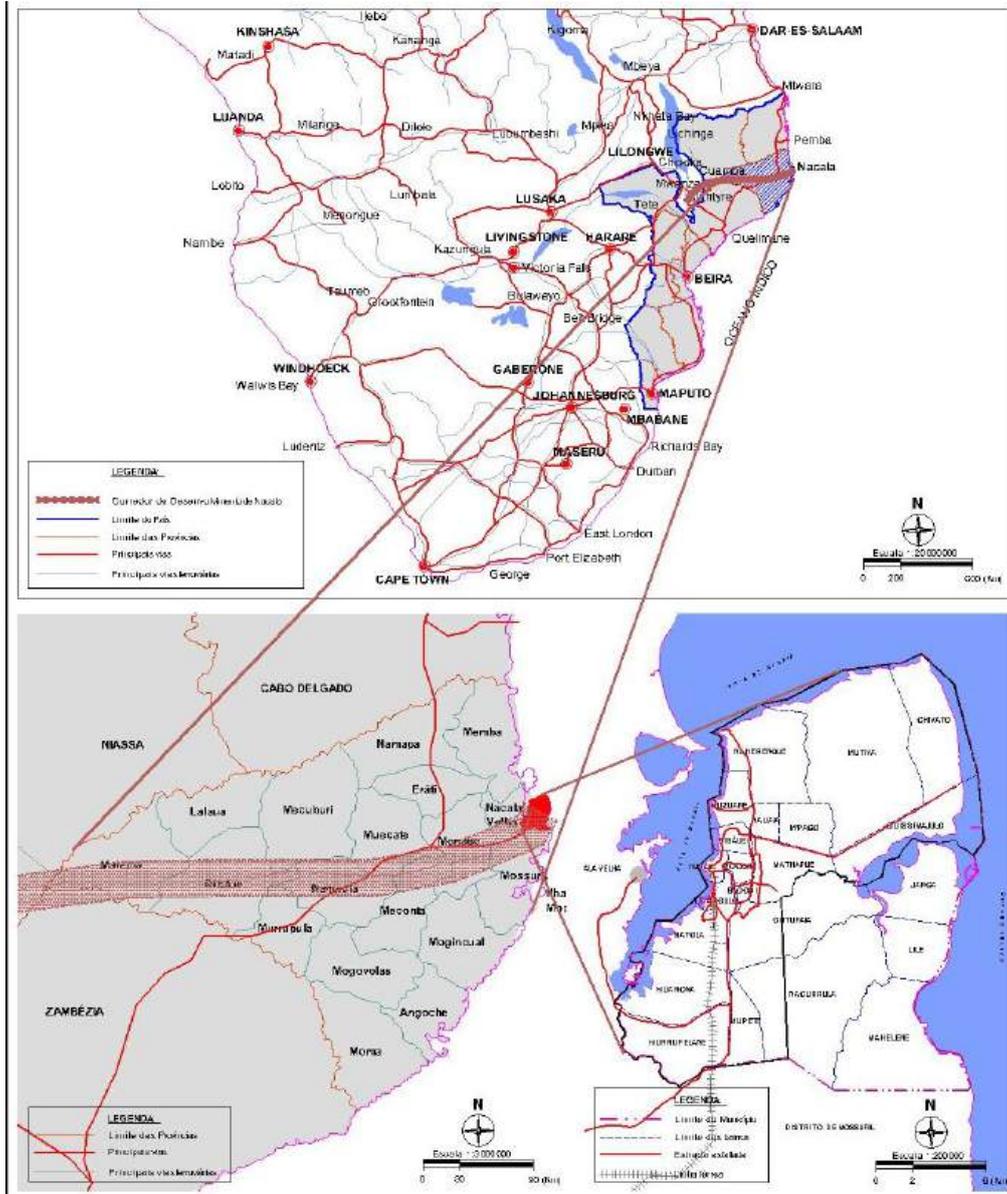
O questionário foi composto por diferentes questões de factores individuais e sociais que possam influenciar as raparigas que concluíram o nível médio não tenham acesso no ensino superior. O questionário é constituído por 3 dimensões: psicológicas, económicas e socioculturais, dimensões consideradas relevantes para a concretização dos objectivos do trabalho. Portanto, o estudo foi feito em 6 bairros do distrito de Nacala e com raparigas entre 17 a 35 anos de idade que concluíram o nível médio do ensino secundário geral ou técnico. Para a selecção da amostra foi feito uma amostragem estratificada. Corroborando com Pocinho (2009) quando afirma que esta técnica consiste em dividir a população alvo em subgrupos homogéneos chamados «estratos» e a seguir tirar de forma aleatória uma amostra de cada extracto. A amostragem aleatória estratificada é utilizada quando a população inteira é reconhecida por certas características precisas, como o caso das raparigas que concluíram o ensino médio e por alguma razão não estão frequentando o ensino superior. Os dados posteriormente analisados com auxílio do software estatístico Jamovi (versão 2.3).

## **CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO LITORAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE EM RELAÇÃO A RAPARIGA**

O distrito de Nacala está localizado na área litoral do norte de Moçambique, na província de Nampula. Esta região é caracterizada por práticas culturais tradicionalmente enraizadas da população que e, na sua maioria muçulmana. A região tem muita importância na vida social das pessoas.



Figura 1: Localização geográfica do distrito de Nacala



Fonte: Conselho Municipal da Cidade de Nacala (2010)

Apesar da cultura desta região ser majoritariamente matriarcal, as normas estabelecidas sobre os papéis de gênero frequentemente privam oportunidades para as raparigas acederem ao ensino universitário. De acordo com a pesquisa de Muanamoha (2012), os factores mais significativos incluem casamentos prematuros, padrões de gênero tradicionais e sobrevalorização do trabalho doméstico entre as jovens. As normas sociais definem papéis específicos para as raparigas e rapazes. Enquanto os rapazes são frequentemente incentivados a continuar seus estudos, as raparigas são



pressionadas a ajudar nas tarefas domésticas e, em muitos casos, a assumir a responsabilidade pelo cuidado de irmãos mais novos. Essas expectativas limitam o tempo e a energia das raparigas para se dedicarem aos estudos, dificultando seu progresso acadêmico. Em muitas famílias, a educação das raparigas é vista como menos prioritária. Um estudo de Chisale (2018, p.6) mostrou que:

Os pais geralmente preferem investir na educação dos filhos homens, enquanto as raparigas são preparadas para o casamento e para o trabalho doméstico. No entanto, esta é uma crença errada, uma vez que as raparigas se encontram com uma mentalidade limitada sobre o que uma mulher pode fazer ou conquistar.

As cerimônias de iniciação feminina, comuns nas comunidades do litoral norte, são vistas como marcos de transição para a vida adulta e, em muitos casos, reforçam normas culturais que priorizam o casamento e o papel das mulheres como esposas e mães. Por um lado, e esses costumes podem ser importantes de um ponto de vista cultural, ao mesmo tempo, eles não promovem a importância da educação contínua para as meninas, tornando-se um impedimento para a entrada delas em cursos de ensino superior.

Em algumas regiões do norte de Moçambique, a religião também desempenha um papel importante na formação das percepções sociais sobre a educação feminina. De acordo com Muanahoma (2012), comunidades muçulmanas, especialmente no litoral, podem manter valores tradicionais que reforçam o papel da mulher no lar e limitam seu envolvimento com a educação formal. Nas zonas rurais, a pobreza e as dificuldades financeiras contribuem para que os pais priorizem a educação dos filhos homens, visto que estes são frequentemente percebidos como futuros provedores financeiros. (Manjate, 2020). A pesquisa de Manjate (2020) revela que, em muitas comunidades, há uma resistência cultural em permitir que as raparigas saiam de casa para estudar, especialmente em áreas urbanas ou em outros distritos.

## **FACTORES ECONÓMICOS NO CONTEXTO DA REGIÃO LITORAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE**

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE, 2016) o norte de Moçambique que inclui as províncias de Niassa, Nampula e Cabo Delgado é uma das regiões mais pobres do país, apresentando uma taxa de pobreza de



aproximadamente 60%, acima da taxa de todo país que é de aproximadamente 49%. Ademais, grande parte dessa população vivendo em zonas rurais e dependente da agricultura de subsistência. No entanto, essa região apresenta baixos índices de desenvolvimento humano e acesso limitado a serviços básicos como saúde e educação. Esses factores macroeconômicos e sociais têm impacto directo na capacidade das famílias de investir na educação dos seus filhos, especialmente das raparigas. As famílias nas zonas rurais da costa norte de Moçambique enfrentam desafios económicos severos. A renda familiar é frequentemente insuficiente para cobrir as despesas básicas, particularmente a educação superior, que é vista como um luxo quase inacessível.

Estudos sugerem que, quando as famílias enfrentam dificuldades financeiras, a educação das raparigas é frequentemente sacrificada em favor dos rapazes, que são vistos como futuros provedores financeiros da família (Chisale, 2018). Isso é reforçado por normas culturais que valorizam o papel do homem como chefe de família e relegam a mulher às responsabilidades domésticas, limitando os investimentos na educação das raparigas (Manjate, 2020).

O custo directo da educação superior, incluindo mensalidades, material escolar, livros e transporte, é uma barreira significativa para as raparigas na zona litoral. Mesmo com o sistema de ensino público, as famílias ainda enfrentam custos indirectos, como o transporte para as instituições de ensino, que muitas vezes estão localizadas longe das áreas rurais. Segundo estudos de Cunguara; Hanlon, (2012), as despesas associadas à educação são particularmente proibitivas para as famílias de baixa renda, que mal conseguem cobrir as necessidades diárias.

Embora o governo moçambicano tenha implementado programas de apoio à educação, incluindo bolsas de estudo para alunos carentes, os recursos são limitados e insuficientes para cobrir a demanda crescente, especialmente no ensino superior. Manjate (2020), aponta que, mesmo quando as raparigas conseguem atingir as notas necessárias para ingressar no ensino superior, muitas vezes não conseguem cobrir os custos, devido à falta de apoio financeiro adequado. A autora mostra que os programas de subsídios ou incentivos financeiros destinados a apoiar a educação das raparigas são limitados e, em muitos casos, mal-executados, o que agrava a exclusão económica das raparigas.

Algumas Organizações Não Governamentais (ONG's), têm desenvolvido programas específicos para apoiar a educação das raparigas, oferecendo bolsas de



estudo, alojamento e subsídios para custos de transporte. Organizações como a *Girl Child Education Project* têm tido algum sucesso em ajudar raparigas de áreas rurais a concluir o ensino secundário e ingressar no ensino superior. Contudo, estas iniciativas privadas ainda são relativamente pequenas e não conseguem abranger a quantidade de raparigas que necessitam de apoio financeiro para ingressar no ensino superior (Cunguara; Hanlon, 2012).

## FACTORES PSICOLÓGICOS NO CONTEXTO DA AUTOESTIMA E AUTOCONFIANÇA DAS RAPARIGAS

Embora as questões psicológicas sejam cruciais, elas estão muitas vezes interligadas com factores económicos e socioculturais. A literatura indica que, em regiões onde as expectativas sociais limitam as oportunidades educacionais para as raparigas, a autoestima tende a ser mais baixa. As raparigas muitas vezes não se vêm como capazes de ter sucesso no ensino superior, o que resulta em uma falta de autoconfiança para buscar oportunidades educacionais (Silva, 2017). Elas podem duvidar de sua capacidade de competir com os rapazes, especialmente em áreas dominadas por estereótipos de gênero, como ciências e tecnologia.

Um estudo de Takahara *et. al.* (2016) sugere que o reduzido número de mulheres bem-sucedidas academicamente contribui para a visão limitada que as raparigas têm de seu potencial. Isso cria uma barreira psicológica que inibe a motivação para iniciar ou continuar os estudos. De acordo com um estudo de Cunguara; Hanlon (2012), em contextos onde os colegas de idade semelhante abandonam a escola para casar ou trabalhar, as raparigas são desmotivadas a continuar os estudos, pois percebem o abandono escolar como uma norma aceitável ou mesmo desejável.

Muitas escolas no litoral norte não têm programas de apoio psicológico ou orientação educacional, o que limita a capacidade das raparigas de identificar suas habilidades e talentos. Isso resulta em baixa motivação acadêmica, pois elas não recebem o incentivo necessário para se prepararem para o ensino superior (Manjate, 2020). Para muitas raparigas, o assédio pode ser um factor adicional que as faz questionar se o esforço de prosseguir com os estudos vale o risco, especialmente quando as expectativas familiares podem não priorizar sua educação. Em alguns casos, as famílias podem pressionar as raparigas a abandonarem os estudos devido ao medo de

que sejam expostas a ambientes perigosos ou de que possam comprometer a "honra" familiar.

## ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Para análise e interpretação dos resultados, o estudo contou com 402 raparigas, completado (n = 402). A seguir apresentamos uma tabela de distribuição das raparigas por bairro e idades.

Tabela 1. Selecção das raparigas por bairro e idades

Idade	Bairro						Total
	Muathapue	Mocone	Triângulo	Bloco I	Ontupaia	Muzuane	
17 à 23 anos	13	17	19	26	17	6	98
24 à 29 anos	17	31	39	24	34	23	168
30 à 35 anos	35	21	21	21	27	11	136
Total	65	69	79	71	78	40	402

Elaboração: Flora Chele, Sanito Alfredo, Franco Quembo

Foi determinado o teste de Kaiser-Meyer-Olkin ( $KMO = 0.694 > 0.05$ ), para avaliar os dados são adequados para a realização da Análise Factorial Exploratória (AFE). Foi também realizado o teste de Esfericidade de Barlett ( $p < 0.05$ ), indica que as correlações entre as variáveis são suficientemente grandes para a AFE. O coeficiente alfa de Cronbach igual 0,566, indica uma confiabilidade moderada nos dados colectados. E a análise contou com 14 itens do questionário, dos quais quatro, não apresentaram boas correlações nomeadamente, Item1, Item10, Item11 e Item13.



Tabela 2. Matriz de componentes a partir da rotação de Varimax

Item	Questão (carga factorial)	Nº de componente
4	As tarefas da casa não me permitem conciliar com os estudos (0.887)	1
3	Meu companheiro (esposo) não me permite estudar na Universidade (0.821)	1
2	Meus encarregados não incentivam para ingressar no ensino superior (0.817)	1
12	Nunca me interessou ir a universidade (0.771)	1
13	Não pretendo estudar fora e neste distrito ainda não existem cursos que pretendo (0.382)	1
14	Programas de apoio financeiro, como bolsas de estudo, são inacessíveis para mim (0.962)	2
5	Não tenho condições financeiras para ingressar no ensino Superior (0.961)	2
6	A Universidade que me sentiria em condições de ingressar, fica longe da minha zona de residência. (0.916)	2
8	Estou satisfeita com minha situação actual (0.648)	3
9	Tenho receio de ser assediada com Docentes ou Colegas (0.630)	3
7	Não me Sinto com condições intelectuais para enfrentar um curso no ensino Superior (0.545)	3
11	Na minha família as mulheres não precisam de estudar muito (0.389)	3
10	Não tinha informação sobre os modos de ingresso (-0.3840)	3
1	Minha religião não me permite frequentar no ensino superior (0.357)	3

Elaboração: Flora Chele, Sanito Alfredo, Franco Quembo

Tabela 3. Estatísticas das componentes

Componente	% de Variância total	% acumulada
1	20.9	20.9
2	19.9	40.9
3	11.5	52.4

Elaboração: Flora Chele, Sanito Alfredo, Franco Quembo

Para o nosso estudo, determinamos 3 componentes principais, a partir da rotação de Varimax, com uma variabilidade total explicada de 52.4% dos dados obtidos a partir do questionário, em que a primeira componente mais contribui na variabilidade dos dados obtidos em 20.9%, seguido da segunda com 19.9% e com terceira em 11.5%.

A primeira componente é a combinação de Item4, Item3, Item2, Item12 (significativos) e Item13 (não significativo). Esta componente mostra que o factor mais determinante está ligado ao impacto de normas culturais, papéis de gênero e tradições sobre a educação feminina de acordo com os costumes da região litoral do norte de Moçambique, onde o distrito de Nacala faz parte. A literatura revisada destaca que os factores socioculturais são determinantes cruciais na limitação do acesso das raparigas ao ensino superior nesta região.

A segunda componente é a combinação de Item14, Item5 e Item6 (significativos), reflectindo directamente como a pobreza, a falta de recursos



financeiros, deficiência na implementação de programas de apoio a educação das raparigas, agrava a exclusão económica para o seu acesso no ensino superior.

A terceira componente é a combinação de Item8, Item9, Item7 (significativos), Item11, Item10, Item1 (Não significativos), que estão ligadas a autoconfiança, o assédio de colegas ou professores que pode afectar negativamente as raparigas no acesso ao ensino superior, causando desconforto, insegurança e baixa autoestima.

Como vimos anteriormente, os factores mais determinantes que inibem a rapariga ao acesso no ensino superior são os socioculturais e os económicos, A Tabela 4 destaca uma associação significativa entre o desemprego e o casamento ( $\chi^2=0.011 < 0.05$ ). Sugerindo que a situação empregatícia tem impacto no estado conjugal.

Tabela 4. Situação Conjugal e Situação Empregatício das raparigas

Situação Empregatício	Situação Conjugal		
	Casada	Não Casada	Total
Desempregada	158	104	262
Empregada	66	74	140
Total	224	178	402

Elaboração: Flora Chele, Sanito Alfredo, Franco Quembo

O desemprego é uma das principais variáveis económicas que afecta a vida das raparigas em contextos socialmente vulneráveis, especialmente nas regiões onde há falta de oportunidades de emprego formal que exija formação escolarizada. A partir dos dados da tabela acima foi calculado um Risco Relativo (RR = 1.28) indicando que as raparigas que estão desempregadas têm 28% mais probabilidades de se casarem, comparadas àquelas que estão empregadas. Isto é, existe uma relação directa entre o desemprego e/ou a insegurança financeira e o aumento de probabilidades de as raparigas se casarem.

## CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa destacam que os factores socioculturais são os mais determinantes e cruciais na limitação do acesso das raparigas ao ensino superior no distrito de Nacala em Moçambique. Casamentos precoces, papéis tradicionais de género, iniciações culturais, e as dinâmicas familiares reforçam essas barreiras, criando um ciclo difícil de quebrar. Contudo, os estudos também indicam que mudanças nas



políticas públicas, o aumento da conscientização comunitária e o fortalecimento de programas de apoio às raparigas podem mitigar esses efeitos e promover maior equidade de gênero no acesso à educação superior. São também apontados os factores económicos ou financeiros como cruciais na determinação do acesso das raparigas ao ensino superior. A pobreza generalizada, os custos associados ao ensino superior e a falta de apoio financeiro adequado criam barreiras significativas para as raparigas.

Embora existam iniciativas governamentais e de ONG's para mitigar esses desafios, as limitações no alcance e na eficácia dessas políticas contribuem para a contínua exclusão das raparigas do sistema educacional. Políticas mais inclusivas e investimentos sustentáveis são essenciais para garantir que as raparigas tenham igualdade de oportunidades para acessar o ensino superior. Ademais, a pesquisa também demonstra que os factores psicológicos, como autoestima, autoconfiança, motivação e resiliência, desempenham um papel crucial na determinação do acesso das raparigas ao ensino superior neste distrito.

Os resultados também indicam que o desemprego coloca as raparigas em uma posição de vulnerabilidade económica, limitando suas opções de sustento e independência financeira. Sem uma fonte de renda ou perspectiva de melhoria económica, o casamento é frequentemente visto como uma solução em situações de insegurança financeira. Para mitigar o impacto do desemprego no aumento do risco de casamento precoce, políticas públicas e iniciativas comunitárias, incentivos para continuidade educacional podem ser desenvolvidas para criar alternativas viáveis para as raparigas.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SUECA DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL – (SIDI). **Estratégia da Suécia para a cooperação para o desenvolvimento com Moçambique 2022 – 2026**. Publicado em 01 Agosto de 2022. Disponível em: [www.swedenabroad.se/globalassets/ambassador/mocambique-maputo/documents/strategy-moz-2022-2026-final-eng.pdf](http://www.swedenabroad.se/globalassets/ambassador/mocambique-maputo/documents/strategy-moz-2022-2026-final-eng.pdf) .Acesso em: 15 de Jul. de 2024.
- CHISALE, S.S. Ubuntu as care: Deconstructing the gendered Ubuntu. **Verbum et Ecclesia**. 39 (1), a1790. DOI: 10.4102/ve.v39i1. 2018.
- CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE NACALA - CMCN. Plano de Estrutura do Município da Cidade de Nacala. Pptx. Nacala. 2010.



- CUNGUARA, B.; HANLON, J. **Whose Wealth Is It Anyway? Mozambique's Outstanding Economic Growth with Worsening Rural Poverty**. Maputo: IESE, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – INE. **Inquérito ao Orçamento Familiar 2014/5 - Relatório do Módulo da Força de Trabalho**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2016.
- MANJATE, P. **Questões de género na sociedade moçambicana**. Ed. Atlas. 2020.
- MÁRIO, M. Women's Education in Mozambique: Gender Inequality in Access to Higher Education. **Journal of Southern African Studies**, 33(2), p.367-384, 2007.
- PLANO ESTRATÉGICO DO ENSINO SUPERIOR – PEES, 2012/2020. Maputo: Ministério da Educação, 2012.
- MOÇAMBIQUE. **Política de Género e Estratégia da sua Implementação – PGEI**. Maputo. 2018. Disponível em: <http://forumulher.org.mz/wp-content/uploads/2018/09/POLITICA-DE-GENERO-e-Estrategia-Implementacao-APROVADA-CM-11.09.2018000.pdf> <http://forumulher.org.mz/wp-content/uploads/2018/09/POLITICA-DE-GENERO-e-Estrategia-Implementacao-APROVADA-CM-11.09.2018000.pdf>. Acesso em: 04 de Jun. de 2024.
- CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE - CRM. Maputo, 2004. Disponível em: [www.masa.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/Constituicao\\_republica\\_mocambique.pdf](http://www.masa.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/Constituicao_republica_mocambique.pdf). Acesso em: 20 de Mai. de 2024.
- MUANAMOHA, R. C. Barriers to Girls' Access to Education in Mozambique: Strategies for Improved Enrolment. **African Education Review**, 9 (1), p. 42-58, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS -ONU. **Declaração do Milénio**. Nova York: ONU, 2010. Disponível em: <https://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm> <https://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>. Acesso em: 04 de Jun. de 2024.
- POCINHO, M. **Estatística: teoria e exercícios passo a passo**. Coimbra: Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra. Vol. I, 2009.
- SILVA, R. M. **Factores psicológicos e seu impacto no comportamento humano**. 1. ed. Goiânia: Editora Científica, 2017.
- TAKAHARA, A. L. *et al.* **Mulher na educação superior: alguns apontamentos para o debate**. Caderno PAIC, 17(1), 263-270. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2016.



## DOSSIÊ TEMÁTICO

### ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Mussá Abdul Remane, pesquisador convidado neste número, desenvolveu uma pesquisa de Doutorado intitulada “Perigo, Vulnerabilidade e Risco de Desastre na Cidade da Beira: Os Casos dos Ciclones Tropicais Idai e Eloise”

*Mussá Abdul Ramane*

Docente na Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique; Pesquisador dos Grupos GeoÁfrica e GeoRiscoss; <http://lattes.cnpq.br/1457858453205999>  
Contato: [mareman2@gmail.com](mailto:mareman2@gmail.com)



Como citar:

REMANE, M.A. Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Mussá Abdul Remane. **Boletim GeoÁfrica**. v. 3. n. 11. p. 165-169, jul.-dez. 2024.

**Sobre o pesquisador:** Licenciado em História e Geografia pela Universidade Pedagógica, Delegação da Maxixe (2011), Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Eduardo Mondlane (2014), Doutor em Geografia pela Universidade Pedagógica de Maputo (2024). Docente nos cursos de graduação da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente da mesma Universidade e pesquisador dos Grupos de Pesquisa GeoÁfrica e GeoRiscoss.

**Tese de doutorado:** “Perigo, Vulnerabilidade e Risco de Desastre na Cidade da Beira: Os Casos Dos Ciclones Tropicais Idai E Eloise.” REMANE, M.A (2024). Tese apresentada ao Departamento de Educação Geográfica e Geociências da Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Universidade Pedagógica de Maputo, como requisito para a obtenção do grau de Doutorado em Geografia



## Sobre a tese de Mussá Abdul Remane

A tese de doutorado consistiu em uma análise da produção do risco de desastre a partir da relação entre os factores de intensidade dos ciclones tropicais Idai e Eloise, os elementos biofísicos e os factores socioeconómicos que caracterizam os espaços ocupados na cidade da Beira. Para tal, a tese contextualiza, na sua parte introdutória, o problema e a justificativa e apresenta os objectivos da pesquisa; na metodologia, faz a descrição das fases de pesquisa bibliográfica, colecta, organização e tratamento dos dados, destacando o uso de inquérito aos agregados familiares, entrevista, produção cartográfica e descrição dos principais índices avaliados; no quadro teórico-conceptual, discutem-se as abordagens sobre os ciclones tropicais no quadro dos sistemas atmosféricos, a natureza do risco, o perigo, a vulnerabilidade, a capacidade adaptativa e o desastre; faz-se, de seguida, a apresentação do panorama dos desastres no Mundo e em Moçambique, de 1900 a 2022; nos resultados, faz-se a análise do perigo dos ciclones tropicais Idai (2019) e Eloise (2021) e seus impactos na cidade da Beira; análise da vulnerabilidade da cidade aos ciclones tropicais e do respectivo risco de desastre; finalmente, faz-se a conclusão da tese.

### *Qual a relevância da pesquisa?*

A pesquisa sobre os ciclones tropicais e os riscos a eles associados tem um papel relevante dado que permite a disponibilidade de conhecimento científico, teórico e metodológico, que auxilie a tomada de decisão sobre os processos de planificação, gestão e redução dos riscos de desastres. Ela enquadra-se no primeiro eixo básico do sistema de alerta em caso de ocorrência de um determinado fenómeno perigoso, denominado por conhecimento do risco.

A ocorrência de vários fenómenos perigosos, a vulnerabilidade das pessoas e o risco de desastres em Moçambique demandam a mobilização dos recursos materiais, financeiros e humanos com vista a sua redução. Dai que, o conhecimento, a formação e a profissionalização dos intervenientes na Redução do Risco de Desastres, constituem factores preponderantes. Esta pesquisa possui elementos importantes que permitem o entendimento desses factores dado que é um produto resultante da análise feita sobre a produção dos riscos associados ao perigo dos ciclones tropicais e da vulnerabilidade social na Cidade da Beira, que responde as demandas sobre as medidas de mitigação e adaptação aos efeitos dos eventos extremos.



### ***Qual o objetivo que norteou a pesquisa?***

O objectivo geral deste estudo foi de analisar o processo de produção do risco de desastre associado a ocorrência dos ciclones tropicais Idai e Eloise que afectaram a Cidade da Beira. De forma específica, o estudo apresentou os seguintes objectivos:

- Caracterizar o perigo de ciclones tropicais com base na intensidade dos ciclones Idai e Eloise;
- Descrever os impactos causados pelos ciclones tropicais Idai e Eloise;
- Avaliar o grau de vulnerabilidade da Cidade da Beira por meio de indicadores biofísicos e socioeconómicos
- Interpretar o risco de desastres associado aos ciclones tropicais na Cidade da Beira

### ***Quais foram os principais resultados da pesquisa?***

Os resultados da pesquisa mostram que, em função da intensidade (velocidade do vento e a pressão mínima), a perigosidade dos ciclones tropicais Idai e Eloise foi caracterizada por diferença de escalas: para o ciclone tropical Idai, a perigosidade foi classificada como catastrófica e para o ciclone Eloise foi classificada como muito perigosa.

Entretanto, a perigosidade desses ciclones só pode ser entendida também a partir dos impactos que os mesmos causaram na cidade. Neste contexto, o ciclone Idai causou mais mortes e destruições e afectou mais pessoas comparativamente ao ciclone Eloise que não gerou nenhuma morte e não destruiu nenhuma casa.

A diferença dos impactos pode ter explicação também nos factores biofísicos e sociais da Cidade da Beira que definem o nível de sua vulnerabilidade. Neste sentido, por se localizar numa zona onde ocorrem os ciclones tropicais devido as condições de temperatura, humidade, fraco cisalhamento vertical do vento e mais, a cidade está exposta aos seus efeitos. Em função da declividade, os resultados mostram que a cidade se encontra exposta, sobretudo na sua faixa costeira e nos bairros próximos do Rio Púngue pelo facto da sua percentagem situar-se, predominantemente, na escala considerada fraca que vai de 0-3%. Situação contrária regista-se em relação a elevação que se considera de baixo risco, pois, dominam as cotas altimétricas acima de 6 metros. Entretanto, a zona costeira é dominada por uma elevação próxima de zero considerada de baixa.



Tomando em consideração os factores de vulnerabilidade usados para definir o índice de vulnerabilidade social, a cidade da Beira constitui um território de alta vulnerabilidade definida a partir dos pesos da população e das condições de habitação. Alguns bairros de vulnerabilidade alta são: Inhamizua, Munhava, Matacuane, Ndunda e Matadouro. Os bairros Pioneiros e Nhangoma apresentam vulnerabilidade muito baixa. Com base nas informações dos agregados familiares e das autoridades, ficou claro que as pessoas tomam consciência da perigosidade dos ciclones tropicais a partir dos impactos vivenciados pela passagem do ciclone Idai, o que se considera de uma mudança de atitude que pode ser importante para a redução da sua vulnerabilidade.

Como síntese, o resultado obtido da análise do risco de desastre por ciclones tropicais na Cidade da Beira mostrou que os bairros Inhamizua, Manga Mascarenhas e Matacuane apresentam um risco de desastre por ciclones tropicais de categoria 4 muito alto e os bairros de Nhangoma, Tchonja, Vaz e Pioneiros apresentam um risco de desastre baixo. Contrariamente, Matadouro, Inhamizua, Munhava-Central e Matacuane representam os bairros de alto risco de desastre para os ciclones de categoria 2. Para esta categoria, os bairros Pioneiro e Nhangoma apresentam um risco de desastre muito baixo.

As respostas dadas para os desastres causados pelos ciclones tropicais Idai e Eloise foram várias e resultaram do envolvimento de diversos actores com destaque para o INGD, SENSAP e CACB. Essas acções resumem-se na busca e abrigo de pessoas afectadas, na assistência alimentar, sanitária, hospitalar e educacional nos locais de acomodação. Dessas acções, destaca-se a elaboração do plano de recuperação e resiliência por parte do Conselho Autárquico da Beira.

### ***Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?***

Durante a pesquisa foram enfrentados diversos obstáculos, destacando-se a heterogeneidade dos dados para o cálculo dos índices. O maior obstáculo encontrado no estabelecimento da sobreposição da informação sobre os ciclones tropicais e a informação sobre a vulnerabilidade dado que os ciclones tropicais não apresentam dados distribuídos em bairros. Relativamente aos dados do censo 2019 que permitiram a construção do índice de vulnerabilidade destaca-se a limitação no acesso aos dados sobre habitação por tipo de material de construção, população por posse de bens, nível de escolaridade e ocupação dado que o Instituto Nacional de Estatística, entidade responsável pelo censo populacional e de habitação em Moçambique, não os

tinha disponível para fornecer. Razão pela qual recorreu-se ao inquérito dirigido aos agregados familiares por forma a obter essas informações.



## GeoÁfrica divulga...

### Eventos



**CIEA** CONGRESO IBÉRICO DE  
ESTUDIOS AFRICANOS

### 12º Congresso Ibérico de Estudos Africanos

#### Respostas africanas ao dilema decolonial

29, 30 e 31 de janeiro de 2025, Universidade de Barcelona.



#### Apresentação

Vinte anos depois o Congresso Ibérico de Estudos Africanos regressa a Barcelona. E, tal como então, o congresso pretende convidar todos os sectores sociais e académicos aproximarem-se das sociedades africanas. Naquele momento, a intenção era chamar a atenção para a incorporação de África na sociedade global, abordando as perspectivas de um afro-otimismo nascente, através da metáfora “África caminha”. Agora, sob o título *Respostas africanas ao dilema decolonial*, o congresso convida a explorar o papel africano na constituição de uma sociedade global, que somente poderá ser inclusiva e real, se assumir a sua diversidade. Precisamente, o “dilema decolonial” realça as dificuldades que derivam da dominância da “componente ocidental” na gestão da diferença. Neste sentido, a larga experiência do pluralismo cultural africano é um ativo imprescindível para facilitar a convivência e o enriquecimento mútuo, com base nas múltiplas memórias e dinâmicas que convergem na globalização. Estas memórias, tantas vezes enfrentadas – como é o caso dos legados coloniais, hoje em dia muito presentes – são muito mais do que



discursos: se materializam e emanam de solidariedades bem distintas, mas todas essenciais para a coesão social planetária. A África tem muito a dizer na articulação desta multiplicidade. O mandato emitido em Granada 2018 levou à constituição de uma rede ibérica em Lisboa 2022. O organizador, o Centro de História da Universidade de Lisboa, comprometeu-se então a colaborar, através de uma Comissão Instaladora, para lhe dar forma jurídica e material e apresentar uma proposta para a sua implementação no próximo congresso, em Barcelona 2025. Assim, o CIEA 12 tornar-se-á a primeira assembleia da nova Rede de Estudos Africanos que, tecida a partir dos centros e grupos de investigação africanistas da Península, se abre ao mundo através da ligação com os seus parceiros, nomeadamente em África. O Congresso Ibérico de Estudos Africanos tornar-se-á assim o grande encontro bienal da Rede de Estudos Africanos.

Maiores informações: <https://redestudiosafricanos.org/pt-pt/o-congresso/>



On behalf of the ECAS 2025 local organizing committee, it is our great pleasure to welcome you to the 10th European Conference of African Studies which will take place from 25 to 28 June 2025 in Prague.

Building on the success of the previous ECAS conferences, the theme for ECAS 2025 – *African, Afropolitan, and Afropean Belongings and Identities* – highlights new challenges in embracing the complexities and ambiguities of our interconnected world, and in conceptualizing multiple trajectories, constructions, expressions, and performances of social realities related to Africa and Africans. The topic reflects the tremendous heterogeneity in the approaches of African studies scholars to the study of in-between spaces in historical and contemporary African, Afropolitan and Afropean realities.



For the first time in the history of ECAS, this conference's venue is located in one of the post-communist Visegrad countries – in the Czech Republic, known as the heart of Europe.

ECAS 2025 marks the anniversary of twenty years since the first ECAS conference in London in 2005. The 20th anniversary of ECAS will give us a great opportunity to look retrospectively at African studies in Europe, and more generally over the past two decades, while also providing new insights into the future development in the field. We will do our best to design a challenging program of keynote speakers, plenary and roundtable sessions, film screenings, book displays focusing on African studies, and cultural and artistic events. We hope that this will be an unforgettable and inspiring experience for all of us, both scientifically and socially.

Being the flagship activity of AEGIS (the European African Studies Association), ECAS is the largest and most prestigious conference in the field of African studies in Europe and Africa. This conference is of equal, if not greater, importance for the Czech Republic, which has a long-standing tradition of African studies and can be proud of a number of world-renowned Africanists. The history of African studies goes back to the 1960s, with Charles University Prague playing an important role. Today, several Czech universities are engaged in multi-disciplinary research on Africa, especially the University of Hradec Kralove, the seat of the CAAS.

It is our pleasure to welcome you in Prague, the capital of Czech Republic. Prague is one of the world's most popular tourist destinations, rich in architectural monuments and historical sites. It became the TOP 10 ICCA – World 's 5th Most Popular Destination in 2023. Moreover, in 2022 Prague ranked 7th among the most popular congress cities in the world. The primary venue for the main activities of the conference will be the Faculty of Arts at Charles University, one of the oldest universities in the world (founded in 1348), located right at the historical city center with a view of Prague Castle. We hope that the atmosphere of the beautiful city of Prague will complement the pleasure of the conference and offer lasting memories beyond science.

We would like to express our gratitude to AEGIS for giving us the honor to host this conference, and for the confidence AEGIS has placed in the main organizer of ECAS 2025, the Czech Association for African Studies (CAAS). This is a Czech Republic-wide scholarly organization for academics and graduates in African studies as well as others with a scholarly interest in Africa. The CAAS has been an AEGIS associated member since 2015, and in 2017, the CAAS was voted unanimously to become the main organizer of ECAS 2025 at the AEGIS plenary session.

The conference will be supported by Guarant, contracted to provide all the necessary conference management services. Guarant is a Prague-based professional conference organizer with multiple, long-term experience in organizing large international congresses. Guarant provides a high level of expertise and professionalism, and will be fully responsible for all technical, practical and financial aspects of the conference, IT and communication, the conference website, registration, and catering and accommodation of participants. The conference would not be possible without the support from our various sponsors, such as Prague Municipality, and the engagement with relevant state/public institutions, such as the Association of African Embassies in Prague, various cultural organizations, commercial enterprises and local NGOs.

In addition to the thematic focus, ECAS 2025 also wants to contribute to further decolonisation in African studies. It therefore welcomes methodologically innovative, pluriversal and critically reflective perspectives that can help reform and advance our ways of thinking of and about Africa and allows for the transcendence of disciplinary boundaries.

We hope that the conference will stimulate scholarships on Africa from around the world to present innovative and significant research in diverse academic fields. ECAS 2025 will give you an opportunity to share research experiences and results, discuss challenges revolving around African



studies, and to establish effective new academic research collaborations. You will also have fun while taking part in numerous cultural program activities dedicated to African studies. By hosting the ECAS 2025 conference in Prague, the CAAS proudly demonstrates its commitment to African scholarship. One of the basic premises in the preparation of all ECAS conferences to date is a strong commitment to support the participation of Africa-based scholars, by providing a scholarship fund for those financially challenged to cover the purchase of air tickets, visas and/or accommodation at the conference venue. This kind of support will be provided by the main organizer of the conference based on available external sources.



African Studies Association of Africa

**ANÚNCIO DA 6.ª CONFERÊNCIA BIENAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS  
AFRICANOS DE ÁFRICA (ASAA2025)**

**Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) Praia, Cabo Verde  
24-27 de setembro de 2025**

173

A Associação de Estudos Africanos de África (ASAA) tem o prazer de anunciar que a **6ª Conferência Bienal da ASAA terá lugar na Cidade da Praia, Cabo Verde, de 24 a 27 de setembro de 2025**, co-organizada pela **Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)**. O tema da ASAA2025 é "**Respostas Africanas às Vulnerabilidades Globais: Construir Esperança para o Futuro**". A Conferência Bienal da ASAA é o maior encontro mundial de académicos/as e investigadores/as africanos/as e centrados/as em África, realizado em África, reunindo uma média de 600 delegados/as provenientes especialmente do continente africano, da diáspora e de diferentes partes do mundo. As edições anteriores tiveram lugar em Ibadan (2015), Acra (2017), Nairobi (2019), Cidade do Cabo (2022) e Lubumbashi (2023). Ao longo dos anos, assistiu-se a um aumento da diversidade de participação, reunindo investigadores/as, intelectuais, comunidades locais, decisores políticos, ativistas e agentes empresariais para debater desafios continentais relevantes e os encontros de África com o mundo.

Reserve a data para a ASAA2025 e esteja atento/a ao lançamento do convite à apresentação de propostas para participar na conferência na Praia, Cabo Verde, no Campus do Palmarejo Grande. Junte-se a nós em Cabo Verde para esta experiência bienal transformadora, repleta de partilha de conhecimentos, oportunidades de trabalho em rede e intercâmbios culturais. Em breve, estarão disponíveis mais informações sobre o registo e as diretrizes de apresentação no sítio Web da ASAA. Siga-nos nas redes sociais e partilhe as suas histórias e memórias de conferências anteriores utilizando as hashtags **#ASAA2025** e **#CaboVerde2025**. Estamos ansiosos/as por vos dar as boas-vindas a este evento emocionante.



## The 2nd International CONFERENCE



From Recovery to Resilience in Tourism:  
Sustainable Pathways for Transforming Tourism

**Event Location:** The Maslow Hotel Sandton, Johannesburg, South Africa

**Event Date:** 1-5 September, 2025

Conference organised by  
the University of Johannesburg, South Africa,  
and the University of Oulu, Finland



CALL FOR PAPERS -An International Conference  
From Recovery to Resilience in Tourism: Sustainable Pathways for Transforming Tourism  
✓ Event Location: The Maslow Hotel Sandton, Johannesburg, South Africa  
14 Event Date: 1-5 September, 2025



● Conference organised by the University of Johannesburg, South Africa, and the University of Oulu, Finland.

📄 Please send your abstracts of around 250-300 words before 9th May 2025.

🔍 All abstracts are reviewed and those accepted will be notified by 30th May 2025.

🔗 Please submit your abstract using: <https://easychair.org/conferences/?conf=icfrrt2>



## Conferência “50 Anos da Literatura Moçambicana: Percursos e Práticas Criativas”, 9 e 10 de outubro de 2025

Data: 9 e 10 Outubro 2025

Local: A definir (TBC). Organização: CEsa – Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsa/CSG/ISEG-ULisboa) e UEM – Universidade Eduardo Mondlane

Apoio: Fundação Calouste Gulbenkian e CEsa/CSG/ISEG-ULisboa

Parcerias: Universidade de Bayreuth, Sorbonne Nouvelle e Universidade Estadual de Campinas

CONFERÊNCIA 9-10.OUT.2025

*50 Anos da Literatura  
Moçambicana:  
Percursos e práticas  
criativas*

Escritores/as, artistas e docentes reunir-se-ão para discutir os desenvolvimentos das práticas criativa e investigativa da Literatura Moçambicana. Junte-se a especialistas das Literaturas Africanas de Portugal e de Moçambique na partilha de ideias sobre um passado recente, que perfaz meio século, nos domínios da criação, ensino, edição, tradução, e na reflexão de novas propostas sobre o futuro.

<https://cesar.rc.iseg.ulisboa.pt/>

Imagem criada através de IA

Organização: CEsa (ISEG-ULisboa) e Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.  
Apoio: Fundação Calouste Gulbenkian e CEsa (ISEG-ULisboa).  
Parceiros: Universidade de Bayreuth, Sorbonne Nouvelle e Universidade Estadual de Campinas.

ceia | CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AFRICA E DESENVOLVIMENTO | CSG | U LISBOA | ISEG | fct | Fundação para a Ciência e a Tecnologia | FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN



## LANÇAMENTOS



### O livro conta a história

de Liceu Vieira Dias e do Ngola Rítmicos, um conjunto musical fundado em Luanda, no ano de 1947. Seu objetivo era cantar músicas de protesto em kimbundu e servir de disfarce para a distribuição de panfletos contra Portugal. Dos cinco membros iniciais, dois foram presos no campo de concentração do Tarrafal, e dois foram colocados em liberdade vigiada em Angola. Na perspectiva musical, esse grupo foi um dos criadores do Semba, um ritmo angolano, que depois da independência será considerado o gênero musical de toda a nação. É também a história da cultura urbana de Luanda, sobretudo do teatro, literatura e cinema das décadas de 1950 a 1970. Bem como uma história das mulheres e suas atuações como cantoras, atrizes e locutoras de rádio.

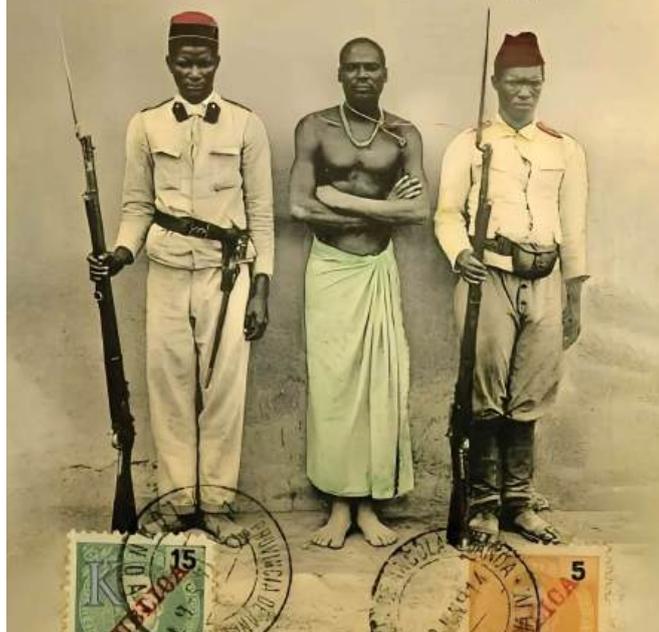


## Pegadas no rio, sombras no tempo

BIOGRAFIAS, HISTÓRIAS DE VIDA E TRAJETÓRIAS AFRICANAS

Matheus Serva Pereira, Sílvio de Almeida Carvalho Filho e Washington Nascimento (orgs.)

SELO  
NEGRO



Resultado dos trabalhos do grupo de pesquisa *Áfricas: Sociedade, Política e Cultura* (Uerj-CNPq), este livro nos convida a conhecer biografias, histórias de vida e trajetórias de personagens pouco abordadas na historiografia africana, contribuindo para problematizar não só as grandes narrativas ocidentais como o próprio exercício de construção histórica. Nesse sentido, nos lembra que também o ato de narrar a África por africanos sempre está atravessado por disputas de poder e entrelaçado em contextos políticos, sociais e culturais específicos, que não podem ser desconsiderados. Os textos aqui reunidos abarcam um vasto período (da antiga civilização cuxita, no Sudão do século I AEC, à Moçambique independente, no fim do século XIX) e nos levam a percorrer diferentes regiões da África, explorando temas como o papel do feminino, a formação de elites locais, racismo, resistência, emancipação, construção de heróis e nacionalismo, entre outros. A diversidade de personagens, escolhidas por seu protagonismo em diferentes contextos, dá visibilidade às muitas camadas do que significa ser africano.



## CHAMADAS PARA PUBLICAÇÕES

Universidad  
**Externado**  
de Colombia

CHAMADA DE  
ARTIGOS

**REVISTA  
OASIS**

JAN-JUN 2026 NÚM 43

**TEMA:**  
**ÁFRICA EM ASCENSÃO: AS  
NOVAS DINÂMICAS DE PODER  
NUM MUNDO EM  
TRANSFORMAÇÃO**

**EDITORES:**

**JERÓNIMO DEL GADO-CAICEDO, PhD** **JULIANA ABENA APPIAH, PhD**  
Universidad Externado de Colombia Universidad de Ghana  
Bogotá, Colombia Accra, Ghana

**GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA, PhD**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

---

**DATA:** **MAIS INFORMAÇÕES:**

Resumo 14 ABR 2025 Site web: <https://www.uexternado.edu.co/oasis>

Artigo Final 16 JUN 2025 E-mail: [oasis@uexternado.edu.co](mailto:oasis@uexternado.edu.co)



Volume 19 Number 1 September 2022 ISSN 0258-3472

JOURNAL  
STORICAL  
JOURNAL  
HISTO

**SOUTH AFRICAN**  
Historical Journal

Routledge  
Taylor & Francis Group

UNISA



### Call For Papers for a Special Edition

#### *Off the Beaten Track: Histories of Sexual Diversity in Southern Africa Beyond South Africa's Big Cities*

*South African Historical Journal (SAHJ)*

In this special edition, we invite paper submissions that explore any aspects of sexual diversity and non-normative gender modalities in the small cities, towns, and villages of South Africa or any of the countries that today comprise the Southern African Development Community. We are particularly interested in studies from places that tend to be off the beaten track of this journal's historic focus – the francophone and Lusophone states (DRC, Madagascar, Angola, Mozambique), “gay scenes” in Afrikaner dorpies, the Indian Ocean islands and littoral, and the many protectorates and migrant labour reserves where the direct touch of liberalizing Western influence was light.

The historiography of sexual diversity in southern Africa remains predominated by studies of male-male relationships either in the big industrial hostels, prisons and gangs, or as coming out and activist narratives. Both strands almost necessarily introduce a bias toward South Africa's biggest cities. It was in and around these cities in the post-World War II era that the seeds of South Africa's modern gay identities and sexual rights movements were sown, with the related subsequent dynamic role of lgbtiq+ people in HIV/AIDS activism/scholarship and a bloom of gay tourism.

The nature of this body of work, and indeed the archives themselves, to some extent reifies a long-standing, global archetype: urbanization creates spaces for nonnormative sexuality and gender modalities to emerge. Without disputing the powerful truths within this archetype or the integrity of the research that supports it, to some people it confirms an enduring harm. When the visibility of lgbtiq+ people is so closely associated with the cities that have the largest non-African populations and the greatest influence of Western culture and institutions, it is easy for the enemies of sexual rights for all to claim that sexual diversity is an artefact of colonialism and neocolonial cultural influence. As much as one might like to think that the “homosexuality is un-African” trope has been abundantly vanquished, it lives on in often implicit terms or subsumed within technocratic language. The official voice of development aspirations of the fifteen nations that make up the Southern African Development Community (SADC) notably still asserts without evidence that 99% of new HIV infections are through heterosexual intercourse or mother-to-child transmission. Thus, in this special edition, we invite submissions that explore the various dimensions of this issue.

Potential themes of interest, naturally allowing for overlap and interdisciplinary approaches to research, might include change over time in:

- Traditional relationships, roles, and rituals that may not have been explicitly sexual but which complicated binaristic formulations of sexuality and gender, including understandings of trans and intersex individuals in communitarian contexts
- Female-female relationships with an erotic component



- Specific “scenes” or places that enabled, or were generative of, new expressions of sexuality and gender identity
- Institutions, laws and practices that sought to contain sexualities within a preferred heteronormative binary
- The genealogy of local terms • Biographies of influential leaders or prominent closeted politicians and cultural figures
- The role of foreign missionaries, secular anthropologists, historians, and health scientists in consolidating heteronormative knowledge about African cultures
- Counter-hegemonic voices in the media and arts
- Non-Western transnational influences
- Understandings of spirituality and the metaphysical in sexuality

### **Editorial Team**

Professor Marc Epprecht (Queen’s U., Kingston, Canada) [epprecht@queensu.ca](mailto:epprecht@queensu.ca)

Dr. Dorothy Atuhura (U. of Missouri, Columbia) [datuhura@missouri.edu](mailto:datuhura@missouri.edu)

Dr. Francisco Miguel (U. of Campinas, Campinas, Brazil) [fpvmiguel@gmail.com](mailto:fpvmiguel@gmail.com)

### **Abstract and Article Submission Timeline**

**March 31, 2025:** Abstracts are due and should be sent to [epprecht@queensu.ca](mailto:epprecht@queensu.ca)

**April 15, 2025:** Authors are notified whether their paper was accepted or not.

**October 2025:** Full manuscript due and should be sent to [epprecht@queensu.ca](mailto:epprecht@queensu.ca)

**December 2025:** Editorial feedback to authors

**January 2026:** Revised papers due and submitted through the journal website to begin the peer review process

Articles should be no more than 8500 words in length, including references and footnotes. Abstracts should not exceed 250 words and should not contain any footnotes or citations. Please also provide 5–8 keywords for indexing (only proper nouns should be capitalised). All manuscripts should adhere to the South Africa Historical Journal house style following the [Taylor & Francis style guidelines](#)

